UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Mario Francisco Simões Junior

**A SECRETARIA DE ESTADO DO ULTRAMAR
E DIOGO DE MENDONÇA CORTE REAL**

Inflexões na administração central do Império Português (1750-1756)

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

**A SECRETARIA DE ESTADO DO ULTRAMAR
E DIOGO DE MENDONÇA CORTE REAL**

Inflexões na administração central do Império Português (1750-1756)

Mario Francisco Simões Junior

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Econômica da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de Mestre em
Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ricupero

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S593" Simões Junior, Mario Francisco
A Secretaria de Estado do Ultramar e Diogo de Mendonça
Corte Real: inflexões na administração central do império
português (1750-1756) / Mario Francisco Simões Junior; orientador
Rodrigo Ricupero - São Paulo, 2017.
214 p.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de
História. Área de concentração: História Econômica.

1. Império Luso-Brasileiro. 2. Período Colonial.
I. Ricupero, Rodrigo, orient. II. Título.

Aos meus pais e à minha irmã, por todo o amor e carinho.

À Ana, companhia de todas as horas, boas ou ruins.

AGRADECIMENTOS

A princípio, quando me propus a escrever estes agradecimentos, imaginei que poderia vir a separar cartesianamente os nomes citados: começaria com os professores e colegas de pesquisa e terminaria com a lembrança do importante apoio emocional de meus amigos e familiares. Trataria de separar os laços acadêmicos e os laços afetivos; cada um em seu lugar. Nada mais ingênuo, afinal! Pensando bem, os laços que construí ao longo dos últimos anos não poderiam ser tão facilmente divididos e “categorizados”.

Meus familiares, mais do que simples apoiadores, foram valiosos companheiros durante a pesquisa. A Ana, mais do que o meu sustento afetivo, foi minha leitora, crítica e revisora. Nela encontrei acolhimento, entre uma conversa e outra, para os momentos de insegurança, além da possibilidade de debater a minha pesquisa e os dilemas da pós-graduação. Neste mesmo sentido, também sou muito grato à Mariana, à Raissa e à Érika pelas trocas que tivemos sobre as nossas condições de mestrandos. Sou grato à Grazi e ao Emerson por todas as nossas conversas sobre as permanências e transformações do passado colonial. Sou muito grato ao meu amigo Dannylo, parceiro nos estudos de colônia, que muito me ajudou a perceber a insensatez de tal divisão, dos laços pessoais e dos laços acadêmicos. Devo muito às críticas, risadas e contribuições de todos vocês!

Minha formação como historiador e a consequente realização desta pesquisa também deve muito aos amigos e colegas – felizmente, como já apontei, essas duas “categorias” têm constantemente se misturado – com os quais tive a oportunidade de trabalhar ao longo dos anos. Agradeço à Dalva, Aline, Ana Paula e a todos os colegas com quem tive o prazer de trabalhar na Seção Técnica de Levantamento e Pesquisa do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo. Agradeço especialmente à Fátima, que muito me ensinou desde quando me tornei estagiário nessa seção.

Se meus amigos se transformaram em companheiros de pesquisa, por outro lado, devo dizer que entre os meus colegas de pesquisa também acabei por descobrir boas amizades. Pois, para além dos conselhos e das críticas, sempre muito perspicazes, tenho muito que agradecer aos meus companheiros do grupo “Antigo Sistema Colonial: Estrutura e Dinâmica” por todo o apoio recebido nos últimos anos. Valter, Thiago, Beatriz, Rafael, Leandro, Oziane, Idelma, Flávia, Gilberto e todos aqueles com os quais compartilhei as dúvidas e ansiedades da pós-graduação, muito obrigado!

Outros bons amigos eu encontrei no grupo “Economia e Política dos Impérios Ibéricos”, ao qual eu devo a minha participação ao Pablo, sempre muito solícito e rigoroso na leitura dos meus textos e dos meus colegas. Agradeço muito ao Eduardo, Pedro, Felipe, André, Iara, Marco, Diego, Natália e a todos com quem estabeleci enriquecedoras discussões sobre a minha dissertação e os mais variados assuntos. Fico feliz ao pensar nas boas companhias, para além dos muros da universidade. Também agradeço à Rosa, ao Diogo, à Natália e ao Fernando pelas divertidas conversas, além da paciência em me apontar os atalhos da pós-graduação – desde quando eu era apenas um aluno de iniciação científica da Prof.^a Raquel Glezer, a quem sempre serei grato.

Quanto aos professores, aliás, agradeço muito especialmente ao Prof. Pedro Puntoni e à Prof.^a Iris Kantor, que participaram da minha banca de qualificação, por suas importantes críticas e sugestões ao desenvolvimento desta pesquisa. Também agradeço à Prof.^a Ana Paula Megiani e à Prof.^a Maria Fernanda Bicalho, que se dispuseram a participar da minha banca de defesa, por todas as suas contribuições.

À Prof.^a Vera Ferlini agradeço pela disposição em solucionar os imprevistos e entraves relacionados à concessão das bolsas de investigação do Instituto Camões. Ao Prof. Maximiliano Menz, que acompanhou o meu trabalho ao longo de muitos eventos e apresentações, agradeço por suas críticas e sugestões. Aos professores Joaquim Romero Magalhães e Tiago C. P. dos Reis Miranda, sou grato pelas valiosas indicações de leitura. Ao Prof. Diogo Ramada Curto, que tive o privilégio de ter como professor em mais de uma oportunidade, aqui e além-mar, agradeço muito que tenha se disposto a me receber e a me auxiliar durante a minha estadia em Portugal. A todos os demais que me guiaram pelos meandros do ofício, também devo a minha mais sincera gratidão.

É verdade que primeiro me recordo das pessoas que mais marcaram a minha trajetória acadêmica, mas não posso deixar de agradecer as instituições que auxiliaram a realização deste trabalho: agradeço a CAPES pelo financiamento que possibilitou a minha dedicação exclusiva à pesquisa durante dois anos; à Cátedra Jaime Cortesão e a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP por todo o apoio oferecido ao desenvolvimento deste trabalho; à Universidade Nova de Lisboa e ao Instituto Camões, pela possibilidade de pesquisar nos arquivos lisboetas durante dois meses.

Meus últimos agradecimentos, claro, vão para o Prof. Rodrigo Ricupero, que muito tem me ensinado desde os idos da graduação. Obrigado por ter pacientemente apontado os meus erros de percurso e por ter me aberto as portas do mestrado.

Muito obrigado a todos!

“O passado é um imenso pedregal que muitos gostariam de percorrer como se de uma autoestrada se tratasse, enquanto outros, pacientemente, vão de pedra em pedra, e as levantam, porque precisam de saber o que há por baixo delas”.

José Saramago

A viagem do elefante

“[...] é certo que todo aquele que escreve louvando não tem outro fim mais que satisfazer a sua paixão da lisonja, ou da vaidade, e não se lhe dá de prejudicar ou macular a honra e beleza da verdade, pois que a menor mentira corrompe a natureza da História e ao mesmo tempo comete um sacrilégio contra a divindade da verdade, preferindo-lhe a falsidade da fábula”.

Diogo de Mendonça Corte Real

Noticias da conferência que a Academia Real da História

Portuguesa fez em 8 de fevereiro de 1730

RESUMO

Este trabalho visa discutir as inflexões na atuação da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos entre o reinado de D. João V e os primeiros anos do reinado de D. José I, com ênfase no ministério de Diogo de Mendonça Corte Real, de 1750 a 1756. Neste período, o Secretário do Ultramar, ao lado de Sebastião José de Carvalho, Secretário dos Negócios Estrangeiros e Guerra, se tornou o principal assistente do monarca no trato dos negócios coloniais. Diogo de Mendonça remeteu diversos ofícios para orientar as atividades mineradoras e a cultura de alguns novos gêneros na América. Também contribuiu para a reforma do método de tributação das minas, entre 1750 e 1751, e amparou a criação de uma Companhia de Comércio Asiática, em 1753. A Secretaria do Ultramar dava, afinal, importantes demonstrações de que ajudaria a articular diferentes projetos, políticas e reformas para o espaço colonial.

É preciso observar que a historiografia, no que toca à história econômica e administrativa do reinado de D. José, se concentrou nas características e resultados das chamadas “políticas pombalinas”, enquanto outros ministros e instituições coevos do Marquês de Pombal foram deixados à sombra. Diogo de Mendonça Corte Real, não obstante, desempenhou um importante papel na administração do império e não deveria ser considerado um ministro decorativo. Propomos, portanto, um estudo que procure conjugar as possibilidades da ação individual de Diogo de Mendonça com a análise das prerrogativas institucionais da Secretaria de Estado do Ultramar. Procuramos analisar, sobretudo, as relações travadas entre a secretaria, os governadores coloniais e o Conselho Ultramarino, de modo a destacar as principais transformações ocorridas nestes diferentes espaços institucionais nos primeiros anos do reinado de D. José I.

Palavras-chave: Diogo de Mendonça Corte Real; Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos; Reinado de D. José I.

ABSTRACT

This work aims to discuss the changes in the Secretary of State for the Navy and Overseas Domains between the reign of D. João V and the early years of D. José I, with special emphasis on the ministry of Diogo de Mendonça Corte Real, from 1750 to 1756. In this period, the Secretary for the Navy and Overseas Domains, alongside Sebastião José de Carvalho, Secretary for Foreign Affairs and War, became the principal assistant of the monarch in the treatment of the colonial affairs. Diogo de Mendonça sent several orders and instructions to guide the mining activities and to promote some new agricultural cultures in America. He also contributed to reorganize the taxation of the gold mining in Brazil, between 1750 and 1751, and supported the creation of an Asian Trade Company, in 1753. The Overseas Secretary gave, after all, important signs that it would help to articulate different kinds of projects and reforms for the colonial space.

It is necessary to observe that the historiography regarding the economic and administrative history of the reign of D. José focused in the characteristics and results of the so-called “Pombaline politics”, while others ministers and institutions coeval to the Marquis of Pombal were left in the shadows. Diogo de Mendonça Corte Real, nevertheless, played an important role in the administration of the empire and should not be considered a decorative minister. We propose, therefore, a study that seeks to combine the possibilities of Mendonça’s individual actions with the analysis of the institutional prerogatives of the Overseas Secretary of State. We seek to approach, above all, the relations maintained between this secretariat, the colonial governors and the Overseas Council, in order to characterize the main transformations that occurred in these institutional spaces in the early years of the reign of D. José I.

Keywords: Diogo de Mendonça Corte Real; Secretary of State for the Navy and Overseas Domains; Reign of D. José I.

LISTA DE ABREVIATURAS

Arquivo Histórico UltramarinoAHU

Arquivo Nacional da Torre do TomboANTT

Biblioteca Nacional de Portugal.....BNP

Fundo do Conselho UltramarinoCU

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Cartas enviadas pelos capitães-mores e governadores coloniais à metrópole, segundo os “Documentos Avulsos” do AHU (de junho de 1736 a julho de 1750).....169

Gráfico 2. Cartas enviadas pelos capitães-mores e governadores coloniais à metrópole, segundo os “Documentos Avulsos” do AHU (de agosto de 1750 a agosto de 1756)169

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Oficial Maior65

Quadro 2. Que serve de Oficial Maior66

Quadro 3. Oficiais da Secretaria66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
I • UMA SECRETARIA DE ESTADO PARA O ULTRAMAR.....	15
1. O labirinto administrativo	17
2. A reforma ministerial de D. João V	35
3. A Secretaria do Ultramar: organização e expedientes	52
3.1. O secretário Antônio Guedes Pereira.....	53
3.2. Os oficiais da Secretaria do Ultramar	61
II • A SECRETARIA EM VIA DE TRANSFORMAÇÃO	71
4. Os novos secretários de D. José	73
5. Um ministro na sombra de Pombal?	88
6. A origem das providências econômicas	107
III • A SECRETARIA DO ULTRAMAR E AS RÉDEAS DO IMPÉRIO.....	129
7. “O conselho fique advertido”	131
8. A correspondência com oficiais e governadores.....	151
8.1. Os ofícios do Secretário do Ultramar.....	153
8.2. As notícias e ofícios da colônia	162
9. O declínio de Diogo de Mendonça Corte Real	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS	189
FONTES.....	193
BIBLIOGRAFIA.....	205

INTRODUÇÃO

*Até o tempo do Marquês de Pombal, [os Secretários de Estado] foram simplesmente uns canais por onde subiam os negócios à presença do soberano, presentemente tanto são tudo, que até em linguagem diplomática já se não trata só do Rei, e se diz sempre o Rei e o seu Ministro. Esta associação de nome denota que participam da soberania; e entre nós têm acidentes, que o dão ainda mais a entender, porque à semelhança dos Príncipes, gozam dos maiores privilégios e distinções [...]*¹.

A Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, ou apenas Secretaria do Ultramar, foi criada em 28 de julho 1736 por meio de uma reforma administrativa promovida pelo Rei D. João V, que também deu origem à Secretaria de Estado do Reino e à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra.

Apesar de os Secretários de Estado terem desempenhado um importante papel na transmissão de ordens e instruções para os oficiais de todo o império, constituindo-se nos principais pilares da administração portuguesa da segunda metade do século XVIII, as suas respectivas repartições não foram muito estudadas até o momento. No que concerne a Secretaria do Ultramar, não há estudos específicos e poucos são os que se debruçaram sobre as particularidades desta instituição. A bibliografia é restrita e são poucas as informações sobre suas prerrogativas, seu modo de funcionamento ou mesmo sobre sua relação com outras instâncias de governo, sobretudo o Conselho Ultramarino.

A Secretaria do Ultramar, não obstante, se mostrou um órgão muito presente na direção dos negócios coloniais. Manteve correspondência com governadores e mediou a comunicação com o monarca, levando à presença do soberano diversas cartas e consultas que lhe eram encaminhadas por seus oficiais e conselhos. Cabia ao secretário expedir a nomeação dos governadores, além das ordens e resoluções de Sua Majestade.

Mesmo sem se estudar a fundo essas prerrogativas institucionais, costuma-se reconhecer a importância da Secretaria do Ultramar e das outras Secretarias de Estado setecentistas por terem conferido assento a algumas das figuras mais proeminentes da administração régia, como Sebastião José de Carvalho, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Martinho de Melo e Castro e o “ilustrado” D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

¹ “Memórias Políticas”, 1803. Arquivo Distrital de Braga. Fundo da Família Araújo de Azevedo; sub-fundo Antônio de Araújo de Azevedo; seção “Homem de Letras”, doc. 4492 e 4493. fl. 17-17v.

Os secretários (não as repartições) têm sido estudados graças aos seus projetos e ideias para o império português. Quanto à trajetória de alguns dos mais importantes Secretários do Ultramar, podemos destacar, por exemplo, os estudos de Virgínia Maria Valadares² sobre Martinho de Melo e Castro (Secretário do Ultramar de 1770 a 1795) e de Nívia Pombo³ e André Mansuy Silva⁴, sobre D. Rodrigo de Sousa Coutinho (Secretário do Ultramar de 1796 a 1801). Esses dois secretários têm sido analisados no que diz respeito às suas ideias, alinhamentos políticos e ações administrativas.

Não por acaso, nossa pesquisa sobre a Secretaria de Estado do Ultramar recebeu seu primeiro impulso de alguns dos principais estudos sobre o reformismo ilustrado e a administração da economia colonial em fins do século XVIII. Um período pautado pela crise do Antigo Regime e do Antigo Sistema Colonial, quando os ministros de Portugal passaram a promover diversas políticas a favor da diversificação da produção agrícola brasileira (fornecedora de matérias-primas) e do desenvolvimento das manufaturas metropolitanas (com a exploração das vantagens do mercado colonial). Políticas que visavam reverter os déficits da balança de comércio, promover o desenvolvimento econômico do reino e assegurar os laços de dependência entre a colônia e a metrópole.

Fernando Novais, em seu estudo sobre “Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)” é um dos principais autores a demonstrar a importante intervenção dos Secretários de Estado nos rumos do império. Destaca a participação dos secretários na assimilação das diferentes “manifestações da crise” e na formulação de novas políticas econômicas para a colônia. Os nomes de Martinho de Melo e Castro e de D. Rodrigo de Sousa Coutinho são abundantemente citados nos dois capítulos finais da obra de Novais, destacados como agentes centrais na promoção de medidas para a defesa do patrimônio ultramarino e na preservação das linhas mestras do sistema colonial, como o próprio exclusivo metropolitano. Ainda que não fosse o escopo principal do autor, os secretários também são bastante mencionados por estarem à frente de importantes projetos e reformas no ultramar, com o objetivo de estabelecer a

² VALADARES, Virgínia Maria Trindade. **A Sombra do Poder: Martinho de Melo e Castro e a administração da capitania de Minas Gerais (1770-1795)**. São Paulo: Hucitec, 2006. Ver também o estudo de Érika Dias sobre a correspondência de Melo e Castro com o governo de Pernambuco: DIAS, Érika de Almeida. “Comunicação entre os poderes do centro e os locais: uma análise da correspondência trocada entre o Secretário da Marinha e Ultramar e o governo da capitania de Pernambuco”. In: ALMEIDA, S. C.; SILVA, G. C.; SILVA, K. V.; SOUZA, G. F. Cabral de. **Políticas e estratégias administrativas no mundo atlântico**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012. pp. 213-228

³ POMBO, Nívia. **D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Pensamento e ação político-administrativa no Império Português (1778-1812)**. São Paulo: Hucitec, 2015.

⁴ SILVA, André Mansuy Diniz. **Portrait d'un homme d'État. D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte. de Linhares, 1755-1812**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

integração entre a economia metropolitana e a produção colonial, incluindo incentivos à diversificação dos gêneros tropicais e à melhoria das técnicas empregadas na colônia. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, “a um tempo teórico e estadista”, é considerado por Fernando Novais a expressão “mais conspícua” do reformismo ilustrado português⁵.

Temos uma ideia mais aprofundada das tentativas de uma nova integração entre metrópole e colônia a partir dos estudos de José Jobson de A. Arruda⁶, que examinou a complementaridade entre o impulso manufatureiro que se encaminha na metrópole na segunda metade do século XVIII e o estímulo à diversificação da produção agrícola da colônia. Jobson Arruda destaca as políticas do Marquês de Pombal, “que sabidamente apresentava uma verdadeira ojeriza pelas minas” e, deste modo, “fez do estímulo à agricultura um dos sustentáculos de sua administração”, como ponto de partida para a configuração de um novo padrão de colonização, marcado pelo enlace entre os produtos fornecidos pela colônia e o fomento manufatureiro da metrópole. Percebia-se de forma cada vez mais clara que a colônia deveria servir como fornecedora de matérias-primas para a indústria portuguesa e, ao mesmo tempo, como consumidora das manufaturas metropolitanas. A participação dos Secretários do Ultramar neste processo permanece, aliás, como um caminho a ser explorado. Segundo o próprio Jobson de A. Arruda, “a política pombalina tem sequência mesmo depois da ‘viradeira’ e apresenta um caráter integrado. Indústria, agricultura e comércio são objetos da ação governamental, definindo um espaço de ação das políticas públicas com elevado grau de unidade”⁷.

Indícios dessa nova perspectiva de integração entre a colônia e a metrópole têm sido destacados, é verdade, em pesquisas com os mais diferentes matizes teóricos; mesmo entre aquelas que não visavam propriamente a economia colonial, estando mais circunscritas às políticas que se instauram pela assimilação dos influxos da ilustração.

Nos estudos de Maria Odila da Silva Dias⁸ e, mais recentemente, do historiador Ronald Raminelli⁹, também podemos observar diversos laços de continuidade entre as

⁵ NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1995. pp. 233-237.

⁶ ARRUDA, José Jobson A. “Decadência ou Crise do Império Luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII”. In: **Revista USP**. São Paulo, n. 46, junho/agosto, 2000. pp. 66-78; Cf. Idem. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Ática, 1980.

⁷ Idem. “Decadência ou Crise do Império Luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII”. Loc. Cit. p. 69.

⁸ Assim como Jobson Arruda, que afirma que o “novo padrão de colonização” tem raízes nas políticas econômicas pombalinas, Maria Odila também considera que “os pedidos de estudos de exemplares da flora brasileira e de se levantarem produtos interessantes e comerciáveis, até então inexplorados, que Pombal dirigiu aos governadores e capitães-generais das principais capitanias, foram o estímulo inicial para as ciências naturais do Brasil”. DIAS, Maria Odila da Silva. “Aspectos da ilustração no Brasil”. In: **A**

políticas do ministério pombalino, no reinado de D. José, e as medidas promovidas pelos secretários Martinho de Melo e Castro e D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobretudo no que toca à exploração das potencialidades naturais e agrícolas do Brasil colonial.

Ronald Raminelli procurou destacar a correspondência entre os secretários e os naturalistas enviados à colônia. Este autor afirmou, por exemplo, que “à frente da Secretaria, Melo e Castro patrocinou as viagens filosóficas às conquistas do ultramar e tornou-se o principal artífice da produção do conhecimento e do envio de remessas provenientes do mundo colonial”¹⁰. Além de patrocinar diversos estudos e expedições, Melo e Castro também incentivava o cultivo de novos gêneros para exportação.

A historiadora Maria Odila, por sua vez, destacou que após D. Rodrigo de Sousa Coutinho ter se tornado Secretário do Ultramar de D. Maria, em 1796, “toda uma equipe de bacharéis e cientistas brasileiros passou a se agitar em torno dele, em razão de uma política de renovação da agricultura e da introdução de novas técnicas rurais”¹¹. Neste sentido, visando o desenvolvimento agrícola da colônia e a exploração de todas as suas potencialidades naturais, o secretário D. Rodrigo de Sousa Coutinho também

mandava pedir aos governadores das capitanias relatórios sobre os processos empregados no preparo e cultivo dos gêneros exportáveis; ordenava que se procedessem a levantamentos de plantas nativas a serem remetidas para o reino e a explorações mineralógicas; prometia prêmios aos lavradores mais industriais; tratava de promover a introdução do arado e a cultura de novos gêneros¹².

Com suas diferentes abordagens, esses estudos que conectaram a administração colonial, as reformas econômicas e a cultura ilustrada conduziram, enfim, nossas primeiras abordagens e reflexões acerca do importante papel desempenhado pelos Secretários de Estado na administração dos domínios ultramarinos e na direção das reformas da segunda metade do século XVIII. Especialmente os objetivos colocados para a produção brasileira: melhoria técnica e diversificação dos gêneros exportáveis.

Estas pesquisas, valiosas para o estudo dos Secretários de Estado no auge de suas atribuições, partem, no entanto, de um fato consumado. A Secretaria do Ultramar, sob a direção de Martinho de Melo e Castro e de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, já

interiorização da metrópole e outros estudos. São Paulo: Alameda, 2005. p. 50.

⁹ RAMINELLI, Ronald. **Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo a distância.** São Paulo: Alameda, 2008.

¹⁰ Ibidem. pp. 68-69.

¹¹ DIAS, Maria Odila L. da Silva Dias. “Aspectos da ilustração no Brasil”. Op. Cit. pp. 55-56.

¹² Ibidem. pp. 56-57.

havia despontado como a principal instância articuladora de projetos e reformas para o império português. Não há mais qualquer novidade na afirmação de que os secretários de D. Maria e de D. João VI atuavam como verdadeiros dirigentes das políticas régias.

O governo por meio das Secretarias de Estado, à revelia dos conselhos e dos outros organismos da Coroa, foi um processo particularmente observado (e criticado) no último quarto do século XVIII e as primeiras décadas do XIX. A importância adquirida pelos Secretários de Estado levou, nestes anos, à ampla utilização do termo “despotismo ministerial”. Despotismo este que, segundo as fontes coevas, remontava ao reinado de D. José e à atuação do principal ministro do período: Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal. Vale destacar, por exemplo, que para o magistrado João Severino Maciel da Costa, o Rei D. José havia levado consigo, para a poeira da sepultura,

os elementos de felicidade com que principiara a levantar a monarquia, e de tudo quanto fez de grande o seu hábil ministro [Marquês de Pombal] nada sobreviveu às ruínas senão o sistema do Poder absoluto, e o Despotismo Ministerial habilmente por ele consolidado, que em suas mãos limpas produziram grandes coisas, nas de seus sucessores tem sido um verdadeiro flagelo para a Nação. Na verdade ministros despachando em segredo com um Rei, e cada um por sua vez e sem responsabilidade, era uma monstruosidade em Política¹³.

As “Memórias Políticas”, escritas durante a regência de D. João VI, das quais extraímos a epígrafe desta introdução, também ofereciam duras críticas ao “despotismo” praticados pelos secretários. Lapin, o autor dessas memórias, cuja verdadeira identidade permanece desconhecida¹⁴, repudiava as ordens que, em grande excesso, eram firmadas e emitidas pelos secretários do Rei, se tornando fontes de abusos e terríveis alterações.

¹³ COSTA, João Severiano Maciel da. **Apologia que dirige à Nação Portuguesa João Severiano Maciel da Costa, do Conselho de Sua Majestade e seu Desembargador do Paço no Rio de Janeiro, a fim de justificar-se das imputações que lhe fazem homens obscuros, as quais deram causa ao decreto de 3 de junho, e à providência comunicada no aviso de 11 de julho do corrente ano de 1821.** Coimbra, Imprensa da Universidade, 1821. p. 17-18.

¹⁴ As “Memórias Políticas” foram publicadas pelo pesquisador José Norton, que atribuiu a sua autoria ao 3º Marquês de Alorna, D. Pedro de Almeida Portugal. Segundo José Norton, este documento era formado por alguns papéis que o Marquês de Alorna desejava apresentar a D. João VI em uma conferência. Apesar de José Norton defender uma hipótese bastante plausível (e bem abalizada) no que toca à definição da autoria do documento, os indícios e conjecturas apresentados ainda carecem de provas mais seguras. O próprio José Norton reconhece as limitações de sua hipótese: “O que nos prova e quem nos garante que esses papéis que fossem esse mesmo documento que a seguir se transcreve e a que foi dado o nome de ‘Memórias Políticas do Marquês de Alorna’?”. Segundo o próprio José Norton, “Nada nem ninguém. Afirmá-lo seria pura especulação”. Cf. MARQUÊS DE ALORNA. **Memórias Políticas.** Apresentação de José Norton. Lisboa: Tribuna da História, 2008. p. 7-77. O historiador Nuno Gonçalo Monteiro, por sua vez, atribui o documento ao 6º Conde de São Lourenço. Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **D. José: na**

Com esta trincheira de criaturas revestidas de autoridade, passa-se a tudo, adquirem-se honras e riquezas, coarctam-se as alçadas dos Tribunais, forjam-se Leis novas, e desprezam-se as antigas, alteram-se todas as formalidades, um enxame de Avisos dá e tira direito a quem se quer, se alguém alega que são Leis em contrário, é revoltoso, ataca a Autoridade Real, e é representado ao Soberano como criminoso: enfim é a custa do detrimento particular, e público, e por consequência do grande detrimento do Soberano, que se consolida a autoridade precária [dos Secretários de Estado]¹⁵.

A partir da segunda metade do século XVIII, os secretários teriam passado, supostamente, a distribuir cargos e mercês a quem bem desejassem, dentro de suas próprias redes de solidariedade, sem considerarem a “utilidade” dos benefícios que eram concedidos¹⁶. Segundo Lapin, os secretários buscavam apenas satisfazer os seus interesses e os de seus aliados, em vez de almejar o sossego e a conservação pública¹⁷.

Não era possível, obviamente, que o Rei se dedicasse a todos os negócios, sendo necessário delegar funções e responsabilidades para bem governar o seu povo. Mas a questão era com quem o monarca devia partilhar a suas decisões e prerrogativas. Para Lapin, a distribuição de honras e mercês, bem como a proposição de novas políticas para o império, não deveria ser restrita ao âmbito das Secretarias de Estado, mas sim aos tribunais e espaços colegiados, em que tomavam parte os mais destacados nobres e servos de Sua Majestade. No mais, o Rei devia preservar as leis e conservar a justiça:

Esta é a origem dos Tribunais, e Portugal tem neste artigo a fortuna de atinar com os meios mais próprios para conservar a autoridade Real, para poupar ao soberano, o trabalho pesado, e lhe fazer ter o tempo, e facilidade necessária para pensar com descanso nas relações com as outras Potências, e nas molas principais da prosperidade interior¹⁸.

Segundo Lapin, a única diferença entre o secretário régio e o secretário comum (de um particular) deveria ser somente o maior prestígio de servir ao Rei, em vez de outro qualquer. Quanto à lógica do ofício, esta deveria ser a mesma: organizar papéis, fazer notações, encaminhar os despachos. Tudo isso sem qualquer intervenção nas decisões políticas ou nas competências governativas da Coroa. Caso contrário,

sombra de Pombal. Lisboa: Temas & Debates, 2008. p. 306. Diante das dúvidas, optamos por nos referirmos ao autor de acordo com o pseudônimo que assina o documento em questão: Lapin.

¹⁵ “Memórias Políticas”, 1803. Arquivo Distrital de Braga. Op. Cit. fl. 18v-19.

¹⁶ Ibidem. fl. 18v.

¹⁷ Ibidem. fl. 19v.

¹⁸ Ibidem. fl. 15.

a poucos passos o amor próprio [dos secretários] faz-lhe julgar que o uso das ocorrências ordinárias lhe dá conhecimento superior da sua repartição, e principiam a decidir por si: tomam afeição aos condescendentes, aversão aos que demonstram contra a sua opinião, e à proporção da liberdade que tem, ou da impunidade dos erros, que cometem, cresce a lisonja, afugenta-se o merecimento, e segue-se o despotismo ministerial, que é o maior flagelo dos Povos, e de que vêm a ser vítima o mesmo Rei¹⁹.

A crítica aos Secretários de Estado permeia boa parte das “Memórias Políticas”. Neste documento, afirma-se que “os interesses do soberano e dos vassallos consistem na conservação da Monarquia”. Enquanto que os interesses dos secretários, por sua vez, consistem apenas “na alteração dela, e no estabelecimento do seu despotismo”²⁰.

A crítica à atuação dos Secretários de Estado era a forma encontrada para atacar os efeitos da centralização administrativa e do poderio monárquico, extremamente fortalecido em Portugal ao longo do século XVIII, sem chegar, no entanto, a atingir diretamente a figura do Rei. Daí se depreende que a crítica aos Secretários de Estado tenha unido, ao menos neste ponto nevrálgico, desde agentes mais “progressistas” e liberais até homens mais conservadores e apegados à velha ordem nobiliárquica.

Entre fins do século XVIII e princípios do século XIX, a percepção geral era de que os Secretários de Estado haviam tomado para si as rédeas do império. Ficavam a cargo de instruir as ações e as principais políticas da Coroa; interviam nas nomeações de postos militares e administrativos; se sobrepunham, enfim, com as suas ordens e avisos, às prerrogativas dos conselhos e dos tribunais, bem como às leis e às tradições do reino.

Mas não fora assim desde o princípio. Essa qualidade política e institucional “diretiva” das Secretarias de Estado, descrita por Lapin e por tantos outros, não estava claramente inscrita no momento de criação da Secretaria do Ultramar. Como veremos em nossos dois primeiros capítulos, a origem dessa repartição, por meio do alvará de 28 de julho de 1736, expressava, na realidade, uma crescente preocupação de D. João V com a organização e especialização dos expedientes ministeriais que, há tempos, eram alvos de críticas devido a sua enorme lentidão. Antônio Guedes Pereira, o primeiro Secretário do Ultramar, auxiliar na organização dos papéis e expedientes da Coroa, não veio a se tornar, de imediato, figura de destaque na articulação dos negócios coloniais.

¹⁹ Ibidem. fl. 21.

²⁰ Ibidem. fl. 18-19v. Sobre o “despotismo ministerial introduzido por Pombal e aprofundado no período mariano e joanino até 1808”, conferir: MUNTEAL Filho, Oswaldo. “O Príncipe D. João e o Mundo de Queluz: Despotismo ministerial, tensões estamentais e sacralização do Estado na crise do Antigo Regime Português”. **Anais do Museu Histórico Nacional**. vol. 31. Rio de Janeiro, 1999. pp. 9-34.

No decorrer da pesquisa, o contato com a produção histórica relativa às instituições do Antigo Regime português trouxe, portanto, novos problemas ao centro de nossas reflexões. Passamos a questionar também a própria trajetória institucional das Secretarias de Estado e, em especial, a da Secretaria do Ultramar. O que teria ocorrido nos centros de decisão para que esta repartição se destacasse no decorrer do século XVIII e, assim, se transformasse, pela exaltação de suas funções administrativas, em um *locus* privilegiado para a elaboração de projetos e políticas para o império português?

Infelizmente, nos movemos por um caminho tortuoso. A origem, a evolução e as especificidades da Secretaria do Ultramar, como já dissemos, não têm recebido uma grande atenção. Existe, é claro, uma vasta produção sobre Sebastião José de Carvalho e o chamado “ministério pombalino”. Devemos recordar que o Marquês de Pombal foi um Secretário de Estado do Rei D. José: primeiro Secretário dos Negócios Estrangeiros e, a partir de 1756, Secretário dos Negócios do Reino. Os estudos sobre seu ministério nos ofereceram, portanto, algumas bases para refletirmos sobre o funcionamento e a finalidade institucional das Secretarias de Estado, como o alargamento das esferas de atuação da Coroa, a centralização da administração e vários outros aspectos.

Nuno Gonçalo Monteiro, atento, por exemplo, não só ao inédito poderio dos Secretários de Estado, como também aos laços de continuidade com reinados anteriores, tem descrito o ministério pombalino como a transposição das tradições de “valimento” do século XVII para o século XVIII: Sebastião José de Carvalho se fez a imagem e semelhança de ministros como o Duque de Sully e o Cardeal Richelieu, os favoritos de seus respectivos monarcas²¹. José Subtil, em sentido oposto, tem estudado as reformas de Pombal como o início (unívoco) da modernização de Portugal. A partir do ministério pombalino, com a “exaustoração” das prerrogativas dos tribunais e a “deslocação dos espaços burocráticos do palácio e das câmaras régias para as oficinas das Secretarias de Estado”, teria se formado um novo regime administrativo, o “proto-estadualista”²².

Devemos frisar, no entanto, que o principal propósito deste trabalho não é debater questões tais como a formação do Estado moderno em Portugal. Procuramos observar, de modo mais modesto, como as políticas ministeriais do reinado de D. José repercutiram sobre a Secretaria do Ultramar, de modo a alçar esta repartição à condição de espaço privilegiado para a articulação de políticas e projetos para o espaço colonial.

²¹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “D. José e Pombal: o Rei, a monarquia e o valido”. **Dom José: na sombra de Pombal**. Lisboa: Temas & Debates, 2008. pp. 286-309, especialmente pp. 209-304.

²² SUBTIL, José M. “Pombal e o Rei: valimento ou governamentalização?”. **Ler História**. n.º 60, 2011. Acesso disponível em: <<http://lerhistoria.revues.org/1472>>.

Aqui entra a escolha pelo estudo da Secretaria do Ultramar durante o ministério de Diogo de Mendonça Corte Real. Secretário que veio a servir nos primeiros anos do reinado de D. José, ao lado de Sebastião José de Carvalho, e fora um dos principais assistentes do monarca no trato dos negócios coloniais. Como demonstraremos ao longo desta dissertação, Diogo de Mendonça, pouco estudado até então, foi responsável por conduzir os mais variados negócios relativos à administração do império português.

Diogo de Mendonça contribuiu para a reforma do modo de tributação das minas, entre 1750 e 1751, e amparou a criação de uma Companhia de Comércio Asiática, em 1753. Como secretário, construiu laços e correspondências com os governadores coloniais, articulou políticas e reformas a serviço da Coroa e, no encaminhamento de instruções para o espaço colonial, acabou por se sobrepor a algumas prerrogativas do Conselho Ultramarino. A Secretaria do Ultramar dava, afinal, os primeiros sinais de que se constituiria como um *locus* privilegiado para a articulação das políticas coloniais.

É importante destacar que procuramos levantar informações sobre a trajetória deste secretário, mas que, em última instância, não oferecemos aqui um estudo “prosopográfico”. O principal objetivo de nossa pesquisa, reduzido o recorte temático e cronológico para o ministério de Diogo de Mendonça, entre os anos de 1750 e 1756, passou a ser a compreensão das ações e mudanças que levaram a Secretaria do Ultramar a desempenhar um importante papel político e institucional na administração colonial. Defendemos a ideia de que ocorreram importantes inflexões na administração do império português, com a Secretaria do Ultramar passando a articular e protagonizar algumas políticas e reformas, já nos primeiros anos do reinado de D. José²³.

Para tanto, nos propomos a investigar a influência da Secretaria do Ultramar sobre as políticas ultramarinas da Coroa e a inscrever esta repartição e os seus agentes entre os mecanismos políticos da administração colonial. Ou seja, analisar as relações (e as hierarquias) existentes entre a Secretaria do Ultramar, o Conselho Ultramarino, os governadores coloniais e os demais oficiais do império português – com especial ênfase, claro, nas “inflexões” ocorridas durante o ministério de Diogo de Mendonça Corte Real.

²³ Optamos pela palavra “inflexão” inspirados pelo estudo de Maria Fernanda Bicalho sobre as inflexões políticas de D. João V. Acreditamos que “inflexões” também seja o termo que melhor traduza as mudanças de rumo que se anunciavam na administração central durante os primeiros anos do reinado de D. José. Deve-se reconhecer, todavia, que o protagonismo adquirido pelas Secretarias de Estado, no início de seu reinado, não foi de encontro a outras transformações que já vinham sendo gestadas em anos anteriores; este, pelo contrário, veio a reforçar um longo processo de centralização administrativa e de reforço do poder monárquico. Da mesma forma, as inflexões a serem analisadas não excluem outras graves alterações que se seguem após o terremoto de 1755. Cf. BICALHO, Maria Fernanda. “Inflexões na política imperial no reinado de D. João V”. **Anais de História de além-mar**. vol. VIII, 2007. pp. 37-56.

A apresentação dos resultados da pesquisa está dividida em três partes. Cada parte subdividida em três capítulos, por meio dos quais procuramos delinear a origem e a evolução da Secretaria do Ultramar, cronologicamente, entre o reinado de D. João V e os primeiros anos do reinado de D. José. Mais precisamente, a primeira parte aborda a formação da secretaria durante o reinado joanino, enquanto as duas últimas versam sobre a Secretaria do Ultramar durante o ministério de Diogo de Mendonça, objeto central desta pesquisa. Podemos recopilar o roteiro da dissertação da seguinte forma:

Na primeira parte, intitulada **Uma Secretaria de Estado para o ultramar**, procuramos contextualizar a origem e a organização da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, criada no ano de 1736 através da reforma ministerial que também deu origem às Secretarias de Estado do Reino e dos Negócios Estrangeiros. No capítulo **1. O labirinto administrativo**, procuramos discutir os antecedentes da criação da Secretaria do Ultramar e das outras duas Secretarias de Estado congêneres, procurando enquadrá-las no contínuo processo de reorganização e transformação do Estado português, a partir da Restauração de 1640. No capítulo **2. A reforma ministerial de D. João V**, buscamos apresentar os fatores que concorreram para a reorganização das antigas secretarias régias de D. João V, os debates que se instauraram no círculo mais íntimo do monarca a respeito das novas repartições da Coroa e das funções que cada uma delas deveria desempenhar; além, é claro, das inspirações e motivações para a criação de uma secretaria específica para o trato dos negócios ultramarinos. No capítulo **3. A Secretaria do Ultramar: organização e expedientes**, a fim de analisarmos a atuação desta repartição durante o reinado joanino, dividimos a exposição em dois itens. Em primeiro lugar, discutimos a trajetória de Antônio Guedes Pereira, o primeiro Secretário do Ultramar, ao longo do reinado de D. João V. No segundo item, abordamos os recursos materiais e humanos empregados pela Secretaria do Ultramar: os gastos, os oficiais, as hierarquias e a rotina de trabalho. A finalidade deste item é estabelecer parâmetros para a comparação e avaliação das mudanças promovidas na Secretaria do Ultramar durante o reinado de D. José.

Na segunda parte, **A Secretaria em via de transformação**, buscamos destacar as principais transformações institucionais ocorridas nos primeiros anos deste reinado. Concedemos especial atenção ao ministério de Diogo de Mendonça Corte Real, entre os anos de 1750 e 1756, momento em que já se anunciava a afirmação das Secretarias de

Estado e, particularmente, da Secretaria de Estado do Ultramar, como *locus* privilegiado para a articulação e promoção de políticas para o império português. No capítulo **4. Os novos secretários de D. José**, procuramos discutir os fatores que concorreram para a nomeação dos ministros de D. José e as mudanças que este novo monarca instituiu nos expedientes da Coroa logo que assumiu o governo. Vale destacar que os novos secretários de D. José, Sebastião José de Carvalho e Diogo de Mendonça Corte Real, têm as suas trajetórias brevemente apresentadas neste capítulo, com maior ênfase, claro, sobre o segundo. No capítulo **5. Um ministro na sombra de Pombal?** buscamos analisar mais detidamente a atuação de Diogo de Mendonça Corte Real e perscrutar a suposta subordinação deste secretário a Sebastião José de Carvalho. Destacamos que o Diogo de Mendonça teve um papel importante ao auxiliar a promoção da reforma do sistema de tributação do ouro das minas, entre os anos de 1750 e 1751, além de ter sido um dos idealizadores da Companhia de Comércio Asiática, instituída no ano de 1753. No capítulo **6. A origem das providências econômicas**, procuramos discutir as “raízes” materiais e intelectuais das reformas econômicas promovidas ao longo do reinado de D. José, em face das desiguais relações comerciais com as demais potências europeias, bem como dos desafios então existentes para a introdução das manufaturas no reino. Destacamos o papel institucional do Secretário do Ultramar diante destas questões, procurando sempre ver além das políticas e medidas do Marquês de Pombal.

A terceira parte, **A Secretaria do Ultramar e as rédeas do império**, nos serve, por sua vez, como contraprova da parte anterior. Procuramos analisar como a Secretaria do Ultramar passou a intervir nos rumos da administração colonial. Ou seja, nesta última parte a reconstituição cronológica dos eventos fica por vezes em segundo plano, para dar lugar a uma análise verticalizada das relações institucionais que permeavam a administração do império. No capítulo **7. “O conselho fique advertido”**, discutimos as complexas e mal conhecidas relações existentes entre a Secretaria do Ultramar e o Conselho Ultramarino. Procuramos demonstrar, a partir de alguns casos exemplares, como a ascendência da Secretaria do Ultramar sobre o Conselho Ultramarino, dependia, em última instância, das atribuições do monarca. Afinal, o “empoderamento” dos secretários e a debilidade dos conselhos, na segunda metade do século XVIII, esteve intimamente associado ao auge da autoridade e do poderio monárquico. No capítulo **8. A correspondência com oficiais e governadores**, procuramos avançar algumas considerações sobre as relações travadas entre o Secretário do Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, e os governadores e oficiais do império. Afinal, além das

informações e prestações de contas, que eram remetidos da colônia para a metrópole, em mãos do Secretário de Estado, expande-se na segunda metade do século XVIII a prática dos próprios secretários remeterem ofícios e instruções aos governadores e oficiais da colônia. No capítulo **9. O declínio de Diogo de Mendonça**, discutimos, por fim, as diferentes explicações existentes para o castigo e o degredo do ministro Diogo de Mendonça Corte Real. Também abordamos os efeitos de seu afastamento e a reconfiguração do gabinete ministerial após a sua demissão – com breve menção aos secretários Tomé Joaquim da Costa, Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Martinho de Melo e Castro, que assumem a repartição do ultramar nos anos ulteriores.

A trajetória da pesquisa vai, portanto, da origem da Secretaria do Ultramar à sua atuação, durante o ministério de Diogo de Mendonça, como um dos principais órgãos de articulação e promoção de políticas para o império português. Em suma, procuramos desenvolver na primeira parte um estudo do processo de criação e organização da Secretaria do Ultramar, além de analisar a sua tímida atuação ao longo do reinado joanino, entre os anos de 1736 e 1750. Na segunda parte, traçamos uma análise das transformações no expediente e na forma de atuação das Secretarias de Estado, sob os primeiros anos da administração de D. José. Observamos como, no início do seu reinado, com o ministério de Sebastião José de Carvalho e de Diogo de Mendonça Corte Real, os secretários da Coroa já se anunciavam como verdadeiros protagonistas do governo régio, controlando o conjunto dos despachos do monarca e passando a conduzir as principais políticas e reformas para o império português. Nesta segunda parte, demos ênfase ao ministro Diogo de Mendonça, de modo a ressaltar a precoce disposição da Secretaria do Ultramar em centralizar e orientar a administração dos negócios coloniais. Por fim, na terceira parte, procuramos analisar as relações institucionais entre a Secretaria do Ultramar, o Conselho Ultramarino, os governadores coloniais e os oficiais do império, a partir da atuação de Diogo de Mendonça Corte Real enquanto ministro do ultramar. Procuramos analisar a participação direta deste secretário na emissão de ordens e na promoção de políticas e reformas para o espaço colonial, como parte das origens do que posteriormente veio a ser chamado de “despotismo ministerial”.

* * *

Podemos dividir a documentação utilizada ao longo da pesquisa, grosso modo, em três categorias. Em primeiro lugar, procuramos enquadrar a origem e a atuação da

Secretaria do Ultramar através das leis e dos demais dispositivos normativos relativos às secretarias régias. Como afirmou Fernando Novais sobre o reformismo ilustrado de fins do século XVIII, as leis, decretos e alvarás consubstanciavam “a passagem entre a tomada de consciência e a intervenção na realidade”²⁴. Com as reformas administrativas de D. João V não foi diferente. Assim, a análise da legislação foi muito importante para o desenvolvimento dos dois primeiros capítulos, onde procuramos apresentar os fatores políticos e administrativos que concorreram para a criação de uma secretaria própria para o trato dos negócios ultramarinos. Para este fim, utilizamos largamente as coleções de legislação, como a “Coleção Cronológica” e o “Boletim do Conselho Ultramarino”, além das bases de dados digitais, como o “Ius Lusitaniae – Fontes Históricas do Direito Português” e o website “O Governo dos Outros” (vide “Fontes”, pp. 200 e 203).

Em segundo lugar, baseamos o estudo da Secretaria do Ultramar na própria documentação produzida no interior desta mesma repartição, em sua maior parte encontrada entre os “documentos avulsos” e os diversos códices do Arquivo Histórico Ultramarino. Ao longo da pesquisa, utilizamos principalmente os documentos relativos à administração das diferentes capitanias brasileiras que foram digitalizados no âmbito do “Projeto Resgate Barão do Rio Branco”²⁵. Foi através da análise dos expedientes usuais e “cotidianos” da Secretaria do Ultramar, nos reinados de D. João V e de D. José, que pudemos identificar as hierarquias políticas e as relações institucionais mantidas entre esta repartição e os demais órgãos e oficiais da administração colonial, como o Conselho Ultramarino, os Vice-Reis, os governadores e os intendentess das minas do Brasil. Documentos que também nos revelam os interesses gerais e o pensamento metropolitano em relação ao império e às suas colônias (vide “Fontes”, pp. 194-198).

Em terceiro lugar, para complementar as análises da documentação produzida pela Secretaria do Ultramar, utilizamos um repertório variado de fontes “qualitativas” a respeito das secretarias setecentistas. Podemos destacar, por exemplo, as “Instruções” e o “Testamento Político” de D. Luís da Cunha; as “Recordações” de Jácome Ratton e a correspondência entre Manuel Teles da Silva e o secretário Sebastião José de Carvalho. Apesar de nosso foco estar na análise da documentação “cotidiana” da repartição, estas fontes qualitativas vieram a auxiliar nosso entendimento sobre o funcionamento das

²⁴ NOVAIS, Fernando. Op. Cit. p. 240.

²⁵ O Projeto Resgate Barão do Rio Branco, implementado a partir de 1996 pela Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental, empreendeu a microfilmagem dos “Documentos Avulsos” e de diversos Códices do Fundo da Secretaria do Conselho Ultramarino referentes ao Brasil. Cf. BOSCHI, Caio. **O Brasil-Colônia nos arquivos históricos de Portugal: Roteiro Sumário**. São Paulo: Alameda, 2011. p. 78.

Secretarias de Estado e a completar certas lacunas que a própria documentação da Secretaria do Ultramar não nos permitiu preencher (vide “Fontes”, pp. 198-203).

Vale ressaltar que, além da documentação publicada ou digitalizada, acessível aos pesquisadores brasileiros, consultamos também uma ampla documentação relativa aos Secretários de Estado e à própria Secretaria do Ultramar presente nos arquivos lisboetas. No primeiro semestre de 2016, fomos selecionados pela Cátedra Jaime Cortesão (FFLCH-USP) e pelo Instituto Camões (Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal) para um período de dois meses de pesquisa em Portugal. Contando com o auxílio financeiro do Instituto Camões, realizamos entre junho e agosto de 2016 um levantamento documental nos acervos do Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Histórico da Misericórdia e Biblioteca Nacional de Portugal (sobre os documentos pesquisados em Portugal, ver “Fontes”, pp. 193-200).

Nos “Documentos Avulsos do Reino”, consultados diretamente no Arquivo Histórico Ultramarino, levantamos importantes fontes para o entendimento da rotina administrativa da Secretaria do Ultramar – a sua organização, os oficiais empregados em seu expediente, os gastos de gabinete e os seus demais recursos internos.

Na Biblioteca Nacional de Portugal encontramos os “Memoriais de Ministros” do Frei Luís de São bento, que nos ofereceram informações sobre a trajetória pessoal de diversos secretários da Coroa, além de outros importantes registros coevos, tais como os escritos jurídicos de Antônio Ribeiro dos Santos, os elogios fúnebres a Diogo de Mendonça Corte Real (pai), as miscelâneas da “Coleção Pombalina” e a “Carta que se escreveu de Portugal a um grande de Espanha”. Documentos diversificados que nos ofereceram perspectivas “parciais” e “qualitativas” a respeito das prerrogativas das Secretarias de Estado, colaborando, portanto, para o estudo da Secretaria do Ultramar.

No Arquivo Histórico da Misericórdia de Lisboa, por sua vez, identificamos os testamentos e algumas cartas pessoais do secretário Diogo de Mendonça Corte Real, por meio das quais pudemos reconstituir parte da trajetória deste ministro.

Por fim, quanto ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, além dos registros de mercês, que permitiram conhecer um pouco mais da trajetória dos secretários régios estudados, pudemos levantar diversas fontes relativas ao secretário Diogo de Mendonça, tais como o livro de registro de suas atividades e negociações diplomáticas na Holanda, ao longo do ano de 1726, e a miscelânea dos “Papéis de Diogo de Mendonça”, que contribuíram para uma compreensão mais alargada do papel político-administrativo desempenhado por este secretário nos primeiros anos do reinado de D. José.

PARTE I
UMA SECRETARIA DE ESTADO PARA O ULTRAMAR

Capítulo 1.

O labirinto administrativo

No dia 9 de maio de 1736, faleceu no seu sítio em Benfica, com 78 anos de idade, Diogo de Mendonça Corte Real¹, secretário de D. João V. No entanto, devemos ter toda a atenção e cuidado. Não nos referimos ainda a Diogo de Mendonça, “o abade”, objeto central dessa dissertação, mas sim ao seu pai: progenitor com quem o filho veio a compartilhar não apenas o nome, mas também a carreira de secretário².

Peça fundamental da administração de D. João V, Diogo de Mendonça (pai) havia acumulado o exercício das funções de Secretário de Estado, Secretário das Mercês e Secretário da Assinatura. Era responsável, portanto, pela maior parte dos despachos da Coroa. Como se já não fosse muito no que trabalhar, Diogo de Mendonça ainda ocupou os cargos de secretário da Casa de Bragança e de provedor das obras da Casa Real.

Logo se vê que Diogo de Mendonça (pai) era um homem de especial confiança do Rei. Como secretário, devia possuir um conhecimento único do ofício, adquirido após anos de cuidados com a tramitação dos papéis e expedientes da Coroa³. Sua morte não poderia deixar de causar importantes mudanças na organização dos despachos.

O esforço de Diogo de Mendonça (pai) era amplamente reconhecido por seus pares na corte. Segundo o cronista D. José Barbosa, seria impossível exprimir todo o cuidado com que este secretário servia a monarquia. Assíduo em seu trabalho, Diogo de Mendonça “se levantava às quatro horas da manhã, e logo começava a dispor, e preparar

¹ Cf. Hemeroteca Municipal de Lisboa. **Gazeta de Lisboa Ocidental**. n. 20, quinta-feira, 17 de maio de 1736. Este periódico fornece algumas informações sobre a trajetória de Diogo de Mendonça Corte Real (1658-1736), por conta de seu falecimento. Diogo de Mendonça foi comendador de “Santa Maria de Trancoso na Ordem de Cristo”, senhor da Torre da Palma e membro da Academia Real de História. Foi enviado extraordinário e plenipotenciário do Rei D. Pedro II nos Estados Gerais das Províncias Unidas, “donde no ano de 1694 passou com o mesmo caráter, e prerrogativas à Corte de Madrid”. Sucedeu Pedro Sanches Farinha na Secretaria das Mercês, após retornar a Portugal. Foi nomeado Secretário de Estado pelo Rei D. João V, além de acumular os expedientes da assinatura régia. Casou-se com D. Teresa de Bourbon, com quem teve João Pedro de Mendonça Corte Real, “que lhe sucede na sua Casa”, além da filha D. Joaquina Ana de Bourbon. Ver também: SILVA, Josette. Diogo de Mendonça Corte Real. In: SERRÃO, Joel (dir.). **Dicionário de História de Portugal**. Vol. 2. Porto: Figueirinhas, 2002. p. 195.

² Para que possamos melhor distinguir entre estes homônimos, sempre que for necessário designaremos o ministro de D. João V de “Diogo de Mendonça (pai)”. Quanto ao filho, objeto principal deste estudo, tem se tornado prática comum na historiografia designá-lo de Diogo de Mendonça, o “abade”.

³ Diogo de Mendonça Corte Real servia como Secretário das Mercês desde, pelo menos, 1704. A nomeação para a Secretaria de Estado veio em 1707, no reinado de D. João V. Cf. ANTT. Registro Geral de Mercês de D. Pedro II. liv. 16, f. 178; Registro Geral de Mercês de D. João V. liv. 4, f. 524.

o que haviam de fazer os Oficiais de todas as Secretarias, que administrava”⁴. Um dos motivos pelos quais a sua morte foi lamentada como uma perda “incomparável”⁵.

Nos diferentes elogios fúnebres que foram oferecidos à memória de Diogo de Mendonça (pai), foi particularmente destacado o seu empenho em satisfazer sozinho tantas e tão variadas obrigações. Desde conferências com ministros estrangeiros até o despacho de papéis para o ultramar. Responsabilidades que, em outros tempos, exigiram o cuidado de muitos homens, “conhecidamente grandes, e dotados de não vulgares talentos”. Diogo de Mendonça, considerado “maior que os seus antecessores”, foi exaltado como um “verdadeiro Atlante, que sustentou nos seus ombros todo o peso da Monarquia Lusitana, que gloriosamente se dilata pelas quatro partes do Mundo”⁶.

O Cardeal D. João da Mota⁷, amigo e assistente do Rei, logo se queixou da ausência deste secretário. Na carta de 18 de maio de 1736, destinada a Marco Antônio de Azevedo Coutinho, enviado português em Londres, o Cardeal teve que se desculpar pelo atraso no envio de respostas. Lamentava ao colega que havia muito trabalho a ser feito nos despachos, sem que ainda fosse nomeado sucessor para Diogo de Mendonça⁸.

Era natural que houvesse certa urgência em normalizar os expedientes de governo. Sem o provimento de um substituto, os negócios da Coroa seriam despachados com uma lentidão muito maior do que a habitual. Porém, apenas nomear um “sucessor” tampouco parecia uma solução adequada às necessidades da Coroa. Existiam muitos negócios pendentes, algo que nenhum secretário conseguiria satisfazer sozinho. Diogo de Mendonça, para piorar a situação, teria deixado os seus papéis em grande desordem, gerando dúvidas e dificuldades ainda maiores quanto à reorganização dos despachos.

A bem da verdade, Diogo de Mendonça (pai) dificilmente devia bastar para todas as tarefas que o Rei lhe incumbia. Uma situação que, provavelmente, ainda teria

⁴ BNP. BARBOZA, D. José. **Elogio fúnebre de Diogo de Mendoça Corte-Real. Do Conselho de Sua Magestade, e seu Secretario de Estado**. Lisboa: oficina de Antônio Isidoro da Fonseca, 1737. p. 35.

⁵ BNP. **Elogio fúnebre de Diogo de Mendoça Corte-Real, Secretario de Estado, recitado no Paço pelo Marquez de Valença, Censor da Academia Real, em 17 de Mayo de 1736**. p. 3. Ver também: BNP. FIGUEIREDO, Fr. Manoel de. **Oração fúnebre nas sollemnes exéquias, que na Igreja de Santa Justa desta Corte fez a Irmandade de Santa Cecilia em 11 de Dezembro de 1736 ao seu perpetuo Provedor o excellentissimo Senhor Diogo de Mendoça Corte-Real do Conselho de S. Magestade, e seu Secretario de Estado**. Lisboa: na oficina de Antônio Isidoro da Fonseca, 1737.

⁶ BNP. BARBOZA, D. José. **Elogio fúnebre de Diogo de Mendoça Corte-Real...** Op. Cit. pp. 35-36.

⁷ D. João da Mota e Silva (1685-1747) nasceu em Castelo Branco e se doutorou em teologia na Universidade de Coimbra. Foi nomeado Cardeal por Bento XIII em 1727. O Rei tinha-o em grade apreço e ouvia com interesse os seus conselhos. Com a morte do ministro Diogo de Mendonça Corte Real, passou a ocupar uma posição central na administração régia, apesar de nunca ter sido efetivamente nomeado Secretário de Estado. FERREIRA, Maria Emília Cordeiro. João da Mota e Silva. In: SERRÃO, Joel (dir.). **Dicionário de História de Portugal**. Vol. 5. Porto: Figueirinhas, 2002. pp. 573-574.

⁸ AHU. Ofício do Cardeal D. João da Mota para Marco Antônio de Azevedo Coutinho. Lisboa, 18 de maio de 1736. Conselho Ultramarino, Documentos Avulsos do Reino, Cx. 297, pasta 16.

se agravado com o avançar da idade do secretário⁹. A despeito dos diversos elogios que lhe foram oferecidos, Diogo de Mendonça não devia ser nenhum “Atlante”. O enorme volume dos negócios da Coroa, respeitantes à administração das mais variadas partes do império, parecia superar em muito as capacidades de um único secretário. Ao menos era o que pensava um dos mais destacados homens da época. Segundo D. Luís da Cunha,

ainda que meu grande e fiel amigo Diogo de Mendonça Corte Real, que Deus tem em glória, com grande conhecimento deles dava a todos os que pertenciam a estas três repartições o despacho que S. Majestade lhe permitia, é certo que estando embaraçado com outras muitas dependências de que o dito Senhor o encarregava, necessariamente devia confundir as espécies; porque a capacidade do homem tem sua certa medida, como um vaso, no qual se se deita mais água do que ele pode conter, logo transborda, e confusamente se derrama e se perde, ou se turva, sem se poder aproveitar¹⁰.

Nada parecia escapar ao olhar crítico de D. Luís da Cunha. Nem mesmo as atividades de um ministro dedicado como Diogo de Mendonça (pai). O secretário, que cuidava do conjunto dos despachos da Coroa, foi censurado em razão da bagunça em que deixara os papéis das repartições em que servia, “principalmente depois do incêndio das suas casas, em que muitos se descaminharam e outros pereceram”¹¹. Não se tratava, entretanto, de uma pura e simples culpa individual. Como bem sabia D. Luís da Cunha, as confusões e atrasos no expediente eram frutos de um problema mais profundo, já que não havia critérios claros na organização e divisão dos despachos régios. As repartições estavam atulhadas de papéis, algo que só piorava com a grande afluência dos negócios “já estrangeiros, já domésticos e já ultramarinos” que se misturavam pelo gabinete¹².

O falecimento de Diogo de Mendonça (pai) constituiu, ao que tudo indica, uma das motivações para que a Coroa passasse a considerar, nos meses que se seguiram à sua morte, uma ampla reorganização do sistema de despacho. Mas a perda do secretário,

⁹ BARRETO, José. “Introdução”. In: MELO, Sebastião José de Carvalho e. **Escritos econômicos de Londres (1741-1742)**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986. p. VIII.

¹⁰ CUNHA, Luís da. **Instruções políticas**. Introdução, estudo e edição de Abílio Diniz Silva. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp. 193-194. Com este mesmo espírito, D. Luís da Cunha voltou a criticar o excessivo acúmulo de despachos por parte de Diogo de Mendonça Corte Real em seu “Testamento Político”. O diplomata afirmou que “nesta parte um animal, e tão grande animal como é o camelo, mostra mais juízo e menos presunção que o homem, pois só sofre a carga com que pode, por se não deitar com ela; de maneira que eu comparo a cabeça de cada indivíduo a um vaso que quando se lhe deita mais água do que a que pode conter, transborda, se derrama, e se turva a que fica nele”. Idem. **Testamento Político ou Carta de conselhos ao Senhor D. José sendo Príncipe**. Introdução, estudo e edição de Abílio Diniz Silva. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2013. p. 87.

¹¹ Idem. **Testamento Político**. Op. Cit. p. 87.

¹² Ibidem.

de todo modo, não basta para explicar todas as mudanças e questionamentos que se colocaram em curso. Por trás do nível mais imediato dos acontecimentos, é possível observar que a busca por uma reforma na disposição das secretarias também ocorreu em face da histórica (e extensamente documentada) morosidade da administração régia.

A lentidão nos expedientes e a dificuldade em organizar de forma satisfatória os despachos da Coroa foram problemas gravemente sentidos no reinado de D. João V, tanto quanto no de seus antecessores. Procuramos, portanto, remontar a este passado.

Na dinastia “afonsina” (1139-1383), os despachos da Coroa já eram realizados com o auxílio de oficiais especializados. O Chanceler-mor e, mais tarde, o Escrivão da Puridade foram dois oficiais que gozaram de grande influência sobre os expedientes administrativos. Quanto aos que eram denominados de “secretários”, responsáveis por assistir e registrar as reuniões dos conselhos, o pesquisador Paulo Merêa observou que foi a partir do século XVI que estes oficiais começaram a desfrutar de uma condição privilegiada. D. Manuel e D. João III, por exemplo, contavam com a assistência de seus secretários para estudar e despachar os negócios da Coroa. É mesmo provável que, tratando-se do expediente ordinário, algumas das decisões coubessem aos próprios secretários, que iam se convertendo, pouco a pouco, em figuras centrais do governo¹³.

Não precisamos, contudo, ir tão longe. A instauração da dinastia de Bragança é um bom ponto de partida para que possamos delinear algumas das transformações mais importantes. A Restauração representou, afinal, uma virada na história institucional de Portugal. Em face de uma preocupante conjuntura externa, a Coroa se viu obrigada a assegurar os meios financeiros para sustentar a guerra de independência contra a Espanha e, não menos importante, reorganizar os seus expedientes ministeriais.

Durante os primeiros anos do reinado de D. João IV foram criados diversos organismos de governo. Os mais importantes eram os espaços colegiados de consulta. Logo foram instalados, para assessorar o monarca, o Conselho de Estado e o Conselho de Guerra. Para orientar a administração colonial e a defesa do patrimônio colonial foi criado, em 1642, o Conselho Ultramarino. Para o trato das finanças, além da criação do Conselho da Fazenda, foi prontamente estabelecida a Junta dos três Estados para cuidar da arrecadação de tributos, em virtude dos enormes gastos da guerra com a Espanha¹⁴.

¹³ MERÊA, Manuel Paulo. “Da minha gaveta: Os secretários do Antigo Regimen”. **Separata do Boletim da Faculdade de Direito**. Vol. XL. Coimbra: Coimbra Editora, 1965. pp. 7-8.

¹⁴ Cf. CARDIM, Pedro. “D. João IV (1640-1656). A luta por uma causa rebelde”. In: MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal. vol 4. O Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. pp. 404-410; SUBTIL, José. “Governo e administração”. In: MATTOSO, José. *Ibidem*. pp. 154 e 162.

Também surgiram novas secretarias. Nos primeiros meses após a Restauração, Francisco de Lucena foi provido Secretário de Estado¹⁵. Três anos depois, em dezembro de 1643, surgiu a Secretaria das Mercês¹⁶. Repartições criadas por D. João IV para secretariar as reuniões do Conselho de Estado, organizar os arquivos da Coroa e preparar, como auxiliares de despacho, a redação dos documentos firmados pelo Rei.

Decreto após decreto, regimento após regimento, a Coroa procurou assentar as bases do novo governo. É importante frisar, entretanto, que a reorganização institucional não se deteve apenas ao reinado de D. João IV, o “Restaurador”. Como nos mostra a legislação do século XVII, a modificação dos expedientes foi regra constante, conforme as necessidades. Vejamos, então, as administrações de D. Afonso VI e de D. Pedro II.

No ano de 1662, D. Afonso VI tomou a frente do governo do reino, que antes seguia sob a regência de sua mãe, D. Luísa de Gusmão. O jovem monarca logo promoveu grandes mudanças nos despachos da Coroa ao designar Luís de Vasconcelos e Sousa, o Conde de Castelo Melhor, para o ofício de Escrivão da Puridade¹⁷: um assistente que passaria a controlar o acesso e as formas de comunicação com a Coroa.

Segundo o historiador Pedro Cardim, o Conde de Castelo Melhor procurou, enquanto Escrivão da Puridade, instituir um sistema de governo mais autocrático, apoiado em um pequeno núcleo de administradores que circundava o Rei. “Dessa forma, agilizava-se os mecanismos governativos e ficava assegurado o controlo quer sobre o processo de decisão política quer sobre a distribuição de mercês e benefícios”¹⁸.

No regimento do Escrivão da Puridade, de 12 de março de 1663, D. Afonso VI chegou a afirmar que o trabalho dos Reis era ocupado de “tantos e tão graves cuidados e negócios, que não é possível poderem dar a eles sós a expedição e despacho, que se requer, para andar a Republica bem governada”¹⁹. Ou seja, a criação deste ofício também seria justificada pela crescente preocupação com a morosidade dos expedientes.

¹⁵ Carta Patente a Francisco de Lucena, em 31 de janeiro de 1641. Cf. SILVA, José Justino de Andrade (ed.). **Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa. 1640-1647**. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854. p. 73.

¹⁶ Alvará de 29 de novembro de 1643. Cf. Ibidem. pp. 226-227.

¹⁷ O Escrivão da Puridade era um oficial muito antigo, que cuidava dos despachos da Coroa. Foi extinto no século XVI e brevemente reinstituído por D. Afonso VI, com a nomeação de Luís de Vasconcelos e Sousa. Cf. BRAZÃO, Eduardo. “A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, criação de D. João V”. **Revista Portuguesa de História**. tomo XVI. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 1976. pp. 51-61.

¹⁸ CARDIM, Pedro. “D. Afonso VI (1656-1668). A ‘privança’ do Conde de Castelo Melhor”. In: MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal**. Op. Cit. p. 409.

¹⁹ Regimento do Escrivão da Puridade. In: SILVA, José Justino de Andrade (ed.). **Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa. 1657-1674**. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1856. p. 83.

O Escrivão da Puridade, segundo este regimento, seria responsável pelos negócios estrangeiros e os expedientes de todo o império, incluindo o provimento de governadores, generais e todos os seus principais oficiais. Também passariam às mãos deste ministro as consultas dos tribunais e todas as demais petições que fossem encaminhadas ao Rei. Assim, o Escrivão da Puridade parecia se colocar acima das demais secretarias, conselhos e tribunais do reino, no despacho dos cargos e mercês:

[o Escrivão da Puridade] Assistirá comigo a assinatura de todos os papéis; e postos os despachos nas consultas e petições, lhes entregarão os Secretários, para eu assinar; e depois de assinadas, as enviará aos Secretários, para que remetam logo aos Tribunais, a que tocam, e deem às partes o despacho de suas petições²⁰.

Ao coordenar as resoluções e despachos da Coroa, o Conde de Castelo Melhor acabou por desagradar a muitos setores da nobreza e das antigas elites dirigentes, que teriam sido afastados do monarca e marginalizados dos mecanismos de governo²¹. O descontentamento com este reinado, ao se espalhar pela corte, levou a tomada de medidas extremas. D. Afonso VI caiu em desgraça e foi afastado do trono através de um golpe palaciano, enquanto seu irmão, o infante D. Pedro II, passou a reger o reino.

A queda de D. Afonso VI tem sido interpretada pela mais recente historiografia como o resultado de uma tentativa frustrada de fortalecimento do poder régio. “Castelo Melhor levou longe demais a sua ruptura com demasiados equilíbrios estabelecidos”²². Nesta linha interpretativa, compartilhada por Pedro Cardim, Ângela Barreto Xavier e Antônio Manuel Hespanha, o Escrivão da Puridade representaria a imposição de uma administração mais expedita e centralizada, enquanto os seus opositores, prezando pelos antigos expedientes da monarquia, com a preeminência dos conselhos e tribunais, seriam os defensores de uma perspectiva “jurídica” e tradicional de governo²³.

Isto não significa, todavia, que o afastamento do Rei D. Afonso VI tenha simplesmente resultado na estabilização de um ideal “corporativo” e “jurisdicionalista”. Seguiram-se outras mudanças. Apesar de o Conselho de Estado ter se firmado como um dos principais aparatos de governo durante o reinado de D. Pedro, as Cortes, por sua vez, entraram em um gradual declínio no último quarto do século XVII. As de 1673-

²⁰ Ibidem. p. 84.

²¹ CARDIM, Pedro. D. Afonso VI (1656-1668). A ‘privação’ do Conde de Castelo Melhor”. Op. Cit.

²² Ibidem. p. 410.

²³ Ibidem. pp. 409-410. Para uma análise mais completa da “privação” do Conde de Castelo Melhor, ver: CARDIM, Pedro; XAVIER, Ângela Barreto. **D. Afonso VI**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.

1674 e de 1697-1698 serviram, principalmente, para assentar a linha sucessória, permitindo que o Rei D. João V fosse coroado sem a necessidade de novas celebrações. No fundo, as últimas Cortes se reuniram “para não terem de ser de futuro convocadas”²⁴. Segundo Nuno Gonçalo Monteiro, passada a guerra de Restauração e uma primeira conjuntura de intensa disputa faccional, “os modelos políticos que vão triunfar parecem afastar-se notoriamente do pluralismo corporativo aparentemente prevalecente nos anos imediatamente posteriores à entronização dos Bragança”²⁵.

Logo, a tradição jurídica não foi apenas momentaneamente ameaçada pela figura infame dos validos – homens como o Conde de Castelo Melhor, que acabaram por tomar para as rédeas da monarquia, influenciando a distribuição de mercês e a condução das matérias de Estado²⁶. As disputas que se estabeleceram na corte entre os séculos XVI e XVIII, em torno dos espaços de deliberação e despacho, já vinham dando forma a novos modos de governar. O historiador André Costa, por exemplo, perscrutou a mutação dos Secretários d’El Rei, a princípio simples assistentes do monarca, em Secretários de Estado, identificados a um exercício público, com prerrogativas sobre os expedientes de governo²⁷. Para além da tradição, é preciso fixar essas novas dinâmicas.

Note-se, pois, que apesar de o “Escrivão da Pureza” não ter resistido ao curto governo de D. Afonso VI, a preocupação com a morosidade da administração régia e a constante busca pela transformação dos expedientes ministeriais seguiu figurando, ainda que por outros meios, ao longo da regência (e posterior reinado) de D. Pedro II.

²⁴ Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal Barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1668-1750)”. In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001. pp. 208-210.

²⁵ Ibidem. p. 205.

²⁶ Os validos eram amplamente repudiados, à época, por usurparem as prerrogativas do monarca, a quem cumpria distribuir a justiça e pautar as políticas do Estado. Entre outros estudos, cf. ESCUDERO, José A. “Privados, validos y primeros ministros en la monarquía española del antiguo régimen (viejas y nuevas reflexiones)”. **Revista Chilena de Historia del Derecho**. v. 22, tomo I. Santiago, 2010. pp. 321-331; MONTEIRO, Nuno G. **Dom José: na sombra de Pombal**. Lisboa: Temas & Debates, 2008. p. 293-304.

²⁷ COSTA, André. **Os secretários e o Estado do rei: Luta de Corte e poder político, secs. XVI-XVII**. Dissertação de mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008. Apresentamos, contudo, algumas divergências em relação a este trabalho. Em primeiro lugar, entendemos que as primeiras décadas do século XVIII não balizam ainda a “preeminência” dos Secretários de Estado, como aponta o autor. Apesar da grande influência de Diogo de Mendonça (pai) sobre os negócios da Coroa, a atuação apagada dos Secretários de Estado que o sucederam, entre 1736 e 1750, mostram ainda a relativa fragilidade do ofício diante de outros dispositivos; algo que só viria a mudar na segunda metade do século XVIII. Em segundo lugar, não entendemos que a atuação dos Secretários de Estado tenha prefigurado a própria existência do Estado – como vetores da política “às vésperas do Estado”. Há aqui uma divergência de fundo teórico. Entendemos que a afirmação dos Secretários de Estado se deu em meio a um processo de reordenação institucional, na transição do “Estado dinástico” ao “Estado burocrático” (segundo os termos empregados por Pierre Bourdieu). Ou seja, os Secretários de Estado prefiguraram, sim, a constituição de um Estado burocrático; o que, a nosso ver, não elide a pré-existência de uma forma elementar do Estado, ao menos em sua modalidade “dinástica” e “patrimonialista”. Cf. BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)**. Trad: Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Cia. das Letras, 2015. pp. 313-365.

Mediante a enorme quantidade de pedidos de “satisfação de serviços” que foram encaminhados à Coroa com o término da guerra de Restauração, um novo regimento foi estabelecido para a Secretaria das Mercês em 30 de janeiro de 1671. Não seriam mais aceitos os pedidos que não fossem acompanhados das devidas certidões ou que não atendessem a determinados pré-requisitos – os que haviam servido na guerra, por exemplo, deveriam ser no mínimo capitães, salvo se tivessem servido por doze anos, fossem aleijados ou tivessem obrado alguma ação reconhecida por seus superiores como digna de recompensa. A Coroa, igualmente, procurou barrar as “réplicas” no caso dos pedidos indeferidos, salvo se as partes ajuntassem mais quatro anos de novos serviços²⁸.

Eram tantos os papéis que se encontravam parados no expediente da Secretaria das Mercês durante a regência de D. Pedro II que, no ano seguinte, em 1672, a Coroa constatou que ainda seria preciso estabelecer novos ajustes. Para o maior “escândalo” da monarquia, havia nesta repartição muitos papéis falsificados e com “sinais furtados” que, no descuido habitual dos despachos, acabavam sendo expedidos primeiro do que aqueles que eram “beneméritos” e “justamente se despacham”²⁹. Um tipo de delito que gerava grandes perdas ao patrimônio régio. Como afirmou José Subtil, a situação de descontrole na gestão dos documentos, aliada às constantes fraudes e enganosa atribuição de mercês, não só tinha graves implicações na (morosa) rotina de despacho, como também causavam sérios problemas à administração da Fazenda Real³⁰.

Para tentar remediar as fraudes, a Coroa tentou imputar nos vassallos o “temor do castigo”. Ordenou, em 16 de julho de 1672, que o Desembargo do Paço não aceitasse mais nenhum pedido de perdão para os delitos de falsificação³¹. Esse problema, contudo, não era fácil de ser solucionado. Em outro decreto, pouco posterior, de 29 de julho de 1672, a Coroa mais uma vez afirmou a sua apreensão a respeito da facilidade com que os infratores introduziam papéis falsos na Secretaria das Mercês. Decidiu-se, então, que os sentenciados ao degredo por este tipo de delito deveriam passar ao exílio o mais rápido possível, sem qualquer tempo de preparo para se “aparelharem”³².

Os ajustes realizados por D. Pedro II se estenderam até o virar do século. Em 13 de agosto de 1706, tendo em vista o fato de que não havia um limite de tempo para que

²⁸ Regimento de 30 de janeiro de 1671. In: SILVA, José Justino de Andrade (ed.). Op. Cit. pp. 186-188.

²⁹ Decreto de 16 de julho de 1672. In: FREITAS, Joaquim Inácio de (ed.). **Collecção Chronologica de Leis Extravagantes, Posteriores à nova compilação das ordenações do Reino, publicadas em 1603.** Tomo I. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1819. p. 171.

³⁰ SUBTIL, José M. **O Terramoto Político (1755-1759). Memória e Poder.** Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2007. p. 32.

³¹ Decreto de 16 de julho de 1672. In: FREITAS, Joaquim Inácio de (ed.). Op. Cit. p. 171.

³² Decreto de 29 de julho de 1672. Ibidem. p. 172.

os vassallos pudessem requerer a satisfação dos serviços prestados à Coroa, algo que dava “ocasião a que se cometam muitas fraudes e enganos nos requerimentos dos serviços antigos”, foi determinado um prazo máximo de trinta anos para a solicitação de mercês. Deixando-se passar o dito tempo, a ação devia ficar prescrita, “sem que por ela mais se possa requerer satisfação alguma”³³. Em outro decreto de 13 de agosto de 1706, o monarca mais uma vez restringiu a qualidade de serviços válidos para o requerimento das mercês. A Coroa declarou que aceitaria os requerimentos de serviços feitos na guerra, embaixadas, enviaturas, secretarias de letras e nos tribunais e serviços do Paço; mas que não se admitiriam “os das serventias, ou propriedades de Offícios de Carta, nem de Officiais das Ordenanças, salvo os que se fizerem na guerra e nos exercícios militares no tempo dela”³⁴. Estes decretos podem não ter sido aplicados conforme o desejado, mas demonstram, todavia, uma constante preocupação da Coroa com o avolumar dos seus expedientes ministeriais e as suas tentativas para evitar os enganos e fraudes.

Como podemos notar, os problemas observados nos expedientes do reinado de D. João V vinham de mais longa data. Seus antecessores já vinham ensaiando, muito antes, alguns ajustes e mudanças. Mesmo que Diogo de Mendonça (pai) fosse considerado um secretário “incansável”³⁵, a necessidade de reorganizar as formas de despacho das secretarias era algo que há muito tempo parecia difícil de contornar. A Coroa precisava buscar soluções, construir novos arranjos administrativos. Mas por qual caminho havia de trilhar? D. João V se encontrava em um verdadeiro labirinto.

Em “As vésperas do Leviathan”, Antônio Manuel Hespanha afirmou que os secretários régios, ao longo do Antigo Regime, constituíram um ofício “fluido”, oscilando entre “simples auxiliares privados de despacho” e “ministros com competências para coordenar um ramo mais ou menos extenso da administração”³⁶. Contudo, devemos também observar que os secretários do segundo tipo, caracterizados por Hespanha por suas maiores competências administrativas, atingiram a sua máxima expressão em Portugal precisamente no século XVIII. Neste período, a necessidade de centralizar a administração, agilizar a tomada de decisões e facilitar a execução dos despachos, conduziu a profundas e duradouras transformações nas repartições da Coroa.

³³ “Decreto, em que se limitou tempo às partes, para poderem requerer a satisfação dos serviços feitos à Coroa”. Ibidem. p. 274.

³⁴ “Decreto, em que se determinou, que serviços se devem decretar”. Ibidem. p. 275.

³⁵ CUNHA, Luís da. **Instruções políticas**. Op. Cit. p. 425.

³⁶ HESPANHA, Antônio Manuel. **As vésperas do Leviathan: instituições e poder político**. Coimbra: Livraria Almedina, 1994. pp. 245-246.

Um trajeto que, inevitavelmente, alterou as hierarquias institucionais do reino. Afinal, as transformações no despacho da Coroa também implicavam a redefinição das formas de deliberação e daqueles que tinham acesso (ou não) aos espaços de decisão.

A reorganização dos expedientes e a hierarquização dos corpos administrativos, como nos mostrou o breve reinado de D. Afonso VI, era uma questão bastante delicada. As transformações dos expedientes se deram de forma mais gradual. Assim, D. João V, ao seu próprio tempo, também procurou modificar o funcionamento dos despachos e dar algumas respostas à morosidade da administração. O alvará de 24 de julho de 1713³⁷ é um dos principais testemunhos de sua apreensão com as dificuldades e limitações do aparato ministerial, em face das crescentes demandas administrativas de todo o império.

Neste alvará, o Rei D. João V constatou que se havia acrescentado “a tanto número” os papéis que dependiam de sua assinatura para serem finalmente despachados que já não havia mais como se impedir que os expedientes de seu governo fossem considerados extremamente lentos e insatisfatórios³⁸. Ocorriam longas esperas para o encaminhamento de uma grande variedade de documentos que eram necessários à administração do reino e de seu império. Consultas, petições, todo o tipo de papel e problema, do mais grave ao mais banal, eram acumulados pelas secretarias da Coroa,

e que por esta causa a expedição de uns e outros não só se fazia dificultosa, mas invencível, de que se seguia, que por não caberem todos no tempo do despacho, sucedia retardar-se o de que necessitavam alguns negócios de maior importância [...]”³⁹.

Demonstrando grande preocupação com a morosidade e a ineficiência no tratamento dos seus despachos, o Rei determinou que certos documentos não passassem mais pela assinatura régia para serem finalmente encaminhados. Dizia o Rei:

Hei por bem ordenar, que daqui em diante nas minhas Secretarias se não lancem remissões ordinárias, para que os requerimentos das petições das partes se consultem

³⁷ “Alvará, em que se estabelecem as formalidades, que se devem observar no despacho dos negócios, que ficam pertencendo ao expediente dos Tribunais; e nos que devem consultar-se, e subir a assinatura”. In: ALMEIDA, Cândido Mendes de (ed.). **Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal**. Recopiladas por mandado d’El-Rey D. Philippe I. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Filomático, 1870. pp. 723-725. O mesmo alvará também se encontra em: SOUSA, José Roberto M. C. C. **Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes. Tomo IV**. Lisboa: Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1785. pp. 283-287. Pode ser consultado, igualmente, em: “Alvará escusando de subirem a assinatura Real os papéis do Governo e Tribunais que o mesmo Alvará designa”. In: **Boletim do Conselho Ultramarino**. Legislação Antiga. Volume I. 1446 a 1754. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867. pp. 389-392.

³⁸ ALMEIDA, Cândido Mendes de (ed.). Op. Cit. p. 723.

³⁹ Ibidem.

em algum Tribunal, nem subam à assinatura semelhantes remissões; porque em lugar delas, se remeterão aos Tribunais, a que tocarem, as petições em uma lista, assinada pelos Secretários de Estado, ou Mercês; e nos Tribunais, a que forem, se admitirão para se deferir, como for justiça⁴⁰.

No excerto acima, nota-se que o Rei também passou a recomendar os despachos em listas, no lugar de um tratamento mais detalhado e demorado pela Coroa. Em suma, o objetivo do alvará de 24 de julho de 1713 era tornar mais rápido e fácil os expedientes ordinários. Ao encurtar os circuitos administrativos, o Rei e seus assistentes passariam a cuidar de temas considerados mais relevantes. O Rei optou, neste caso, por especificar quais os tipos de documentos que precisariam ser remetidos à assinatura régia, para serem ratificados, e quais os documentos que poderiam ser deferidos e encaminhados diretamente pelos conselhos e tribunais competentes. Dessa forma, determinou que

se devem escusar de subir a assinatura todos os negócios, que são do expediente dos Tribunais, em que ultimamente foram determinados; porque em lugar dos Alvarás, que costumam passar e subiam a assinatura, ordeno se lavrem Provisões, assignadas por dois Ministros do Tribunal, a que tocarem, e que passem pela Chancelaria, e paguem os mesmos direitos, que os Alvarás⁴¹.

Entre estes papéis que D. João V deixava aos cuidados de tribunais e esferas administrativas subalternas, incluía-se, assim, uma série de assuntos considerados de “menor entidade” pela Coroa⁴². Um total de trinta tipos de documentos ordinários foi escusado de subir à assinatura régia. Por exemplo: licença para o juiz de fora poder casar com mulher órfã de sua jurisdição; licença para que os clérigos, dando fiança, possam advogar nos auditórios seculares; e licença para que nos bens reguengos se possa constituir patrimônio a Clérigos. Enfim, licenças dos mais variados tipos: da autorização para a criação de feiras à permissão para construção de pontes e bens públicos; de concessões para a continuação de obras à prorrogação do tempo necessário para a realização de inventários. Até mesmo licenças para que “possam ir freiras tomar banhos das Caldas”⁴³. Diversos assuntos administrativos rotineiros, de menor monta, que não deviam merecer, a partir de então, qualquer atenção particular da Coroa.

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ Ibidem.

⁴² Ibidem. p. 724.

⁴³ Ibidem. p. 725.

Os despachos referentes aos domínios ultramarinos também tomaram a atenção do monarca. Um dos primeiros despachos a ser escusado da assinatura régia, de modo a evitar o acúmulo de papéis, dizia respeito, justamente, à emissão de passaportes para os navios. Segundo este alvará, as embarcações que houvessem de sair do porto da cidade de Lisboa poderiam ser autorizadas por uma simples portaria “assinada pelo Secretário, a que tocar”⁴⁴. Assim como os expedientes dos demais tribunais e conselhos, os despachos feitos pelo Conselho Ultramarino também foram objeto de preocupação da Coroa. Sabia o monarca que neste conselho também se multiplicavam os papéis à espera de respostas e assinaturas. D. João V determinou, então, que o Conselho Ultramarino observasse nesta parte “a mesma regra e forma” que se estabeleceu “aos mais Tribunais sobre a expedição dos negócios, que a cada um fica pertencendo”⁴⁵. Ou seja, que despachassem diretamente e o mais breve possível todos os assuntos “ordinários”.

Além dessa generalidade de papéis eximidos da assinatura régia, este mesmo alvará também discriminou os documentos extraordinários, mais relevantes, que não poderiam deixar, em caso algum, de serem apresentados ao monarca. Entre estes documentos de primeira importância, encontravam-se então citados: comendas; jurisdições; privilégios; senhorios de terras; ofícios de justiça; patentes de postos militares; mercês de capelas; emprazamento de bens dos concelhos; etc. Determinou-se que “todos os negócios desta e semelhante qualidade, ou sejam expedidos pelos Tribunais, ou por qualquer das Secretarias, sou servido que subam a assinatura, e que de outro modo se lhes não dê cumprimento, nem tenham vigor algum”⁴⁶.

Com essa nova organização dos expedientes, o Rei esperava que tanto os “negócios graves” como os de “menor suposição” pudessem ser finalmente despachados com a brevidade “que convém ao serviço de Deus e boa administração da Justiça”⁴⁷. Ainda poderiam ser citadas outras medidas tomadas por D. João V para tentar tornar a sua administração menos morosa. É o caso da modificação no expediente das consultas que, segundo José Subtil, também passaram “a obedecer um formato mais simples e a um modelo obrigatório de requisitos, sobretudo para o despacho de mercês, comendas, privilégios, senhorios e nomeações para cargos de justiça e fazenda”⁴⁸.

⁴⁴ Ibidem. p. 723.

⁴⁵ Ibidem. p. 724.

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ Ibidem. p. 723.

⁴⁸ SUBTIL, José M. **O Terramoto Político (1755-1759). Memória e Poder**. Op. Cit. p. 25.

A Coroa restringiu as suas próprias ações e despachos, na mesma medida em que procurou agilizar os expedientes administrativos por meio da assistência dos tribunais e conselhos. O que não deve ser encarado, de modo algum, como o simples esvaziamento das prerrogativas do próprio monarca. Com a Coroa ao centro das grandes decisões políticas e econômicas, o alvará de 24 de julho de 1713 apenas aprofundou uma hierarquização, há muito tempo existente, dos espaços administrativos do império.

Essa transferência de algumas competências ordinárias de despacho para as esferas subalternas poderá ser mais bem compreendida quando também observarmos as demais transformações em curso nos centros de deliberação da monarquia. Afinal, o reinado de D. João V foi marcado por importantes transformações no modo de governo.

Nuno Gonçalo Monteiro resume bem os novos elementos em cena. No que toca à administração central, D. João V promoveu uma espécie de “grande mutação silenciosa”⁴⁹. Em seu reinado, os espaços políticos de maior importância a partir da Restauração de 1640, como o Conselho de Estado e as Cortes, foram gradualmente substituídos por novos formatos de deliberação, mais circunscritos ao próprio monarca.

As Cortes sequer chegaram a ser convocadas ao longo dos mais de 40 anos do reinado de D. João V. “Até cerca de 1723, a ideia de reunir as Cortes parece ainda sobreviver, mas depois vai caindo gradualmente no esquecimento”⁵⁰. O Conselho de Estado, principal centro da decisão no início do reinado, também parece ter deixado de se reunir a partir da década de 1720. Contando com o auxílio de assistentes e homens de sua confiança, o Rei passou a despachar suas decisões “depois de convocar juntas com uma composição variável”. Ou seja, assistentes à sua escolha, conforme o caso.

A Coroa, neste período, também alargou sua autonomia sobre a nomeação dos governadores e capitães-mores para o ultramar. Ao longo do século XVII a seleção costumava ser antecedida por um “concurso” do Conselho Ultramarino, que dava seu parecer sobre os candidatos e indicava o mais votado. Enquanto “na segunda metade do século XVII, cerca de dois terços das propostas apresentadas pelo Conselho Ultramarino obtiveram provimento”, já na década seguinte “ao fim da Guerra da Sucessão de Espanha (1703-1714), ou seja, nos anos 20 de Setecentos, foram aumentando as nomeações de governadores não coincidentes com as propostas do Conselho”⁵¹. Além

⁴⁹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. “A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal Barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1668-1750)”. In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001. p. 214.

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ Os concursos não abrangiam a seleção dos Vice-Reis e governadores-gerais da Índia e Brasil, em que

disso, também se ampliou “gradualmente o número de capitanias não sujeitas ao sistema de concurso antes referido”, ou seja, cujos governadores foram nomeados sem qualquer consulta. Quanto mais importante a capitania, mais cedo desapareceram os concursos:

Em Minas, o último foi em 1724; em São Paulo em 1730, no Rio de Janeiro em 1739 (mas o anterior fora em 1731, e nenhum destes teve efetivo provimento); em Angola em 1743 (mas o anterior fora em 1724); no Grão-Pará (capitania-mor) em 1745; no Maranhão (já reduzida a Capitania-mor) em 1745; em Pernambuco, por fim, o último concurso é de 1751, mas o anterior fora em 1731, ou seja, vinte anos antes⁵².

Um caminho para o reforço do poder real, mais autocrático em temas de maior relevância para a administração do império, era gradualmente desbravado. Como observou Luís Ferrand de Almeida, o fortalecimento da Coroa, tendência antiga em Portugal, se acentuou bastante no reinado de D. João V. Através da concessão de tenças e mercês, o Rei teria empreendido um grande esforço para submeter e disciplinar os diferentes setores do estado nobiliárquico. Sem a convocação das Cortes e as reuniões do Conselho de Estado, os espaços de deliberação eram atados, cada vez mais, ao próprio monarca. Não só pela utilização das juntas de composição variável, como também pelos despachos que eram feitos, na reclusão do gabinete, com o auxílio dos secretários e assistentes privados do Rei, como Alexandre de Gusmão e o Cardeal da Mota. “Conselheiros e executantes de um soberano que os sabia ouvir e utilizar, mas conservando firmemente o poder decisório e a independência da Coroa”⁵³.

Podemos falar, tal como Maria Fernanda Bicalho, a partir de recentes estudos, em uma “inflexão” política durante o reinado de D. João V. Período em que houve uma restrição do grupo dirigente e “o poder monárquico sofreu um lento, porém crescente processo de centralização”⁵⁴. Maria Fernanda Bicalho nota, por exemplo, a insatisfação do Conselho Ultramarino, no ano de 1714, com o fato de o Vice-Rei, o Marquês de Angeja, ter escrito apenas oito cartas “em direitura a este Conselho”, enquanto todas as outras foram remetidas diretamente ao Secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte

só o Conselho de Estado era consultado. Idem. “Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII”. In: BICALHO, Maria; FERLINI, Vera (orgs.). **Modos de Governar: ideias e práticas políticas no império português. séculos XVI a XIX**. São Paulo: Alameda, 2005. p. 100.

⁵² Ibidem. p. 101

⁵³ ALMEIDA, Luís Ferrand de. “O absolutismo de D. João V”. **Páginas dispersas: Estudos de História Moderna de Portugal**. Coimbra: Faculdade de Letras, 1995. p. 193.

⁵⁴ BICALHO, Maria Fernanda. “Inflexões na política imperial no reinado de D. João V”. **Anais de História de além-mar**. vol. VIII, 2007. p. 38.

Real (pai). “Algumas baixaram ao Conselho apenas dois meses depois da chegada da frota, impedindo que ele se pronunciasse sobre os negócios que poderiam pedir urgência na sua resolução”⁵⁵. Neste mesmo ano, o Conselho ainda reclamava do provimento de dois oficiais pelo Vice-Rei, a partir de uma portaria do Secretário de Estado, e não por alvará régio. Desse modo, sem abandonar totalmente a consulta aos seus conselhos, “o recurso a outras formas de deliberação foi-se tornando cada vez mais frequente”.⁵⁶

Apesar de todas essas mudanças, também não faltaram objeções aos costumes e práticas deste reinado. Persiste ainda a imagem da letargia intelectual e administrativa, por vezes abrandada pela atuação de um ou outro “estrangeirado”, que nos foi legada por autores como Oliveira Martins, Antônio Sérgio e João Lúcio de Azevedo⁵⁷. Uma imagem de que, no reinado de D. João V, Portugal continuava mergulhado na escuridão e engessado “pelo arcaísmo da nobreza e pelo misticismo da Igreja Católica”⁵⁸.

Novas pesquisas, contudo, têm enveredado por um caminho oposto e apontado um ambiente intelectual com feições já não tão distantes do resto da Europa⁵⁹. O isolacionismo português tem sido relativizado em função da mais ampla observação das trocas e contatos com o exterior, tanto no âmbito das letras como no das ciências⁶⁰.

Um ambiente de maior vitalidade se descortinou aos olhos dos pesquisadores. A Academia Real de História, criada em 1720, tem sido estudada como parte de um projeto intelectual de construção da história nacional e de defesa do seu patrimônio ultramarino⁶¹. Observa-se toda uma nova “intelectualidade”, em constante atividade e comunicação, que foi arregimentada para servir interesses da Coroa. Afinal, no centro

⁵⁵ Ibidem. p. 50.

⁵⁶ Ibidem. p. 53. Sobre as transformações e “inflexões” na cultura política do reinado de D. João V, ver também: Idem. “As tramas da política: conselhos, secretários e juntas na administração da monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarinos”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. pp. 353-356 e 361-365.

⁵⁷ Cf. AZEVEDO, J. L. **O Marquês de Pombal e a sua época**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil; Lisboa: Nova Seara; Porto: Renascença Portuguesa, 1922. p. 87-92; MARTINS, J. P. de Oliveira. **História de Portugal**. liv. VI. Lisboa: Livraria Bertrand, 1887. pp. 148-172; SÉRGIO, Antônio. “O Reino Cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal”. **Ensaio**. Tomo 2. Lisboa: Sá da Costa, 1971-1975. pp. 25-61.

⁵⁸ FURTADO, Júnia Ferreira. “Dom João V e a década de 1720: novas perspectivas na ordenação do espaço mundial e novas práticas letradas”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Brasil Colonial**. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 64.

⁵⁹ Ibidem. pp. 64-65.

⁶⁰ MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. “‘Estrangeirados’: A questão do isolacionismo português nos séculos XVII e XVIII”. **Revista de História**. São Paulo: USP, n. 123-124, ago/jul. 1990/1991. pp. 35-70.

⁶¹ KANTOR, Iris. “A Academia Real de História Portuguesa e a Defesa do Patrimônio Ultramarino (1648-1750)”. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera (orgs.). **Modos de Governar**. Op. Cit. pp. 257-276; Idem. **Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)**. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos, UFBA, 2004. pp. 41-45 e 57-69.

dessas dinâmicas e transformações, segundo Júnia Ferreira Furtado, estava o próprio Rei D. João V, “que se tornou o patrono das ciências e das artes fundamentais”⁶².

Isso tudo sem contar a “domesticação” da nobreza e os cerimoniais da vida na corte, que foram tão importantes para a cultura política deste reinado: os espetáculos, as festividades, a etiqueta. Diversas peças utilizadas na construção e celebração da imagem do monarca, de modo a aprofundar a sua centralidade diante da nobreza⁶³.

Mesmo na fase final de sua vida, com a saúde abalada, D. João V ainda teria se mostrado cioso de sua autoridade⁶⁴. Possuía uma grande força e independência política, viabilizada pela próspera conjuntura fiscal do império, devido à descoberta das minas de ouro e à relativa recuperação da produção açucareira na colônia. Um cenário favorável, que levou Luís Ferrand de Almeida a falar de um absolutismo próprio de D. João V.

É claro que, ao tentarmos compor um quadro político e administrativo deste reinado, não deveríamos nos concentrar com exclusividade em seus traços de inovação. Diante da difícil tarefa de administrar o império, as mudanças no governo de D. João V também tiveram as suas limitações. “A nomeação de ofícios e a remuneração de serviços, para além da política exterior, continuaram a absorver a maior atenção do centro político do reino”⁶⁵. Da mesma forma, a extração aurífera e a proteção das rendas mercantis continuaram a pautar as principais ações do governo colonial. A cultura política se modificava, mas algumas reformas mais sistemáticas ainda estavam por vir.

Com objeções à expressividade das mudanças que se observaram no reinado de D. João V, Antônio Manuel Hespanha e José Subtil chegaram a afirmar que este monarca teria dado continuidade a uma administração “passiva”, de viés “corporativo” e “polissinodal”, que preservava os poderes das diversas esferas administrativas do reino (tribunais, câmaras, etc.)⁶⁶. José Subtil enxergou, aliás, uma “continuidade do regime político desde D. João III até ao final do reinado de D. João V”⁶⁷. A primeira metade do século XVIII, em sua opinião, “não correspondeu a uma fase de grandes mudanças no plano institucional ou na composição das elites, nem está identificado com nenhuma

⁶² FURTADO, Júnia Ferreira. Loc Cit. p. 66.

⁶³ Cf. BEBIANO, Rui. **D. João V: poder e espetáculo**. Aveiro: Livraria Estante, 1987.

⁶⁴ ALMEIDA, Luís Ferrand de. “O absolutismo de D. João V”. Op. Cit. pp. 192-193.

⁶⁵ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Dom José: na sombra de Pombal**. Lisboa: Temas & Debates, 2008. p. 46. Cf. ALMEIDA, L. F. de. “O absolutismo de D. João V”. Op. Cit. p. 194.

⁶⁶ HESPANHA, Antônio Manuel. “Introdução”. In: MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal**. vol. 4. O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 11; SUBTIL, José M. **O Terramoto Político (1755-1759)**. Op. Cit. p. 12.

⁶⁷ SUBTIL, José M. **O Terramoto Político (1755-1759)**. Op. Cit. p. 12.

reorientação de relevo no sistema político”⁶⁸. As medidas e reformas do reinado seriam apenas o “ensaio fracassado” de uma transição para um governo mais centralizador⁶⁹.

De acordo com José Subtil, somente no reinado seguinte, com as reformas do Marquês de Pombal, a Coroa teria passado a exercer um controle efetivo sobre o aparato administrativo, de modo a instrumentalizar os tribunais e poderes periféricos do reino. Os novos órgãos pombalinos, como a Intendência Geral de Polícia e o Erário Régio, teriam contribuído para a consolidação de um novo modelo de governo, de cariz mais centralista e interventor. Para José Subtil, o “movimento para organizar uma certa centralidade política no tempo de D. João V não deve”, então, “ser confundido com a dinâmica de centralização que se iniciará no consulado pombalino”⁷⁰.

No entanto, contra uma estrita apreciação “passiva” e “reguladora” dos governos anteriores a Pombal, no qual se inclui o de D. João V, é preciso ponderar, em primeiro lugar, que o exercício do poder obedecia a uma hierarquia inegável. Os conselhos, fixados em Lisboa, serviam o monarca. As Cortes, espécie de mecanismo regulador das tendências autocráticas da monarquia, dependiam da deferência dos Reis. As câmaras municipais e os seus oficiais, a despeito das autonomias locais, também eram sujeitas à autoridade régia. A nobreza, como tudo o mais no reino, foi gradualmente submetida ao poder central⁷¹. Portugal nem mesmo possuía corpos políticos intermédios de grande relevância, como conselhos e órgãos provinciais⁷². Ao contrário da maioria dos reinos vizinhos, Portugal apresentava uma singular uniformidade administrativa e territorial. A pluralidade de agentes e poderes convergia, então, para um centro muito bem definido⁷³.

O maior problema de analisar o governo de D. João V (ou de seus antecessores) em função das reformas que se sucederam a partir de Pombal é, precisamente, perder de vista essas especificidades do período em estudo. A Coroa, afinal, não era simplesmente “mais um” entre tantos outros poderes. Como afirmou Laura de Mello e Souza, se o Antigo Regime apresentava uma anatomia do poder bastante distinta da atual, como nos

⁶⁸ Ibidem. p. 104.

⁶⁹ Ibidem. p. 53.

⁷⁰ Ibidem. p. 27.

⁷¹ Cf. FRANÇA, Eduardo D’ Oliveira. **O Poder Real em Portugal e as origens do absolutismo**. Bauru: Edusc, 2013; MERÊA, Manuel Paulo. **O Poder Real e as Côrtes**. Coimbra: Coimbra Editora, 1923.

⁷² MONTEIRO, Nuno Gonçalves. **Dom José: na sombra de Pombal**. Op. Cit. pp. 35-39.

⁷³ No caso do Brasil colonial, a centralidade da Coroa foi firmada, em grande medida, por meio da conjunção dos interesses metropolitanos e coloniais: “O ‘colonizador’ ou o ‘colono’ é sempre um vassalo, um agente da Coroa, e arca, por sua conta e risco, embora com alguns privilégios e vantagens e, por vezes, com algum suporte oficial, com a construção do Império na Colônia. [...] Os que só viram o lado frágil dessa relação negligenciaram porque ela surgiu e o que ela significou em termos da criação de um imenso sistema colonial”. Cf. FERNANDES, Florestan. “A sociedade escravista no Brasil”. **Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1977. p. 34.

foi mostrado por uma produção histórica recente, “nem por isso havia ausência do Estado, mas um Estado no qual as racionalidades eram outras”⁷⁴. Fica então a questão: como devemos compreender as mudanças promovidas durante o reinado de D. João V?

A descentralização dos assuntos “ordinários”, proposta no alvará de 24 de julho de 1713, veio acompanhada, em seguida, de um sensível esforço de centralização dos expedientes “extraordinários” da Coroa. D. João V se acercou das decisões e despachos mais importantes, ao mesmo tempo em que transferiu responsabilidades menores para o trato de esferas administrativas subalternas. O Rei como uma figura idealmente passiva e mediadora se torna uma imagem cada vez mais difícil de acomodar à realidade.

O monarca procurou comandar o que considerava ser os grandes assuntos do Estado – o comércio, a diplomacia, o fisco, os grandes privilégios – e se eximir das contendas ordinárias. Como apontou Fernando Novais, “não foi D. João V apenas beato e freirático, mas também estadista, que as duas coisas necessariamente não se excluem”⁷⁵. Assim, importantes reformas começavam a emergir no centro do império. De passo em passo, por vezes semeando mais do que colhendo⁷⁶, D. João V seguia introduzindo novas tonalidades ao antigo quadro institucional do reino.

De um lado, o lento declínio dos conselhos e das Cortes; do outro, a gradual valorização do expediente administrativo das secretarias e dos assistentes da Coroa. Uma “herança” institucional que conectou os governos de D. José e D. João V. Afinal, a história política e administrativa do reinado de D. José, apesar de conter traços próprios, também esteve assente em padrões previamente amadurecidos, como o mercantilismo e a “razão de estado”⁷⁷. Não seria correto separar os dois reinados em blocos estanques⁷⁸.

⁷⁴ SOUZA, Laura de Mello e. **O Sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 51.

⁷⁵ NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial**. Op. Cit. p. 221.

⁷⁶ Cf. BOXER, Charles R. **O Império Marítimo Português: 1415-1825**. Tradução: Duarte, Inês Silva. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 346.

⁷⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “The Patterns of Portuguese Politics in the 18th Century or the Shadow of Pombal. A Reply to Antônio Manuel Hespanha”. **E-Journal of Portuguese History**. Universidade do Porto; Brown University, v. 5, n.º. 2, 2007.

⁷⁸ Francisco Calazans Falcon tratou de ressaltar que “a noção de uma Época Pombalina é historicamente duvidosa em termos do papel da ruptura e da continuidade na interpretação do processo histórico, pois, de fato, ela faz o equilíbrio da balança inclinar-se excessivamente para o lado da ruptura, tanto em relação ao reinado de D. João V quanto ao reinado de D. Maria I”. cf. FALCON, Francisco. “Antigos e novos estudos sobre a ‘Época Pombalina’”. In: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia (orgs). **A “Época Pombalina” no mundo Luso-Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 8.

Capítulo 2.

A reforma ministerial de D. João V

Com o falecimento do secretário Diogo de Mendonça (pai), em março de 1736, alguns homens de confiança do Rei, como o Cardeal D. João da Mota e o Cardeal da Cunha, foram chamados a opinar sobre a nomeação de novos secretários e a organização dos expedientes da Coroa⁷⁹. Passaram-se quase cinco meses de arbítrios e discussões antes que a Coroa finalmente se decidisse sobre a condução de uma reforma.

No alvará de 28 de julho de 1736, D. João V afirmou que as secretarias criadas após a Restauração de 1640, com o intuito de auxiliar o despacho e atender às urgências administrativas da guerra contra a Espanha, já não se mostravam organismos eficazes para cuidar do crescente volume de papéis que subiam, dia após dia, à presença do monarca. D. João V procurou ressaltar que a própria “experiência” de governo havia lhe mostrado que a organização ministerial existente não satisfazia mais o expediente e que,

antes, pelo contrário, se encontram na sua prática alguns inconvenientes graves, e maior dilação e embaraço no despacho das ditas Secretarias, não só por não constar com toda clareza necessária das matérias que pertencem a cada uma, mas por separar o dito Alvará [de 1643] algumas, que deviam andar unidas, e muito mais por passarem os negócios, depois de resolutos em qualquer das duas primeiras Secretarias, para o expediente da terceira da Assinatura; fazendo-se preciso, que o Secretário dela os torne a examinar de novo, e as resoluções, que sobre eles fui servido tomar [...]⁸⁰.

Em 29 de novembro de 1643, o Rei D. João IV, querendo dar ao seu despacho uma mais fácil e “breve expedição”, havia decidido que seria melhor dividir os negócios que corriam pela Secretaria de Estado, em atividade desde dezembro de 1640, com uma nova repartição, denominada das “Mercês”. Pela Secretaria de Estado continuaria a ser

⁷⁹ BRAZÃO, Eduardo. “A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, criação de D. João V”. **Revista Portuguesa de História**, t. XVI. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 1976. p. 56.

⁸⁰ “Alvará mandando que as três Secretarias d’Estado, das Mercês e Expediente, e da Assinatura, tenham todas o título de Secretarias d’Estado, a saber: uma dos negócios interiores do Reino, outra dos que pertencem a Marinha e Domínios Ultramarinos, e outra dos negócios Estrangeiros e da Guerra”. **Boletim do Conselho Ultramarino**. Legislação Antiga. Volume I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867. pp. 409-411. Encontrado também em: **Collecção Chronologica de Leis Extravagantes, posteriores à nova compilação das Ordenações do Reino, publicadas em 1603**. Tomo II. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1819. pp. 458-463.

despachada toda a correspondência mantida com os reinos estrangeiros, além de toda a comunicação com os governadores, Vice-Reis e demais vassalos, incluindo o despacho dos regimentos, ordens e demais cartas “que se houverem de dar”. De suas antigas obrigações, a Secretaria de Estado também manteve o despacho dos provimentos de Vice-Reis, governadores, generais de armadas, almirantes e todos os “grandes” oficiais do reino, tais como os presidentes de tribunais, conselheiros e desembargadores. Do mesmo modo, todas as consultas que tocassem às matérias de governo e “direção de coisas públicas”, como o provimento dos postos e ofícios antes referidos, também continuariam a passar pela dita Secretaria de Estado. Quanto aos demais expedientes,

todas as mais Consultas, Despachos, Decretos, e ordens, que se houverem de passar, e receberem cartas, e papéis, que não forem das matérias referidas, e do despacho das mercês que eu fizer, por serviços, ou graça, não sendo das que ficam apontadas, se expedirão pela Secretaria das Mercês, e Expediente⁸¹.

O expediente da Secretaria das Mercês foi definido muito mais em função daquilo que a Secretaria de Estado deixava de cuidar e despachar, do que em razão de alguma prerrogativa própria. As duas secretarias ficaram, então, sem uma delimitação suficientemente clara de seus respectivos campos de atuação. A forma de divisão adotada dava margem para algumas sobreposições nas tarefas das duas repartições.

Como observou D. João da Mota, “o Secretário chamado das Mercês trata tanto dos negócios de Estado, como o chamado Secretário de Estado, e muitos que não são de mercês, por cuja razão lhe é muito impróprio o nome de Secretário das Mercês”⁸². Afinal, não só os temas e papéis de ambas as repartições deviam andar constantemente misturados, como também há que se considerar que a atribuição de privilégios, ofícios e outras gratificações havia se tornado um dispositivo intrínseco ao sistema de governo. A concessão de mercês como recompensa aos serviços de interesse público, prestados à Coroa, era um expediente que estava intimamente ligado ao bom funcionamento da administração régia e, como já se percebia, ao funcionamento do próprio Estado⁸³. Na prática, a administração do “Estado” e das “Mercês” eram assuntos inseparáveis.

⁸¹ Ibidem. p. 227.

⁸² Carta de 22 de maio de 1736. Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Cód. 8058. fl. 241.

⁸³ Em face da escassez de recursos, a prática de conceder privilégios e mercês a particulares, em troca dos serviços prestados à Coroa, consistia em um importante mecanismo de governo para a monarquia. Valendo-se de sua centralidade, o Rei podia se apoiar sobre o trabalho e os gastos de seus vassalos para concretizar seus objetivos políticos e econômicos mais gerais. Cf. OLIVAL, Fernanda. **As ordens**

Além destas duas secretarias, “Estado” e “Mercês”, ainda havia uma terceira repartição, denominada “da Assinatura”. A sua criação, difícil de datar, já foi designada como uma obra mais tardia, do reinado de D. Pedro II⁸⁴. Mas não há consenso sobre isso. Recentemente, André da Silva Costa propôs outra origem para essa repartição. Desde a década de 1640, ao que tudo indica, já havia um secretário específico para o trabalho de preparação dos papéis e documentos que seriam firmados pelo monarca⁸⁵. Essa terceira secretaria, da “Assinatura”, se formou como uma repartição destinada à autenticação dos papéis da Coroa, procurando aliar a agilidade no despacho com o controle da produção documental⁸⁶. Todavia, a sobreposição de funções ainda teria sido mais agravada pelo fato dessa última repartição ter que repassar, novamente, todo o conteúdo que já havia sido disposto e preparado pelas secretarias anteriores.

A repetição dos circuitos administrativos e a provável confusão no arranjo dos expedientes da Coroa talvez explique, em parte, a concentração da maior parte das funções de despacho, até o ano de 1736, no secretário Diogo de Mendonça Corte Real (pai). Afinal, com a má definição das áreas de atuação de cada uma das secretarias régias, é possível que tenha se mostrado mais cômodo para o Rei D. João V confiar a preparação dos seus despachos a um único secretário de sua confiança.

De qualquer forma, toda a morosidade resultante dessa ineficiente disposição administrativa foi citada no alvará de 28 de julho de 1736 como a principal justificativa para uma reforma na organização das secretarias régias. Segundo o alvará,

é mais natural, que cada uma das ditas Secretarias tenha o seu expediente, separado de tudo o que diz respeito às matérias da sua repartição; e que na mesma, por onde baixam as resoluções, se examine, se estão conformes a elas as Ordens, que em sua execução se expedem pelos Tribunais, e sobem à Assinatura; evitando-se por esse modo muitas demoras, e o que é mais, ocupar-se neste emprego um Secretário, que com mais útil aplicação pode ter o de outra repartição, a qual se faz preciso criar de novo em atenção

militares e o Estado Moderno. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Editora Estar, 2001; RICUPERO, Rodrigo. “A administração colonial”. **A formação da elite colonial: Brasil c. 1530 – c. 1630.** São Paulo: Alameda, 2009. pp. 127-150.

⁸⁴ KOROBTCHENKO, Júlia P. **A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra: A instituição, os instrumentos e os homens (1736-1756).** Lisboa: Dissertação de Mestrado pela Universidade Nova de Lisboa, 2011. p. 25.

⁸⁵ COSTA, André. **Os secretários e o Estado do rei: Luta de Corte e poder político, secs. XVI-XVII.** Lisboa: Dissertação de Mestrado pela Universidade Nova de Lisboa, 2008. pp. 158-159.

⁸⁶ *Ibidem.* p. 158

dos muitos negócios, que com o tempo tem acrescido, para que, dividido o trabalho, seja mais pronta a expedição⁸⁷.

D. João V retomou os problemas que já haviam sido apontados no alvará de 1713⁸⁸, como o acúmulo de papéis e a demora na execução dos despachos. Dessa vez, contudo, o monarca atacou os problemas referentes à própria divisão das secretarias. Considerando a sobreposição de funções, D. João V apontou que uma reformulação era algo “natural”. Era preciso rever os expedientes da Coroa. Mas qual solução adotar?

Diferentes propostas parecem ter chegado aos ouvidos do Rei. Certamente não havia apenas um único modelo de organização possível. O monarca, no entanto, parece ter levado em conta, mais do que quaisquer outros conselhos e inventivas, os arbítrios do Cardeal D. João da Mota. Em uma carta de 22 de maio de 1736, o Cardeal da Mota criticou as mudanças que haviam sido sugeridas por seu colega, o Cardeal da Cunha⁸⁹. Este último teria aconselhado o monarca a nomear dois secretários de Estado, sob uma mesma repartição, ambos comunicando e dividindo os negócios da Coroa entre si.

D. João da Mota, contrário a esta proposta, alegou que não seria conveniente ao bom funcionamento da administração ter “dois galos em um poleiro”. Um dos secretários mandaria e o outro contramandaria, de tal forma que os oficiais da secretaria não saberiam mais a quem obedecer, “e seria tudo uma confusão nas ordens que passassem”⁹⁰. D. João da Mota criticou, principalmente, a falta de critérios claros e objetivos para a divisão das consultas e despachos entre os dois secretários de Estado. Em face das sugestões do Cardeal da Cunha, D. João da Mota foi contundente ao afirmar: “Estes arbítrios por papel, e tinta são fáceis, mas na execução impraticáveis”⁹¹.

Para atender a variedade dos negócios da Coroa, o Cardeal D. João da Mota foi bastante pragmático e defendeu que fossem criadas três secretarias, todas com o título de “Secretarias de Estado”. Mas não mais que três, “porque para mais temos pequeno

⁸⁷ **Boletim do Conselho Ultramarino**. Op. Cit. p. 410.

⁸⁸ “Alvará, em que se estabelecem as formalidades, que se devem observar no despacho dos negócios, que ficam pertencendo ao expediente dos Tribunais; e nos que devem consultar-se, e subir a assinatura”. In: ALMEIDA, Cândido Mendes de (ed.). Op. Cit. pp. 723-725.

⁸⁹ D. João da Mota se refere ao colega apenas como “Cardeal da Cunha”. Deve se tratar de Nuno da Cunha e Ataíde (1664-1750), conselheiro de Estado e Inquisidor-mor durante o reinado de D. João V. Cf. **Notícias de Portugal escritas por Manoel Severim de Faria**. 2ª impressão, acrescentadas pelo padre D. José Barbosa. Lisboa Ocidental: publicado na oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1740. pp. 273-274. Segundo Nuno Gonçalves Monteiro, o Cardeal D. Nuno da Cunha, além de Frei Gaspar da Encarnação, Alexandre de Gusmão e o próprio Cardeal D. João da Mota costumavam assistir o Rei nas suas decisões. MONTEIRO, Nuno Gonçalves. “D. João V (1706-1750). O ouro, a Corte e a diplomacia”. In: MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal**. vol. 4. O Antigo Regime (1620-1807). Op. Cit. p. 415.

⁹⁰ Carta de 22 de maio de 1736. BNP, Cód. 8058. fl. 241.

⁹¹ *Ibidem*.

mapa, parecerá mal tantos cortadores a esfolar um pequeno carneiro”. Este era também o número de secretarias antes existentes (Estado, Mercês e Assinatura), de tal modo que se poderia mais facilmente adaptar-lhes aos novos exercícios⁹².

O Cardeal D. João da Mota se mostrou preocupado, sobretudo, em estabelecer critérios mais precisos para a repartição dos expedientes da Coroa. Em relação à divisão dos despachos entre as secretarias, o Cardeal da Mota propôs que fossem considerados os diferentes campos da administração régia. Além de uma secretaria centrada no espaço administrativo do próprio reino e de uma segunda secretaria para cuidar dos negócios com os governos estrangeiros, o Cardeal defendeu que deveria haver uma terceira repartição especializada nos assuntos dos domínios ultramarinos, aos quais se deviam juntar também o trato dos negócios da marinha portuguesa. O Cardeal da Mota procurou aliar, portanto, fatores políticos e geográficos na definição das especialidades de cada repartição. No caso da Secretaria do Ultramar, esta teria muito em que trabalhar

nas correspondências dos Vice-Reis, Governadores, e Ministros de todas as Conquistas, nas Consultas do Conselho Ultramarino, e nas do Conselho da Fazenda, que respeitam à Índia, Ilhas e Mazagão, e aos Armazéns, e da Mesa da Consciência quanto às Igrejas do Ultramar, e do Conselho de Guerra dos Postos da Marinha, Ofícios da mesma Marinha, e despachos de mercês de toda a dita Repartição⁹³.

O Rei acolheu estas sugestões e para o lugar das antigas repartições se decidiu pela criação de três novas secretarias, todas com o título de “Secretarias de Estado”⁹⁴. À Secretaria do Reino se destinariam os despachos referentes à criação e provimento de títulos, além de concessões de senhorios de terras, privilégios, rendas, ofícios e mercês; igualmente, todos os negócios pertencentes às ordens militares, à administração da justiça, fazenda e polícia, bem como os interesses particulares que se fizessem presentes por petições, consultas ou cartas de conta, se encaminhariam para a dita secretaria e por ela se expediriam as respostas⁹⁵. Pela Secretaria dos Negócios Estrangeiros deveriam correr todas as negociações com as demais cortes; o provimento e a correspondência com o corpo diplomático, bem como as conferências com ministros estrangeiros que

⁹² Ibidem.

⁹³ Ibidem. fl. 241-242.

⁹⁴ **Boletim do Conselho Ultramarino**. Op. Cit. p. 410.

⁹⁵ Idem.

estivessem em Portugal; do mesmo modo, caberia a esta secretaria o provimento de tropas, armazéns, fortes e hospitais, além dos postos militares do reino⁹⁶.

Quanto à Secretaria do Ultramar, por ser o objeto central de nossos estudos, optamos por reproduzir o alvará de 28 de julho de 1736 em maior detalhe:

À Secretaria de Estado da Marinha e Conquistas pertencerão todos os despachos, concernentes à Expedição das Armadas e Frotas, e administração da Fazenda dos seus Armazéns, os provimentos de todos os postos Militares da mesma Marinha, e os Offícios dela: o Expediente dos Passaportes dos Navios, que saírem deste porto, as Ordens sobre os que entrarem, todas as mais dependências da mesma Marinha, e as Consultas, avisos e requerimentos, que respeitarem às matérias referidas, se remeterão à dita Secretaria com a formalidade acima declarada. Igualmente pertencerão a ela as nomeações de Vice-Reis, Governadores e Capitães Gerais dos Estados da Índia, Brasil, Maranhão, Reino de Angola, Ilhas da Madeira, Açores e Cabo-Verde e Presídios de África; os provimentos de todos os postos Militares e Offícios de Justiça e Fazenda das mesmas Conquistas, e das Dignidades, Canonicatos, Paróquias e mais Benefícios das suas Igrejas; os negócios das Missões e todos os mais pertencentes à administração da Justiça, Fazenda Real, Comércio e Governo dos referidos Domínios; e as Cartas, que me escreverem os Vice-Reis, Governadores, Prelados e quaisquer outras pessoas, não sendo dirigidas a algum Tribunal, se remeterão à dita Secretaria, e por ela se expedirão as respostas⁹⁷.

Para estas três novas repartições foram nomeados, respectivamente: Pedro da Mota e Silva, Secretário de Estado do Reino⁹⁸; Marco Antônio de Azevedo Coutinho, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra⁹⁹; e Antônio Guedes Pereira, Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos¹⁰⁰.

Como podemos observar na correspondência entre o Rei D. João V e o Cardeal D. João da Mota, outros nomes chegaram a ser estudados pela Coroa. Gonçalo Manuel Galvão de Lacerda, Manuel Caetano de Lavre e até mesmo Sebastião José de Carvalho

⁹⁶ Ibidem. p. 411.

⁹⁷ Ibidem. pp. 410-411.

⁹⁸ Pedro da Mota e Silva (1684-1757) era irmão do Cardeal D. João da Mota. Foi cônego da catedral de Faro e enviado extraordinário de Portugal na Santa Sé, antes de ser nomeado Secretário de Estado. Cf. *Optima Pars. Elites Portuguesas do Antigo Regime*. Nuno Gonçalo Monteiro (pesquisador responsável). Banco de dados elaborado em Microsoft Access, versão de outubro de 2006.

⁹⁹ Marco Antônio de Azevedo Coutinho (1688-1750), ministro que havia sido nomeado para servir na enviatura diplomática de Londres, onde permaneceu até o ano de 1739. Cf. *Optima Pars*. Op. Cit.

¹⁰⁰ Antônio Guedes Pereira (1683-1747) foi escrivão da Fazenda Real por via de sucessão e nomeado representante plenipotenciário em Madri. Cf. *Optima Pars*. Op. Cit.

foram considerados para um lugar nas secretarias de Estado¹⁰¹. Mas esses candidatos acabaram rejeitados, entre outros motivos, devido a sua falta de experiência no exterior. O Rei D. João V duvidava que Galvão de Lacerda e Manuel Caetano de Lavre tivessem um bom domínio de línguas estrangeiras e temia em Sebastião José de Carvalho “alguma falta de prudência”, dizendo que ainda era preciso examiná-lo melhor¹⁰². Os secretários escolhidos, ao contrário, já possuíam importantes experiências diplomáticas, o que deve ter contado bastante para as suas respectivas nomeações.

Como observou D. Luís da Cunha, o provimento de secretários com experiência no exterior era uma prática que já havia se consolidado nas últimas décadas. Ao longo dos reinados de D. Pedro II e de D. João V foram nomeados como secretários: “Mendo de Foios, que foi enviado em Madrid; José de Faria, em Inglaterra e Espanha; Diogo de Mendonça, em Holanda e Madrid; Marco Antônio em Paris e Londres; Antônio Guedes também em Madrid; e Pedro da Mota e Silva, em Roma”¹⁰³. Estes três últimos, como vimos, se tornaram os novos Secretários de Estado de D. João V.

O monarca também chegou a considerar a criação de uma quarta repartição, destinada aos assuntos eclesiásticos. Em uma carta a D. João da Mota, o Rei afirmou que mesmo Portugal sendo pequeno, já oferecia muito no que trabalhar. No que dizia respeito a responder as diferentes cartas do reino que subiam ao despacho da Coroa, já havia “infinito que fazer”¹⁰⁴. Parecia-lhe, portanto, que prover um quarto secretário, não era impróprio, mas “antes necessário”. Principalmente se um dos ministros nomeados adoecesse ou viesse a falecer, pois o quarto secretário poderia mais rapidamente satisfazer a ausência daquele que lhe faltasse. Além do mais, D. João V considerava que ao ramo “eclesiástico” também cumpria um gênero próprio de repartição, que poderia tratar dos negócios e correspondências pertencentes às igrejas e às universidades.

Como Secretários de Estado, de todo modo, só foram providos os três ministros antes referidos. A vontade de D. João V em criar uma quarta repartição não chegou a se concretizar. Pelo menos não oficialmente, já que o Cardeal da Mota, mesmo sem receber qualquer nomeação para as secretarias, se manteve como um dos principais assistentes de despacho do monarca até 1747, ano de sua morte. Com uma influência

¹⁰¹ Carta do Rei D. João V ao Cardeal D. João da Mota, sem data. BRAZÃO, Eduardo. **D. João V: subsídios para a história de seu reinado**. Porto: Portucalense Editora, 1945. pp. 124-125.

¹⁰² Ibidem.

¹⁰³ CUNHA, Luís da. “Carta de Instruções a D. Luís da Cunha Manuel”. **Instruções Políticas**. Introdução, estudo e edição de Abílio Diniz Silva. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 177.

¹⁰⁴ BRAZÃO, Eduardo. **D. João V: subsídios para a história de seu reinado**. Loc. Cit.

maior que a dos demais secretários na resolução dos assuntos de governo, D. João da Mota chegou até mesmo ser considerado uma espécie de primeiro-ministro informal¹⁰⁵.

Segundo Jaime Cortesão, os novos Secretários de Estado funcionaram, aliás, como “testas de ferro do verdadeiro ministério que se compunha do Cardeal da Mota, de Alexandre de Gusmão e do Padre Carbone”, secretários privados do monarca¹⁰⁶. A estes homens de confiança é que caberia, de fato, aconselhar o Rei nos assuntos de maior importância, como os alinhamentos diplomáticos e a administração fiscal do império.

A reforma ministerial de 1736 correspondeu, de todo modo, a uma clara tentativa da Coroa em remediar o atraso nos despachos e oferecer um tratamento mais diligente aos papéis que subiam à assinatura régia. Como destacou José Subtil, enquanto a antiga disposição era “confusa e inoperante, causando disfunções administrativas entre as três secretarias”, a reforma de 1736 surgiu como um esforço de “especialização dos negócios públicos”¹⁰⁷. Era preciso delimitar as tarefas e obrigações de cada repartição.

Segundo D. Luís da Cunha, o expediente da Secretaria do Reino seria o mais penoso, “porque, respeitando ao despacho interior do reino, deve ser o seu trabalho quotidiano, pois é necessário que oiça muitos pretendentes, que raramente se satisfazem, e por costume se queixam”¹⁰⁸. Já o expediente da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra dependeria muito das conjunturas externas. No momento de sua criação, em 1736, D. Luís da Cunha afirmou que não eram tantos “os interesses que se tem com as outras nações da Europa”. Todavia, considerava que poderia vir o tempo em que as coisas mudassem e o seu secretário se visse ocupado “não só os dias, mas as noites”¹⁰⁹.

Quanto à Secretaria do Ultramar, esta foi considerada “importantíssima” por cuidar dos assuntos referentes às colônias. Segundo D. Luís da Cunha, o expediente desta secretaria não seria tão fatigante, pois “antes a sua maior ocupação se reduz ao tempo em que as frotas partem, ou chegam carregadas de ouro e diamantes”, além de

¹⁰⁵ Como uma possível quarta secretaria havia também a secretaria do registro geral das mercês, na qual trabalhou Paulo Nogueira de Andrada, a partir de 1739. Porém, a sua atuação na emissão de certidões e na organização dos livros de registros estaria subordinada aos despachos dos demais secretários e assistentes do Rei, como um ofício de menor importância. Cf. KOROBTCHENKO, Júlia P. Op. Cit. pp. 41-42.

¹⁰⁶ CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri**. tomo 2. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.. p. 87. Sobre o papel limitado dos Secretários de Estado e a importância dos ministros “informais” de D. João V, ver também: ALMEIDA, Luís Ferrand de. “O absolutismo de D. João V”. Op. Cit. p. 193.

¹⁰⁷ SUBTIL, José M. “Governo e administração”. In: MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal**. vol. 4. O Antigo Regime (1620-1807). Op. Cit. p. 159.

¹⁰⁸ CUNHA, Luís da. **Instruções Políticas**. Op. Cit. p. 182.

¹⁰⁹ Ibidem.

outros gêneros “igualmente úteis na sua proporção”¹¹⁰. Mesmo assim, essa repartição seria muito útil, pois eram as conquistas, a seu ver, que honravam e sustentavam o reino. Como afirmou D. Luís da Cunha, o ultramar era “todo o bem que a velha tem”¹¹¹.

A reorganização ministerial teria, de fato, uma grande importância para o governo do império português. Segundo Caio Prado Júnior, administração colonial não apresentava a mesma “uniformidade” verificada na burocracia contemporânea. Os oficiais não costumavam apresentar competências bem definidas, nem áreas de atuação precisas. Em sua opinião, as instituições e os diferentes órgãos da monarquia careciam de uma organização clara e bem hierarquizada¹¹². Caio Prado se mostrava preocupado em delinear os empecilhos colocados à administração do Brasil colonial, mas suas asserções, ainda que soem um pouco anacrônicas, também poderiam ser estendidas para a administração metropolitana: “Não existem, ou existem muito poucas normas gerais que no direito público da monarquia portuguesa regulassem de uma forma completa e definitiva, [...] a estrutura da administração e seus vários departamentos”¹¹³.

O Antigo Regime, é claro, foi marcado por alguns princípios contrastantes. Ao lado dos esforços centralizadores e modernizadores, perseverou a lógica dos estamentos e privilégios. Ao lado do lento desenvolvimento dos aparatos ministeriais, prevaleceu a indistinção entre as esferas do público e do privado. Princípios contrastantes que motivavam certa sobreposição entre a administração “pública” e a própria administração patrimonial da Coroa. Quando olhamos para o governo do ultramar, essas mesmas características e contradições parecem ainda ganhar maiores proporções na medida em que cresciam as distâncias, o tamanho e a importância das áreas administradas.

O Conselho Ultramarino, que foi um importante órgão de direção dos empenhos colonizadores, apresentava um expediente lento e truncado, dado o extenso volume de negócios que lhe eram encaminhados. Era extremamente difícil, com os recursos disponíveis, dar conta de todas as demandas administrativas. Segundo Heloísa Bellotto, “a acumulação de serviço, a morosidade, frequentemente propositada, os pedidos de vista, os novos pareceres, etc. faziam que, em geral, no Conselho Ultramarino, os pleitos coloniais esperassem dois ou três anos até que se obtivessem soluções”¹¹⁴. O

¹¹⁰ Ibidem. p. 183.

¹¹¹ Ibidem.

¹¹² PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. pp. 297-298.

¹¹³ Ibidem. p. 298.

¹¹⁴ BELLOTTO, H. L. “O Estado português no Brasil: sistema administrativo e fiscal”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). **Nova História da Expansão Portuguesa**. O Império Luso-Brasileiro (1750-

Conselho enfrentava o enorme desafio de orientar os mais diferentes assuntos. Da ampla defesa do território à deliberação do provimento de mercês. Tratava tanto dos grandes problemas quanto dos menores possíveis, por mais insignificantes que pudessem parecer. Diante de tal realidade, Caio Prado Júnior foi ainda mais dramático ao afirmar que “a impossibilidade material de atender a tamanho acúmulo de serviço não só atrasava consideravelmente o expediente, de dezenas de anos às vezes, mas deixava grande número de casos a dormir o sono da eternidade nas gavetas dos arquivos”¹¹⁵.

Evidentemente, os assuntos considerados mais importantes tinham preferência nas consultas e eram apreciados primeiro¹¹⁶. A administração colonial estava longe de ser “descerebrada” e tinha neste conselho, fixado em 1643, um de seus principais polos de governo. A sua morosidade, contudo, persistia como um grave problema.

Se o Conselho tinha reais dificuldades em acompanhar a enorme variedade dos negócios ultramarinos, para o próprio monarca não devia ser uma tarefa fácil estar a par dos papéis necessários à sua administração. A criação de uma secretaria especializada, que deveria coordenar a correspondência e os despachos do monarca, pode mesmo ser entendida como parte de um amplo esforço para desafogar os expedientes da Coroa.

A formação de uma secretaria para a marinha e o ultramar, no mais, se conecta à evidente importância política e financeira adquirida pelos negócios coloniais. Portugal, que vinha aumentando a sua dependência em relação à Inglaterra, necessitava cada vez mais do arrimo de seus domínios ultramarinos para reequilibrar a sua balança de pagamentos e consolidar a sua posição no concerto das demais potências europeias¹¹⁷.

O Brasil, enorme território sob a administração régia, havia se tornado o palco de um importante desenvolvimento. Passados os efeitos mais graves das guerras de Restauração e da grande crise do século XVII, a produção açucareira encontrou alguma melhora entre 1690 e 1710¹¹⁸. A integração territorial, entre as partes desconexas, dava grandes passos e em várias regiões apresentava-se praticamente concluída. Avançava-se para o sul e o Prata, ao mesmo tempo em que se consolidavam domínios na região

1822). Lisboa: Editorial Estampa, 1986. pp. 289-290.

¹¹⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. Op. Cit. p. 303.

¹¹⁶ CAETANO, Marcello. **O Conselho Ultramarino: Esboço da Sua História**. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar. Lisboa, 1967. p. 49.

¹¹⁷ Cf. NOVAIS, Fernando A. “Política de neutralidade”. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. Op. Cit. pp. 17-56; BOXER, Charles R. “Renascimento e expansão no ocidente (1663-1750)”. **O império marítimo português: 1415-1825**. Op. Cit. p. 155-159.

¹¹⁸ Cf. FERLINI, Vera. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no nordeste colonial**. Bauru: EDUSC, 2003. p. 113-117; MAURO, Frédéric. “Portugal e o Brasil: A estrutura política e econômica do Império, 1580-1750”. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. Volume. I. Tradução: Maria Cescato. 2ª ed. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. pp. 467-468.

amazônica¹¹⁹. Um dos feitos mais marcantes foi, sem dúvida, a penetração no interior do continente sob o rastro do ouro. Primeiro na região das Minas Gerais, depois avançando a oeste sobre Goiás e Mato Grosso, aproximando-se das áreas ocupadas pelos castelhanos. As minas descobertas no último decênio do século XVII tiveram consequências consideráveis na economia e na demografia da colônia. A produção aurífera atraiu grandes massas populacionais, aumentou a procura por escravos, desviou a mão de obra do litoral, evocou o gado da região sul, estimulou a produção interna de abastecimento e modificou as rotas comerciais da colônia¹²⁰. Do ponto de vista dos equilíbrios firmados no reino, os rendimentos provenientes das novas áreas mineradoras ainda serviram para aprofundar a autoridade e a centralidade da Coroa.

Essas perspectivas promissoras da América contribuíram para reforçar a atenção da Coroa de Portugal sobre o Atlântico. O comércio com o oriente, antiga fonte de riquezas e prestígio, declinava com a perda de entrepostos e as sucessivas derrotas militares¹²¹. O Brasil, em contraposição, seguia crescendo. Continuava a produzir açúcar e tabaco, além de fornecer o ouro para saldar o comércio anglo-português¹²². Uma América dourada que despertava o interesse de Portugal, mas também a cobiça de outras potências europeias. Afinal, a Coroa temia os avanços dos vizinhos espanhóis e pairava sobre o Brasil a constante ameaça dos corsários franceses.

Portugal teve então que se equilibrar em uma difícil linha política. Buscar a neutralidade nos conflitos europeus, ao mesmo tempo em que procurava assegurar a aliança com uma grande potência que lhe servisse de retaguarda na proteção da colônia. Segundo Fernando Novais, a defasagem existente entre a frágil condição da metrópole portuguesa e a vasta importância comercial de sua colônia só pôde ser mantida graças à

¹¹⁹ FERREIRA, Mário Clemente. “A formação territorial do Brasil e a necessidade de um acordo definidor de limites”. In: **O tratado de Madrid e o Brasil Meridional (1749-1761)**. Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses, 2001. pp. 29-41; CUNHA, Pedro O. Carneiro da. “Política e administração de 1640 a 1763”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. A época colonial. Tomo II. 4ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977. pp. 19-27 e 34-41.

¹²⁰ BOXER, Charles R. “O ouro das Minas Gerais”. **A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. Tradução: Nair de Lacerda. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. pp. 57-85; HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Metais e pedras preciosas”. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. A época colonial. Tomo II. Op. Cit. pp. 259-310.

¹²¹ BOXER, Charles R. “Estagnação e Contracção no Oriente (1663-1750)”. **O império marítimo português: 1415-1825**. Op. Cit. pp. 135-153.

¹²² COSTA, Leonor Freire. “Relações econômicas com o exterior”. In: LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (orgs.). **História Econômica de Portugal 1700-200**. vol. I. O século XVIII. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. pp. 263-298. PINTO, Virgílio Noya. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII**. São Paulo: Editora Nacional, 1979. pp. 285-315.

tutela inglesa¹²³. Essa necessidade de se equilibrar entre os conflitos europeus, objetivo essencial para a sobrevivência do reino e a manutenção de suas possessões ultramarinas, evidencia também a importância adquirida pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, incumbida das negociações com as demais cortes e embaixadas.

Os riscos, contudo, não vinham apenas de fora. As primeiras décadas do século XVIII foram um período extremamente crítico para a administração metropolitana quando ocorreram revoltas significativas no Brasil. As sedições coloniais tinham características semelhantes às revoltas da sociedade do Antigo Regime, como os levantes antifiscais e antiestatais, ou mesmo a oposição entre produtores e comerciantes. Mas também apresentavam traços específicos da condição colonial, como as demandas por liberdade políticas e comerciais, além das exigências contrárias às limitações e ingerências metropolitanas nas formas de uso da mão de obra escrava¹²⁴.

De início, essas tensões entre metrópole e colônia não estavam tão explicitamente colocadas. Como destacou Laura de Mello e Souza, os colonos direcionavam as suas críticas aos seus governantes (ao “mau governo”), mas sem atingir o monarca¹²⁵. As revoltas, no entanto, também podiam ocultar em suas próprias vozes uma dinâmica muito mais grave e problemática à Coroa: a gradual cisão entre os interesses locais e as diretrizes metropolitanas; a insatisfação dos colonos com as imposições da Coroa e, no limite, com o próprio sistema colonial. Possibilidades de perdas e rupturas que, à sua maneira, não escaparam às apreciações do Rei e de seu Conselho Ultramarino¹²⁶. Se as revoltas não feriram a lealdade ao soberano, serviram, ao menos, como um alerta, uma ameaça velada à manutenção da ordem colonial.

A conjuntura crítica pela qual passava a colônia parece ter estimulado, entre os agentes da metrópole, a conformação de uma nova consciência sobre o Brasil e o dever

¹²³ NOVAIS, Fernando A. Op. Cit. pp. 54-56.

¹²⁴ Cf. SOUZA, Laura de Mello e. “Motines, revueltas y revoluciones en la América Portuguesa de los siglos XVII y XVIII”. In: **Historia General de America Latina**. vol. IV. Madrid: Editorial Trotta; Paris: Ediciones UNESCO, 2002. pp. 459-473.

¹²⁵ Idem. “A conjuntura crítica no mundo luso-brasileiro de inícios do século XVIII”. In: **O Sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. Op. Cit. p. 88-89. Ver também o importante estudo de Luciano Figueiredo: “No imaginário político que orientou as resistências coloniais na América do século XVIII, as identidades assumiram o colorido local [...] sempre voltadas para reiterar as conquistas del-Rei, mas, doravante, traduzindo-se na expectativa de reconhecimento de direitos”. FIGUEIREDO, Luciano. “O império em apuros: notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no império colonial português, séculos XVII e XVIII”. In: FURTADO, Júnia F. (org.). **Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p. 240.

¹²⁶ SOUZA, Laura de Mello e. “A conjuntura crítica no mundo luso-brasileiro de inícios do século XVIII”. Op. Cit. pp. 98-108.

colonial¹²⁷. Ao longo do século XVIII, a “administração” e a “exploração” se tornariam dois propósitos cada vez mais conexos na atuação da Coroa e de seus ministros.

No fim, a configuração destas novas realidades imperiais oferecia alguma base para a criação de uma secretaria especializada nos assuntos do ultramar e atenta aos esforços coloniais. Particularmente o aumento do território e o crescimento da malha administrativa no Brasil devem ter estimulado a criação de novos expedientes. Havia toda uma demanda que as antigas secretarias não conseguiam suprir. Era preciso uma repartição para auxiliar o Rei em sua correspondência com os governadores e oficiais, além de tornar mais expeditos os despachos relativos à marinha e às frotas mercantes.

É importante ressaltar que Portugal não foi o único reino a trilhar por esse labirinto rumo à especialização ministerial. A centralização da administração e o desenvolvimento de novas secretarias eram processos que corriam, lado a lado, pelas diferentes cortes da Europa. O próprio Cardeal D. João da Mota, ao aconselhar o Rei sobre a criação das novas repartições, acusou a necessidade de se espelhar nos exemplos dos reinos vizinhos. O Cardeal procurou estudar as diferentes formas de organização administrativa e, ao propor que as novas repartições tivessem todas a mesma designação de “Secretarias de Estado”, justificou estar seguindo os exemplos da França e da Inglaterra, bem como de “quase todas as mais Cortes, se não forem todas”¹²⁸. Da mesma forma, quando propôs que o gabinete se restringisse a três secretarias, se baseou, novamente, no exemplo da França, “cujo continente sendo incomparavelmente maior, e por consequência os negócios, teve por muito tempo três Secretários”¹²⁹.

O que mais poderia ser inspirado na França? Sabemos que sob o reinado de Luís XIV, no ano de 1661, as secretarias francesas já apareciam partidas em quatro da seguinte forma: Negócios Estrangeiros e Marinha do Poente; Guerra e Marinha do Levante; Religião; e Casa Real¹³⁰. Em 1669 o expediente das duas marinhas foi unificado em uma nova repartição, sob o comando do ministro Jean-Baptiste Colbert, que também acumulou as responsabilidades da casa real¹³¹. Entre 1715 e 1718, com a descontinuidade institucional da regência, as secretarias de Estado foram brevemente

¹²⁷ Laura de Mello e Souza aponta, por exemplo, as ideias formuladas no seio do Conselho Ultramarino acerca da importância econômica do Brasil, que começa a ser visto como uma unidade. Em face das ameaças externas, revoltas populares e insatisfação das elites, percebia-se também a necessidade de proteger e administrar o Brasil de modo a evitar novas “alterações”. Ibidem.

¹²⁸ Carta de 22 de maio de 1736. BNP, Cód. 8058. fl. 241.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Cf. BARBICHE, Bernard. **Les institutions de la monarchie française à l'époque moderne (XVI-XVIII siècle)**. Paris: Presses Universitaires de France, 1999. p. 178.

¹³¹ Idem.

reduzidas a três, mas retornaram, pouco depois, a uma disposição mais ampla, com quatro repartições: “affaires étrangères; guerre; religion prétendue réformée; maison du roi, clergé et marine”¹³². Vale também ressaltar que o período posterior a 1723 – em que termina a regência e é proclamada a maioria de Luís XV – foi marcado por um declínio acentuado dos conselhos régios, na medida em que o monarca passou a centralizar as deliberações e despachos em si próprio e em seus ministros de confiança, privilegiando o trabalho feito pelos “homens de gabinete”¹³³.

Essa tendência da Coroa francesa em dividir tematicamente as suas secretarias, tanto para os assuntos estrangeiros como para a administração do ultramar, deve ter influenciado a reforma ministerial do Rei D. João V. Como vimos, no entanto, não só da França vieram os exemplos. O Cardeal D. João da Mota, ao aconselhar o Rei, também demonstrou algum interesse pelas reformas de Castela. Ainda que o Cardeal tenha afirmado que os papéis da administração espanhola não dariam “uma ideia certa” sobre o que se devia fazer em Portugal, não deixou de considerar a importância de estudar todos os exemplos disponíveis, pois “sempre é bom ver tudo”¹³⁴. Desse modo, D. João da Mota também procurou se informar sobre o que se passava no reino vizinho.

A Espanha de Filipe V, acabada a guerra de sucessão, havia passado por importantes mudanças em suas secretarias de despacho. A Coroa espanhola se espelhara, em grande medida, nas reformas ministeriais ocorridas na França, mas sem deixar de imprimir suas próprias características às mudanças em curso. Assim, através do decreto de 30 de novembro de 1714, o Rei Filipe V determinou que os despachos da Coroa fossem feitos por meio de quatro secretarias: Estado; Guerra; Justiça; e Marinha e Índias¹³⁵. Os assuntos da fazenda, por sua vez, correriam a cargo de um vedor geral e um intendente. Seguindo o exemplo do que se fazia na França, o decreto concedeu certa autonomia operativa às secretarias, promovendo uma especialização ministerial em que cada repartição teria que se aplicar somente à sua natureza de assuntos¹³⁶.

Essa nova organização ministerial passou por sucessivos reajustes nas décadas seguintes, mas sempre mantendo a mesma lógica da especialização temática. Em 1715,

¹³² Ibidem. p. 179. Cf. MARION, Marcel. “Secrétariat d’Etat de la marine” e “Secrétaires d’État”. In: **Dictionnaire des institutions de la France aux XVII et XVIII siècles**. Paris: Éditions A. & J. Picard, 1968. pp. 502-504.

¹³³ Cf. MOUSNIER, Roland. **Les institutions de la France sous la monarchie absolue**. Tome II. Paris: Presses Universitaires de France, 1980. pp. 163-179.

¹³⁴ Carta de 22 de maio de 1736. BNP, Cód. 8058. fl. 240.

¹³⁵ ESCUDERO, José. “La administración en el siglo XVIII”. **Administración y Estado en la España Moderna**. Valladolid: Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura, 2002. p. 159.

¹³⁶ Idem.

a Secretaria da Marinha e Índias foi suprimida, de forma que os assuntos da marinha fossem absorvidos pela Secretaria da Guerra e os negócios relativos às Índias divididos pelas demais secretarias. Em 1717, as quatro secretarias restantes foram novamente reformadas de modo que os expedientes da Coroa fossem agrupados em apenas três departamentos – Justiça, Governo Político e Fazenda; Guerra e Marinha; e Estado¹³⁷. Os expedientes da Marinha e das Índias, no entanto, logo voltariam a ser despachados sob uma repartição própria, pois, no ano de 1720, optou-se por uma disposição com quatro secretarias, desta vez incluindo uma específica para a “Guerra, Marinha e Índias”¹³⁸.

A existência de uma secretaria espanhola para os negócios ultramarinos foi confirmada, com um caráter mais decisivo e duradouro, em um novo decreto de 1721, que ampliou o aparato de governo, agora com a constituição de cinco secretarias. Dessa forma, a Secretaria da Marinha permaneceu vinculada à das Índias – ainda que mantendo certa divisão interna entre os oficiais ocupados nos assuntos de cada área¹³⁹.

Segundo José Escudero, as relações estabelecidas entre a Secretaria da Marinha e o Conselho das Índias ainda não foram muito bem definidas. Assim como em Portugal, os conselhos espanhóis parecem ter entrado em relativa decadência no século XVIII. Já os secretários, de um modo geral, teriam passado a atuar como verdadeiros protagonistas, dirigindo os negócios e imprimindo suas próprias políticas ao império¹⁴⁰.

De toda forma, podemos afirmar que a dificuldade na definição de uma nova organização dos despachos apenas mostra que a Espanha percorria o seu próprio “labirinto administrativo”. Ao menos em sua busca por soluções organizativas, a Coroa espanhola pôde se espelhar, assim como Portugal, nos reinos vizinhos – sobretudo nos ministérios franceses. Nenhum reino enfrentou isoladamente os seus próprios dilemas.

O historiador John Elliott tem destacado essa crescente troca de influências entre os reinos europeus durante a época moderna¹⁴¹. Com a imprensa e a diplomacia, em

¹³⁷ Ibidem. p. 160.

¹³⁸ Ibidem. p. 161.

¹³⁹ Segundo Gloria Franco Rubio, “la Secretaria de Marina permanecerá vinculada a la de Indias, aunque unidas bajo la dirección de un mismo titular muy pronto fueron adquiriendo autonomía interna, haciendo que poco a poco se fuera constituyendo una doble vía de gobierno interior que acaba en la formación de dos oficinas con sus correspondientes oficiales”. RUBIO, Gloria A. Franco. “Reformismo institucional y elites administrativas en la España del siglo XVIII: Nuevos oficios, nueva burocracia. La Secretaría de Estado y del Despacho de Marina (1721-1808)”. In: CASTELLANO, J. L.; CORTEZO, M. V. L.; DEDIEU, J. P. (ed.). **La Pluma, La Mitra y La Espada: Estudios de Historia Institucional en la Edad Moderna**. Madrid: Barcelona: Universidad de Burdeos, Marcial Pons, 2000. p. 98.

¹⁴⁰ ESCUDERO, José. “Orígenes de la administración central borbónica”. **Administración y Estado en la España Moderna**. Op. Cit. pp. 49-51; TORRES, P. R. “Reformismo e ilustración”. In: FONTANA, J.; VILLARES, R. (dir.) **Historia de España**. v. 5. Barcelona: Crítica; Marcial Pons, 2008. pp. 23-70.

¹⁴¹ ELLIOTT, John. **España, Europa y el Mundo del Ultramar (1500-1800)**. Madrid: Taurus, 2010.

circulação e desenvolvimento, os reinos da Europa se fizeram mais conscientes uns dos outros. Príncipes e ministros seguiam de perto as atividades de seus rivais e não se furtavam em copiar uns aos outros. “En el mundo altamente competitivo del sistema de estados europeo en desarrollo, la imitación resultaba natural, sobre todo entre aquellos que se sentían en situación de relativa desventaja”¹⁴². É o que John Elliott também nomeou, no caso da relação travada entre Espanha e Inglaterra, como a importância de se aprender com os seus inimigos¹⁴³. A Inglaterra no século XVII teria se inspirado no ímpeto colonizador de Castela, do mesmo modo que esta última passou a se espelhar nos princípios comerciais e coloniais ingleses no século XVIII. O espírito espanhol de conquistas foi, segundo Elliott, substituído pela apreciação de novas vantagens e utilidades da exploração colonial, a serviço do desenvolvimento metropolitano¹⁴⁴.

A constante emulação do outro implicava, afinal, a concorrência com o outro. Passada a primeira fase da expansão ultramarina, que teve Portugal e Espanha como pontas de lança, a França, Holanda e Inglaterra foram seguidamente construindo seus impérios e disputando os espaços coloniais. Ao lado da importante criação de conselhos e companhias de comércio, surgiram também os secretários especializados nos negócios ultramarinos. Além de fornecer riquezas, as disputas imperiais exigiam diligência e organização; forçavam o desenvolvimento do Estado e da burocracia e concorriam para a centralização e hierarquização dos poderes. Neste sentido, devemos sempre ponderar a afirmação de Laura de Mello e Souza de “que os impérios contaram muito na estruturação e no delineamento das peculiaridades daqueles que o possuíram”¹⁴⁵. Afinal, o bom funcionamento do corpo administrativo e a capacidade de planejar e formular políticas em resposta aos diferentes problemas que surgiam, é algo que podia explicar, em parte, o sucesso ou o fracasso das diferentes empreitadas europeias¹⁴⁶.

¹⁴² Idem. p. 21.

¹⁴³ Idem.

¹⁴⁴ Ver cap. II: “Aprendiendo del enemigo: Inglaterra y España en la edad moderna”. Ibidem. pp. 55-85.

¹⁴⁵ SOUZA, L. de Mello e. “Política e Administração colonial: problemas e perspectivas”. Op. Cit. p. 55.

¹⁴⁶ Além das desvantagens econômicas e militares, a má administração é um dos elementos que têm sido evocados para explicar o declínio português no oriente, em comparação com a rápida ascensão holandesa. Segundo Geoffrey Scammel, os métodos empresariais holandeses eram mais rigorosos e a operação das frotas muito melhor organizada do que pelos portugueses. “O órgão governador da VOC na Holanda emitia anualmente ordens aos seus funcionários em Batávia, precisa e detalhadamente, sobre quais os produtos a comprar. Esta informação era, por sua vez, propalada às várias praças da Companhia [...]. Entretanto, as próprias feitorias comunicavam a Batávia a informação sobre tudo o que fosse relevante, a qual era, em devido tempo, transmitido para o país em carta ou cartas anuais que recapitulavam toda a situação na Ásia, permitindo assim aos diretores formular uma estratégia apropriada”. SCAMMEL, Geoffrey V. **A primeira era imperial: A expansão ultramarina europeia c. 1400-1715**. Tradução de Susana Figueiredo. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2000. p.147. Ver também: BOXER, Charles R. **O império marítimo português. 1415-1825**. Op. Cit. pp. 122-123 e 149-150.

As experiências passadas, bem como os exemplos estrangeiros, foram de grande valia para a definição dos novos rumos do império português. Já no alvará da repartição da Secretaria de Estado em 1643, a Coroa afirmava se valer “dos exemplos dos outros Reis”¹⁴⁷. A tentativa de uma criação de Companhia Geral do Comércio para o Brasil, em 1649, seguia os exitosos exemplos da Holanda e da Inglaterra¹⁴⁸. Assim foi a todo o momento. Ao aconselhar o Rei D. João V, o Cardeal D. João da Mota logo tratou de destacar a sua atenção aos antigos modelos administrativos de Portugal, assim como aos modos de governar dos países rivais. Estudava-os todos, pois, “ainda que pareça impertinência querer ver tantos papéis, com tudo tratando-se de alterar a veneranda antiguidade, toda a circunspecção é precisa, para evitar a crítica depois”¹⁴⁹.

As novas secretarias de Estado se inserem, portanto, em uma ampla conjuntura de reformas e transformações nos Estados europeus. Em face das competições ultramarinas e da necessidade de um despacho diligente, as monarquias legislavam e administravam, cada vez mais, com o apoio de ministros e secretários especializados. Seja na França de Luís XIV, na Espanha de Filipe V ou em Portugal de D. João V, as secretarias anunciavam um regime ministerial que combinava o reforço do poder central com o planejamento e o despacho reservado, realizado entre os homens de gabinete.

Parte importante desse processo em Portugal, a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos passou a coordenar amplos ramos da administração imperial. Sobretudo na segunda metade do século XVIII, quando a Secretaria do Ultramar passou a formular políticas e estimular reformas e projetos para os domínios portugueses.

Devemos ponderar, de todo modo, que este trajeto não estava claramente inscrito no momento de sua criação. O alvará de 28 de julho de 1736 expressava a preocupação da Coroa portuguesa com a especialização e organização dos expedientes ministeriais. Estava assente na preocupação com a morosidade administrativa, na percepção da importância de um despacho diligente para os negócios coloniais, além de se apoiar sobre os exemplos aplicados nas monarquias vizinhas, que também mantinham as suas próprias repartições para o governo do ultramar. Foi no reinado de D. José, a partir destes esforços mais gerais pela organização dos expedientes e a criação de ministérios especializados, que as Secretarias de Estado vieram, de fato, a se assentar como espaços privilegiados para a articulação de políticas e projetos para a monarquia portuguesa.

¹⁴⁷ SILVA, José Justino de Andrade. Op. Cit. p. 226.

¹⁴⁸ CUNHA, Pedro O. Carneiro da. “Política e Administração de 160 a 1763”. Op. Cit. pp. 14-15.

¹⁴⁹ Carta de 22 de maio de 1736. BNP, Cód. 8058. fl. 240.

Capítulo 3.

A Secretaria do Ultramar: organização e expedientes

Em virtude de sua nomeação para uma das Secretarias de Estado de D. João V, Marco Antônio de Azevedo Coutinho solicitou alguns conselhos a D. Luís da Cunha sobre a forma como deveria administrar a sua secretaria. O experiente diplomata, procurando atender a esta solicitação, iniciou a redação de diversas instruções acerca das mais variadas matérias de governo: o comércio; as políticas tributárias e alfandegárias; as “sangrias” geradas pelo Santo Ofício; as perspectivas para o Brasil; entre vários outros assuntos considerados primordiais para o futuro do império português¹⁵⁰.

D. Luís da Cunha se deteve bastante tempo na redação destes conselhos, onde também reuniu alguns escritos e memórias produzidos em anos anteriores¹⁵¹. Apesar do indiscutível refinamento de suas “Instruções Políticas”, o documento produzido nunca chegou a ser entregue a Marco Antônio, conforme havia sido solicitado. D. Luís da Cunha desistiu de enviá-lo, considerando que as suas instruções eram “muito livres” e que o secretário provavelmente não ousaria promovê-las¹⁵². Passados alguns anos sem que Marco Antônio recebesse os conselhos, o diplomata decidiu enviar as instruções a seu sobrinho, Luís da Cunha Manuel, a quem desejava uma futura posição no governo.

A despeito de como tenham sido utilizadas, estas “Instruções Políticas” de D. Luís da Cunha nos oferecem valiosas observações a respeito dos desafios colocados à organização dos expedientes de D. João V. Além de analisar as mais importantes matérias do governo de sua época, o diplomata chegou a redigir 19 conselhos pessoais a Marco Antônio de Azevedo Coutinho que, tomados em conjunto, nos revelam os principais dilemas e expectativas sobre a atuação das novas Secretarias de Estado¹⁵³.

Entre estes conselhos, D. Luís da Cunha apontou, por exemplo, a importância de o secretário dividir corretamente as suas horas de trabalho e selecionar com cautela os oficiais com quem viria a trabalhar na sua repartição. Por em boa ordem os papéis que

¹⁵⁰ CUNHA, Luís da. **Instruções Políticas**. Introdução, estudo e edição de Abílio Diniz Silva. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

¹⁵¹ SILVA, Abílio Diniz. “Gênese, estrutura e principais temas das Instruções Políticas”. CUNHA, Luís da. **Instruções Políticas**. Op. Cit. pp. 142-145

¹⁵² Ibidem. pp. 141-142. Ver também a “Carta de Instruções a D. Luís da Cunha Manuel”. Ibidem. p. 174.

¹⁵³ Ibidem. pp. 193-202.

corriam pelo expediente seria, afinal, o seu primeiro grande desafio. Em contraparte, “bem arranjar” a repartição poderia vir a lhe poupar “muita fadiga”¹⁵⁴.

Além de uma boa disciplina, seria importante que o secretário conhecesse o humor do monarca e soubesse a hora certa para ouvir e ser ouvido pelo soberano. O bom relacionamento com o Rei, aliás, era considerado o ponto chave para o sucesso (ou o fracasso) neste serviço. De acordo com D. Luís da Cunha, os secretários não possuíam o status de conselheiros (“Ministros de Estado”), como era a prática em outras cortes da Europa. Por isso, os seus arbítrios não deveriam ser adiantados sem necessidade. Seria melhor que o secretário esperasse a sua opinião ser pedida “com instância”, de modo a prevenir o ciúme dos mais antigos assistentes privados do monarca. Nos casos em que o secretário tivesse a honra de aconselhar o Rei, D. Luís da Cunha sugeria que o fizesse sempre “como aviso, e não como voto”, reconhecendo os limites do seu ofício¹⁵⁵.

Estes “conselhos pessoais” de D. Luís da Cunha, a despeito de terem sido inicialmente pensados para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, poderiam facilmente ser aplicados aos demais secretários da Coroa. Em sua maior parte, os conselhos simplesmente refletiam as condições e limitações impostas aos expedientes de uma Secretaria de Estado: os deveres, as hierarquias e as formas de conduta. Pretendemos então analisar a organização e os expedientes da Secretaria do Ultramar no reinado de D. João V, levando em consideração os principais pontos observados por D. Luís da Cunha: o relacionamento com o Rei e a organização interna da repartição.

3.1. O secretário Antônio Guedes Pereira

Para a direção da Secretaria de Estado Ultramar havia sido nomeado, como já mencionamos, Antônio Guedes Pereira. Vejamos então um pouco mais de sua trajetória. Em virtude dos bons serviços de seu pai, Manuel Guedes Pereira, que era escrivão da fazenda da repartição da Índia e superintendente das ferrarias, fábricas e minas do reino, Antônio Guedes havia sido provido fidalgo cavaleiro pelo Rei D. Pedro II, em 1692, além de ter recebido um hábito da Ordem de Cristo deste mesmo monarca¹⁵⁶.

¹⁵⁴ Ibidem. pp. 193-194.

¹⁵⁵ Ibidem. pp. 198-199.

¹⁵⁶ ANTT. Registro Geral de Mercês do reinado de D. Pedro II. livro 7. f. 61-61v e 183v.

Quase uma década depois, em 1701, Antônio Guedes foi autorizado a substituir o seu pai – que padecia de certos “achaques” da idade – no ofício de escrivão da fazenda¹⁵⁷. Com a ascensão de D. João V ao trono, Antônio Guedes Pereira foi logo confirmado como o sucessor de seu pai nestes mesmos ofícios de superintendente e escrivão¹⁵⁸. Em 1720, provavelmente após algum tempo no exercício destas funções, Antônio Guedes renunciou ao ofício de escrivão da fazenda, alegando os graves “empenhos que havia contraído”¹⁵⁹. Não sabemos ao certo os impedimentos que o levaram à renúncia do ofício. De toda forma, foi justamente no início da década de 1720 que Antônio Guedes Pereira foi escolhido por D. João V para viajar a Madri como enviado extraordinário e plenipotenciário da Coroa. Observamos, portanto, a notável ascensão de um ministro que passou de escrivão da fazenda a representante diplomático.

No ano de 1727, sabemos que Antônio Guedes Pereira já havia retornado ao reino de Portugal. Como recompensa aos serviços prestado no exterior, D. João V lhe concedeu a mercê da alcaidaria-mor da cidade de Lamego e a comenda de Mourão¹⁶⁰. Em razão de sua experiência diplomática, também foi chamado, em 1736, a ocupar a Secretaria do Ultramar ao lado de Pedro da Mota e Silva (Secretaria do Reino) e Marco Antônio de Azevedo Coutinho (Secretaria dos Negócios Estrangeiros e Guerra).

Este arranjo ministerial, todavia, demorou a se concretizar. Esperando a chegada de um substituto para a enviatura de Londres, Marco Antônio de lá só partiria em outubro de 1739. Com a demora de seu regresso, Antônio Guedes Pereira chegou a acumular temporariamente os expedientes do ultramar e dos negócios estrangeiros¹⁶¹.

Enquanto Secretário de Estado de D. João V, Antônio Guedes Pereira passaria a assistir a Coroa na elaboração de suas ordens e correspondências com as mais altas esferas de poder do reino, como os tribunais e conselhos da Coroa. Cabia ao secretário, de modo geral, apresentar ao monarca as correspondências, requerimentos e consultas que eram dirigidas ao Rei, além de receber do próprio soberano as ordens que, sob o seu real nome, deveriam ser dirigidas aos particulares e aos demais oficiais do reino¹⁶².

Apesar de não possuírem o status de conselheiros, os secretários adquiriam uma grande importância ao longo do Antigo Regime, principalmente pela possibilidade de

¹⁵⁷ Ibidem. f. 61v.

¹⁵⁸ Cf. ANTT. Registro Geral de Mercês do reinado de D. João V. livro 3. f. 208 e livro 4. f. 285.

¹⁵⁹ Idem. livro 4. f. 285.

¹⁶⁰ Idem. livro 18. f. 502-502v.

¹⁶¹ KOROBTCHENKO, Júlia P. Op. Cit. pp. 36 e 129-130.

¹⁶² MERÊA, Manuel Paulo. “Da minha gaveta: Os secretários do Antigo Regimen”. **Separata do Boletim da Faculdade de Direito**, Vol. XL. Coimbra: Coimbra Editora, 1965, pp.19-20.

tomar parte nos “segredos de Estado”. Nas monarquias absolutistas prevalecia, segundo Norberto Bobbio, o princípio de que o poder do soberano seria mais eficaz sempre que fosse oculto a terceiros (*Arcana Imperii*), pois assim as ordens seriam exercidas de forma mais rápida e irrepreensível. Para Bobbio, o controle público, ainda que de uma pequena assembleia de notáveis, retardava a decisão e impedia a surpresa. A invisibilidade das decisões era assegurada pelo local característico em que se passavam as ordens: o gabinete secreto, no qual assistiam os ministros e secretários do Rei¹⁶³.

A própria palavra secretário derivava do vocábulo “segredo”. No “Vocabulário Portuguez e Latino” do padre Raphael Bluteau, encontramos a seguinte definição:

Secretário. Aquele que tem por ofício escrever cartas de um Cavalheiro, Príncipe, etc. ou que toma, e guarda os segredos do seu senhor, para os declarar, e significar quando convém. Guarda o Secretário os segredo quando os cala¹⁶⁴.

Muitos homens contemporâneos a Antônio Guedes Pereira destacaram esta capacidade de preservar os segredos de Estado como uma das grandes qualidades de um secretário. Em suas “Instruções Políticas”, o diplomata D. Luís da Cunha advertia que o segredo sobre os negócios da Coroa “tem muitos inimigos de que se deve defender para se guardar”¹⁶⁵. Já o Marquês de Valença, no elogio fúnebre a Diogo de Mendonça (pai), ressaltava que esta era uma das qualidades mais necessárias àqueles que vinham a servir o monarca: “O segredo é a alma dos negócios, e sucede aos negócios com a falta do segredo o mesmo, que sucede ao corpo com a separação da alma”¹⁶⁶.

A preservação dos segredos de Estado era, ao mesmo tempo, uma obrigação e um privilégio de todos aqueles que, como secretários do Rei, tinham a prerrogativa de despachar as ordens e decisões da Coroa na presença do próprio monarca. É verdade que a Secretaria de Estado do Reino, pelo grande volume e interesse de seus negócios para a Coroa, inclinava-se a ser a mais privilegiada das três secretarias, pois oferecia

¹⁶³ BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: por uma teoria geral da política**. Trad: Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. pp. 29-30

¹⁶⁴ BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez & Latino**. t. 7 (Q-S). Lisboa: Na officina de Pascoal da Sylva, 1720. p. 537. Segundo Raphael Bluteau, os “Ministros de Estado” compartilhavam essa mesma característica: “Ministro de Estado. Aquele de quem o Príncipe fia a administração de coisas concernentes ao governo. As boas qualidades de um Ministro de Estado. Perceber bem os negócios, e encaminha-los com prudência; ter palavra, e saber dissimular, sem ofender a inocência, nem a verdade; entender os negócios estranhos, como os domésticos. Ser ciente sem presunção, dizer com modéstia o seu parecer, guardar segredo. Saber prevenir sedições, e motins, e ter uma grande experiência”. Ibidem. p. 409.

¹⁶⁵ CUNHA, D. Luís da. **Instruções Políticas**. Op. Cit. p. 194.

¹⁶⁶ **Elogio Funebre de Diogo de Mendonça Corte-Real, Secretario de Estado, recitado no Paço pelo Marquez de Valença, Censor da Academia Real, Em 17 de Mayo de 1736**. s.l.: s.n., 1736. p. 10.

mais ocasiões de se estar na presença do Rei. D. Luís da Cunha ponderava, contudo, que as outras duas repartições também poderiam chegar a este mesmo “fim”, se o monarca reconhecesse em seus respectivos secretários as devidas qualidades¹⁶⁷.

De todo modo, é preciso recordar, mais uma vez, que D. João V costumava fiar os seus “segredos” a uma série de outros assistentes que não propriamente os seus Secretários de Estado. Em primeiro lugar, havia o Cardeal D. João da Mota, amigo íntimo do Rei, que lhe servia como uma espécie informal de “ministro assistente de despacho”. Além do Cardeal, também devemos observar que D. João V confiava muitos assuntos a Frei Gaspar da Encarnação e Alexandre de Gusmão, que desempenhavam funções de assistentes privados do Rei. Na elaboração de políticas para o império, os Secretários de Estado foram diversas vezes eclipsados por estes homens de confiança do monarca. Como afirmou Luís Ferrand de Almeida, alguns dos assistentes privados do Rei D. João V “vieram a ter tanta ou mais importância do que os cargos oficiais”¹⁶⁸

Quanto aos expedientes ultramarinos, temos bom exemplo dessas assimetrias através da atuação de Alexandre de Gusmão. Algumas das mais importantes medidas do reinado de D. João V em relação à administração colonial – como o projeto para a introdução de um novo método de tributação das minas (a “capitação”), ou a definição dos limites territoriais com a América espanhola pelo Tratado de Madri – podem ser atribuídas à grande influência que Gusmão exerceu sobre as políticas da Coroa.

Segundo os estudos de Jaime Cortesão, Alexandre de Gusmão passou a tratar de muitos negócios relativos ao Brasil desde meados de 1733, em detrimento do próprio Secretário de Estado. A essa altura, Diogo de Mendonça (pai) já se encontrava muito debilitado, fazendo que o Rei atribuisse parte de suas funções a Gusmão. Em casos como a tributação do ouro, o secretário foi “reduzido ao papel subalterno de enviar para o Brasil os despachos, confessadamente redigidos por Alexandre de Gusmão”¹⁶⁹.

O mesmo teria ocorrido após a reforma ministerial de 1736, em que foi criada a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos. Observe-se, por exemplo, o episódio em que Antônio Guedes Pereira, ao ser interpelado em 1737 pelo governador das minas, Martinho de Mendonça e de Proença, acerca de algumas dificuldades para a introdução do novo método de tributação do ouro devido à falta de livros de registro, respondera apenas que “pelo que toca às circunstâncias desta matéria”, se teria “mais

¹⁶⁷ CUNHA, Luís da. “Carta de Instruções a D. Luís da Cunha Manuel”. Loc. Cit. p. 178.

¹⁶⁸ ALMEIDA, L. F. de. “O absolutismo de D. João V”. Op. Cit. p. 193.

¹⁶⁹ CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri**. Tomo 1. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. pp. 375-376.

ampla resposta em uma carta de Alexandre de Gusmão, que lhe remeto inclusa”¹⁷⁰. Segundo Jaime Cortesão, o ofício de Secretário de Estado permaneceu, após a reforma ministerial de 1736, “reservado ao expediente da rotina”, como um “título mais honorífico que efetivo”¹⁷¹. Afinal, em casos de maior gravidade, eram os assistentes pessoais do monarca, como Alexandre de Gusmão, que definiam os rumos do governo.

Na documentação relativa a Antônio Guedes Pereira é possível observar, de fato, algumas discrepâncias. De um lado, há a incidência de diversos avisos ao Conselho Ultramarino, transmitindo ordens “rotineiras” para que este órgão procedesse com pagamentos e repasses de materiais de artilharia à colônia, ou então consultas sobre certos assuntos, tais como a concessão de mercês e o provimento de postos no ultramar. Apenas para citarmos dois exemplos: no aviso de 5 de novembro de 1744, Antônio Guedes Pereira passou ordens para que o Conselho refizesse uma consulta referente a um requerimento do sargento-mor Nicolau de Abreu, que pedia o aumento do soldo¹⁷²; já no aviso de 22 de abril de 1745, Antônio Guedes informou que Sua Majestade era “servida ordenar” que fossem remetidas 18 peças de artilharia nas naus que seguiriam viagem para o Rio de Janeiro – “e como na repartição do dito conselho há somente as balas, ordena o mesmo Senhor se remessa tudo o mais dos Armazéns do Reino”¹⁷³.

Por outro lado, não identificamos muitos ofícios trocados com os governadores em que a secretaria desempenhasse um papel de destaque na direção dos negócios coloniais. Nos códices do Arquivo Histórico Ultramarino só localizamos ofícios da Secretaria do Ultramar a partir do ano de 1750¹⁷⁴. Quanto aos “Documentos Avulsos” das diferentes capitanias do Brasil, é verdade que Antônio Guedes Pereira figura como o destinatário de algumas cartas enviadas por governadores e capitães-mores. Entretanto, a maior parte da correspondência ainda se reportava ao Conselho Ultramarino e ao Rei – a “Real pessoa de Vossa Majestade”. Uma dinâmica que só viria a mudar a partir de 1750 (ver os gráficos 1 e 2, p. 169). Entre os “Documentos Avulsos”, também é muito restrito o número de ofícios firmados por Antônio Guedes Pereira. O que, no fim, é pouco para distinguirmos a sua atuação e lhe atribuirmos qualquer status de direção.

¹⁷⁰ Ibidem. p. 398. O documento está transcrito na primeira edição da obra, no tomo dos “Documentos Biográficos”. Ver: Idem. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri**. Parte II. Tomo II. Documentos Biográficos. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1950. Documento nº LXXXVIII.

¹⁷¹ Idem. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri**. Tomo 1, 2006. Op. Cit. p. 398.

¹⁷² AHU. CU. 05, Cx. 80, D. 6632.

¹⁷³ AHU. CU. 17, Cx. 37, D. 3198.

¹⁷⁴ Cf. MARTINHEIRA, José Sintra. **Catálogo dos Códices do Fundo do Conselho Ultramarino relativos ao Brasil existentes no Arquivo Histórico Ultramarino**. Rio de Janeiro: Real Gabinete de Leitura; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

Dentre os (poucos) ofícios encontrados, podemos destacar o de 3 de maio de 1746, no qual o secretário orientou o governador Gomes Freire de Andrade sobre a necessidade de remeter o Pau Brasil em toras menores, para que não fosse dificultado o desembarque, acomodação e transporte das madeiras em Portugal¹⁷⁵. Outro interessante ofício atribuído a Antônio Guedes Pereira é o de 5 de outubro de 1737, também destinado a Gomes Freire de Andrade, em que o secretário comentou certas medidas tomadas na defesa das possessões de Rio Grande de São Pedro: “Vossa Senhoria tomou a acertada resolução de mandar formar nele o nosso Regimento de Dragões”, afinal, “esta novidade meteria em apreensão e talvez em sujeição aos vizinhos”¹⁷⁶.

Também podemos destacar o ofício de 29 de março de 1740, em que Antônio Guedes Pereira transmitiu a Gomes Freire de Andrade alguns “reparos” que deveriam ser observados na arrematação do contrato dos diamantes, tais como “não permitir aos arrematantes minerar metendo água nas terras demarcadas”, ou impedir que os novos descobrimentos feitos pelos escravos faiscadores acabassem com as “terras virgens” que no próximo contrato se poderiam arrendar. No entanto, é importante frisar neste caso que o secretário organizou e transmitiu reparos que outras “diversas pessoas fizeram sobre esta arrematação”; ou seja, não foi exatamente ele o responsável pelos reparos¹⁷⁷.

Podemos até considerar que parte das cartas de Antônio Guedes Pereira tenha sido perdida, o que talvez tenha ocorrido no terremoto de 1755. Mas na documentação analisada ainda prevalecem os despachos e expedientes “da rotina”, como anteviu Jaime Cortesão. As fontes relativas à Secretaria do Ultramar, identificadas a este ministro, apenas corroboraram a percepção de que a influência política das Secretarias de Estado era relativamente diminuta em face do protagonismo de outros assistentes de D. João V.

Aqueles que estudaram as Secretarias de Estado tenderam, de fato, a considerar que a sua centralidade política é mais evidente a partir da segunda metade do século XVIII. Nuno Gonçalo Monteiro aponta, por exemplo, que a influência destas secretarias teria se aprofundado no reinado de D. José, que passou a despachar com os seus secretários, sem a necessidade de colaboradores externos: “O Rei escolhia os ministros, estes propunham as decisões, como diria Pombal, ‘no recato do gabinete’, o Rei assinava. Sobre nada disso se podia opinar, muito menos divergir”¹⁷⁸. José Subtil, como vimos, também afirma que o alvará de 1736 não engendrou mudanças profundas na

¹⁷⁵ AHU. CU. 05, Cx. 86, D. 7033.

¹⁷⁶ AHU. CU. 17, Cx. 30, D. 3145.

¹⁷⁷ AHU. CU. 05, Cx. 67, D. 5715.

¹⁷⁸ MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. **Dom José: na sombra de Pombal**. Op. Cit. p. 290.

administração, entre outros motivos pelo “fato de nenhum dos secretários de Estado se ter assumido como figura central e forte no plano político”¹⁷⁹. Mais recentemente, André Costa e Maria Fernanda Bicalho ponderaram que os novos secretários joaninos parecem apenas ter despachado decisões já tomadas num nível mais elevado¹⁸⁰.

Com o falecimento de Antônio Guedes Pereira, em 1747, Marco Antônio de Azevedo Coutinho assumiu parte da rotina administrativa da repartição da marinha e ultramar até 1750, o ano de sua morte. O secretário passou a remeter os “rotineiros” avisos ao Conselho Ultramarino, além de receber alguns ofícios dos governadores coloniais. De todo modo, continuaria a imperar uma divisão “informal” das tarefas. Alexandre de Gusmão e Frei Gaspar da Encarnação, respaldados pela priverança do monarca, puderam seguir desempenhando um papel político mais destacado¹⁸¹.

Essas limitações à atividade dos secretários são corroboradas pelas formas de tratamento que costumavam receber por parte dos enviados estrangeiros. Apesar de se constituírem como valiosos auxiliares na rotina administrativa, não eram tratados como homens de primeira condição. Vejamos o que dizia o alvará de 28 de julho de 1736:

falando-se e escrevendo-se aos sobreditos três Secretários de Estado, se lhes dê sempre o tratamento, que pela Lei de 16 de Setembro de 1597 se manda dar ao Regedor da Justiça e Casa da Suplicação e Governador da Relação do Porto, Vedores da Fazenda e Presidentes nos Tribunais; e mando que todas as pessoas de meus Reinos e Domínios sejam obrigadas a dar aos mesmos três Secretários de Estado, sem limitação de tempo e lugar, o referido tratamento¹⁸².

Segundo a lei de 1597, os oficiais citados acima deviam receber o tratamento de “Senhoria”. Algo válido para os governadores do império e também aos bispos, condes e marqueses. Ou seja, o tratamento de “Excelência” devia ser bastante reduzido. Fora determinado, em 1597, que “a nenhuma outra pessoa, por grande Estado, Ofício ou Dignidade que tenha, se fale por Excelência, de palavra, nem por escrito, senão aquelas pessoas, a quem os Senhores Reis, meus antecessores, e eu tivermos feito mercê”¹⁸³.

¹⁷⁹ SUBTIL, José M. **O Terramoto Político (1755-1759). Memória e Poder**. Op. Cit. p. 25.

¹⁸⁰ BICALHO, Maria Fernanda; COSTA, André. “O Conselho Ultramarino e a emergência do secretário de Estado na comunicação política entre reino e conquistas”. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Um Reino e suas Repúblicas no Atlântico. Comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 149.

¹⁸¹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. **Dom José: na sombra de Pombal**. pp. 53-59.

¹⁸² **Boletim do Conselho Ultramarino**. Op. Cit. p. 411.

¹⁸³ “Alvará de 16 de setembro de 1597 em que se determinam os tratamentos que se devem dar por palavra e por escrito nestes reinos e senhorios”. In: ALMEIDA, Cândido Mendes de (ed.). **Código**

Depois, em 29 de janeiro de 1739, D. João V chegou a ampliar os privilégios dos Secretários de Estado, determinando que os mesmos passassem a ser tratados como “Excelência”, do mesmo modo que os grandes eclesiásticos e seculares do reino. Essa forma de tratamento também foi estendida aos presidentes de tribunais e conselhos, além de embaixadores, vedores da fazenda e Vice-Reis; enquanto outros oficiais, como os governadores coloniais, permaneceram apenas com o tratamento de “Senhoria”¹⁸⁴.

A nova lei de 29 de janeiro de 1739 não foi suficiente, no entanto, para evitar todas as indisposições perante as formas de tratamento dadas aos Secretários de Estado, tal como nos mostra as instruções de D. Luís da Cunha a seu sobrinho. Em suas observações, o diplomata ponderou que pessoas de alto estatuto social nunca haviam pretendido servir o Rei como Secretários de Estado. D. Luís da Cunha inclusive afirmou que seu pai, Antônio Álvares da Cunha, chegara a recusar um convite para se tornar secretário de D. Pedro II, pois só se dispunha a aceitar o dito emprego se o Rei viesse a lhe dar “a prerrogativa de votar nos negócios como os mais conselheiros de Estado”¹⁸⁵.

Segundo D. Luís da Cunha,

O fundamento da pretensão de meu pai era que os dois secretários de Estado em Inglaterra, que são da primeira condição, e em França o dos Negócios Estrangeiros, que ordinariamente não é de semelhante qualidade, todos votavam no Conselho com os mais Ministros de Estado; e esta é só a razão porque os embaixadores lhe dão o tratamento de Excelência, mas porque Sua Majestade não quis conferir aos nossos esta distinção, não pude conseguir que Monsieur de Chavigny, embaixador de França, tratasse de Excelência a Marco Antônio de Azevedo Coutinho¹⁸⁶.

Assim, apesar de os secretários terem aumentado os seus privilégios com a lei de 1739, a Coroa tardou em facultar-lhes a designação de “Ministros de Estado”, do mesmo modo como era praticado nas demais cortes da Europa¹⁸⁷. Razão pela qual os embaixadores franceses se recusavam a dar o distinto tratamento de “Excelência” aos secretários portugueses. Segundo o historiador Manuel Paulo Merêa, a designação de “Ministros de Estado” foi aceita em Portugal apenas no reinado de D. José, quando, em

Philippino e Leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado d’El-Rey D. Philippe I. Livro V. 14^a ed. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Filomático, 1870. pp. 1330-1331.

¹⁸⁴ “Alvará de 29 de janeiro de 1739 em que se determinam os tratamentos que se devem dar de palavra, e por escrito, nestes reinos e senhorios”. In: ALMEIDA, Cândido Mendes de (ed.). **Código Philippino e Leis do Reino de Portugal...** Livro V. Op. Cit. p. 1337.

¹⁸⁵ CUNHA, D. Luís da. **Instruções Políticas.** Op. Cit. pp. 175.

¹⁸⁶ Ibidem. pp. 176.

¹⁸⁷ MERÊA, Manuel Paulo. “Da minha gaveta: Os secretários do Antigo Regimen”. Op. Cit. pp.19-20.

1760, o Conselho de Estado foi restaurado. Como este conselho foi composto pelos secretários do monarca e mais cinco conselheiros, a partir de então se teria passado a dar aos Secretários de Estado a designação de “Ministros e Secretários de Estado”¹⁸⁸.

3.2. Os oficiais da secretaria

Em suas “Instruções Políticas”, D. Luís da Cunha asseverava que a primeira tarefa de um secretário seria “bem arranjar” a sua repartição¹⁸⁹. Para isso, seria preciso que o ministro empregasse os seus oficiais somente depois de bem os conhecer, estando certo de seus respectivos préstimos e fidelidades. D. Luís da Cunha considerava, afinal, “que um bom primeiro oficial, pode fazer um excelente Secretário de Estado”¹⁹⁰.

Percebe-se, desde já, que as secretarias de D. João V não seriam repartições de um só homem. Como observou D. Luís da Cunha, os demais oficiais teriam um papel essencial para o bom funcionamento destas secretarias. O próprio alvará de 28 de julho de 1736 já indicava a necessária utilização de outros homens em seus expedientes:

Os oficiais, que até agora serviram nas Secretarias de Estado e das Mercês, se dividirão pelas três repartições sobreditas, de sorte que cada uma fique com o seu Oficial maior separado, e os mais que forem necessários para o seu expediente. E para que não haja confusão a respeito dos Arquivos, se dividirão também os livros e papéis, que neles se acharem, segundo as suas matérias, e se entregarão nas Secretarias, a que tocarem¹⁹¹.

O surgimento destes “oficiais”, assim como os próprios secretários, se deveu à normatização dos expedientes da Coroa. Segundo Joana de Almeida, a partir do século XVI, “com a imposição da escrita como o meio privilegiado de comunicação política, foi necessitando de cada vez mais profissionais detentores dessa competência técnica e conhecedores das várias práticas associadas aos procedimentos administrativos”¹⁹². Um destes profissionais era o escrivão, responsável por auxiliar os ministros e os diferentes organismos da Coroa na redação de suas correspondências e demais atividades de

¹⁸⁸ Ibidem.

¹⁸⁹ CUNHA, Luís da. **Instruções Políticas**. Op. Cit. pp. 193-194.

¹⁹⁰ Ibidem.

¹⁹¹ **Boletim do Conselho Ultramarino**. Op. Cit. p. 411.

¹⁹² ALMEIDA, Joana Estorninho de. “Os empregados de secretaria na transição para uma administração moderna do Estado (1640-1834)”. **Cadernos do Arquivo Municipal**. 2ª série, nº 2, julho – dezembro de 2014. p. 149.

escrita. No entanto, com a evolução das formas de despacho e as transformações observadas no interior das repartições, é possível perceber que os escrivães vieram a se diferenciar, gradualmente, da figura dos “oficiais”. O escrivão “seria, antes de mais, considerado um criado pessoal que se limitava a executar as tarefas ordenadas pelo seu mestre”¹⁹³. Neste sentido, o escrivão veio a se tornar um auxiliar dos oficiais da Coroa.

No caso das secretarias criadas por D. João V, podemos observar, por exemplo, uma grande diferença entre as condições e as tarefas executadas pelo “oficial maior”, responsável por toda a parte burocrática dos negócios de sua repartição (não só as tarefas de escrita, mas também a realização de pagamentos e a organização dos arquivos e despachos da secretaria) e os chamados “amanuenses”¹⁹⁴, que eram responsáveis apenas por algumas atividades de escrita, como a realização de cópias e notações.

A Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos possuía, portanto, toda uma hierarquia de oficiais, para além do próprio secretário, que eram parte essencial do funcionamento da instituição. Como afirmou Joana Estorninho de Almeida, os oficiais das secretarias primeiro surgiram como assistentes dos respectivos secretários régios, mas depois foram “se autonomizando, ganhando relevo na estrutura organizativa das secretarias e identificando-se com elas”¹⁹⁵. Esta parece ser uma das principais diferenças na organização da Secretaria de Estado do Ultramar, no século XVIII, para a Secretaria da Índia, existente entre os séculos XVI e XVII.

Em seu estudo sobre o Conselho da Índia, Francisco Mendes da Luz afirmou que o exercício do ofício de “Secretário da Índia” já podia ser observado nos tempos do Rei D. Manuel. Afinal, o secretário Antônio Carneiro também despachava os negócios ultramarinos¹⁹⁶. Um exercício que ainda foi transmitido, de pai para filho, durante o reinado de D. João III, já que Pedro de Alcáçova Carneiro foi provido, pela carta de ofício de 16 de março de 1530, secretário de despacho das “coisas das ditas partes da Índia”. Prosseguia, assim, com as competências de seu pai, Antônio Carneiro¹⁹⁷.

Estes secretários, todavia, não eram oficiais especializados apenas nos negócios concernentes à Índia. Enquanto assistentes de despacho de seus respectivos monarcas,

¹⁹³ Ibidem. p. 150.

¹⁹⁴ “É palavra latina, de *Amanuensis*, *qui est á manu, aut ad manum scribendo*. Aquele, que escreve as obras, cartas, ou papéis de alguém. Vulgarmente, Escrevente”. In: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Português & Latino**. t. 1 (A). Coimbra: No Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. p. 316.

¹⁹⁵ ALMEIDA, Joana Estorninho de. Op. Cit. p. 151.

¹⁹⁶ LUZ, Francisco Paulo Mendes da. **O Conselho da Índia. Contributo ao Estudo da História da Administração e do Comércio do Ultramar Português nos Princípios do Século XVII**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952. pp. 72-73.

¹⁹⁷ Ibidem. Cf. COSTA, André. Op. Cit. pp. 83-84.

os Carneiros, pai e filho, também cuidavam do expediente de todos os demais negócios do reino¹⁹⁸. Segundo Francisco Mendes da Luz, o secretário Duarte Dias de Meneses foi a primeira pessoa a quem se confiou, separadamente dos assuntos do reino, as funções de secretário das “coisas” da Índia. Ou seja, uma divisão formal das repartições só se concretizou algum tempo depois. O secretário Duarte Dias de Meneses assistia os despachos e provisões para o ultramar desde, pelo menos, 1568, embora a carta régia que o empossou neste cargo seja apenas de 1571¹⁹⁹.

O exercício do ofício de Secretário da Índia se estendeu também ao período da União Ibérica. Em 1584 foi passada uma carta de ofício a Diogo Velho para que ele servisse como secretário nos negócios da Índia, Mina, Brasil e Guiné²⁰⁰. Essa nomeação gerou um conflito de jurisdições com Cristóvão Soares, secretário dos negócios de Portugal, que se considerava em posse da prerrogativa de passar todas as certidões da Coroa, inclusive para os domínios ultramarinos. Do litígio resultante entre esses dois secretários, prevaleceu, no fim, o direito de Diogo Velho em cuidar dos expedientes e despachos de certidões para os domínios do ultramar²⁰¹. Depois de confirmadas em 14 de janeiro de 1601, por decisão régia, as suas funções de Secretário da Índia, “Diogo Velho há-de exercer tal cargo regularmente e com bastante competência, ao que parece, até a criação do Conselho da Índia em que o Rei por carta de 31 de Agosto de 1604 manda que ele entregue todos os papéis que tiver em seu poder ao novo tribunal”²⁰².

Essa disputa travada entre Diogo Velho e Cristóvão Soares por determinados direitos de despacho, ajuda-nos a entender algumas das características da Secretaria da Índia que, antes de tudo, correspondia ao exercício de um ofício “patrimonial”. Pois, mesmo que estes secretários tivessem os seus próprios assistentes, podemos observar que Diogo Velho e Cristóvão Soares não disputaram exatamente o controle de uma determinada repartição, com um conjunto de expedientes e oficiais, mas sim as suas próprias prerrogativas no despacho de determinados papéis. Também a carta que havia sido passada a Pedro de Alcáçova Carneiro, em 1530, se referia à Secretaria da Índia como o exercício de um ofício pessoal, sem mencionar outros espaços e oficiais²⁰³.

A diferença parece estar, então, no reconhecimento da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos enquanto uma repartição, um amplo espaço de

¹⁹⁸ LUZ, Francisco Paulo Mendes da. Op. Cit.

¹⁹⁹ Ibidem. p. 75

²⁰⁰ COSTA, André. Op. Cit. p. 109.

²⁰¹ LUZ, Francisco Paulo Mendes da. Op. Cit. p. 75.

²⁰² Ibidem.

²⁰³ Ibidem. pp. 362-364.

serviço²⁰⁴. Como aponta o alvará de 28 de julho de 1736, a Secretaria do Ultramar não só devia ter os seus expedientes delimitados em face das demais secretarias da Coroa, como também estava vinculada a um corpo de oficiais subordinados. Isto sem contar os seus respectivos livros, arquivos e papéis, que são igualmente mencionados no alvará. Ou seja, mais do que o exercício de um ofício, a Secretaria de Estado do Ultramar foi concebida, desde o princípio, como um conjunto, um todo, um corpo administrativo.

Devido à escassez de fontes, é difícil, infelizmente, conhecermos com alguma exatidão as funções e expedientes de todos aqueles oficiais que estavam subordinados aos Secretários de Estado. Sem podermos dispor de uma relação dos oficiais que serviram na Secretaria do Ultramar durante o reinado de D. João V, teremos que nos valer de uma relação um pouco posterior, já de meados do reinado de D. José. Por sinal, a única relação dos oficiais da Secretaria de Estado do Ultramar, ou mesmo de qualquer outra secretaria portuguesa setecentista de que temos conhecimento.

A “Relação dos oficiais que há nesta Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos”²⁰⁵, fonte encontrada entre os “Documentos Avulsos do Reino” do Arquivo Histórico Ultramarino, não está devidamente datada. Sabemos apenas que este documento é posterior a 1755 pela leitura de uma de suas notas marginais. A partir desta “Relação”, dispomos de uma listagem dos respectivos nomes do oficial maior e dos demais oficiais subordinados que serviam na Secretaria de Estado do Ultramar, acompanhados de breves avaliações e comentários nas margens da folha. Ou seja, trata-se de uma fonte particularmente importante, pois além dos nomes dos oficiais, também nos oferece uma pequena caracterização de cada um deles.

²⁰⁴ Segundo Pedro José da França Pinto dos Reis, as secretarias, que antes teriam uma configuração de cariz individual, teriam se estabelecido enquanto instituições, de uma forma mais complexa e estruturada, a partir do reinado de D. João IV. Tratava-se, então, mais de Secretaria e não tanto de Secretário, “evidenciando-se pois uma repartição, um gabinete, revelando-se assim todo um espaço de trabalho, um espaço operativo, em cujo centro se fixaria o Secretário por excelência, independentemente dos demais colaboradores ao seu serviço, nomeadamente os Escrivães, destas Secretarias, naturalmente”. REIS, Pedro José da França Pinto dos. **Conselheiros e Secretários de Estado de Portugal de D. João IV a D. José I (Subsídios para o seu estudo sócio-jurídico)**. Coimbra: Mestrado em História Cultural e Política pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1987. p. 25. Não devemos ignorar a influência da monarquia espanhola sobre as novas formas de organização das secretarias. Segundo Paulo Merêa, foi durante a União Ibérica que se introduziu, de forma mais clara, a concepção de um secretário para os assuntos de “Estado” (e não simplesmente um secretário assistente do monarca). MERÊA, Manuel Paulo. “Da minha gaveta: Os secretários do Antigo Regimen”. Op. Cit. p. 9-13. O historiador André Costa defendeu, recentemente, uma interpretação semelhante. As secretarias de despacho teriam passado por uma intensa “modernização” a partir da crise dinástica de 1580, passando a figurar em Portugal, de forma definitiva, a própria terminologia de secretário das “matérias de Estado” (para além dos assuntos privativos da Coroa). Cf. COSTA, André. Op. Cit. p. 107-155.

²⁰⁵ AHU. Documentos Avulsos do Reino. Caixa 157, pasta 02.

O oficial maior, segundo a “Relação dos oficiais”, era Estevam Pinto Soares. Contudo, como o próprio documento aponta este agente não vinha exercendo as suas funções desde 1755. Em seu lugar, servindo de oficial maior, estava João Gomes de Araújo. O oficial maior, como vimos, era o segundo homem no comando da repartição, atrás apenas do próprio Secretário de Estado. Cabia ao oficial maior coordenar as tarefas dos demais oficiais, além de organizar os arquivos, papéis e atividades da repartição.

Em meio aos “Documentos Avulsos” das diferentes capitanias do Brasil, encontramos alguns registros destas atividades burocráticas. Como oficial maior, João Gomes de Araújo esteve encarregado de registrar e comunicar ao seu superior a chegada e saída de navios no porto de Lisboa²⁰⁶; cuidar da emissão de documentos, como ofícios e passaportes²⁰⁷; e organizar o envio das diversas cartas que eram remetidas por sua repartição aos domínios ultramarinos, através das frotas que partiam de Lisboa²⁰⁸.

Fontes levantadas nos “Documentos Avulsos do Reino” apontam também outras formas de atuação do oficial maior. João Gomes de Araújo era o responsável, por exemplo, pela compra de velas, penas, papéis, panos e outros objetos necessários ao expediente da secretaria²⁰⁹. Também era incumbido de realizar pagamentos aos amanuenses, porteiros e livreiros, além de passar os recibos das “mesadas” e ajudas de custo que saíam dos cofres da própria secretaria²¹⁰. O oficial maior era o encarregado, portanto, do controle dos gastos e recursos da repartição. Foi a João Gomes de Araújo que o Rei D. José ordenou, em agosto de 1762, que fossem transferidos 577\$420 réis. Uma quantia destinada a cobrir os gastos da secretaria com papéis e outros materiais²¹¹.

Oficial maior	
Estevam Pinto de Moraes	Não tem exercido desde o ano de 1755, sem embargo de receber o ordenado competente.

Quadro 1. Oficial maior. “Relação dos oficiais que há nesta Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos”. AHU. Documentos Avulsos do Reino. Cx. 157, pasta 2.

²⁰⁶ Cf. AHU. CU. 05, Cx. 173, D. 13068; AHU. CU. 17, Cx. 105, D. 8839.

²⁰⁷ Cf. AHU. CU. 05, Cx. 172, D. 13009; AHU. CU. 35, Cx. 6, D. 455.

²⁰⁸ Cf. AHU. CU. 05, Cx. 190, D. 13971, 13972 e 13978; AHU. CU. 13, Cx. 48, D. 4424.

²⁰⁹ AHU. Documentos Avulsos do Reino. Caixa 157, pasta 02.

²¹⁰ Ibidem. As mesadas e ajudas de custo eram pagas a determinados agentes por estarem em “diligência do seu real serviço”. Mas quais serviços eram estes é algo que não está especificado nos extratos de pagamento. Ver também: AHU. Documentos Avulsos do Reino. Cx. 170, pasta 11.

²¹¹ “Decreto de 28 de agosto de 1762”. AHU. Documentos Avulsos do Reino. Cx. 170, pasta 10.

Que serve de oficial maior	
João Gomes de Araújo	Acha-se substituindo o lugar de oficial maior, e só tem embaraço para o exercitar quando entra[?] de semana o Príncipe N. Senhor.

Quadro 2. Que serve de oficial maior. “Relação dos oficiais que há nesta Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos”. AHU. Documentos Avulsos do Reino. Cx. 157, pasta 2

Os demais oficiais, segundo a relação feita no reinado de D. José, eram: José Gonçalves Paz; José Gomes da Costa; Francisco Delange; Antônio Domingues do Passo; José Leitgeb; João Antônio Pinto de Sá e Francisco de Assis Vieira.

Oficiais da secretaria	
José Gonçalves Paz	É o mais antigo, porém o mais do tempo se acha doente como agora lhe sucede há muitos dias.
José Gomes da Costa	É o que tem maior assistência.
Francisco Delange	Assiste, porém vem continuamente para a Secretaria depois das cinco e seis horas da tarde.
Antônio Domingues do Passo	Depois que foi nomeado Mordomo do Príncipe N. Senhor, lhe não resta tempo algum daquela assistência.
José Leitgeb	Tem continua assistência na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e raras vezes vem a esta.
João Antônio Pinto de Sá	Nas semanas que entra[?] o Príncipe N. Senhor faz falta nesta Secretaria.
Francisco de Assis Vieira	Assiste de manhã, porém se não abre a mesma Secretaria mais que tão somente para mim, exceto sendo chamado o que raras vezes sucede.

Quadro 3. Oficiais da Secretaria. “Relação dos oficiais que há nesta Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos”. AHU. Documentos Avulsos do Reino. Cx. 157, pasta 2.

Além do oficial maior e dos demais oficiais citados na relação, havia também outros agentes envolvidos nas tarefas da repartição. Nos extratos de gastos efetuados pelo oficial maior da Secretaria do Ultramar, também estão registrados os pagamentos que eram feitos ao porteiro, aos amanuenses e ao livreiro da oficina régia²¹².

Como vimos, os amanuenses eram os auxiliares de escrita da repartição. Segundo José Subtil, costumava existir um amanuense para cada oficial²¹³; contudo, não pudemos aferir esta afirmação na documentação de que dispomos. Nos extratos de pagamento, é citado um ou outro amanuense “trabalhando” ou “copiando” alguns papéis na dita secretaria, sem maiores informações a respeito de suas atividades.

O porteiro Vicente Ferreira Alvares também é registrado nos pagamentos da secretaria, devido as suas despesas com caixotes, pregos e varas²¹⁴. No Antigo Regime, os porteiros podiam exercer funções muito distintas: desde “apregoar” as decisões de sua repartição, para conhecimento de todos, até a responsabilidade de guardar os livros e materiais necessários ao expediente administrativo²¹⁵. Quanto ao “livreiro da oficina régia”, este oficial não servia propriamente a Secretaria do Ultramar, mas aparece em suas relações de pagamento devido às remessas de papel, tintas e livros à instituição.

A hierarquia existente entre estes oficiais também pode ser observada através de seus diferentes ordenados. Até meados do século XVIII, os oficiais costumavam possuir rendimentos variados, pois além de seus salários recebiam também uma série de pagamentos “extras”, como emolumentos, propinas e percalços. Contudo, a partir das reformas promovidas em meados da década de 1750, procurou-se instituir o princípio de um ordenado regular aos oficiais, “associando à função desempenhada um montante fixo de remuneração”²¹⁶. Ainda que não tenham terminado permanentemente com os emolumentos, estas reformas conferiram certo grau de uniformidade ao estatuto remuneratório dos órgãos centrais da Coroa, que nos permitem visualizar algumas hierarquias da realidade socioprofissional, como nos demonstrou o historiador José Subtil. Com base no seu quadro da “Hierarquização remuneratória dos ofícios”, podemos observar, em primeiro lugar, a preeminência dos Secretários de Estado, a receberem os maiores ordenados anuais de todo o reino: 9600 réis. Quanto aos demais

²¹² “Relações das despesas feitas pela Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar”. 4 de outubro de 1773 AHU. Documentos Avulsos do Reino. Caixa 157, pasta 02.

²¹³ SUBTIL, José. “Governo e administração”. In: MATTOSO, José (dir.). Op. Cit. p. 161.

²¹⁴ “Extratos dos róis e recibos dos pagamentos efetuados pela Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar”. AHU. Documentos Avulsos do Reino. Caixa 170, pasta 02.

²¹⁵ Algumas das diferentes atividades dos porteiros são descritas em: SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985

²¹⁶ SUBTIL, José. “Governo e administração”. Loc. Cit. p. 169.

funcionários das secretarias, o oficial-maior receberia um ordenado anual de 1000 réis, os oficiais menores 700 réis e os porteiros, por fim, ordenado de 600 réis²¹⁷.

Apesar de haver uma quantidade razoável de oficiais envolvidos nos expedientes da secretaria (oficiais, amanuenses e porteiros), podemos observar pelas notas marginais da “Relação dos oficiais” que muitos não cumpriam o serviço conforme o esperado. José Gonçalves Paz se encontrava a algum tempo doente. Francisco Delange costumava assistir o secretário apenas ao final das tardes. José Leitgeb tinha continua assistência na Secretaria do Reino. Outros oficiais, como Antônio Domingues do Passo e João Antônio Pinto de Sá também se encontravam divididos pelo exercício de outras funções. O próprio oficial maior, João Gomes de Araújo era “Guarda Roupa de S. Majestade”²¹⁸ e, portanto, não devia se dedicar integralmente ao expediente da Secretaria do Ultramar. Os oficiais das secretarias, que deviam auxiliar os seus respectivos ministros, padeciam de diversos empecilhos e contratempos que retardavam os expedientes da repartição.

* * *

A “Relação dos oficiais” mostra que nem tudo mudou da água para o vinho com a reforma ministerial de 1736. A organização de um novo aparato burocrático, a partir das Secretarias de Estado, teve resultados muito limitados quando comparados com as mais profundas reformas ulteriores. O historiador José Subtil destacou, por exemplo, a enorme diferença entre o quadro de oficiais das Secretarias de Estado entre os anos finais do Antigo Regime e meados do século XIX. Enquanto na altura da revolução liberal o número de funcionários girava em torno de 132 oficiais (número que já nos parece bastante superior ao quadro de oficiais de meados do século XVIII), ao longo do século XIX teriam subido para cerca de 1000 oficiais²¹⁹. Uma diferença espetacular.

Deve-se também ponderar que uma parte considerável do que se escreveu no alvará de 1736, sobre tornar mais “pronta a expedição” dos negócios da Coroa, simplesmente não pôde ser executada. Em face da enorme dimensão e variedade dos despachos, as demandas não eram plenamente satisfeitas pelo novo aparato ministerial.

A lentidão dos despachos, na verdade, continuou a ser, por muito tempo, uma grande dificuldade sentida pela Coroa. Durante o reinado de D. José, nem mesmo

²¹⁷ Ibidem. Vale ressaltar que foi designado aos Secretários de Estado um ordenado muito superior ao do presidente e demais conselheiros do Conselho Ultramarino (3200 e 1600 réis, respectivamente). Sintomático da política superior que as secretarias passam a desempenhar no reinado de D. José.

²¹⁸ AHU. Documentos Avulsos do Reino. Caixa 157, pasta 02.

²¹⁹ SUBTIL, José. “Governo e administração”. In: MATTOSO, José (dir.). Op. Cit. p. 161.

Sebastião José de Carvalho, o futuro Marquês de Pombal, conseguiu escapar à sua própria cota de delongas e atrasos com os papéis. Segundo João Lúcio de Azevedo, Pombal também costumava acumular documentos em sua casa e, por vezes, se esquecia de despacha-los²²⁰. “Em todo tempo do governo pombalino foi assim”²²¹. Os ministros e representantes estrangeiros continuavam a se queixar da lentidão em que tudo era tratado em Portugal. Quando Pombal deixou o poder, foram muitas as cartas que passaram, ainda sem respostas, às mãos de seus sucessores. Na opinião de João Lúcio de Azevedo, o grande acúmulo de papéis não permitia que houvesse uma atenção adequada a cada um deles: querendo ter em suas mãos todos os negócios do governo, Pombal não conseguia satisfazer, apesar de um labor enorme, todas as suas tarefas²²².

Há que se considerar, inclusive, que a nova divisão de funções entre as secretarias de Estado não chegou a ser de todo satisfatória, como era de se esperar. Houve, por exemplo, uma sobreposição entre os afazeres do Secretário dos Negócios Estrangeiros e o Secretário do Ultramar. Não só era impossível separar a administração da marinha portuguesa dos assuntos “estrangeiros” – a diplomacia e a guerra – como também a própria defesa das possessões ultramarinas, uma das maiores preocupações da Coroa, não podia ser exclusivamente atribuída a apenas uma destas secretarias. A correspondência dos governadores coloniais, ocupados com as disputas de fronteira, permanece, assim, dividida entre os expedientes de ambas as repartições²²³.

No caso da Secretaria do Ultramar, se deve também destacar que uma parte de suas atribuições era semelhante ao que, cerca de 90 anos antes, havia sido atribuído ao Conselho Ultramarino. Parece haver certa sobreposição de funções, como no caso da organização das frotas e o trato com a correspondência dos governadores²²⁴. Passaria a Secretaria de Estado do Ultramar a usurpar as prerrogativas do Conselho? Como se dividiriam as funções e prerrogativas entre estes dois organismos?

²²⁰ Do mesmo modo, João Lúcio de Azevedo afirma: “A nova administração não desmentia a tradicional fama da sonolência portuguesa, e o mais vivaz de nossos estadistas, trabalhador incansável, incorria nas mesmas culpas de um Pedro da Mota, e outros seus predecessores, por temperamento escravizados à inércia e a rotina”. AZEVEDO, João Lúcio de. **O Marquês de Pombal e a sua época**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil; Lisboa: Nova Seara; Porto: Renascença Portuguesa, 1922. pp. 120-122.

²²¹ Ibidem. p. 120.

²²² Ibidem. p. 121.

²²³ Nos documentos avulsos do Conselho Ultramarino referentes ao Brasil e seus limites (Arquivo Histórico Ultramarino, fundo CU, série 059), fica evidente a participação do Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra no que toca aos conflitos com os espanhóis e os consequentes esforços de demarcação. Preocupações que também ocupavam a correspondência da Secretaria do Ultramar.

²²⁴ Cf. MOITA, Susana da Nóbrega B. **O Conselho Ultramarino e o Brasil (1759-1777): Contributo para o estudo do sistema administrativo no Brasil Colonial**. Universidade de Lisboa, Faculdade de letras, Departamento de História: Mestrado em História e Cultura do Brasil, 2002. pp. 45-46.

O Cardeal D. João da Mota dizia, em poucas palavras, que o Secretário do Ultramar teria muito em que trabalhar nas consultas do Conselho Ultramarino, sem especificar muito mais do que isso. No Alvará de 1736, apenas se define que as cartas que fossem enviadas à Coroa pelos governadores, prelados e quaisquer outras pessoas, “não sendo dirigidas a algum Tribunal”, se remetessem à dita secretaria. Pode-se entender que os conselhos e tribunais continuariam a analisar as petições e litígios, enquanto o secretário passaria a mediar e organizar a correspondência entre o Rei e os seus governadores, conselheiros e oficiais. Mas ainda faltam peças para montar o quebra-cabeça. O alvará de 1736 não era nada claro, por exemplo, quanto a uma efetiva subordinação do Conselho Ultramarino ao Secretário de Estado do Ultramar²²⁵.

A história, com suas continuidades e rupturas, nos apresenta esses tons dissonantes. A morosidade continuava a ser um problema para a Coroa. A divisão de funções ainda deixava dúvidas. Por outro lado, a tentativa de delimitação dos expedientes pelo alvará de 28 de julho de 1736, com todas as suas limitações, não deixou de representar uma tentativa de avanço em relação às dificuldades anteriores. Um esforço da Coroa, como fora sublinhado, em ordenar suas formas de intervenção, criar corpos de oficiais especializados e, em alguma medida, racionalizar os despachos que antes iam mal separados nos expedientes de “Mercês”, “Estado” e “Assinatura”.

Como já foi sugerido por Sérgio Buarque de Holanda, ao procurarmos traçar linhas divisórias entre o “funcionalismo patrimonial” (do Antigo Regime) e a “burocracia moderna” (de nossas sociedades contemporâneas), deveríamos antes considerar que o funcionalismo patrimonial, pela progressiva “racionalização” e divisão de funções entre os seus agentes, também pôde adquirir alguns “traços burocráticos”²²⁶.

Longe de se equipararem aos ministérios liberais do século XIX, as secretarias de D. João V contribuíram para a especialização dos expedientes da Coroa. As novas repartições romperam com a inócua distinção dos despachos de “Estado” e de “Mercês” e, diferentemente de outrora, foram concebidas como verdadeiros espaços institucionais.

A centralidade política e administrativa viria a seguir. As Secretarias de Estado, colocadas ao centro dos espaços de decisão do rei D. José, logo passariam a restringir os negócios da Coroa a um âmbito mais circunscrito aos próprios gabinetes ministeriais.

²²⁵ As relações estabelecidas entre a Secretaria de Estado do Ultramar e o Conselho Ultramarino serão analisadas de forma mais aprofundada na terceira parte, capítulo 7. “O Conselho fique advertido”.

²²⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. pp. 145-146. A ênfase do autor, todavia, incide sobre as diferenças: “em sua essência ele [o funcionalismo patrimonial] é tanto mais diferente do burocrático, quanto mais caracterizado estejam os dois tipos”.

PARTE II
A SECRETARIA EM VIA DE TRANSFORMAÇÃO

Capítulo 4.

Os novos secretários de D. José

Ao subir ao trono em 1750, D. José logo se deparou com a responsabilidade de organizar os expedientes de seu reinado e nomear novos secretários de sua confiança. O Rei já dispunha, é verdade, de Pedro da Mota e Silva, responsável pela Secretaria de Estado do Reino desde 1736. Este experiente ministro, no entanto, apresentava fama de ser “indolente” no desempenho de suas funções, o que talvez se devesse a uma saúde fragilizada pelo avançar da idade¹. À suposta incapacidade de Pedro da Mota ainda vinha a se juntar o problema mais imediato de estarem em falta dois secretários para as pastas dos “Negócios Estrangeiros” e da “Marinha e Domínios Ultramarinos”.

A escolha de novos ministros era um problema que já se anunciava desde os últimos anos do reinado de D. João V. Tamanha era a preocupação com a nomeação dos Secretários de Estado que, em seu “Testamento Político” dedicado a D. José, o diplomata D. Luís da Cunha optou por conceder uma atenção especial ao tema, logo nas primeiras páginas do documento. Ainda que o seu “Testamento Político” se destinasse a orientar o futuro monarca acerca de questões da mais alta importância para a administração política e econômica do império português – os cuidados com a justiça e os gastos da Coroa, bem como os problemas relacionados à igreja, ao comércio e às manufaturas do reino – não se pode ignorar o fato de que logo o primeiro assunto a ser destacado neste importante testemunho é, justamente, a boa relação entre o Rei e os seus ministros – ou, neste caso, entre o Rei e os seus Secretários de Estado.

D. Luís da Cunha procurou defender a autonomia do monarca, expressando seu temor de que o futuro Rei viesse a se apoiar sobre a figura de um “valido” ou de um primeiro-ministro. Nos dizeres do eminente diplomata, “Deus não pôs cetros nas mãos dos príncipes para que descansem, senão para que trabalhem no bom Governo dos seus

¹João Lúcio de Azevedo qualifica Pedro da Mota e Silva de “maníaco, indolente, valetudinário, que, na disciplina do reinado precedente, só dava audiências passada a meia noite, e consagrava ao sono as horas do dia”. AZEVEDO, João Lúcio de. **O Marquês de Pombal e a sua época**. Op. Cit. p. 96. D. Luís da Cunha, contemporâneo de Pedro da Mota, fez a seguinte apreciação ao Rei: “oíço que também lhe poderá vir a faltar o [secretário] do Reino, Pedro da Motta e Silva, que muitas vezes tem pedido licença para se demitir daquele emprego, que o punha na sujeição de não poder gozar do seu descanso”. CUNHA, Luís da. **Testamento Político**. Op. Cit. p. 88.

reinos”². Desejava, desta forma, que o futuro rei tomasse para si as principais decisões do governo e não se deixasse cegar pela influência de seus assistentes de despacho.

D. Luís da Cunha apontava que os validos, equiparados no seu Testamento aos “primeiros-ministros”, foram figuras constantes ao longo da história moderna da Europa. O Cardeal Fleury, o Cardeal Dubois e o Duque de Malborough, são alguns dos validos citados no Testamento: ministros que tomaram as rédeas do governo graças ao poder obtido junto aos seus respectivos monarcas e que, sem as devidas amarras e freios, acabaram por manchar a boa imagem de seus soberanos. Essa situação, segundo o diplomata, também teria ocorrido durante o “terrível” valimento do Conde de Castelo Melhor e nos (duramente criticados) reinados de Felipe III e Felipe IV. Monarcas que, ao verem o governo de seus domínios apenas pelos olhos de seus validos, teriam perdido no mundo não só a sua reputação, mas também a da própria monarquia. Ou seja, segundo D. Luís da Cunha, os validos eram, afinal, uma verdadeira peste para o Estado, pois favoreciam somente os seus aliados e cuidavam “mais em estabelecer o seu poder do que em conservar a representação do Príncipe, de que só deviam ser zelosos”³.

Em outros termos, podemos dizer que o diplomata português acreditava que apenas o Rei poderia estar à frente de uma administração justa e bem equilibrada para o proveito de seus súditos. Mediante a proposição de um extenso quadro de reformas para o reino, D. Luís da Cunha também procurava reafirmar os paradigmas tradicionais da monarquia – o Rei como um pai, senhor da graça e da justiça, protetor da religião e cabeça da república⁴. Os secretários, no argumento do diplomata, deveriam auxiliar o Rei em seus compromissos e despachos, mas não poderiam usurpar os seus poderes e sua “sagrada autoridade”. Ainda que tenha visto a conformação das novas secretarias e repartições como uma medida administrativa necessária, o diplomata não deixou de apontar algo que considerava ser perigoso para o fortalecimento da monarquia e para o equilíbrio social da corte: a concessão irrestrita e insuspeita de autoridade aos ministros.

Hoje, a séculos de distância, é difícil deixar de notar a ironia dos rumos tomados. D. José, ao que tudo indica, não seguiu os conselhos que lhe foram entregues. Orientado a tomar o destino do reino em suas próprias mãos, passou aos livros de história como o Rei à sombra de seu ministro, o secretário Sebastião José de Carvalho⁵.

² CUNHA, Luís da. Op. Cit. p. 82.

³ Ibidem. pp. 84-85.

⁴ Sobre as imagens e paradigmas da monarquia portuguesa no Antigo Regime, ver: SUBTIL, José. “Governo e administração”. In: MATTOSO, José (dir.). Op. Cit. pp. 141-143.

⁵ Quase todos os estudos deste reinado vêm a corroborar essa ideia. Cf. a obra seminal de Nuno Gonçalves

Apesar de os secretários terem sido eclipsados por outros assistentes privados durante o reinado de D. João V, já se podia imaginar algo diferente para o monarca seguinte. Tal era a importância das tarefas e prerrogativas que poderiam ser atribuídas a estes ministros, que D. Luís da Cunha recomendou ao então príncipe D. José que ele fosse “precatado, e que nenhum mal lhe faria que os seus ministros assim o concebam, para que não abusem da autoridade que se lhes dá”. Desse modo, ao sugerir o nome de dois novos secretários, Luís da Cunha atribuía a ambos “uma integérrima probidade, e que se não amassarão para favorecerem os interesses dos seus parentes e amigos”⁶.

Os nomes aconselhados, a saber, eram Sebastião José de Carvalho para a pasta do Reino, “cujo gênio paciente e especulativo, ainda que sem vício, um pouco difuso, se acorda com o da Nação”, e Gonçalo Manuel Galvão de Lacerda para pasta do Ultramar, por seu “juízo prático” e os muitos anos de serviço no Conselho Ultramarino⁷.

As nomeações para os ministérios, não obstante, já vinham sendo especuladas ao longo de meses. Segundo autores como Susana Münch Miranda, Tiago Miranda e Nuno Gonçalo Monteiro, já era cogitada, desde 1749, a composição de um quadro ministerial similar ao que havia antes do falecimento do Cardeal da Mota, com três Secretários de Estado e um assistente, espécie de “primeiro-ministro”, para auxiliar o despacho do Rei⁸. Neste cenário, o candidato mais indicado a assistente principal, segundo rumores da época, era D. Pedro de Almeida Portugal, o 1º Marquês de Alorna, que havia obtido grande sucesso em suas campanhas militares enquanto Vice-Rei do Estado da Índia⁹.

D. José, no entanto, faria cumprir outros desígnios na nomeação de seus ministros. Quis o Rei conservar Pedro da Mota e Silva na Secretaria de Estado do Reino, apesar de D. Luís da Cunha ter se referido à possibilidade de substituí-lo. Também nomeou, é claro, Sebastião José de Carvalho, mas para a pasta dos Negócios Estrangeiros. Quanto à Secretaria da Marinha e Domínios Ultramarinos, esta não foi entregue a Gonçalo Manuel Galvão, como propôs D. Luís da Cunha, nem a Alexandre de Gusmão, que também era cotado na corte para assumir uma das Secretarias de Estado¹⁰. O escolhido para a repartição do ultramar, no fim, foi Diogo de Mendonça

Monteiro: **D. José: na sombra de Pombal**. Op. Cit.

⁶ CUNHA, Luís da. Op. Cit. pp. 88-89.

⁷ Idem. p. 88.

⁸ Cf. MIRANDA, Susana Münch; MIRANDA, Tiago C. P dos Reis. **D. Maria Ana de Áustria (1683-1754): a rainha arquiduquesa**. Coleção “Rainhas de Portugal” (dir.: Ana Maria Rodrigues; Manuel S. Silva e Isabel dos Guimarães Sá). Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2014. p. 282; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **D. José: na sombra de Pombal**. Op. Cit. p. 58.

⁹ Ibidem. pp. 282-283.

¹⁰ “Para muitos foi surpresa não entrar Alexandre de Gusmão no ministério; para ele próprio desilusão

Corte Real, homem de experiência no Conselho da Fazenda e filho homônimo do finado Secretário de Estado de D. João V (sobre o qual já havíamos tratado no capítulo 1).

Em consideração aos bons serviços de Diogo de Mendonça Corte Real, ministro “experiente nos negócios políticos e no despacho dos tribunais”¹¹, provavelmente coube ao próprio D. José a ideia de convidá-lo a assumir a Secretaria de Estado do Ultramar. Ainda que inesperada, a sua nomeação não causou maiores oposições. Diogo de Mendonça já era conhecido pelo Rei, tinha fama de ser um homem afável e mantinha boas relações na corte¹². Em relação a Sebastião José de Carvalho, provavelmente pesava a proteção da rainha-mãe, D. Maria Ana de Áustria, além do apoio do Cardeal D. Nuno da Cunha e de “alguns jesuítas de grande prestígio na lida do paço”¹³.

Tendo retornado a Portugal em 1749, depois de acumular longos anos de serviço como diplomata no exterior, com passagens pelas cortes de Londres e Viena, Sebastião José de Carvalho logo havia levantado algumas suspeitas de que poderia ser indicado para ocupar uma das secretarias vacantes. Uma ideia que não foi tão bem recebida por seus pares na corte. Contrários à nomeação de Sebastião José de Carvalho estavam “todos os membros do grupo de Frei Gaspar da Encarnação”, inclusive Alexandre de Gusmão¹⁴. O próprio Rei D. João V, ainda vivo, era “pouco inclinado a promovê-lo a um lugar no governo”¹⁵. Ao que parece, os meses que decorreram entre o seu retorno a Portugal e o falecimento de D. João V foram particularmente incertos para Carvalho. Opositores e fortes concorrentes obstavam-lhe uma das Secretarias de Estado.

Com D. José no trono prevaleceram, no fim, os arbítrios favoráveis a Pombal. Sebastião José de Carvalho foi chamado a compor o gabinete de governo ao lado de Diogo de Mendonça Corte Real. Há quem afirme que essa decisão de D. José também teve muito de contingente. De acordo com Nuno Gonçalo Monteiro, estando Pedro da Mota e Silva debilitado e “entrevado” em sua casa, a escolha dos novos Secretários de Estado teria sido precipitada pela necessidade de se poder dispor dos ministros para a realização das exéquias de D. João V, que ocorreram em 3 de agosto de 1750¹⁶.

Devemos considerar, do mesmo modo, que no momento da morte de D. João V o Marquês de Alorna, em serviço no oriente, sequer se encontrava presente na corte. “O

penosa”. AZEVEDO, João Lúcio de. Op. Cit. p. 96.

¹¹ MIRANDA, Susana Münch; MIRANDA, Tiago C. P dos Reis. Op. Cit. p. 281.

¹² Ibidem. pp. 281-285.

¹³ Cf. AZEVEDO, J. L. Op. Cit. p. 92-96; MIRANDA, Susana Münch; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. Op. Cit. p. 284; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Dom José: na sombra de Pombal**. Op. Cit. p. 70-71.

¹⁴ MIRANDA, Susana Münch; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. Op. Cit. p. 284.

¹⁵ Idem.

¹⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. **Dom José: na sombra de Pombal**. Op. Cit. p. 67.

que talvez”, segundo Susana Münch Miranda e Tiago C. P. dos Reis Miranda, “tivesse representado um alívio: não se devendo perpetuar o vazio de poder, o novo monarca viu-se à vontade para assumir com clareza uma estrutura de governação sem um válido declarado à partida”¹⁷. Os dois novos Secretários de Estado já lhe bastavam.

A princípio, não há muitas semelhanças a serem destacadas entre Diogo de Mendonça e Sebastião José de Carvalho. Mesmo nomeados para secretarias de igual prestígio, a diferença nas trajetórias traçadas pelos dois novos ministros de D. José é enorme. Consequentemente, também é enorme a diferença do que já se produziu sobre ambos. Enquanto muito já foi escrito sobre Sebastião José de Carvalho, intitulado “Marquês de Pombal” em 1769, após ter cumprido ao longo de muitos anos um papel político-administrativo central no reinado de D. José; do outro lado, pouco se estudou e se escreveu sobre Diogo de Mendonça Corte Real, mantido em sua secretaria apenas até meados de 1756, quando foi subitamente preso e expulso da corte.

Na falta de estudos mais completos, podemos conhecer um pouco mais deste Secretário do Ultramar através do cruzamento dos dados bibliográficos com o levantamento de algumas informações documentais. Sabemos, dessa forma, que Diogo de Mendonça Corte Real, filho ilegítimo do experiente ministro português homônimo com a espanhola Maria de Briones y Velasco¹⁸, nasceu na corte de Madrid quando seu pai lá esteve em serviço diplomático, entre os anos de 1694 e 1703¹⁹.

Reconhecido e devidamente perfilhado no ano de 1711²⁰, Diogo de Mendonça Corte Real foi instruído em língua latina e, posteriormente, iniciou os estudos de direito canônico na Universidade de Coimbra. Apesar de ser o filho mais velho, Diogo de Mendonça não se tornou o legítimo herdeiro de seu pai. Este, a partir do casamento com D. Teresa de Bourbon, veio a ter outros dois filhos mais jovens: João Pedro de Mendonça Corte Real, que lhe sucedeu em sua casa, e D. Joaquina Ana de Bourbon.

¹⁷ MIRANDA, Susana Münch; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. Op. Cit.

¹⁸ Seu pai, igualmente chamado Diogo de Mendonça Corte Real, serviu como Secretário de Estado, Assinatura e Mercês do Rei D. João V, além de também ter servido como secretário e enviado diplomático do Rei D. Pedro II (conforme apontamos no capítulo 1). Quanto à mãe, Maria de Briones y Velasco, dispomos de poucas informações. Na Diligência de Habilitação de Diogo de Mendonça para familiar do Santo Ofício há algumas informações desencontradas. Inicialmente apontada como natural de Madrid, Maria de Briones y Velasco é depois indicada como natural de Cuenca. ANTT. Tribunal do Santo Ofício. **Diligência de Habilitação de Diogo de Mendonça Corte Real**. f. 143v.

¹⁹ Não pudemos aferir, com precisão, o ano de nascimento e a idade de Diogo de Mendonça ao tempo de sua nomeação para a Secretaria de Estado do Ultramar, em 1750. Através da Diligência de Habilitação para familiar do Santo Ofício, no ano de 1715, temos a informação de que ele teria, a esta altura, entre 16 e 19 anos. Dessa forma, em 1750, Diogo de Mendonça teria pouco mais de 50 anos. ANTT. Tribunal do Santo Ofício. **Diligência de Habilitação de Diogo de Mendonça Corte Real**. f. 6-11v.

²⁰ Cf. ANTT. **Chancelaria Régia de D. João V. Perdões e Legitimações**. Liv. 132. f. 82v.

Mesmo sem ser o principal herdeiro, Diogo de Mendonça Corte Real pôde se valer do nome e do sangue de seu pai, enquanto buscava se afirmar socialmente, tanto por meio dos estudos eclesiásticos como através de diversos serviços ministeriais. Em uma carta dirigida a sua cunhada, D. Domingas de Saldanha, em 6 de novembro de 1764, Diogo de Mendonça chegou a afirmar, amargamente, que da casa de seu pai, desde a idade de doze anos, não havia adquirido nada para o seu sustento. Isto, segundo ele, “por me ter dado sua Majestade, que está em glória, o benefício de Barcelos, com que me sustentei em Coimbra”²¹. De todo modo, deve-se reconhecer que foi graças ao perfilhamento que Diogo de Mendonça teve acesso a importantes mercês. Além do “benefício de Barcelos”, o Rei D. João V resolveu tomá-lo por fidalgo cavaleiro de sua casa, no ano de 1716, em virtude dos notáveis serviços prestados por seu pai enquanto conselheiro e Secretário de Estado²². Ou seja, a sorte de Diogo de Mendonça, ao menos em seus anos de juventude, esteve intimamente ligada aos feitos de seu pai.

Também chamado por alguns historiadores de “abade” Diogo de Mendonça, este ministro conseguiu construir, ao longo dos anos, uma boa imagem de si. Cronistas e escritores coevos do secretário foram particularmente favoráveis à sua figura. No “Cathalogo Alfabetico dos Ministros de Letras”, compilado pelo Fr. Luís de São Bento, Diogo de Mendonça Corte Real foi amplamente elogiado. Considerado um ministro “raro nas suas perfeitas operações”, afirmou-se que ele não havia degenerado no talento de seu pai, “porque a sua natural inclinação para os estudos trazia por natureza”²³.

Algum tempo mais tarde, quando se passou a avaliar os acontecimentos sucedidos no reinado de D. José, houve também quem descrevesse o secretário Diogo de Mendonça como um sujeito preguiçoso e de poucas qualidades – exatamente o contrário da imagem altiva e decidida do ministro Sebastião José de Carvalho. Segundo as descrições contidas na “História política econômica do reinado de S. Rei D. José I”, documento anônimo redigido no reinado de D. Maria I, o secretário Diogo de Mendonça Corte Real costumava gastar uma grande parte do seu dia apenas “em dispor o seu jantar; em o comer com os seus amigos; em divertir-se com eles; deixando o menos tempo para o serviço de quem o honrou e o enriqueceu com ordenados”²⁴.

²¹ Arquivo Histórico da Misericórdia de Lisboa. Testamentos, Maço nº 9.

²² ANTT. **Registro Geral de Mercês de D. João V.** Liv. 4. f. 524v.

²³ SÃO BENTO, Luís de. **Cathalogo Alfabetico dos Ministros de letras que servirão nestes Reynos de Portugal e Algarve, Seus Dominios, e Conquistas Ultramarinas, Relações e Tribunaes, como nelle se adverte.** Obra preparada entre 1723 e 1768. BNP, Códice 1077. fl. 134v.

²⁴ **História política econômica do reinado de S. Rei D. José I.** s.n.; s.l, s.d. fonte manuscrita anônima da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, USP. fl. 9.

Esse tipo de caracterização veio posteriormente a se consolidar na historiografia através de importantes estudos sobre o ministério do Marquês de Pombal. Segundo Simão José da Luz Soriano, “não se pode duvidar” que Diogo de Mendonça era um ministro “de pouca habilidade para a direção da repartição a seu cargo, sendo mal visto não só pelas grosserias, mas até mesmo pelas torturas, que fazia aos pretendentes, que o procuravam”²⁵. Para o historiador João Lúcio de Azevedo, igualmente, Diogo de Mendonça Corte Real foi um ministro de “mediócras talentos”, que desde muito cedo foi eclipsado pelas iniciativas e qualidades de Sebastião José de Carvalho²⁶.

Durante a trajetória de Diogo de Mendonça, até se tornar secretário, essa forma de visão depreciativa não era, todavia, a imagem que os contemporâneos costumavam fazer do ministro. Basta observarmos, mais uma vez, um dos escritos laudatórios deste período. Para Diogo Barbosa Machado, autor da “*Bibliotheca Lusitana*”, tal havia sido o desenvolvimento de Diogo de Mendonça em seus estudos canônicos que, laureado em Coimbra, este ministro logo fora admitido no Colégio de São Pedro no ano de 1716²⁷. Também segundo Diogo Barbosa Machado, foi precisamente toda a “capacidade do seu talento” que o fez digno de ser eleito representante diplomático da Coroa.

Por ocasião do Congresso de Cambrai, Diogo de Mendonça e Marco Antônio de Azevedo Coutinho foram designados por D. João V para assistirem as atividades do diplomata D. Luís da Cunha²⁸. Dessa forma, ambos os ministros poderiam se instruir acerca dos negócios diplomáticos da Coroa e, posteriormente, melhor servi-la no exterior. Com efeito, essa primeira experiência contribuiu bastante para que Diogo de Mendonça fosse designado, poucos anos depois, enviado extraordinário de Portugal.

Parte de seu trabalho diplomático nos Países Baixos pode ser verificada no livro das “Negociações de Diogo de Mendonça Corte Real”²⁹. Neste manuscrito foram coligidos, ao longo do ano de 1726, os ofícios redigidos pelo próprio Diogo de Mendonça, além de cópias de outras cartas e memórias produzidas por diferentes ministros europeus. Entre os ofícios e registros, encontramos notícias sobre os acordos

²⁵ SORIANO, Simão José da Luz. **Historia do reinado de El-Rei D. José e da administração do Marquez de Pombal**. Lisboa: Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1867. p. 284.

²⁶ AZEVEDO, João Lúcio de. Op. Cit. p. 96.

²⁷ MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca Lusitana** [...]. t. 1. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741. p. 677.

²⁸ SILVA, Abílio Diniz. “Itinerário e experiências de uma vida”. In: CUNHA, D. Luís da. **Instruções políticas**. Op. Cit. p. 91.

²⁹ ANTT. Manuscritos da Livraria, n.º 943. **Negociações de Diogo de Mendonça Corte Real, tesoureiro-mor da insigne colegiada da Vila de Barcelos e enviado extraordinário de sua majestade portuguesa aos Estados Gerais das sete Províncias Unidas**. Ano de 1726. 2 tomos.

diplomáticos envolvendo a Holanda, tal como as negociações para a entrada deste país no Tratado de Hannover, além de outras diversas informações e comentários sobre as alianças que eram esboçadas por outras potências da Europa, como França e Inglaterra.

Para Portugal, eram particularmente importantes as notícias e informações referentes às disputas travadas com a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Diogo de Mendonça procurou manter a sua corte informada acerca das hostilidades e do apresamento de embarcações portuguesas pelos holandeses. A manutenção da política de neutralidade e a preservação do império eram, afinal, os mais difíceis problemas colocados à diplomacia portuguesa do século XVIII. Com Diogo de Mendonça os temores não eram diferentes. Em ofício de 28 de fevereiro de 1726, o enviado português advertiu, preocupado, que “as vozes da Província de Holanda continuam com aumento em desejar uma Guerra, para nos tomar o Brasil, como já avisei, e confesso a V. S.^a, que vejo em todas as pessoas desta República uma grande animosidade contra Portugal”³⁰.

Um sério problema enfrentado por Diogo de Mendonça Corte Real foi a disputa com os holandeses em torno dos direitos de navegação e comércio pela costa da África. Em 1725, a Companhia das Índias Ocidentais fez uma representação ao governo das Províncias Unidas com o intento de demonstrar, com base nos tratados firmados em 1641 e 1661, que os portugueses não tinham o pretense direito de navegar e negociar na costa da Guiné³¹. Essa representação foi diretamente refutada por Diogo de Mendonça, o que resultou em um conflito diplomático e “propagandístico” entre as partes.

Para contrapor os argumentos que eram veiculados pela Companhia das Índias Ocidentais e impugnar as hostilidades às embarcações portuguesas, Diogo de Mendonça fez imprimir, em 1727, um panfleto em que se argumentava a favor do direito dos portugueses em navegar e negociar nos entrepostos da Holanda, pagando os direitos que lhes eram devidos³². Entre as razões apresentadas por Diogo de Mendonça, se destaca a defesa da reciprocidade diplomática e mercantil, já que os holandeses também teriam o suposto direito de acessar os entrepostos de Portugal (o que não se aplicava à América).

Podemos notar, portanto, que antes mesmo de assumir a Secretaria de Estado do Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real já exercia, enquanto enviado extraordinário, a complicada defesa do império e dos interesses mercantis metropolitanos.

³⁰ ANTT. *Negociações de Diogo de Mendonça Corte Real*. Op. Cit. p. 221.

³¹ Idem. pp. 133 e 153-168.

³² CORTE REAL, Diogo de Mendonça. *Examen, et Response a um Ecrit publié par la Compagnie des Indes Occidentales sous le Titre de Refutation des Arguments & Raisons alleguées par Mr. Diogo de Mendonça Corte-Real Envoié Extraordinaire de Portugal à la Haye, dans son Memoire & l'Ecrit annexe présenté à Leurs Hautes Puissances le 15. Septembre 1727. Etc.* s.l.: s.n., 1727.

Apesar de todos os seus esforços, Diogo de Mendonça Corte Real teve pouco sucesso nessa empreitada. Em 1728, o diplomata D. Luís da Cunha seguiu para as Províncias Unidas para tentar acertar um acordo com a Companhia das Índias Ocidentais, já que os holandeses seguiam recusando a presença dos mercadores portugueses nos mares da Guiné – a despeito de se terem notícias de contrabandistas oriundos de praças brasileiras a realizar trocas nesta costa³³. O que estava em jogo era, justamente, a posição de Portugal como intermédio do comércio colonial no Atlântico.

D. Luís da Cunha dizia que Diogo de Mendonça havia se “embrulhado” de tal maneira sobre estes assuntos “que pareceu conveniente a Sua Majestade mandá-lo recolher”³⁴. No entanto, tal era a dificuldade dessas negociações, com a intransigência dos interessados, que nem mesmo o experiente diplomata conseguiu chegar a um bom termo com os holandeses. D. Luís da Cunha chegou a traçar planos para um acordo, mas não obteve sequer a aprovação da Coroa portuguesa. “Passaram-se os meses, e de Lisboa não vieram respostas nem às suas sugestões nem aos projetos apresentados”³⁵. Era muito difícil costurar um acordo que agradasse ambas as partes.

O aparente fracasso das negociações na Holanda não chegou, então, a prejudicar a trajetória ministerial de Diogo de Mendonça Corte Real. De acordo com o “Cathalogo Alfabetico dos Ministros de Letras”, Diogo de Mendonça ainda teria se recolhido ao reino “com bastante glória dos bons efeitos dos seus negócios”³⁶. Diogo Barbosa Machado, em tom semelhante, afirmou que Diogo de Mendonça conseguira renovar, com os serviços prestados no exterior, “a saudosa memória do ministério de seu pai”³⁷.

No seu retorno a Portugal, ele seguiu, de fato, exercendo importantes ofícios e serviços relacionados à Coroa. Cada novo serviço abria portas para novas honras e nomeações. Em virtude dos serviços diplomáticos prestados no exterior³⁸, Diogo de Mendonça foi apontado, em 1728, para um lugar no Conselho da Fazenda. Mais adiante, em 1729, sendo Tesoureiro-mor da Colegiada de Barcelos, Provedor da Casa da Índia, Conselheiro da Fazenda Real e Deputado da Casa de Bragança, foi nomeado

³³ Para o estudo desses dilemas e negociações de D. Luís da Cunha, ver: SILVA, Abílio Diniz. “Itinerário e experiências de uma vida”. In: CUNHA, D. Luís da. **Instruções políticas**. Op. Cit. pp. 104-112.

³⁴ Ibidem. p. 314.

³⁵ SILVA, Abílio Diniz.. Op. Cit. p. 111.

³⁶ SÃO BENTO, Luís de. Op. Cit.

³⁷ MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca Lusitana**. Op. Cit.

³⁸ Um dos feitos de Diogo de Mendonça, durante a sua estadia na Holanda, foi a negociação do contrato de traslado de gravadores de estampas estrangeiros – Harwyn, Rousset e Rochefort – enviados a Portugal para servirem a Academia Real de História. Cf. AZEVEDO, Pedro de. “A nomeação do pessoal superior da imprensa da Academia Rial de História”. In: **O Archeologo Português**, vol. XIX, 1914. pp. 31-40.

membro da Academia Real de História – agremiação pela qual o ministro se propôs a escrever as “Memórias de Portugal no tempo dos Romanos”³⁹.

A escalada de Diogo de Mendonça Corte Real não passou despercebida pelo Rei D. José. Na esteira destes serviços prestados à Coroa, o novo monarca lhe concedeu, em 2 de agosto de 1750, a importante nomeação para a Secretaria de Estado do Ultramar:

Tendo consideração aos bons serviços, que tem feito Diogo de Mendonça Corte Real nos Ministérios que El Rei Meu Senhor e Pai, que está em gloria, d’ele confiou em Domínios Estranhos, e de presente no Conselho da Minha Real Fazenda: Hei por bem nomeá-lo Secretario d’ Estado dos Negócios pertencentes ao Ultramar e Marinha⁴⁰.

Além de sua prévia atuação no Conselho da Fazenda, vemos que o motivo destacado nesta nomeação de Diogo de Mendonça Corte Real para o comando da Secretaria do Ultramar foram os serviços que lhe haviam sido confiados em “domínios estranhos”. Um motivo igualmente destacado, a propósito, na nomeação de Sebastião José de Carvalho, que havia servido D. João V nas cortes de Londres e Viena⁴¹.

A prática de nomear ministros com experiência diplomática no exterior para as secretarias régias já era algo comum desde os reinados de D. Pedro II e de D. João V. Neste quesito, portanto, D. José não fez diferente de seus antecessores ao convocar Diogo de Mendonça e Sebastião José de Carvalho, experimentados em cortes estrangeiras, para assistirem nas suas secretarias. Isto, claro, além de ter mantido Pedro da Mota e Silva como Secretário de Estado do Reino, posição que este velho ministro, anteriormente enviado a Roma, vinha sustentando desde os idos de 1736. Por tudo isso, o historiador José Subtil optou por falar apenas em termos de um gabinete de transição, “que combinava a passagem de testemunho com o desejo de mudança”⁴².

Devemos observar que D. José assentou, de fato, algumas mudanças em relação às formas de despacho anteriores e que, através da nomeação de seus dois novos Secretários de Estado, também acabou por modificar os circuitos administrativos.

³⁹ Sua proposta de estudo estava alinhada ao projeto mais amplo de exaltação da história da monarquia e do império português. Em sua primeira declaração à Academia, afirmou que ao estudar os romanos, não acharia “Príncipe algum, que iguale em virtudes ao nosso Augusto Protetor, a quem, como Saturno, deverão os séculos futuros o princípio da Historia, e o século de ouro”. A despeito destes objetivos iniciais, os escritos de Diogo de Mendonça Corte Real acabaram por se limitar ao estudo das origens do povo romano. Cf. **Collecção dos documentos e memorias da Academia Real da Historia Portuguesa**. Lisboa Occidental: na officina de Joseph Antonio da Sylva, 1729, n. VI; 1730, n. IV; 1732, n. XVI.

⁴⁰ SILVA, Antônio Delgado da (org.). **Collecção da Legislação Portuguesa**. Suplemento à Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Typografia Maignense, 1842. p. 21.

⁴¹ Ibidem. pp. 21-22.

⁴² SUBTIL, José. Op. Cit. p. 160.

Como vimos anteriormente, D. João V apoiava as decisões de seu governo sobre o parecer de seus assistentes privados, em detrimento de órgãos mais tradicionais, como o Conselho de Estado. Os secretários, importantes auxiliares nos expedientes da rotina, não exerciam grande influência sobre as deliberações da Coroa, que eram tomadas pelo Rei junto aos seus homens de confiança. Dependendo da gravidade dos assuntos em pauta, os assistentes privados chegavam a realizar despachos que, a princípio, cabiam apenas aos Secretários de Estado. É o que se aponta no caso de Alexandre de Gusmão, que passou a preparar cartas e despachos para orientar a administração das minas⁴³.

Nos últimos anos do reinado, D. João V foi acometido por diversos ataques de paralisia, que comprometeram a sua participação no governo. Enquanto o estado de saúde do Rei declinava, uma parte de seus secretários e assistentes veio ainda a falecer, desestruturando os circuitos administrativos. O Cardeal da Mota, por exemplo, faleceu em 1747. Mesmo ano da morte de Antônio Guedes Pereira, Secretário do Ultramar.

Na falta de outros ministros e assistentes que lhes pudessem fazer a devida sombra, a “facção” de Frei Gaspar da Encarnação, na qual se costuma incluir os nomes de Alexandre de Gusmão e Antônio da Costa Freire, passou a controlar boa parte dos despachos, deliberações e formas de comunicação com a Coroa⁴⁴. Algumas das principais medidas adotadas neste período, como a “pragmática” de 1749, que impunha limites aos gastos suntuários, podem ser atribuídas às ideias e à influência desta facção.

É provável que, na iminência de se tornar Rei, D. José também tenha procurado intervir em alguns negócios. Francisco Hocqueler, que da cidade de Lisboa mantinha uma correspondência com dois negociantes de Hamburgo, os irmãos Pedro e Guilherme Rahmeyer, já afirmava a esta altura, no fim do reinado de D. João V, que o príncipe cuidava em se tornar um “grande homem de negócio”, procurando enviar navios para Macau, Coromandel e Bengala⁴⁵. Segundo Hocqueler, com o apoio de Roberto Godin, Vasco Lourenço Veloso e Diogo de Mendonça Corte Real, futuro ministro do ultramar, D. José também já planejava tomar para si a administração da fábrica de sedas⁴⁶.

⁴³ Cf. CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri**. Tomo 1. Op. Cit. p. 398.

⁴⁴ AZEVEDO, João Lúcio de. Op. Cit. pp. 93-94.

⁴⁵ Cf. SILVEIRA, Luís. “Algumas memórias do governo da Côrte de Lisboa, nos últimos meses de vida de El-Rei D. João V, e dos princípios do reinado de D. José” (Documentos da Biblioteca Estadual de Hamburgo). **Congresso do Mundo Português**. Vol VIII. Publicações, 1940. p. 86.

⁴⁶ Cf. MIRANDA, Susana Münch; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. **D. Maria Ana de Áustria (1683-1754): a rainha arquiduquesa**. Op. Cit. p. 281; SILVEIRA, Luís. Op. Cit. p. 86. Segundo Luís Ferrand de Almeida, não se deve excluir a possibilidade de ter havido alguma participação de Diogo de Mendonça na transferência do francês Robert Godin a Portugal, para a instauração da fábrica de sedas. ALMEIDA, Luís Ferrand de. “A fábrica das sedas de Lisboa no tempo de D. João V”. **Revista Portuguesa de História**. Tomo XXV. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1989-1990. p. 4.

De todo modo, não caberia responsabilizar o príncipe pela direção do império. Além da influência de Frei Gaspar da Encarnação, continuava a ser o próprio Rei quem oficialmente “decidia a maior parte dos mais importantes assuntos do reino, ficando a rainha com o despacho e o encargo formal de representar publicamente a Coroa”⁴⁷.

Somente com a morte de D. João V o governo pôde, enfim, ser refeito. D. José, “Rei posto”, chamou para si a assistência de Diogo de Mendonça e de Sebastião José de Carvalho. Frei Gaspar da Encarnação, antes tão influente, foi prontamente afastado dos despachos da Coroa. Aos poucos, o mesmo teria ocorrido com outros membros de sua facção. Alexandre de Gusmão, mais alinhado ao grupo de Frei Gaspar, logo passaria “a tratar praticamente em exclusivo do Conselho Ultramarino, enquanto na corte cresciam as vozes contrárias às suas ideias e se avolumavam as críticas ao seu caráter”⁴⁸.

De acordo com o historiador João Lúcio de Azevedo, nenhum dos antigos ministros de D. João V merecia os afetos, “nem por ventura a confiança”, do novo monarca⁴⁹. Este distanciamento, curiosamente, não parecia ser algo tão evidente, ao menos até a efetiva morte de D. João V e a nomeação dos novos Secretários de Estado. Francisco Hocqueler afirmou, nesta época, que ninguém esperava por todas aquelas mudanças que foram promovidas no início do reinado de D. José, principalmente “à vista da grande união que havia no Rei atual com os três mencionados governadores [Frei Gaspar da Encarnação, Alexandre de Gusmão e Antônio da Costa Freire]”⁵⁰.

A surpresa com o fato de Alexandre de Gusmão e Frei Gaspar terem sido preteridos por D. José também foi observada em outras fontes coevas. Nuno Gonçalo Monteiro aponta que, após a nomeação dos novos Secretários de Estado, o cônsul francês procurou informar ao seu governo que o Rei “tinha enganado toda a gente”, destacando-se o fato de Frei Gaspar não ter tomado parte nas suas escolhas⁵¹.

Tal como havia afirmado Francisco Hocqueler, a nomeação de novos Secretários de Estado pelo Rei D. José pôde ser interpretada, à época, como sinais *avant-coureur* do “decaimento” do antigo ministério (informal) de Frei Gaspar da Encarnação⁵².

A reorganização dos expedientes da Coroa foi particularmente destacada. Na carta de 20 de agosto de 1750, poucos dias após o falecimento de D. João V, Francisco Hocqueler afirmou que D. José teria ordenado aos presidentes dos tribunais e conselhos

⁴⁷ MIRANDA, Susana Münch; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. Op. Cit. p. 282.

⁴⁸ Ibidem. p. 285.

⁴⁹ AZEVEDO, João Lúcio de. Op. Cit. p. 94.

⁵⁰ SILVEIRA, Luís. Op. Cit. p. 74.

⁵¹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. **Dom José: na sombra de Pombal**. Op. Cit. p. 66.

⁵² SILVEIRA, Luís. Loc. Cit. p. 74.

que as suas respectivas consultas fossem remetidas aos Secretários de Estado, de acordo com a repartição competente, e que só em casos de maior importância viessem a lhe entregar pessoalmente os seus papéis. Desta sorte,

ficou Fr. Gaspar aliviado do cargo de primeiro-ministro, sem El Rei o despedir, no mesmo tempo não só foi [Alexandre de] Gusmão mal recebido na corte, mas se lhe ordenou, que entregasse os papéis que estavam na sua mão⁵³.

Também teria sido um objetivo do novo monarca manter canais regulares para a comunicação com a Coroa. Canais baseados na atuação dos Secretários de Estado:

Antônio da Costa Freire ainda exercita o lugar de Provedor de Alfândega, mas querendo com instância falar a El Rei, mandou-lhe Sua Majestade dizer, que o que tinha que dizer lhe o fosse comunicar com o Secretario de Estado⁵⁴.

O novo monarca teria se mostrado indisposto a atender os requerimentos que não fossem entregues em audiências formais e adequadamente distribuídos aos seus secretários. O Rei D. José procurava instituir uma nova disciplina administrativa e, de acordo com Francisco Hocqueler, promovia esforços para repor “as coisas em boa ordem, não querendo que negócio algum vá por fora do seu caminho regular”⁵⁵.

A administração régia durante o reinado de D. João V havia seguido por diferentes vias. Ao longo de mais de 40 anos tiveram lugar, em momentos distintos, as reuniões do Conselho de Estado; a reunião de juntas de composição variável; o expediente das antigas e das novas secretarias da Coroa; os arbítrios e os despachos dos ministros e assistentes particulares do Monarca. Várias formas e circuitos de decisão foram experimentados, e nenhum deles parece ter se constituído como algo definitivo. Conforme o caso e a importância dos assuntos tratados, os despachos da Coroa poderiam correr por uma ou outra destas diferentes instâncias administrativas (juntas, conselhos, secretários, assistentes privados). Os últimos anos do reinado de D. João V foram ainda mais “incertos” nestes termos institucionais. O despacho dos papéis ficou, como vimos, sob a tutela de uns poucos assistentes privados, sem foro oficial.

Com o início do novo reinado, o correspondente Francisco Hocqueler nos sugere que o Rei D. José se decidira por reorganizar os circuitos administrativos. Os despachos

⁵³ Ibidem.

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ Ibidem. p. 75.

da Coroa deveriam correr formalmente pelas Secretarias de Estado, e não mais por outros assistentes pessoais. Como Frei Gaspar da Encarnação não possuía qualquer estatuto formal de secretário, muito menos de “primeiro-ministro”, o Rei D. José apenas precisou “canalizar” e redistribuir os papéis e expedientes de seu governo para as Secretarias de Estado competentes para, assim, vê-lo afastado de sua administração.

No caso da nomeação de Diogo de Mendonça para a Secretaria de Estado do Ultramar, o Rei D. José logo tratou de emitir as suas primeiras orientações para que subissem à sua presença “todas as Consultas, e mais dependências, que pertencem a esta Repartição, e [que] por ela se devem expedir na conformidade do Alvará da Divisão das Secretarias d’Estado de 28 de Julho de 1736”⁵⁶. Algo que não vinha sendo feito.

As medidas de D. José prefiguravam uma nova realidade: a efetiva centralidade política e administrativa das Secretarias de Estado. A mudança, claro, não foi tão drástica e imediata. Segundo a “História política econômica do reinado de S. Rei D. José I”, além dos Secretários de Estado, havia ainda alguns assistentes informais (“suposto que sem carta”) a oferecer os seus serviços e conselhos ao Rei. Entre esses homens, achavam-se: Antônio da Costa Freire; João Pedro Ludovice; Pedro Vergolino; Estevão Pinto de Moraes; André Ferreira Nobre; além de alguns padres da Companhia de Jesus⁵⁷. O próprio Francisco Hocqueler não deixou de registrar, no início do reinado, que o monarca não se fiava totalmente no parecer de seus secretários e que mantinha o costume de ordenar que os negócios de maior importância também fossem “conferidos” com outros agentes⁵⁸. Mesmo assim, havia algumas importantes mudanças em curso.

A reorganização dos expedientes não tardou, aliás, a despertar algumas das primeiras críticas ao reinado de D. José. Em uma carta de 25 de setembro de 1750, destinada ao seu “Amigo e Senhor” Sebastião José de Carvalho, Manuel Teles da Silva se mostrou decididamente contrário às amplas responsabilidades que foram atribuídas aos dois novos secretários, além de ter criticado a ausência das reuniões do tradicional Conselho de Estado. Manuel Teles, um “estrangeirado” que a esta época residia em Viena, afirmava que a corte de Lisboa era “talvez a única no mundo, em que hoje não se reconhece a utilidade e necessidade de Conselheiros secretos de Gabinete”⁵⁹.

⁵⁶ “Decreto de 2 de agosto de 1750”. SILVA, Antônio Delgado da (org.). **Collecção da Legislação Portuguesa**. Suplemento à Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Typografia Maignense, 1842. p. 21.

⁵⁷ **História política econômica do reinado de S. Rei D. José I**. Op. Cit.. fl. 9-9v.

⁵⁸ SILVEIRA, Luís. Op. Cit. pp. 90-91.

⁵⁹ TAROUCA, Carlos da Silva. “Correspondência entre o Duque Manuel Teles da Silva e Sebastião José de Carvalho e Melo, 1º Marquês de Pombal”. **Anais da Academia da História Portuguesa**. II série, vol. 6. Lisboa, 1955. p. 312.

Para Manuel Teles da Silva, centralizar os despachos em apenas dois secretários, sem a colaboração de outros “conselheiros secretos”, poderia vir a causar grandes problemas à administração da Coroa. “Como entende V.^a Ex.^a que se há de despachar e governar todos os negócios da monarquia em caso de doenças graves, sem me figurar a da morte?”⁶⁰. Manuel Teles da Silva, assim como D. Luís da Cunha, se mostrava bastante preocupado com a ideia de que o novo monarca viesse a se apoiar sobre um único assistente. “Durante aquela [possível ausência] será seu colega [Diogo de Mendonça] quem somente despache, e sirva *quod ad effectum* de primeiro-ministro?”⁶¹.

A melhor alternativa, segundo Manuel Teles da Silva, era dar vazão à tradição de reunir um pequeno conselho, de modo a dividir os despachos e tarefas da administração régia. “Forme-se o menos mal que possível, o nosso antigo Conselho de Estado de nove até doze pessoas”⁶². Manter-se apenas com dois secretários era algo inaceitável:

V.^a Ex.^a que me conhece realmente, e sabe o quanto fui contrário ao estabelecimento de semelhante ministério despótico, não se espantará de ler aqui a ingenuidade com que lhe falo contra o que se escreve dessa Corte, de que somente os dois Secretários de Estado servem de ministros de despacho⁶³.

Os relatos de Manuel Teles da Silva e de Francisco Hocqueler corroboram a hipótese de que, sob os auspícios de D. José, os Secretários de Estado passaram a ser vistos como protagonistas; algo um tanto distinto do papel coadjuvante que pareciam possuir sob o reinado de D. João V. Os secretários haviam passado ao centro das críticas e atenções. A eles se voltaram os medos e as expectativas referentes ao governo.

Teremos, no entanto, que ir além dos relatos parciais. No caso da administração colonial, teremos que averiguar essas observações através da análise “concreta” dos despachos relativos aos domínios ultramarinos durante o reinado de D. José. Afinal, as ordens e os ofícios eram firmados e elaborados pelo próprio Secretário de Estado? Outros agentes vieram a intervir na correspondência de Diogo de Mendonça Corte Real? E o Conselho Ultramarino? Somente ao observarmos a atuação concreta dos agentes e instituições é que poderemos aferir se (e quando) os expedientes relativos à administração colonial estiveram sob a responsabilidade da Secretaria do Ultramar.

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ Ibidem.

⁶² Ibidem. p. 313.

⁶³ Ibidem. p. 312.

Capítulo 5.

Um ministro na sombra de Pombal?

Por ocasião da aclamação de D. José, em 7 de setembro de 1750, foi construída uma estrutura de madeira no Terreiro do Paço, para dar lugar a aguardada cerimônia. Ergueu-se um suntuoso tablado, com dois degraus, no centro da qual fora colocado o trono régio. No primeiro degrau dessa estrutura provisória foram posicionados, no dia da aclamação, “os oficiais da Casa Real, os titulares, os Grandes eclesiásticos do reino e também, além de outros, os principais da Patriarcal”⁶⁴. Mais abaixo, no segundo degrau, estiveram presentes representantes do senado de Lisboa, ministros dos tribunais, inquisidores, desembargadores, senhores de terras, alcaides-mores e outros fidalgos.

Os Secretários de Estado também estiveram presentes. Sebastião José de Carvalho teve uma participação muito discreta e passou quase despercebido por alguns dos registros coevos. O secretário Diogo de Mendonça Corte Real, por sua vez, teve o distinto privilégio de tomar a palavra, em meio a cerimônia, para conclamar o juramento feito pelos “Grandes, Títulos, Seculares, Eclesiásticos, e Nobreza destes Reinos”⁶⁵.

Ora, nos estudos do reinado de D. José, costuma-se tratar Diogo de Mendonça como um ministro à sombra de Sebastião José de Carvalho. Mas aparentemente não foi assim desde o princípio. Alguns relatos coevos nos apontam que, ao menos em um primeiro momento, Diogo de Mendonça teria, na verdade, desfrutado de alguma precedência em relação ao seu colega de gabinete. Foi a Diogo de Mendonça que se teria atribuído, por exemplo, a incumbência de desempenhar as funções de “escrivão da pureza” durante o enterro de D. João V. Isto porque quando o mordomo-mor foi entregar as chaves do caixão mortuário ao prior do mosteiro de São Vicente de Fora, “protestando que dentro dele se continha o corpo do sobredito monarca, foi Diogo de Mendonça quem lavrou o auto do estilo, com assistência do seu novo colega, Sebastião José de Carvalho, que também o assinou, mas como simples testemunha”⁶⁶.

⁶⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. **Dom José: na sombra de Pombal**. Op. Cit. p. 73.

⁶⁵ Para uma descrição coeva da cerimônia, ver: Hemeroteca Municipal de Lisboa. **Gazeta de Lisboa Ocidental**. nº 37. Terça-feira, 15 de setembro de 1750. pp. 727-732.

⁶⁶ SORIANO, Simão José da Luz. Op. Cit. p. 197.

Norbert Elias, em seu estudo sobre a “Sociedade de Corte”, já havia destacado como as regras de etiqueta e os cerimoniais operavam como importantes elementos de distinção no interior do Antigo Regime, sobretudo quando demarcavam os diferentes níveis de proximidade entre os cortesãos e o monarca. Segundo Norbert Elias, o Rei aproveitava até mesmo as suas atividades mais particulares “para marcar as diferenças de nível, distribuindo as suas distinções, provas de favorecimento ou de desagrado”⁶⁷. Em uma sociedade altamente estratificada, em que as hierarquias e as regras de conduta eram fortemente delimitadas, os dois gestos públicos antes citados – a condução dos autos e dos juramentos – podem ser tomados como fortíssimos sinais do favorecimento de Diogo de Mendonça Corte Real, no que toca o início deste reinado.

Ao enunciar os principais acontecimentos políticos transcorridos desde a morte de D. João V, o correspondente Francisco Hocqueler também esteve atento à forma como o Rei D. José passou a dispor de seus novos Secretários de Estado. Na carta de 20 de agosto de 1750, Hocqueler afirmou que entre os dois ministros, Diogo de Mendonça e Sebastião José de Carvalho, havia “uma perfeita união e comumente espera um pelo outro para entrarem ao despacho”⁶⁸. Mas essa aparente união não houve de durar por muito tempo. Certa preeminência política de Diogo de Mendonça chegou a ser apontada em outra carta, pouco posterior. Em 5 de fevereiro de 1751, Francisco Hocqueler afirmou aos seus correspondentes que as conferências para deliberar as políticas da Coroa costumavam ser feitas na casa do “Sr. Mendonça”. Afirmou também que, no princípio deste reinado, “era o Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho pouco ou nada ouvido nos negócios, por que Diogo de Mendonça, como mais querido del Rei, para ele dar só as cartas, fazia com que ele fosse só o consultado”⁶⁹.

Essa situação teria sido depois invertida por Sebastião José de Carvalho. Ainda no primeiro ano de reinado, na mesma carta de 5 de fevereiro de 1751, Hocqueler afirmou que o monarca não se deixara cegar pelos seus primeiros afetos e também concedeu importantes tarefas a Sebastião José. Dando mostras de suas capacidades e da grande diligência com que tratava dos assuntos do governo, este ministro passou então a conquistar a confiança do Rei. Em pouco tempo passaram a se realizar na sua casa as conferências que antes ocorriam na do “Sr. Mendonça”. Uma mudança que chamou muito a atenção de Francisco Hocqueler: “Fazendo-nos este reparo a alguns amigos do

⁶⁷ ELIAS, Norbert. **A sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 102.

⁶⁸ SILVEIRA, Luís. “Algumas memórias do governo da Côrte de Lisboa, nos últimos meses de vida de El-Rei D. João V, e dos princípios do reinado de D. José”. Op. Cit. p. 75.

⁶⁹ Ibidem. pp. 90-91.

dito [Diogo de Mendonça] nos responderam, que era porque El Rei não lhe queria dar tanto trabalho; mas bem sabem V. M.e que semelhante alívio é maior mortificação”⁷⁰.

Não há dúvida de que Pombal viria então a se tornar o principal ministro do Rei D. José. De todo modo, outras fontes coevas, como as cartas de Manuel Teles da Silva e a “História política econômica do reinado de S. Rei D. José I”, citadas no capítulo anterior, ainda nos permitem pensar além de um domínio absoluto de Sebastião José e, dessa forma, aventar uma margem de atuação razoável para a Secretaria do Ultramar.

E é justamente isso o que pretendemos averiguar nas próximas páginas: o que pôde fazer Diogo de Mendonça ao longo de seu ministério? Interessa-nos avaliar as relações com Sebastião José de Carvalho e averiguar os laços institucionais que se estabelecem neste período: os expedientes e despachos da Secretaria do Ultramar.

Antes, porém, é preciso ponderar que Diogo de Mendonça e a sua secretaria não têm recebido grande atenção por parte dos historiadores. Os mecanismos e as formas de atuação das secretarias, assim como as demais instâncias administrativas do período têm sido, em grande medida, ofuscados pela figura dominante do Marquês de Pombal.

É significativo que a maior parte dos estudos sobre este reinado seja dedicada a Sebastião José. Há muito mais pesquisas sobre Pombal do que sobre o próprio Rei. João Lúcio de Azevedo, Francisco Falcon e Kenneth Maxwell são exemplos de grandes historiadores que devotaram as suas pesquisas aos estudos pombalinos⁷¹. Tanto nas monografias como nas obras de síntese, o reinado acabou por se confundir com o ministério de Pombal, tido como o responsável por todo o governo. Mesmo Nuno Gonçalo Monteiro, que se propôs a escrever sobre o monarca e não sobre o ministro, não pôde fugir da colocação do apostro: D. José, o Rei “na sombra de Pombal”⁷².

Apesar das diversas pesquisas sobre Sebastião José, não há quaisquer estudos específicos sobre a Secretaria do Ultramar e, de um modo geral, nos faltam informações sobre a atuação dos demais ministros deste reinado⁷³. É preciso então retomar, o quanto

⁷⁰ Ibidem.

⁷¹ AZEVEDO, João Lúcio de. Op. Cit; FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**. São Paulo: Editora Ática, 1982.; MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

⁷² MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **D. José: na sombra de Pombal**. Op. Cit. Sua obra, além de referência para nossos estudos, serve de inspiração para o título deste tópico: “Um ministro na sombra de Pombal?”.

⁷³ Francisco Xavier de Mendonça foi mais estudado como governador na Amazônia do que como Secretário de Estado do Ultramar. Ver, entre outros estudos: MAGALHÃES, J. R. “Um novo método de governo: Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759)”. **Labirintos brasileiros**. São Paulo: Alameda, 2001. pp. 199-234. Martinho de Melo e Castro foi objeto de alguns estudos, mas a maior parte fica por conta de sua atuação durante o reinado de D. Maria. Cf. DIAS, Érika S. de Almeida C. “Comunicação entre os poderes do centro e os locais: uma

antes, algumas das críticas e considerações de Jorge Borges de Macedo. Segundo este historiador, um dos mais frequentes erros de perspectiva é causado pela existência de uma figura – como o Marquês de Pombal – a que se costuma atribuir, à guisa de explicação, tudo o que numa época se registra. Assim, uma das consequências imediatas seria “simplificar o estudo do meio, da sociedade, da engrenagem administrativa, estrutura econômica, etc.: sem necessidade de mais aprofundamento[...]”⁷⁴.

Precisamos, de fato, estudar as “engrenagens administrativas” das Secretarias de Estado. Aprofundar o entendimento da relação do Marquês de Pombal com os demais ministros de D. José e explorar com maior detalhe, o funcionamento da Secretaria do Ultramar. Mais do que isso, precisamos compreender o processo histórico de centralização dos despachos e deliberações da Coroa, pela via dos Secretários de Estado, bem como a parte que coube a D. José e seus ministros neste amplo processo.

Não se trata, evidentemente, de negar a importância de Sebastião José, nem a sua influência sobre as mais alargadas áreas da administração régia. Trata-se apenas de lembrar que Sebastião José de Carvalho não se tornou o poderoso Marquês de Pombal em 1750. O ministro percorreu um longo percurso. Contou com as amplas prerrogativas de seu posto como Secretário de Estado, mas também teve que lidar com opositores e vencer resistências, até mesmo no interior do governo. Sebastião José teve, portanto, que se firmar como o principal ministro do Rei, de quem provinha, em última instância, a legitimidade de suas ordens e reformas. Vejamos este problema mais a fundo.

Uma perspectiva historiográfica muito comum tem sido atribuir ao terremoto ocorrido no ano de 1755 – súbito desastre que colocara abaixo as edificações de Lisboa, resultando em assombrosas perdas e mortes – o papel de evento propulsor da influência de Sebastião José de Carvalho sobre o conjunto do governo. O terremoto, neste prisma, teria afugentado a concorrência e “limpado o terreno” para as reformas pombalinas.

Mesmo considerando que o Rei D. José logo teria demonstrado mais confiança em Sebastião José de Carvalho do que em qualquer outro ministro, Charles Boxer, afirma, por exemplo, ter sido o “grande terremoto de Lisboa de 1 de Novembro de 1755 que acelerou a subida de Pombal à posição de autêntico ditador de Portugal durante os

análise da correspondência trocada entre o Secretário da Marinha e Ultramar e o governo da capitania de Pernambuco”. In: ALMEIDA, S. C.; SILVA, G. C. de Almeida e; SILVA, K. V.; SOUZA, G. F. Cabral de. **Políticas e estratégias administrativas no mundo atlântico**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012. pp. 213-228; VALADARES, Virgínia Maria Trindade. **A Sombra do Poder: Martinho de Melo e Castro e a administração da capitania de Minas Gerais (1770-1795)**. São Paulo: Hucitec, 2006.

⁷⁴ MACEDO, Jorge Borges de. **A situação econômica no tempo de Pombal: alguns aspectos**. Lisboa: Moraes Editores, 1982. pp. 27-32.

vinde e dois anos seguintes”⁷⁵. Kenneth Maxwell, de maneira muito semelhante, sentencia que foi “o terremoto que deu a Pombal o impulso para o poder virtualmente absoluto que ele conservaria por mais vinte e dois anos, até a morte do Rei, em 1777”⁷⁶.

O historiador José Subtil também destacou a importância do terremoto para a desestruturação de antigas práticas administrativas e a imposição das rupturas institucionais promovidas por Sebastião José de Carvalho. José Subtil não se deteve na discussão sobre o início da preeminência de Pombal, nem a sua relação com os outros ministros, mas considerou, todavia, que o terremoto de 1755, por ter propiciado uma oportunidade singular às reformas pombalinas, “constitui o acontecimento com maiores repercussões no processo político português durante o Antigo Regime”⁷⁷.

Ainda que reconheçam estes mesmos impactos do terremoto, alguns autores optaram por destacar, em sentido oposto, uma relativa preeminência de Sebastião José de Carvalho, tanto sobre os assuntos do reino como sobre os do ultramar, já desde muito antes do cataclismo. Essa última perspectiva, em grande medida, pode ser atribuída a João Lúcio de Azevedo, segundo o qual a predominante influência de Pombal não teria começado na hora trágica do terremoto⁷⁸. João Lúcio de Azevedo não descarta a ideia de que, diante do pavor e perplexidade que se instala no reino, Pombal, com todo seu pragmatismo, teria conseguido dar respostas rápidas ao desastre e, assim, se destacar aos olhos do Rei. No entanto, afirma que a grande estima de D. José por seu secretário dos Negócios Estrangeiros vinha de mais longa data: era fruto prematuro da “assiduidade do ministro ao trabalho”, como de sua pronta disposição em “reformular praxes antiquadas” e “corrigir abusos”. Assim, nas graças do Rei, a autoridade de Pombal teria muito cedo ofuscado a dos outros ministros do gabinete. Segundo João Lúcio de Azevedo, “foi norma constante de Carvalho guardar em si com ciúme todas as iniciativas. Seus colegas, secretários de Estado, haviam de ser meros subordinados”⁷⁹.

Na construção do argumento de João Lúcio de Azevedo foi destacado o fato de o secretário Pedro da Mota e Silva, além de ser considerado “indolente” pelas testemunhas coevas, encontrar-se com a saúde bastante debilitada. Sebastião José de Carvalho, nesta situação, procurava desvelar manifestações de respeito e carinho e, “sob

⁷⁵ BOXER, Charles R. **O Império Marítimo Português: 1415-1825**. Trad. Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 181.

⁷⁶ Cf. MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo**. Trad: Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. pp. 17-24.

⁷⁷ SUBTIL, José M. **O Terramoto Político (1755-1759). Memória e Poder**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2007. p. 11

⁷⁸ AZEVEDO, J. L. Op. Cit. p. 117.

⁷⁹ Ibidem. p. 122.

o pretexto de o aliviar de trabalho, excessivo para seus anos e achaques, avocava a si as atribuições do velho ministro”⁸⁰. A esta oportunidade também se somaria o fato de D. José, de quem emanava a legitimidade política do gabinete, entregar-se às diversões e os prazeres domésticos, deixando os negócios da Coroa ao trato de seus ministros. Com base em relatos de alguns enviados estrangeiros, sobretudo franceses e austríacos, João Lúcio de Azevedo procurou destacar que o Rei dedicava o dia aos seus interesses particulares e apenas as últimas horas da noite para o despacho com os secretários⁸¹.

Neste meio, Sebastião José de Carvalho teria sido logo incumbido de tarefas muito diversas das que competiam às funções de Secretário dos Negócios Estrangeiros. João Lúcio de Azevedo apontou, por exemplo, que Pombal fora encarregado de regular o funcionamento das frotas para Brasil⁸², como também da reorganização da tributação das minas. O Secretário dos Negócios Estrangeiros teria sido o responsável pela substituição da capitação (tributo calculado de acordo com a quantidade de escravos empregados nas minas) e do maneiro (imposto que incidia sobre os comerciantes e trabalhadores livres das minas) pelo sistema da “avença” de 100 arrobas. Uma cota anual de contribuição, que deveria ser arrecadada nas casas de fundição, onde todo o ouro extraído seria tributado (“quintado”)⁸³. Segundo João Lúcio de Azevedo, a intrusão de Pombal nestas áreas de governo seria de tal monta que, mesmo com as instruções endereçadas aos governadores sendo firmadas por Diogo de Mendonça, seria difícil acreditar que o Rei as aprovasse contra o voto de Carvalho, favorito de D. José⁸⁴.

Essa imagem de Pombal também se cristalizou. Apesar de o terremoto consistir em uma das principais explicações para a consolidação do valimento de Sebastião José, não é raro encontrarmos pesquisadores a reafirmar a precoce liderança deste ministro⁸⁵.

Mas afinal, teria o Secretário dos Negócios Estrangeiros, Sebastião José de Carvalho, tão logo predominado nas demais repartições da administração régia? Sua

⁸⁰ Ibidem. p. 121.

⁸¹ Ibidem. p. 118.

⁸² Ibidem. p. 114.

⁸³ Segundo João Lúcio de Azevedo, a “avença rejeitada por D. João V foi o sistema adotado por Carvalho, modificado, porém, de sorte que se tornou menos gravoso aos tributados”. Ibidem. p. 101.

⁸⁴ Ibidem. p. 122.

⁸⁵ Alexandre Mendes Cunha e José Luís Cardoso, por exemplo, atribuíram a mudança na forma de tributação das minas, bem como as demais medidas econômicas dos primeiros anos do reinado, a “ação governativa” de Pombal: “Mesmo sem afastar sua atenção do açúcar e do tabaco da América Portuguesa (o que refletia na criação da Mesa de Inspeção, ainda em 1751), as minas de ouro foram uma preocupação central e constante à política pombalina, sendo uma de suas primeiras medidas a reforma no método de fiscalização da produção aurífera”. CARDOSO, José Luís; CUNHA, Alexandre M. “Discurso Econômico e Política Colonial no Império Luso-Brasileiro (1750-1808)”. **Revista Tempo**. Vol. 17, n. 31. pp. 74-75.

ação governativa teria englobado, desde o início, tanto os negócios do reino como o dos domínios ultramarinos? Seus colegas de gabinete lhe teriam sido meros subordinados?

Por meio das correspondências diplomáticas do início do reinado de D. José, Nuno Gonçalo Monteiro apresentou alguns interessantes contrapontos a estas ideias⁸⁶. Apesar de os representantes franceses e austríacos logo terem visto Pombal como o “Ministro Principal” de D. José, outros correspondentes coevos não teriam corroborado estas observações. A correspondência inglesa, por exemplo, só teria falado em Sebastião José de Carvalho como um “primeiro-ministro” após 1756. Já os correspondentes espanhóis, sabendo da oposição de Carvalho ao Tratado de Madrid, procuraram outros intermediários e, a dado momento, teriam “apostado” em Antônio da Costa Freire, provedor da Alfândega⁸⁷. Mesmo entre a correspondência francesa, Nuno Gonçalo Monteiro também conseguiu identificar algumas observações mais matizadas. Nas instruções à diplomacia francesa, de 1751 e 1752, este historiador constatou alguns apontamentos acerca da influência de outros ministros sobre as matérias de governo de D. José, entre os quais se inclui o próprio secretário Diogo de Mendonça Corte Real.

Na mesma linha destes testemunhos diplomáticos destacados por Nuno Gonçalo Monteiro, o filósofo francês Gabriel Bonnot de Mably (1709-1785) também escreveu, posteriormente, ainda que em breves passagens, a respeito das dificuldades enfrentadas por Sebastião José de Carvalho no início de seu ministério. No texto “De l’étude de la politique”, Mably mencionou (positivamente) a maneira como Pombal procurou vencer os primeiros obstáculos e, com muita paciência, angariar a confiança do Rei.

Ele [o Marquês de Pombal] tinha-se introduzido no conselho de um príncipe que a todos achava razão, e que sempre seguia o parecer do último a quem ouvia. Viu que cada ministro privava momentaneamente com el Rei. Tal situação era de fazer desanimar um homem hábil, cuja nascente fortuna espantava a corte, conhecendo ele a própria superioridade, e receando que lhe percebessem a ambição. A princípio não faziam muito caso dos seus conselhos; mas ele teve paciência em não mudar o método; e vindo os acontecimentos justificar sempre as suas censuras, reconheceram os outros ministros a superioridade deste, e mostraram-se menos atrevidos e resolutos nos seus projetos. El Rei saiu também da sua perpétua irresolução, que o incomodava: persuadiu-se de que Deus lhe mandara um profeta para reger os negócios públicos, e depois de ter acreditado em todos, ficou só crendo no ministro, que depois foi o Marquês de Pombal⁸⁸.

⁸⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **D. José: na sombra de Pombal**. Op. Cit. pp. 94-96.

⁸⁷ Ibidem. p. 95.

⁸⁸ **O Panorama: jornal litterario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis.**

Os comentários de Mably a respeito da trajetória do Marquês de Pombal (e das oposições que teve de enfrentar) podem ser vistos como testemunhos das notícias que costumavam correr pela Europa. Mesmo sem presenciar o sucedido em Lisboa, este filósofo era versado nos assuntos diplomáticos e, pelo que se consta em seus escritos, procurava manter-se informado sobre a situação política das demais nações europeias.

A partir destes e de outros relatos coevos, alguns estudos e publicações mais recentes também têm destacado a necessidade de se reconstituir as relações de poder no reinado de D. José e de se observar, com maior rigor, a trajetória dos demais ministros e instituições que participaram da promoção de políticas e reformas para o império. Uma retificação que tem ocorrido, principalmente, para os anos anteriores ao terremoto.

Mesmo que Sebastião José de Carvalho fosse “o principal decisor político”, ainda seria preciso ponderar que este ministro não possuía um controle total sobre o governo. Podemos presumir, como nos aponta Nuno Gonçalo Monteiro, que Diogo de Mendonça oferecia alguma resistência (ou mesmo alternativa) às políticas de Pombal⁸⁹.

A criação da Companhia de Comércio Asiática de Feliciano Oldemberg em 1753, habitualmente citada como mais uma das companhias de comércio idealizadas por Sebastião José de Carvalho, é outro ótimo exemplo das possíveis alternativas à direção “pombalina”. Como o historiador Tiago C. P. dos Reis Miranda procurou demonstrar, essa empreitada se deveu, na realidade, a intervenção de outros agentes e instituições⁹⁰.

Em 15 de dezembro de 1752, um negociante francês chamado Nicolas Grenier havia obtido o privilégio de enviar cinco navios à Goa – um por ano ao longo de cinco anos, nas monções de 1753 a 1757. As condições para este negócio haviam sido baixadas pelo próprio secretário Diogo de Mendonça⁹¹. No entanto, “conhecedores dos termos do ajuste, os negociantes portugueses da Corte apresentaram um protesto formal junto d’el-Rei, por discordarem da entrega de uma das partes potencialmente mais

Vol. III, 3º da 1ª série, nº 105, 4 de maio de 1839. p. 139. O texto original em francês se encontra em: MABLY, Gabriel Bonnot de. “De l’étude de la politique”. *Oeuvres posthumes de l’abbé de Mably*. T. I. Paris: A Lausanne, chez les libraires associés, 1798. pp. 114-115.

⁸⁹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **D. José: na sombra de Pombal**. Op. Cit. p. 96.

⁹⁰ Segundo Tiago C. P. dos Reis Miranda, entre os autores que incluíram a companhia asiática de Feliciano Oldemberg como mais uma das “companhias pombalinas”, encontra-se João Lúcio de Azevedo, Jorge Borges de Macedo, Francisco Falcon, Armando Castro, José Jobson Arruda, entre outros: “todos eles, a seu modo, contribuíram para difundir a suposta certeza de que a companhia de comércio ‘da Ásia’ foi a primeira de uma série de seis idealizadas pessoalmente por Sebastião de Carvalho”. MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. “A ‘Companhia de Comércio da Ásia’ de Feliciano Velho Oldemberg (1753-1760)”. In: ARAÚJO, Ana C.; CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; ROSSA, Walter; SERRÃO, José (orgs). **O Terremoto de 1755: Impactos Históricos**. Lisboa: Livros Horizonte, 2007. pp. 199-208.

⁹¹ AHU. Projeto Resgate. Códice 2, Rolo 91. fl. 182v-184v.

lucrativas de todo o comércio ultramarino a gente de origem estrangeira”⁹². Em resposta a estas reivindicações, capitaneadas em grande parte pela Mesa do Bem Comum, essa licença foi revogada e o monarca procurou repassar o privilégio deste comércio a um súdito português⁹³. O escolhido foi Feliciano Velho Oldemberg, homem de negócios de origem hamburguesa, que havia feito fortuna com a contratação do tabaco americano e com o contrabando do Rio da Prata. Tratava-se, afinal, de um negociante com um tino comercial apurado, homem bem conhecido na corte e possuidor de um vasto cabedal.

Apesar de Sebastião José, “ao que parece”, também ter se manifestado contra a concessão do comércio asiático ao negociante francês⁹⁴, não foi este ministro quem redigiu as novas condições para a criação da companhia de Feliciano Velho Oldemberg. Como se observa pelo decreto de 11 de agosto de 1753, outra vez foi o Secretário do Ultramar, Diogo de Mendonça, quem baixou as condições para a realização deste comércio. Desta vez sob a direção de um negociante naturalizado português⁹⁵.

Como apontou Tiago Miranda, das 15 condições que lhe foram oferecidas pela Coroa, as 12 primeiras eram basicamente as mesmas que haviam sido obtidas por Grenier⁹⁶. Nos papéis firmados por Diogo de Mendonça acordava-se, por exemplo, que os navios deveriam ter equipagem e tripulação portuguesa, com no máximo dois pilotos e dois “sobrecargas” de origem estrangeira. Estipulava-se o pagamento dos direitos e taxas que eram devidos às alfândegas e à fazenda real, além do compromisso de conduzir os soldados e apetrechos bélicos que fossem necessários ao Estado da Índia. Além do comércio de Goa, o decreto também previa quando e quais navios poderiam buscar mercadorias em Macau e na costa do Coromandel, para completar as suas cargas.

Feliciano Oldemberg conseguiu, no entanto, forcejar a ampliação das condições originais, de modo a conquistar para si mais algumas vantagens. Caso florescesse este comércio, “como se espera do favor divino”, e fosse necessário mandar mais algum navio para além dos já permitidos, a Coroa assegurava a Oldemberg, na 6ª condição do decreto, que “se servirá de lhe conceder licença para que o mande com preferência a outra qualquer pessoa”, com os mesmos direitos e obrigações⁹⁷. A sua companhia, pela

⁹² MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. “A ‘Companhia de Comércio da Ásia’ de Feliciano Velho Oldemberg (1753-1760)”. Loc. Cit. p. 200.

⁹³ Ibidem. pp. 200-201.

⁹⁴ Ibidem. p. 201.

⁹⁵ Decreto de 11 de agosto de 1753. SILVA, Antônio Delgado da (org.). **Collecção da Legislação Portuguesa**. Suplemento à Legislação de 1750 a 1762. Op. Cit. pp. 253-256.

⁹⁶ MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. “A ‘Companhia de Comércio da Ásia’ de Feliciano Velho Oldemberg (1753-1760)”. Op. Cit. pp. 201-202.

⁹⁷ SILVA, Antônio Delgado da (org.). **Collecção da Legislação Portuguesa**. Suplemento à Legislação de

13ª condição, também seria tomada sob a “Real Proteção”, para que os governadores e todos os oficiais do império português favorecem o seu negócio, “em tudo que couber no possível, como se fora próprio da Coroa”. Deve-se destacar, igualmente, que Feliciano Velho Oldemberg obteve licença (logo no início do decreto) para o envio de onze navios, ao longo de dez monções. O dobro do que havia sido concedido ao francês Nicolas Grenier. Em contraparte, na 15ª condição, Feliciano Oldemberg ficou obrigado a providenciar o transporte, “nas dez Naus que vierem de Goa”, de mil e quinhentos quintais de salitre, necessários à fabricação de pólvora em Lisboa⁹⁸.

O mais importante, no entanto, é o que foi concedido pela Coroa na 14ª condição, em que foi facultada a possibilidade de Feliciano Oldemberg se associar

a todas e quaisquer pessoas que lhe parecer da Praça desta Corte, da cidade de Goa, e de todas as mais Praças destes Reinos e Domínios de Sua Majestade, assim em grandes partes, como módicas, formando Companhia, ou largando praças soltas, como se concordar com as partes, ou seja por todo o tempo das monções, ou por algumas em particular”⁹⁹.

Como afirmou Nuno Gonçalo Monteiro, foi o decreto de 11 de agosto de 1753, “com a assinatura e o patrocínio de Diogo de Mendonça Corte Real”, que criou “as bases de uma companhia que deveria remeter onze navios por ano para a Índia e Macau, com a obrigação de trazer cargas de salitre no retorno, e funcionar por dez anos”¹⁰⁰.

Com o provável apoio do Secretário do Ultramar, Feliciano Oldemberg também veio a obter mais algumas vantagens posteriores. Três dias após o decreto de 11 de agosto, a sua licença para o comércio com a Ásia foi acrescentada em mais quatro naus¹⁰¹. Já em fins de dezembro do mesmo ano, Oldemberg “tornou a alcançar da Coroa um novo conjunto de condições que melhoravam as expectativas dos investidores”¹⁰². Entre as muitas ampliações, podemos destacar, a título de exemplo, que a Coroa passava a obrigar o Vice-Rei do Estado da Índia a comboiar as naus da companhia de Feliciano Oldemberg, “a fim de as livrar dos Piratas que infestam a Costa da Índia”. Também foi

1750 a 1762. Loc. Cit.

⁹⁸ Ibidem. pp. 255-256.

⁹⁹ Ibidem.

¹⁰⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. **Dom José: na sombra de Pombal**. Op. Cit. p. 93.

¹⁰¹ Decreto de 14 de agosto de 1753. SILVA, Antônio Delgado da (org.). **Collecção da Legislação Portuguesa**. Suplemento à Legislação de 1750 a 1762. Op. Cit. p. 256.

¹⁰² Segundo Tiago Miranda, o Secretário do Ultramar também auxiliou a arrecadação de fundos e a “logística” das navegações, a fim de garantir a operação da companhia. MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. “A ‘Companhia de Comércio da Ásia’ de Feliciano Velho Oldemberg (1753-1760)”. Op. Cit. pp. 202-203.

dada permissão para que Oldemberg e todos os seus sócios pudessem fretar quaisquer embarcações nos portos da Ásia, “que lhe forem necessárias para o ingresso e aumento desta Negociação”. Há ainda outras condições especiais, como o privilégio de cobrar “executivamente” as dívidas que eram devidas a companhia; ou então, a garantia de que nenhum governador ou oficial do império português poderia tirar ou “divertir” qualquer quantia de dinheiro da companhia, ainda que por “urgentíssima necessidade do Estado”, contra a vontade de Feliciano Oldemberg. Todas essas novas concessões – é importante frisar – foram “baixadas” e assinadas por Diogo de Mendonça Corte Real¹⁰³.

A despeito de todos esses incentivos e privilégios obtidos, a companhia asiática esbarrou em diversos empecilhos operacionais e logo deu os seus primeiros sinais de esgotamento. O modelo “personalista” da companhia não parecia adequado aos enormes desafios e necessidades do comércio asiático. Feliciano Velho Oldemberg, apesar de ser um dos homens mais ricos de Portugal, encontrou grandes dificuldades para angariar novos sócios e levantar os recursos que eram necessários às suas navegações. Segundo Tiago C. P. dos Reis Miranda, a sua iniciativa foi muito mal avaliada.

Elementos recolhidos em diversos acervos permitem dizer que, desde o início, a firme esperança de conseguir os recursos necessários foi claramente exagerada. Quando afinal se mandaram para a Índia os primeiros navios, verificou-se que era preciso aumentar o volume do investimento. Para além disso, somente, também, depois do começo das viagens de mar se percebeu que as tripulações disponíveis tinham ainda menor qualidade do que já se pensava: que a imperícia dos comandantes navais ocasionava sérios problemas de segurança e disciplina; e que a falta de apoio das autoridades do Estado da Índia – mesmo diante de ordens expressas de Diogo de Mendonça – dificultava a aquisição de instalações adequadas para escritórios e armazéns¹⁰⁴.

O terremoto de 1º de novembro de 1755 levou consigo armazéns, navios, mercadorias e também veio a varrer de vez qualquer esperança que ainda restasse quanto à sobrevivência desse empreendimento. Em face das enormes perdas patrimoniais sofridas com o cataclismo, Feliciano Velho Oldemberg resolveu finalmente liquidar a companhia. “A declaração de falência de Feliciano saiu publicada aos 29 de Julho de 1760. A relação dos bens leiloados, menos de um mês a seguir”¹⁰⁵.

¹⁰³ Decreto de 24 de dezembro de 1753. SILVA, Antônio Delgado da (org.). **Collecção da Legislação Portuguesa**. Suplemento à Legislação de 1750 a 1762. Loc. Cit. pp. 276-280.

¹⁰⁴ MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. “A ‘Companhia de Comércio da Ásia’ de Feliciano Velho Oldemberg (1753-1760)”. Op. Cit. p. 205.

¹⁰⁵ Ibidem. p. 204.

É verdade que Sebastião José de Carvalho também chegou a idealizar uma companhia de comércio para a Ásia. Durante a sua estadia em Londres, Sebastião José remeteu ao Cardeal da Mota, em fevereiro de 1742, um projeto para a criação de uma companhia monopolista destinada a explorar o comércio asiático. Como apontou o historiador José Barreto, a guerra que era travada entre portugueses e maratas pelo domínio dos entrepostos na Índia fazia sobressair a oportunidade (senão a urgência) de se promover esse tipo de projeto¹⁰⁶. A companhia teria, afinal, o objetivo de revitalizar o comércio e assegurar o domínio do território. A isto ainda “se juntava a circunstância de Sebastião José de Carvalho ter feito amizade em Londres com um inglês de nome Cleland, homem de larga experiência nos negócios da Ásia, que oferecia à Corte de Lisboa toda a sua contribuição para o estabelecimento na Índia da dita companhia”¹⁰⁷.

Este inglês possuía, além de tudo, uma vasta coleção de manuscritos referentes à administração do comércio da Ásia pela companhia inglesa, o que só fez aumentar o interesse de Pombal pelo projeto¹⁰⁸. Apesar de inicialmente se mostrar contrário ao princípio do monopólio, porque “se opõe aos considerabilíssimos interesses que ao bem comum de qualquer reino resulta de que nele se multiplique o número de comerciantes”¹⁰⁹, Sebastião José de Carvalho entendia que somente através da concessão deste privilégio seria possível estimular a formação de uma destacada camada de mercadores “nacionais”, tal como na Holanda e na Inglaterra:

Como entre as nações da Europa não há alguma que possa atualmente passar-se dos gêneros orientais, vem a ser uma consequência necessária que ou os há de receber da mão de seus próprios mercadores ou das dos estrangeiros. Se recebe aqueles gêneros da mãos dos estrangeiros, não somente se priva o Estado do aumento da Marinha, do útil meio de empregar e enriquecer os vassalos que exercitam as muitas artes fabris e liberais de que depende o manejo de um tal comércio, mas também padece o dano de se lhe extrair em ouro todo o cabedal que montam as fazendas que lhes introduzem¹¹⁰.

Para Sebastião José, está claro que o objetivo da criação de uma companhia asiática seria proteger o comércio “nacional” e equilibrar as receitas e despesas da balança de comércio portuguesa. Uma política, acima de tudo, mercantilista.

¹⁰⁶ BARRETO, José. “Introdução”. Op. Cit. p. LIII.

¹⁰⁷ Ibidem.

¹⁰⁸ Ibidem.

¹⁰⁹ MELO, Sebastião José de Carvalho e. Escritos Econômicos de Londres. Op. Cit. p. 146.

¹¹⁰ Ibidem.

Esse projeto, no entanto, nunca foi levado adiante pela Coroa. José Barreto especula que, tendo D. João V adoecido apenas dois meses depois do envio do projeto, o assunto da companhia oriental deve ter ficado em suspenso¹¹¹. Sabe-se que em maio de 1743 o Cardeal da Mota teria dado nova atenção ao projeto da companhia, chegando a receber o inglês Cleland em sua casa. Mas novamente não houve progressos. “A quebra do sigilo que rodeava o assunto destes contatos terá então tornado impraticável o negócio e obrigado o Cardeal a rejeitar a oferta do inglês”¹¹². A nomeação de Sebastião José de Carvalho, pouco tempo depois, para servir em uma missão diplomática em Viena só deve ter contribuído para enterrar de vez esse assunto.

Pombal idealizara uma companhia de comércio asiática, mas falhara. Nada teve a ver com a companhia que depois veio a ser facultada a Feliciano Velho Oldemberg, em 1753. Até mesmo porque o modelo das companhias pombalinas, estabelecidas ao longo do reinado de D. José, era particularmente distinto daquele que foi adotado por Diogo de Mendonça Corte Real na criação da Companhia de Comércio Asiática.

Segundo Rui Manuel de Figueiredo Marcos, as companhias pombalinas eram “sociedades abertas ao público em geral”. Permitiam vários acionistas e “relegavam para um plano secundário a pessoa dos sócios, acolhendo quaisquer interessados, independentemente do esplendor da origem de cada um”. Apresentavam feições mais modernas e “com grande nitidez, configuravam sociedades de capitais”¹¹³.

A Companhia da Ásia, por sua vez, possuía um caráter mais “personalista”. Feliciano Velho Oldemberg, “para melhor explorar os benefícios recebidos”, apenas obteve da Coroa a permissão de associar “uma pluralidade indistinta de pessoas à sua atividade econômica”¹¹⁴. Mas se tratava, antes de tudo, de um privilégio individual. Feliciano Velho Oldemberg tinha total controle sobre as operações da companhia, além da possibilidade de selecionar todos aqueles que poderiam se associar, ou não, a ela. De acordo com o exposto por Rui Marcos, neste caso dificilmente poderíamos falar em uma verdadeira “sociedade por ações”, tais quais as demais companhias pombalinas¹¹⁵.

Como apontou Nuno Gonçalo, “ao contrário do que geralmente se pensa, não tinha Sebastião José o monopólio da ideia de criar companhias monopolistas”¹¹⁶. Afinal,

¹¹¹ BARRETO, José. “Introdução”. Op. Cit. p. LV.

¹¹² Ibidem.

¹¹³ MARCOS, Rui Manuel de Figueiredo. **As Companhias Pombalinas. Contributo para a história das sociedades por ações em Portugal**. Coimbra: Livraria Almedina, 1997. pp. 261-262.

¹¹⁴ Ibidem. pp. 263-264.

¹¹⁵ Ibidem. pp. 261-266.

¹¹⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. **Dom José: na sombra de Pombal**. Op. Cit. p. 293.

o próprio Sebastião José de Carvalho chegou a afirmar a Manuel Teles da Silva, em uma carta datada de 30 de agosto de 1754, que ele não havia participado da elaboração das condições para a operação da companhia de comércio asiática:

Ambos [uma carta e um *post scriptum*] chegaram aqui em tempo, no qual o comércio da Índia Oriental estava concedido por contrato a uma companhia de negociantes, que depois cederam a favor do contratador geral que foi dos Tabacos, por nome Feliciano Velho Oldemberg. E como estes negócios não são da minha repartição, porque pertencem à Secretaria de Estado da Marinha e Conquistas, justamente me achava na ignorância da formalidade e condições daqueles contratos. Tratando porém de me informar deles achei que estavam perfeitos e confirmados, sem admitirem arrependimento que fosse decoroso¹¹⁷.

Não se deve excluir, aliás, a existência de antigas conexões entre Feliciano Oldemberg e o ministro Diogo de Mendonça Corte Real. Em uma carta de 8 de junho de 1724, escrita durante a estadia do ministro em Haia, Diogo de Mendonça mencionou ter recebido de seu pai um memorial de Feliciano Oldemberg, pedindo-lhe que falasse “a seu favor” a alguns homens de Amsterdam¹¹⁸. Não pudemos averiguar o conteúdo exato desses negócios, o que não nos impede de aqui registrar essa antiga ligação entre ambos.

Todas essas observações e conjecturas têm reforçado a “necessidade de novas pesquisas sobre o processo de tramitação das decisões régias para o Império, ao menos durante o período em que o abade Diogo de Mendonça Corte Real exerceu as funções de Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar”¹¹⁹. Como destacou Tiago C. P. dos Reis Miranda, com a concentração de estudos sobre Sebastião José de Carvalho, os historiadores se desviaram da pesquisa de outros agentes e instituições. Por mais que sejam citados nas fontes e relatos coevos, os demais ministros de D. José carecem da mesma densidade de análise que se costuma atribuir a Pombal¹²⁰.

Joaquim Romero Magalhães, ao se deter sobre os primeiros anos do reinado de D. José, fora um dos primeiros a criticar atribuição de toda e qualquer medida tomada

¹¹⁷ Carta de Sebastião José de Carvalho a Manuel Teles da Silva, 30 de agosto de 1753. In: TAROUCA, Carlos da Silva. “Correspondência entre o Duque Manuel Teles da Silva e Sebastião José de Carvalho e Melo, 1º Marquês de Pombal”. Op. Cit. p. 312.

¹¹⁸ ANTT. Conselho de Guerra. Papéis de Diogo de Mendonça Corte Real, Maço 253. Caixa 936. Diante do pedido de Feliciano Oldemberg, o ministro Diogo de Mendonça, na qualidade de enviado português, asseverou que iria intervir “por via dos deputados da mesma cidade que residem nesta corte” [Haya].

¹¹⁹ MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. “A ‘Companhia de Comércio da Ásia’ de Feliciano Velho Oldemberg (1753-1760)”. Op. Cit. p. 200.

¹²⁰ Idem. “Antônio Freire de Andrade Encerrabodes (1699-1783): no espelho de Pombal”. **Penélope**, nº 30/31, 2004. pp. 93-94.

neste período ao Marquês de Pombal. Na contramão da historiografia, procurou então colocar em nova perspectiva a atuação dos demais ministros que serviram o monarca.

Segundo Joaquim Romero Magalhães, os outros secretários, Pedro da Mota e Diogo de Mendonça Corte Real, não deveriam ser considerados ministros decorativos: “Têm políticas e propósitos políticos próprios, que não podem confundir-se com os de Sebastião José”¹²¹. Considerava, aliás, que Pombal só devia ser encarado como o responsável pelo conjunto do governo a partir de 1756, quando foi nomeado Secretário dos Negócios do Reino. “E, mesmo assim, há que contar com os que ao longo dos anos foram ocupando as outras secretarias de Estado, que nem sempre estiveram de acordo com as suas orientações e que procuraram mesmo eliminar-lhe a ascendência”¹²².

João Lúcio de Azevedo havia afirmado que Sebastião José de Carvalho logo se apossou dos negócios coloniais com total autoridade¹²³. Joaquim Romero Magalhães, em sentido oposto, buscou demonstrar que as instruções de Pombal diziam respeito, a princípio, a assuntos militares e de divisão de fronteiras com os domínios de Castela – preocupações condizentes com a sua função de Secretário dos Negócios Estrangeiros¹²⁴.

Um de seus argumentos está assente na revisão da versão histórica que propõe Sebastião José de Carvalho como o único promotor da alteração do método de tributação do ouro das minas. Amplamente considerada uma das primeiras “ações governativas” do Marquês de Pombal respeitantes a administração do Brasil colonial.

Segundo Joaquim Romero Magalhães, apesar de Sebastião José de Carvalho ter emitido um parecer favorável à reforma do sistema de tributação, em 20 de novembro de 1750¹²⁵, devia-se considerar que a extinção da capitação era uma questão que já vinha sendo discutida na corte há muitos anos, antes mesmo de Pombal se tornar secretário. “Há que suspeitar” que em 1748 já estaria decidida a sua revogação, “embora ainda não estivesse escolhido o procedimento que o substituiria”¹²⁶.

A capitação deve ter sido, afinal, o mais odiado dos métodos utilizados para a tributação das minas,

¹²¹ MAGALHÃES, Joaquim Romero. “Sebastião José de Carvalho e Melo e a economia do Brasil”. **Labirintos brasileiros**. São Paulo: Alameda, 2011. p. 173.

¹²² Ibidem.

¹²³ AZEVEDO, J. L. Op. Cit. pp. 96 e 128.

¹²⁴ Segundo Joaquim Romero Magalhães, a este tema “foi dada muito mais atenção que as necessidades econômicas da colônia”. MAGALHÃES., Joaquim Romero. Op. Cit. pp. 174-175.

¹²⁵ Parecer (cópia) de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, sobre o método da cobrança dos quintos das minas do Brasil. 20 de novembro de 1750. AHU. CU. 11, Cx. 57, D. 22.

¹²⁶ MAGALHÃES, Joaquim Romero. “A cobrança do ouro do rei nas Minas Gerais: o fim da capitação – 1741-1750”. **Tempo**, v. 14, n. 27. Niterói, 2009. pp. 118-132.

em especial porque substituíra um imposto sobre o produto da mineração por um tributo pessoal. Muitos o pagavam, que nada tinham a ver com o metal ou com os trabalhos nas terras minerais. Nem essa era a lógica interna do dispositivo fiscal, o modo de se justificar ou de se executar. Tratava-se de um imposto geral sobre os rendimentos, específico para as populações da Capitania das Minas Gerais, que substituíra o tributo devido ao Rei do quinto do ouro minerado e que se aproximava de um imposto de renda. Apesar de tudo ter passado razoavelmente bem nas vilas das Minas durante estes dezesseis / dezessete anos em que vigorou a capitação (1735-1750), nunca fora o processo sentido como bom; menos ainda considerado justo. E assim tem sido apreciado pela história, com poucas exceções¹²⁷.

Diversas câmaras, como Vila Rica, em 1741, Caeté, em 1742, e Ribeirão do Carmo, São João d'El Rei e Sabará, em 1744, remeteram à Coroa reclamações contra a capitação¹²⁸. A indisposição dos povos abriu um alargado processo de consultas, a partir de 1745, pelo qual se foi juntando mais uma série de pareceres negativos a este método. No final do reinado de D. João V, tudo já se encaminhava para a sua substituição:

Em 6 de outubro de 1749, reuniu uma Junta *ad hoc* para responder ao pedido de Sua Majestade sobre a capitação. Seria já um passo do final do processo de revogação. E, mesmo perante o parecer favorável de Gomes Freire de Andrada, a maioria dos conselheiros foi de opinião contrária ao procedimento em vigor¹²⁹.

Com a coroação de D. José, a capitação foi revogada. E foi Diogo de Mendonça o responsável por instruir os intendentess e governadores sobre a nova lei dos quintos. Segundo Joaquim Romero Magalhães, as experiências deste secretário na Casa da Índia e no Conselho da Fazenda o teriam habilitado para essa tarefa¹³⁰. De fato, podemos observar que foi Diogo de Mendonça quem elaborou as instruções que acompanham o alvará de 3 de dezembro de 1750, onde se informa aos intendentess e oficiais que Sua Majestade era “servido abolir o modo por que até agora se cobrava o quinto do ouro”¹³¹.

Devido à urgência da partida das frotas, e por não haver o tempo necessário para se formarem os regimentos das casas de fundição, o Rei havia transmitido ordens para que se observassem nas minas do Brasil todas as ordens, medidas e resoluções que se

¹²⁷ Ibidem.

¹²⁸ Ibidem.

¹²⁹ Ibidem.

¹³⁰ Idem. “Sebastião José de Carvalho e Melo e a economia do Brasil”. Op. Cit. pp. 176-177.

¹³¹ AHU. CU. 11, Cx. 55, D. 48.

praticavam antes da instauração do método da capitação, em 1735. Ao menos em tudo o que estas não fossem contrárias à nova lei que mandou publicar em 3 de dezembro¹³².

Não obstante, Diogo de Mendonça cuidou de transmitir algumas instruções para que os intendentess garantissem que os povos das minas sentissem “todos os efeitos” da nova lei dos quintos. Diogo de Mendonça orientava os intendentess a “irem todos os dias às Casas de Fundição para se fazer a [fundição] do ouro pela ordem declarada na lei novíssima, e se darem os bilhetes às partes sem vexação, demora, nem injusta preferência, e cobrarem do mesmo ouro o quinto que pertence à Fazenda Real”¹³³.

Para evitar os descaminhos, Diogo de Mendonça afirmava que os quintos deveriam ser guardados em um cofre, “estabelecido para o dito efeito com três chaves, das quais terá uma o intendente, outra o fiscal, e outra o escrivão, fazendo-se termo em um livro, que há de estar dentro do mesmo cofre, do ouro que nele entrar cada dia”¹³⁴.

Os intendentess ainda foram orientados pelo secretário a conferir, anualmente, a quantidade de ouro tributado com o livro de registro, de modo a verificar se houve algum desvio e se havia, portanto, necessidade de se estabelecer uma devassa para se descobrir os culpados. No mais, se em consequência de uma devassa fosse preciso “pronunciar algum réu”, Diogo de Mendonça recomendava dar “livramento com apelação e agravo para a Relação competente”. O que só deveria ocorrer, no entanto, “nos casos de simples denúncia e descaminho de ouro, ou outros semelhantes”. Já que no caso dos delitos com barras ou bilhetes falsos, a que se impunha pena de morte, deviam os intendentess, “depois de serem pronunciados e presos os réus, remetê-los com as suas culpas à Relação para nela serem julgados na conformidade da dita lei”¹³⁵.

Diogo de Mendonça, enquanto Secretário do Ultramar, também foi responsável por “avisar” ao presidente do Conselho Ultramarino, em 5 de dezembro de 1750, as cabeças de comarca onde deveria haver as casas de fundição. Os locais eram Vila Rica, “para onde deve passar o intendente que atualmente assiste em Mariana”, além de Rio das Mortes, Sabará, Serro do Frio, Goiás, Cuiabá e São Paulo: “o que Vossa Excelência fará presente no Conselho para se expedirem as ordens necessárias”¹³⁶.

Além disso, é Diogo de Mendonça quem assina o manuscrito do “Alvará em forma de lei por que Vossa Majestade há por bem anular, caçar e abolir a capitação que

¹³² Ibidem. Cf. AHU. CU. 11, Cx. 57, D. 39.

¹³³ AHU. CU. 11, Cx. 55, D. 48. Versão tipografada em AHU. CU. 11, Cx. 57, D. 39.

¹³⁴ Ibidem.

¹³⁵ Ibidem.

¹³⁶ AHU. CU. 11, Cx. 57, D. 44.

pagam ao seu Real Erário os moradores das Minas Gerais”. Manuscrito este que, em sua última folha, abaixo da assinatura do ministro, faz-se acompanhar da seguinte inscrição: “Para Vossa Majestade ver”¹³⁷. Sebastião José de Carvalho lhe teria forçado a minuta? Diogo de Mendonça não teria qualquer responsabilidade neste processo?

O historiador André Costa, em tese defendida recentemente, lançou nova luz sobre as diferentes etapas para a aprovação do novo sistema de tributação das minas¹³⁸. Como este pesquisador procurou demonstrar, os Secretários de Estado de D. José ofereceram “votos” sobre a revogação da capitação entre agosto e novembro de 1750. Sebastião José de Carvalho logo se manifestou favorável à revogação da capitação por meio de um parecer no qual defendia os efeitos nefastos deste método de cobrança – como a queda do número de escravos, comerciantes e mineiros. Diogo de Mendonça, por sua vez, ao ser instado a se pronunciar sobre o assunto, elaborou um parecer alinhado às ideias que antes haviam sido defendidas por Gomes Freire de Andrade. Em 29 de outubro de 1750, o Secretário do Ultramar propôs a manutenção do sistema de capitação, mas com algumas alterações, de forma a abrandar os impactos do mesmo. Propunha a redução do valor cobrado pelos escravos utilizados na agricultura para três oitavas e uma mudança no nome do tributo. Em resposta, Sebastião José de Carvalho redigiu um novo voto, assinado em 20 de novembro de 1750, reafirmando o interesse na abolição do método da capitação e na adoção de um sistema de tributação semelhante ao acordado pelo governador das Minas Gerais com as Câmaras das Minas no ano de 1734. Propunha-se, então, a adoção de uma cota de 100 arrobas anuais de contribuição¹³⁹.

Com a proposta de Sebastião José de Carvalho aceita pelo monarca, o próprio Secretário dos Negócios Estrangeiros teria se encarregado de avançar a elaboração da minuta da lei, baixada no dia 3 de dezembro de 1750¹⁴⁰. Responsável pela repartição do ultramar, Diogo de Mendonça teria assinado a minuta, mas não seria o seu idealizador.

O Secretário do Ultramar teria então se tornado um mero subordinado de Sebastião José? Devemos ponderar que, apesar de o Rei ter se convencido pela argumentação de Pombal, não é menor o fato de a minuta ter passado sob as vistas (e a

¹³⁷ AHU. CU. 11, Cx. 57, D. 40.

¹³⁸ COSTA, André. **Sistemas Fiscais no Império: o caso do ouro do Brasil, 1725-1777**. Tese de doutorado. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2013. pp. 339 e segs.

¹³⁹ Os votos de Sebastião José de Carvalho e de Diogo de Mendonça Corte Real sobre a abolição da capitação se encontram em: **Minas do Brasil – Restauração das Minas Geraes, Espirito da Ley de 3 de Dezembro de 1750, que fez cessar o flagello da capitação**. Tomo I. BNP. Res. Códice 6979.

¹⁴⁰ Entre as evidências para atribuição da autoria da minuta da lei a Sebastião José de Carvalho está o reconhecimento das respectivas letras (“autógrafas”) do secretário e do oficial de sua secretaria. Cf. COSTA, André. **Sistemas Fiscais no Império: o caso do ouro do Brasil, 1725-1777**. Op. Cit. p. 344.

assinatura) do Secretário do Ultramar, a quem competia o assunto. Diogo de Mendonça teve a oportunidade de oferecer o seu voto e, mesmo não tendo sido acolhido pelo monarca, se tornou depois o responsável por instruir os governadores e intendentessobre a adoção do novo sistema. Tanto no momento de sua introdução como depois, diante das dúvidas e esclarecimentos que se fizeram necessários junto à colônia¹⁴¹.

O fato, então, é que lidamos com um problema de difícil solução: como avaliar o papel desempenhado por Diogo de Mendonça Corte Real na promoção das políticas régias? Poderia Sebastião José de Carvalho ter sozinho controlado todas as decisões e os despachos relativos à colônia, sendo os documentos firmados por Diogo de Mendonça? D. José nada teria a dizer sobre estes assuntos? Poderia Carvalho governar todo o império sem o apoio (ou mesmo a concorrência) de outras instituições e agentes?

No que diz respeito às alterações no método de tributação das minas, cabe aqui traçarmos uma interessante comparação entre a atuação dos secretários de D. José e de D. João V. Enquanto Diogo de Mendonça teve, ao menos, uma participação ativa no encaminhamento de despachos e instruções sobre a revogação do sistema da capitação, Antônio Guedes Pereira, como nos mostra Jaime Cortesão, ficou nestas matérias fiscais a reboque de algumas orientações baixadas por Alexandre de Gusmão¹⁴².

Há, portanto, espaço para uma revisão. Francisco Calazans Falcon considerava que o Marquês de Pombal, tomado no sentido tradicional de “um ministro a realizar sozinho uma tarefa hercúlea”, não passava de um mito. Este historiador afirmou, todavia, que uma coisa era o mito e outra, bastante diversa, era a sua época histórica, que não poderia ser simplesmente dissolvida em um todo “indefinido e inexpressivo”. As reformas pombalinas, idealizadas pelo próprio Pombal ou por outros agentes coevos, seriam a expressão de toda uma época “mercantilista e ilustrada em sua essência”¹⁴³.

Vale ressaltarmos essa importante diferenciação entre o agente, os mecanismos e as conjunturas. Afinal, as críticas de Joaquim Romero Magalhães, Tiago C. P. dos Reis Miranda e Nuno Gonçalo Monteiro não se destinam a uma simples diluição da figura de Pombal. Os seus respectivos trabalhos nos ajudam a colocar novamente em evidência os demais agentes e instituições do período, ampliando os horizontes de uma nova história política e administrativa do reinado de D. José. Pois, como bem desejava Jorge Borges de Macedo, devemos começar a olhar para os demais mecanismos de governo.

¹⁴¹ Diogo de Mendonça redigiu diversas cartas para a colônia com orientações sobre a aplicação do novo método de tributação. Cf. AHU. Projeto Resgate. Códice 499, Rolo 232. fl.4v e segs.

¹⁴² CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri**. Op. Cit. p. 398.

¹⁴³ FALCON, Francisco Calazans. **A Época Pombalina**. Op. Cit. pp. 223-224.

Capítulo 6.

A origem das providências econômicas

A fragilidade da economia portuguesa em relação às demais potências da Europa vinha sendo debatida há tempos pelos agentes da Coroa. Quanto ao péssimo estado da agricultura e das manufaturas, D. Luís da Cunha já havia traçado as mais severas críticas nas décadas de 1730 e 1740. Tudo o angustiaava. As terras improdutivas, o despovoamento do interior, o declínio das fábricas e a fuga de capitais. Em seu “Testamento Político”, alertou o príncipe sobre a necessidade de conhecer o país. Pois, ao percorrer o reino, “V. A. acharia certas e boas povoações quase desertas, como por exemplo na Beira Alta os grandes lugares de Fundão, Covilhã, a cidade da Guarda, a de Lamego, em Trás os Montes a cidade de Bragança, e destruídas as suas manufaturas”¹⁴⁴.

O motivo dessa alegada decadência? Além da perseguição do Santo Ofício aos cristãos novos, apontada como a primeira causa para a fuga de capitais e “obreiros” do reino, D. Luís da Cunha culpava a dura concorrência das demais nações da Europa.

A segunda parte da causa [para o declínio das manufaturas em Portugal], que não é irreparável, como em seu lugar direi, foi a permissão que S. Majestade deu aos Ingleses e Holandeses para meterem em Portugal os seus lanifícios, principalmente os panos, havendo doze anos que o dito Senhor os havia proibido, de que resultava que as nossas manufaturas se iam aperfeiçoando de tal maneira, que eu mesmo vim a França e passei a Inglaterra vestido de pano fabricado na Covilhã, ou no Fundão¹⁴⁵.

Preocupado com a desigualdade das trocas com o exterior, o diplomata propôs então uma série de medidas protecionistas, típicas do mercantilismo. Além do “balanço” do que entrava e saía das alfândegas, a fim de computar os déficits, aconselhou

examinar quais são as fazendas estrangeiras que poderíamos proibir por totalmente inúteis, as quais podíamos nós mesmos fabricar, para delas não necessitarmos, e quais poderíamos navegar nos nossos navios, tirando-as em direitura dos lugares onde as vão buscar os Holandeses para as mandarem a Portugal¹⁴⁶.

¹⁴⁴ CUNHA, Luís da. **Testamento Político**. Op. Cit. p. 107.

¹⁴⁵ Ibidem. p. 107-108.

¹⁴⁶ Ibidem. p. 125.

Outros assistentes e ministros também já haviam reconhecido e criticado a frágil condição da economia portuguesa. Segundo Armando Castro, o Cardeal da Mota havia redigido em 1734 um parecer favorável a que dois estrangeiros criassem uma fábrica de tecidos de seda no reino. Nesse texto, “pronunciando-se favoravelmente ao solicitado”, o Cardeal “partilha as concepções doutrinárias dominantes no sentido da necessidade de criação de indústrias; e, lamentando a situação econômica de Portugal, reconhece que as riquezas do Brasil se escoavam para o estrangeiro”¹⁴⁷. Armando Castro também apontou que, mesmo sem apresentarem um pensamento econômico sistemático, homens como José Vaz de Carvalho, Manuel de Almeida e Nicolau Francisco Xavier da Silva também chegaram a destacar, em fins do reinado de D. João V, a necessidade de barrar o consumo suntuário, proteger a agricultura e promover as manufaturas em Portugal¹⁴⁸.

Dentre os arbítrios dirigidos a D. João V, os de Alexandre de Gusmão foram os mais relevantes. Através do “Cálculo da perda de dinheiro do reino” (1748), Alexandre de Gusmão procurou demonstrar ao Rei que o dinheiro era o “sangue das Monarquias”, e que “extraído do corpo delas enfraquecem da mesma sorte que acontece ao corpo humano quando se lhe tira o sangue”¹⁴⁹. Com os déficits da balança comercial, o reino veria as suas forças se esvaírem. “Assim nos acontece em Portugal, de que certamente nos resulta fazermos comércio passivo, que é o pior de todos, porque pagamos sempre com dinheiro a balança dos gêneros e manufaturas que não temos, e de que muito necessitamos”¹⁵⁰. Um desequilíbrio crescente, “porque cada dia vem menos ouro das minas, e se aumenta mais a extração de dinheiro do reino”¹⁵¹. Em 20 anos Portugal perderia a maior parte de suas moedas. “Esta conta é infalível”, dizia Gusmão.

Para impedir um futuro desastre, propôs então ao monarca o cumprimento de seis medidas programáticas: (1) “Impedir o aumento de gente inútil, com o especioso título de religião, que procuram-na para o seu cômodo”; (2) “Que se aumente a nobreza bem entendida”; (3) “Que se diminua o luxo com alguma lei suntuária”; (4) “Que se aumente a agricultura fazendo-se estradas, e cortando-se ribeiras para navegar e regar”; (5) “Que

¹⁴⁷ CASTRO, Armando. **As Doutrinas econômicas em Portugal na expansão e na decadência (Séculos XVI a XVIII)**. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978. pp. 113-114.

¹⁴⁸ Ibidem. pp. 114-115.

¹⁴⁹ GUSMÃO, Alexandre de. “Cálculo sobre a perda de dinheiro do reino”. In: **Revista Litterária**. Periódico de Literatura, Philosophia, Viagens, Sciencias, e Belas Artes. Tomo 10º, 6º ano. Porto, Tipografia da Revista, 1843. p. 411. Há também uma versão deste documento publicada no periódico “O patriota”. Contudo, o primeiro item das soluções propostas por Gusmão, quanto a se impedir o aumento de gente inútil, mesmo religiosos, foi aparentemente suprimido. Cf. **O Patriota**. Jornal literário, político, mercantil, etc. do Rio de Janeiro. nº 1. Rio de Janeiro na impressão régia, 1813. p. 101-107.

¹⁵⁰ **Revista Litterária**. Loc Cit. p. 412.

¹⁵¹ Ibidem. p. 414.

se estabeleçam fábricas, aumentando-se por toda parte a indústria”; (6) “E finalmente que se favoreça o comércio dentro e fora do reino, sem o qual não pode haver Estado rico e poderoso, nem florescente”¹⁵². Partilhando os preceitos mercantilistas, Alexandre de Gusmão e outros destacados agentes já vaticinavam a urgente realização de reformas.

Não era simples, nem promissor, o quadro econômico de Portugal no início da década de 1750, quando Diogo de Mendonça assumiu a Secretaria do Ultramar. De acordo com a historiadora Andréa Mansuy Diniz Silva, o balanço geral da economia portuguesa, ao se aproximar da metade do século XVIII, revelava, afinal, “a desastrosa situação a que, paradoxalmente, o ouro e os diamantes brasileiros haviam conduzido o império durante os cinquenta anos anteriores”¹⁵³. Desde a descoberta das minas, Portugal teria se tornado cada vez mais dependente das manufaturas inglesas.

O ouro e os diamantes do Brasil, se tivessem sido investidos num esforço mais geral de desenvolvimento, poderiam ter estimulado uma melhor exploração dos recursos naturais de Portugal, de sua agricultura e mineração e, mais ainda, das manufaturas necessárias para atender ao aumento da demanda brasileira, decorrente do crescimento da população e da riqueza. Em vez disso, foram usados em gastos ostentatórios e, sobretudo, para financiar de maneira fácil um déficit cada vez maior na balança de pagamentos¹⁵⁴.

Na esteira das interpretações de Antônio Sérgio, Andréa Mansuy afirmou que Portugal havia permanecido restrito a uma política de transporte dos gêneros coloniais. Do Brasil vinham grandes quantidades de ouro, fumo e açúcar, além do algodão e de outras mercadorias tropicais. No entanto, somente uma pequena parcela desses produtos se destinava ao consumo da metrópole. A maior parte compunha, na verdade, as reexportações para outros mercados europeus, “onde essas mercadorias eram trocadas por produtos manufaturados e cereais que retornavam ao Brasil via Lisboa, onde eram desembarcados apenas os produtos essenciais à metrópole e ao restante do império”¹⁵⁵.

Essa apreciação da economia do império português foi (e continua a ser) compartilhada por muitos estudos acerca de Portugal no século XVIII. Russell-Wood, por exemplo, afirma que o péssimo resultado do “ciclo do ouro” foi a redução de

¹⁵² Ibidem. p. 416.

¹⁵³ SILVA, Andréa Manusy-Diniz. “Portugal e o Brasil: a reorganização do império, 1750-1808”. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. América Latina Colonial. vol. I. Tradução: Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 494.

¹⁵⁴ Ibidem. p. 495.

¹⁵⁵ Ibidem. p. 478. Sobre a concepção da “política de transportes”, ver: SÉRGIO, Antônio. “As duas políticas nacionais”. **Ensaio**. Tomo II. Lisboa: Sá da Costa, 1972. pp. 63- 93.

Portugal “à condição de entreposto, de um lado para os produtos importados da Inglaterra e do norte da Europa demandados pelos brasileiros mas que Portugal era incapaz de suprir; de outro, para as remessas do ouro brasileiro, que chegavam ao Tejo apenas para serem despachadas para Londres para pagar essas importações”¹⁵⁶.

Apesar das inúmeras observações e medidas que vinham sendo defendidas por diversos agentes desde o reinado de D. João V, o enfrentamento desta situação, para a maioria dos historiadores, só teria ocorrido a partir do reinado de D. José, por meio das reformas de Sebastião José de Carvalho. Mais precisamente em meados deste reinado, durante as décadas de 1760 e 1770, em que o declínio da produção aurífera e os consequentes déficits na balança de pagamentos da metrópole teriam estimulado o monarca e o seu ministro favorito a buscar alternativas para a subsistência do reino.

As providências econômicas teriam resultado de uma crise. Foi com esta ideia que, em um estudo de grande repercussão, Jorge Borges de Macedo propôs dividir o ministério pombalino em duas fases distintas. Na primeira, que culmina em 1761 com a criação do Erário Régio, o ministro de D. José teria se dedicado a questões de ordem fiscal e judicial. Nada muito além disso. “Em importância comparável”, segundo Macedo, “só há a legislação sobre o comércio colonial, sendo reduzida a legislação industrial e quase nula (e de nula importância) a legislação agrária, se excetuarmos a criação da Companhia dos Vinhos do Alto Douro”¹⁵⁷. Sebastião José de Carvalho teria se ocupado, no início do reinado, dos privilégios e das relações mercantis, de modo a favorecer um pequeno grupo de monopolistas e o reforço do poder econômico da Coroa.

A eficiência dessas políticas, de acordo com Jorge Borges de Macedo, ainda teria sido duvidosa. Ao concentrar em um número reduzido os lucros coloniais, através das companhias monopolistas e do combate ao pequeno comércio dos “comissários volantes”, Sebastião José teria impedido o fortalecimento de uma burguesia vasta e ativa, que o volume das transações coloniais supostamente poderia estimular¹⁵⁸.

Mas a despeito das inúmeras referências às más condições financeiras do reino, Macedo considerava que os primeiros anos do reinado apresentaram “certa prosperidade e desafogo do governo”, algo que depois foi “desaparecendo sob a pressão das

¹⁵⁶ RUSSELL-WOOD, A. J. R. “O Brasil colonial: o ciclo do ouro, c. 1690-1750”. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. América Latina Colonial. vol. II. Tradução: Mary Amazonas Leite de Barros; Magda Lopes. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. p. 524.

¹⁵⁷ MACEDO, Jorge Borges de. **A situação Econômica no tempo de Pombal: alguns aspectos**. Lisboa: Gradiva, 1989. p. 48. (Primeira edição de 1951).

¹⁵⁸ Ibidem. p. 100.

condições econômicas e sociais”¹⁵⁹. Para Jorge Borges de Macedo, somente com o declínio da arrecadação fiscal nas minas, os problemas de que se ocupava Sebastião José de Carvalho vieram a se modificar. “Crise nos rendimentos do Estado, dificuldade nos pagamentos internacionais por parte de Portugal, crise social e crise de produção dominaram a segunda metade da governação pombalina”¹⁶⁰. Para Macedo, a política manufatureira de Pombal, em resposta às urgentes necessidades financeiras, não foi

um plano de fomento larga e minuciosamente estudado, aplicado com o interesse sistemático e coordenador das disponibilidades nacionais da indústria. Antes notamos nos seus planos industriais uma real falta de sistematização, como que uma aplicação apressada e quase diríamos desorientada, sem critério que não fosse a rapidez da montagem e a necessidade do início da produção¹⁶¹.

Vitorino Magalhães Godinho, por sua vez, enxergou certa reciprocidade entre as crises do século XVII e do século XVIII. As políticas manufatureiras de Sebastião José teriam sido motivadas por uma crise na arrecadação do ouro, tanto quanto as políticas “colbertistas” do Conde de Ericeira, em fins do século XVII, teriam ocorrido em razão de uma crise nos preços do açúcar e do tabaco. Esta última crise agravada, ainda, pela concorrência da produção caribenha, recém-organizada, e pela diminuição da circulação da prata. Difícil situação em que os portugueses, segundo Godinho, perceberam a suma necessidade das manufaturas como forma de remediar os seus déficits mercantis.

Com efeito, se as trocas com a França se faziam em açúcar, tabaco, lã de Espanha e Pau Brasil, e se os franceses deixavam de querer comprar essas mercadorias, os portugueses (que continuavam a comprar as sedas, os panos, as fitas, as aguardentes e os outros produtos de França que necessitavam) viam-se na obrigação de escolher entre três soluções: pagar estas mercadorias em numerário; desenvolver outros comércios graças aos quais pudessem continuar a comprá-los; empreender na sua nação a produção dos artigos que até aí importavam. Ora, neste momento era impossível encontrar novos tráficos; a segunda solução estava pois afastada. Havia uma crise das chegadas de metal branco: não se podia, pois, desenvolver as exportações de moeda. Restava apenas uma solução: o desenvolvimento manufatureiro¹⁶².

¹⁵⁹ Ibidem. p. 63.

¹⁶⁰ Ibidem. p. 139.

¹⁶¹ Ibidem. p. 179. Seguindo esta mesma perspectiva, o tema foi desenvolvido pelo autor em: Idem. **Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII**. 2ª ed. Lisboa: Quercus, 1982.

¹⁶² GODINHO, Vitorino Magalhães. “Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)”. In: **Revista de História**. vol. 7. n. 15, 1953. p. 76.

Mas a política manufatureira foi intermitente. A descoberta das minas de ouro no Brasil e o aumento dos preços do açúcar e do tabaco levaram à derrocada das reformas de Ericeira. “Ora, sendo a política industrial uma resposta à crise comercial, uma vez esta passada, a primeira perdia a sua razão de ser”¹⁶³. Com a balança reequilibrada pela reexportação dos gêneros coloniais, sobretudo o ouro do Brasil, Portugal teria retomado a sua velha política de transportes, centrada na exploração do comércio e de suas frotas.

Os primeiros anos do reinado de D. José, para além da novidade das companhias privilegiadas, não teriam sido tão diferentes. Um surto industrial só seria motivado, tal como no século XVII, por uma nova crise mercantil. Neste ponto, Vitorino Magalhães Godinho se aproxima das ideias do então “jovem historiador” Jorge Borges de Macedo:

as chegadas de ouro começam a diminuir, sobretudo a partir de 1765; a cunhagem na Casa da Moeda de Lisboa diminui; os dízimos do Brasil estão em baixa, os lucros da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, a princípio muito elevados, enfraquecem e em breve se veem quase aniquilados. Vai-se entrar numa nova fase manufatureira, também ela provocada por uma crise comercial¹⁶⁴.

Essas ideias se fixaram na historiografia. Desde os estudos de Jorge Borges de Macedo e Vitorino Magalhães Godinho, as políticas manufatureiras dos séculos XVII e XVIII têm sido constantemente explicadas como respostas a crises no mercado colonial. Não nos faltam exemplos. Para Frédéric Mauro, o surto manufatureiro do século XVII esteve intimamente ligado a uma queda dos preços do açúcar – o que dificultou Portugal adquirir as suas manufaturas no exterior. “Esse fato explica a política econômica do Conde de Ericeira, ministro chefe de Dom Pedro II (1683-1706), que tentou proteger e promover a indústria portuguesa visando substituir as importações, enquanto ao mesmo tempo, em 1688, desvalorizava a moeda”¹⁶⁵. Medidas que, no entanto, tiveram vida curta. Com a gradual recuperação do preço do açúcar e a descoberta das minas de ouro no Brasil, as políticas industriais teriam declinado. O Tratado de Methuen (1703), que franqueou a entrada de panos ingleses, teria agravado o já difícil quadro das indústrias portuguesas. Segundo Frédéric Mauro, a extração aurífera deu a Portugal “condições de equilibrar seu balanço de pagamentos a curto prazo”. Em contraparte, a mineração teria

¹⁶³ Ibidem. p. 79.

¹⁶⁴ Ibidem. p. 87.

¹⁶⁵ MAURO, Frédéric. “Portugal e o Brasil: A estrutura política e econômica do império, 1580-1750”. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. América Latina Colonial. vol. I. Op. Cit. p. 467.

causado “o abandono das primeiras tentativas de industrialização – e de modernização e diversificação da agricultura – com danosas consequências a longo prazo”¹⁶⁶.

Para autores como Stuart Schwartz¹⁶⁷, Jorge Pedreira¹⁶⁸ e Dauril Alden¹⁶⁹, a crise das décadas de 1760 e 1770 também é o que teria motivado a guinada nas políticas da Coroa. Para além das guerras com a Espanha, “excessivamente onerosas”, e a queda nas rendas do império, impulsionada pelo declínio da produção aurífera, “os dois principais produtos agrícolas de exportação do Brasil, a cana-de-açúcar e o fumo, provenientes de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, começavam como que a despencar, a primeira devido aos baixos preços na Europa e o segundo por causa de dificuldades com os fornecedores de escravos da costa da Mina”¹⁷⁰. A difícil situação financeira do reino teria então estimulado as políticas de incentivo à diversificação da agricultura colonial e à substituição das importações. Segundo Dauril Alden, o governo português, “pela primeira vez desde o reinado de D. Pedro II” procurou estimular o seu setor manufatureiro. Neste contexto, “o Brasil tornou-se”, então, “um mercado básico para a produção das novas fábricas, a fonte de 40 por cento ou mais de seus ganhos”¹⁷¹.

Mais recentemente, Maximiliano Menz¹⁷² e Ângelo Carrara¹⁷³ iluminaram os efeitos da queda na arrecadação dos dízimos em fins do século XVII, bem como do declínio da extração aurífera a partir dos anos de 1760. No caso da crise setecentista, Maximiliano Menz afirma que esta ainda fora agravada pela Guerra dos Sete anos, que acabou por afetar as reexportações de açúcar e outros produtos: “Entre 1763 e 1768, não apareceram interessados para arrematar o contrato do dízimo do açúcar da Bahia, em Pernambuco houve uma queda muito clara, enquanto que no Rio de Janeiro a tendência à alta na arrematação do tributo, durante o período da guerra, foi interrompida”¹⁷⁴.

¹⁶⁶ Ibidem. p. 468. Sobre os empecilhos colocados ao desenvolvimento das manufaturas portuguesas e as relações de dependência que se estabelecem entre Portugal e Inglaterra, ver também: SIDERI, Sandro. **Comércio e Poder: colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas**. Lisboa: Cosmos, 1970.

¹⁶⁷ SCHWARTZ, Stuart B. “A Economia do Império Português”. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo R.(dir.). **A expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800**. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 37.

¹⁶⁸ PEDREIRA, Jorge M. **Estrutura Industrial e Mercado Colonial: Portugal e Brasil (1780-1830)**. Lisboa: Difel, 1994. pp. 43-63.

¹⁶⁹ Dauril Alden cita uma queda na produção aurífera de 51,5 % entre os anos 1755-1759 e 1775-1779. ALDEN, Dauril. “O período final do Brasil colônia: 1750-1808”. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. América Latina Colonial. vol. II. Op. Cit.

¹⁷⁰ Ibidem. p. 549.

¹⁷¹ Ibidem. p. 553.

¹⁷² MENZ, Maximiliano Mac. “Reflexões sobre duas crises econômicas no Império Português (1688 e 1770)”. In: **Varia História**. Belo Horizonte, jan/abr 2013, vol. 29, nº 49. pp. 35-54.

¹⁷³ Cf. CARRARA, Ângelo. **Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVII**. Juiz de Fora, MG: Editora da UFJF, 2009. pp. 94-123. Ver também: Idem. **Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807**. Juiz de Fora, MG: Editora da UFJF, 2007.

¹⁷⁴ MENZ, Maximiliano Mac. Loc. Cit. p. 45.

A identificação do declínio na arrecadação fiscal da Coroa durante o ministério de Sebastião José levou alguns historiadores ao ponto de questionar a própria existência de um programa de intervenção na economia. Jorge Borges de Macedo já afirmava, há muitos anos, que a atuação de Pombal não foi uniforme; que não houve um plano previamente estabelecido ou uma série intencional de medidas. A Coroa teria oscilado “segundo as preocupações de momento e assim numa altura saem inúmeros decretos e alvarás tocando uma mesma questão que a seguir é abandonada e até esquecida”¹⁷⁵. Joaquim Romero Magalhães, em tom semelhante, tem afirmado que as políticas pombalinas foram respostas a problemas pontuais. Para este historiador,

as medidas fiscais e administrativas de Sebastião José respeitantes ao Brasil trazem a mesma marca casuística das suas outras políticas. Ou parecendo esquecidas, ou mostrando uma presença determinante dos agentes régios. Sempre com falta de homogeneidade e com ausência de um programa bem assente e claro. São mais dispositivos de resposta do que partes de um ordenamento sistemático¹⁷⁶.

É evidente que as políticas engendradas ao longo do reinado de D. José foram condicionadas pelas conjunturas e possibilidades econômicas do império. A importância do ouro e dos circuitos de reexportação dos gêneros coloniais fez, por exemplo, que a reforma no método de tributação das minas e a organização do regime das frotas fossem algumas das primeiras (e mais importantes) medidas tomadas no início deste reinado¹⁷⁷.

Mas propomos aqui uma abordagem diferente. Entendemos que a articulação das políticas manufatureiras do século XVIII não pode (nem deve) ser enquadrado como uma mera resposta, automática, a determinadas oscilações mercantis. Como afirmou Jobson Arruda, as políticas pombalinas, em meados do século XVIII, tinham características distintas das políticas de Ericeira, em fins do século XVII. No caso das políticas pombalinas, o fomento agrícola no Brasil passou a nutrir fábricas portuguesas, “criando-se uma simbiose entre os dois espaços econômicos separados pelo oceano”¹⁷⁸. Ou seja, teria ocorrido uma ampla mudança nas orientações da Coroa, de tal modo que o desenvolvimento manufatureiro não poderia ser encarado como o simples reflexo de uma crise. Além de constituir o maior mercado consumidor das manufaturas do reino, a

¹⁷⁵ MACEDO, Jorge Borges de. **A situação Econômica no tempo de Pombal...** Op. Cit. p. 48.

¹⁷⁶ MAGALHÃES, Joaquim Romero. **Labirintos Brasileiros**. Op. Cit. p. 191.

¹⁷⁷ AZEVEDO, João Lúcio de. Op. Cit. pp. 103-115.

¹⁷⁸ ARRUDA, José Jobson de A. “Decadência ou Crise do Império Luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII”. **Revista USP**. São Paulo, nº. 46. junho/agosto 2000. p. 69.

colônia passou a ser vista como valiosa fornecedora de matérias-primas. O governo metropolitano começou então a promover a diversificação e a melhoria dos gêneros produzidos – o chamado “novo padrão de colonização” – a fim de abastecer as indústrias metropolitanas, em um contínuo estímulo à substituição das importações.

Mesmo a escassez do ouro e, conseqüentemente, a própria noção de “crise” deve ser questionada. Leonor Freire Costa, Maria Manuela Rocha e Rita Martins de Sousa têm demonstrado que, para além do declínio da extração aurífera, também é preciso considerar as quantias acumuladas ao longo das décadas e a formação de um “stock” monetário em Portugal. Através da análise seriada dos “Livros de Manifestos do 1% sobre o ouro do Brasil”, registro dos tributos cobrados sobre a remessa total de ouro para a metrópole, e dos balanços comerciais com outras potências europeias, como França e Inglaterra, as autoras enxergaram, na verdade, um crescimento do valor real do stock de moeda retido no reino, até o ano de 1784. A consideração dos stocks retidos na metrópole negariam, a seu ver, “a escassez de meios financeiros”. O acúmulo do metal amoeado teria permitido a manutenção do nível de investimentos durante todo o ministério pombalino. Para as autoras, “só a disponibilidade de meios financeiros poderia garantir o sucesso de uma política econômica que canalizaria capitais para a indústria”. O mesmo raciocínio é válido para a reconstrução de Lisboa, destruída pelo terremoto de 1755, exigindo um alto nível investimento nas décadas seguintes¹⁷⁹.

Pablo Oller Mont Serrath, por sua vez, destacou que, do ponto de vista fiscal, a Coroa não viu as suas receitas diminuírem durante o ministério pombalino, tal qual se imaginava. A partir da contabilidade do Erário Régio, é possível observar que houve certa estabilidade nas receitas anuais, entre 1762 e 1776, com uma leve tendência de alta¹⁸⁰. As receitas do Estado não correspondem, obviamente, ao conjunto da economia portuguesa, mas sinalizam que a Coroa não estava a investir e legislar com a corda no pescoço, como vimos que se costuma afirmar. Pablo Mont Serrath destaca, para além da mineração, que outros gêneros coloniais como o tabaco e o açúcar, importantíssimos para as receitas régias, não enfrentaram qualquer declínio acentuado. Quando muito passaram por momentos de estagnação. No fim, “pode não ter sido o período mais afortunado, mas não parece válido afirmar tratar-se de crise generalizada”¹⁸¹

¹⁷⁹ COSTA, Leonor Freire; ROCHA, Maria Manuela; SOUSA, Rita Martins de. **O ouro do Brasil**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2013. p. 118.

¹⁸⁰ MONT SERRATH, Pablo Oller. “Crise geral e política manufatureira em Portugal na segunda metade do século XVIII: novos indícios e questionamentos”. In: **Saeculum**. n.º 29. jul/dez, 2013. p. 78.

¹⁸¹ Ibidem. p. 88.

Estes estudos têm reforçado a necessidade de se buscar outros fatores para a compreensão das políticas coloniais e manufatureiras da metrópole. Sobre os fatores ideológicos, ou “mentais”, como apontou Pablo Oller Mont Serrath¹⁸². Em suma, a formação de uma percepção mais apurada do “sistema colonial” e de suas utilidades.

Vejam os caso de Pombal. Como já apontamos, Sebastião José teve a sua primeira grande oportunidade na administração régia em 1738, quando foi escolhido para substituir Marco Antônio de Azevedo Coutinho na enviatura de Londres. Como representante de Portugal na Corte de Jorge II, o futuro Marquês de Pombal atuou em negociações referentes à manutenção das possessões portuguesas nas Índias Orientais, pleiteou apoio às reivindicações territoriais na Colônia de Sacramento (em disputa com os espanhóis), além de se empenhar na defesa de comerciantes portugueses que se viam prejudicados pelas pesadas restrições comerciais existentes nos portos ingleses¹⁸³.

Se as negociações diplomáticas não evoluíam como o esperado, a estadia em Londres propiciava uma excelente oportunidade para Pombal aprofundar suas reflexões acerca dos problemas de que padecia a economia portuguesa. Uma de suas principais preocupações estava assente sobre o não cumprimento dos termos de reciprocidade comercial que foram estabelecidos nos tratados de aliança com a Inglaterra. Na “Relação dos gravames que ao comércio e vassallos de Portugal se tem inferido e estão atualmente inferindo por Inglaterra”, Pombal procurou demonstrar que, embora os negociantes ingleses gozassem de muitas vantagens comerciais nos portos lusitanos, os comerciantes portugueses, por sua vez, esbarravam em uma série de leis e “vexações” nos portos ingleses que impossibilitavam o florescimento de seus negócios¹⁸⁴. Segundo Pombal, os “Atos de Navegação”, que restringiam o comércio das outras nações nos portos ingleses, e o ato de *Tonnage and Poundage*, que atribuíam tarifas maiores aos produtos comercializados na Inglaterra por estrangeiros, explicavam, em grande medida, a manutenção de um comércio desigual entre Portugal e Inglaterra. Situação à qual ainda vinha se somar uma série de outros abusos fiscais e cobranças irregulares¹⁸⁵.

As negociações com a Inglaterra eram jogo duro para a diplomacia portuguesa. Para alguns dos mais notáveis assistentes da Coroa, como Alexandre de Gusmão, traçar uma aproximação com a França se mostrava então uma das melhores alternativas

¹⁸² Ibidem.

¹⁸³ Cf. BARRETO, José. “Introdução”. MELO, Sebastião José de Carvalho e. **Escritos econômicos de Londres (1741-1742)**. Op. Cit. p. VII-XXVI.

¹⁸⁴ “Relação dos Gravames”. MELO, Sebastião José de Carvalho e. **Escritos econômicos de Londres (1741-1742)**. Op. Cit. pp. 43-47.

¹⁸⁵ Ibidem. pp. 47-95.

ao domínio comercial inglês¹⁸⁶. Mas o medo de sofrer uma retaliação da Inglaterra era ainda muito grande e, como afirmou o historiador Fernando Novais, a margem de manobra dentro da qual se movia a diplomacia portuguesa, “assaz estreita”¹⁸⁷.

Pragmático, Pombal esteve bem atento a essa “estreiteza”. Apesar de suas inúmeras críticas às irregularidades existentes no comércio anglo-português, tratou de destacar que os interesses comerciais da França eram igualmente suspeitos. Como demonstra a Marco Antônio de Azevedo Coutinho na carta de 2 de janeiro de 1741 (carta que acompanha a “Relação dos Gravames”), caso Portugal se aliasse à França não havia nada a garantir que os portugueses estariam mais bem protegidos das mesmas “vexações” até então praticadas pelos ingleses¹⁸⁸. Na visão de Pombal, não sendo recomendável romper os tratados com a Inglaterra, restava a Portugal a alternativa de negociar a diminuição dos danos causados aos seus comerciantes e promover o desenvolvimento mercantil dentro dos limites já estabelecidos. Assim, Pombal insistiu no combate aos abusos e irregularidades referentes às tarifas cobradas, em defesa da reciprocidade firmada nos tratados de aliança com os ingleses. Na mesma carta de 2 de janeiro de 1741 arrematava: “não padecemos na realidade a observância dos tratados, como se entendia. Contrariamente, padecemos porque eles se nos não observam”¹⁸⁹.

Os dilemas apresentados nos escritos de Londres – as desvantagens de um comércio desigual, contrapostas à necessidade política do suporte inglês – corroboram a percepção de que as alianças estabelecidas pelos reinos ibéricos, neste caso entre Portugal e Inglaterra, conformam também a primeira grande contradição a se impor sobre a manutenção dos laços coloniais. Segundo Fernando Novais, a defasagem da posição política e econômica dos reinos ibéricos, em relação à extensão e à importância de seus domínios ultramarinos, só pôde ser mantida até o final do século XVIII graças a inevitável rivalidade (e tutela) das duas potências em ascensão, França e Inglaterra¹⁹⁰.

A estadia em Londres significou, além do mais, um importante marco na formação do pensamento econômico de Sebastião José. Em contato com as práticas mercantis da Inglaterra, o futuro Marquês de Pombal pôde aprofundar a sua percepção

¹⁸⁶ NOVAIS, Fernando A. “Política de Neutralidade”. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. Op. Cit. pp. 30-31.

¹⁸⁷ Ibidem.

¹⁸⁸ “Carta de Ofício a Marco Antônio de Azevedo Coutinho em 2 de janeiro de 1741 (extrato)”. MELO, Sebastião José de Carvalho e. **Escritos econômicos de Londres (1741-1742)**. Op. Cit. pp. 10-18.

¹⁸⁹ Ibidem. p. 5.

¹⁹⁰ Cf. NOVAIS, Fernando A. “Política de Neutralidade”. Loc. Cit. pp. 32-43 e 55.

dos problemas e descompasso da economia portuguesa (e suas perspectivas futuras), já como um agente da Coroa, atento aos propósitos e responsabilidades do governo régio.

Os escritos londrinos evidenciam o seu interesse pela aplicação das máximas mercantilistas e atestam o seu entendimento do papel da Coroa como promotora do desenvolvimento econômico do reino. Pombal percebia que a navegação mercantil era a base de um Estado forte e “a fonte donde se derivam as riquezas dos povos”¹⁹¹. A partir da navegação mercantil seria possível instruir e multiplicar os homens aptos à marinha e à proteção do reino, além de ocupar e enriquecer muitos agentes em Portugal. Para tanto, insistia nas vantagens do comércio de mercadorias “grosseiras” e “volumosas” (como açúcar, trigo, e tabaco), cujo tráfico ocuparia maior quantidade de embarcações e os rendimentos se repartiriam por maior número de homens¹⁹². Preocupado com a saída de capitais para o pagamento de manufaturas produzidas no exterior, Sebastião José também observou na promoção das artes fabris a possibilidade de proteger o tesouro de Portugal, multiplicar os artífices do reino e atrair investimentos estrangeiros¹⁹³.

Nesta mesma perspectiva mercantil, um papel importante era reservado para as colônias. Tomando mais uma vez a Inglaterra como parâmetro, Pombal percebia que enquanto o comércio estabelecido com as demais nações estrangeiras era muito arriscado e volátil – vide o exemplo fornecido nos escritos londrinos da perda sofrida pelos ingleses de mercados na Turquia e na Holanda – o tráfico com as colônias, por outro lado, poderia garantir certa estabilidade aos negociantes metropolitanos¹⁹⁴.

Ao seu modo, Pombal destacou o exclusivo comercial metropolitano como um importante mecanismo para a subsistência e enriquecimento dos comerciantes de Portugal. Fonte para o aumento da indústria, lavoura e navegação do reino. Este seria um comércio “mais útil”, dizia Pombal, enquanto protegido das nações estrangeiras, pois “se colhem como dentro em casa todos os frutos do comércio que, aliás, se iriam buscar com maior risco e menos interesse a domínios estranhos”¹⁹⁵.

Este último fato possui especial importância, pois evidencia o entendimento do ministro sobre as vantagens da exploração colonial. Diferentemente de Jorge Borges de Macedo e de Joaquim Romero Magalhães, podemos então afirmar que os escritos londrinos de Sebastião José de Carvalho nos oferecem pistas para a compreensão dos

¹⁹¹ “Relação dos Gravames”. Ibidem. p. 38.

¹⁹² Ibidem. pp. 39-41.

¹⁹³ Ibidem. pp. 41-42.

¹⁹⁴ Ibidem. pp. 42-43.

¹⁹⁵ Ibidem. p. 43.

futuros projetos da Coroa portuguesa, como a criação de Companhias de Comércio. Travava-se, afinal, de excluir estrangeiros, vigiar o comércio e “fertilizar cada dia mais [a colônia] para brotar novos ramos, de que as raízes sejam ou os gêneros dos próprios domínios ou os que a eles se apropriam pelo benefício das fábricas do reino”¹⁹⁶.

Segundo Jorge Pedreira, a experiência que Pombal adquiriu enquanto diplomata, no esforço para restabelecer os direitos dos negociantes portugueses contra o domínio das taxas e regulamentações inglesas, o ajudou a configurar concepções por meio das quais pôde interpretar os problemas econômicos do reino português¹⁹⁷, o que incluía a possibilidade de reformá-lo e socorrê-lo por meio do comércio colonial. Desse modo,

a noção de que o governo do futuro marquês de Pombal não seguiu um programa definido e respondeu simplesmente aos problemas circunstanciais à medida que surgiam – uma interpretação que tem uma longa tradição na historiografia portuguesa – tende a omitir o fato elementar de que a própria definição desses problemas enquanto tais, isto é, enquanto objetos dignos da ação política, subordinava-se à apreciação que o ministro deles fazia e essa dependia, por sua vez, das suas ideias e concepções¹⁹⁸.

Os escritos londrinos de Sebastião José de Carvalho já constituíam importantes sinais deste amadurecimento das visões sobre a colônia e as “artes fabris”. Mas a identificação dos problemas econômicos do reino, como a necessidade de estimular os seus mercados e manufaturas, ou mesmo a criação de companhias de comércio, não foi uma exclusividade de Pombal, como já tratamos de destacar. De forma assistemática, sem o mesmo nível de elaboração teórica que Sebastião José, o Secretário do Ultramar também se ocupou dos desafios para o fomento mercantil e, ao longo dos primeiros anos do reinado, manteve correspondência com representantes portugueses no exterior para que fossem introduzidos homens com conhecimentos técnicos (fabris) em Portugal.

Como apontou o historiador Francisco Calazans Falcon, a teoria mercantilista, dominante à época, costumava se manifestar em diferentes aspectos da política estatal. O “industrialismo”, por exemplo, constituía “o apoio ‘interno’ da política destinada a assegurar uma balança comercial superavitária”¹⁹⁹. Afinal, o consumo das mercadorias produzidas pelas manufaturas locais seria sempre preferível às mercadorias trazidas de

¹⁹⁶ Ibidem.

¹⁹⁷ PEDREIRA, Jorge M. “A economia política do sistema colonial”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Brasil Colonial**. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 427.

¹⁹⁸ Ibidem. pp. 427-430.

¹⁹⁹ FALCON, Francisco José C. **A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**. São Paulo: Editora Ática, 1982. p. 82.

fora. O “colonialismo”, semelhantemente, era outro aspecto da ideologia mercantilista. “Nas relações entre metrópole e colônia, presididas pelo princípio do ‘exclusivo’, repousam muitas das especulações mercantilistas sobre os meios de enriquecer o Estado e obter uma balança mercantil favorável”²⁰⁰. É o que se percebe claramente nos escritos de Pombal. Mas como poderia ser ele o único a pensar e agir segundo estas ideias?

Diogo de Mendonça não devia ser totalmente alheio aos princípios mercantilistas, nem à utilidade das manufaturas e à exploração de novos ramos do comércio colonial. O Secretário do Ultramar possuía, ao que tudo indica, um bom trânsito entre os homens de negócio da corte e, tal como Sebastião José de Carvalho, também chegou a se envolver com projetos para a criação de fábricas e a vinda de oficiais estrangeiros para o reino. Em 1752, por exemplo, Diogo de Mendonça teria articulado junto a Galvão de Lacerda, representante português em Paris, o envio de um “tintureiro” e de um “desenhador” para impulsionar a produção da Fábrica de Sedas. Com efeito, um tintureiro desembarcou em Portugal em outubro de 1753 e logo tratou de projetar uma casa de tinturaria. O homem “chamava-se Louis La Chapelle e, devido às excelentes informações que se obtiveram a seu respeito, fez-se-lhe o contrato por dezesseis anos, o que cumpriu com pleno agrado, acabando por ser um dos diretores da Real Fábrica de Sedas”²⁰¹.

O Secretário do Ultramar também chegou a mediar a negociação para a instalação de uma fábrica de chitas e tinturaria de panos de algodão em Portugal. A ideia partiu de Serafim de Araújo Távora, que apresentou à Coroa algumas condições para o seu empreendimento²⁰². O proponente pedia o privilégio de estabelecer com exclusividade (monopólio) uma fábrica de “dar cores em panos de Algodão e de Linho”, em qualquer cidade, vila, ou lugar do reino de Portugal que lhe parecesse adequado. A fábrica deveria ter, de acordo com o projeto apresentado, o título de “Fábrica Real” e operar sob o signo das armas reais. O tempo deste privilégio não foi definido no projeto, mas estavam claramente previstas punições àqueles que o desrespeitassem – incluindo prisões e apreensão de materiais. O privilégio requerido também impediria a introdução de chitas ou quaisquer panos pintados de algodão e linho em Portugal e suas conquistas, com exceção daqueles que fossem trazidos direto da Ásia. Serafim de Araújo Távora ainda desejava a isenção do pagamento dos direitos de entrada dos materiais e panos

²⁰⁰ Ibidem. p. 83.

²⁰¹ Cf. CARVALHO, Rômulo de. “O Recurso a pessoal estrangeiro no tempo de Pombal”. In: **Revista de História das Ideias**. Vol. IV. Tom. 1, 1982. p. 97

²⁰² “Condições com que Serafim de Araújo Távora pretende estabelecer a Fábrica das Chitas, Fuliês Zuartes, e mais panos pintados de Algodão, e de Linho”. ANTT. Conselho de Guerra. Papéis de Diogo de Mendonça Corte Real, Maço 249. Caixa 927.

que mandasse buscar para pintar em sua fábrica, assim como a isenção dos demais direitos devidos no comércio dos panos (com exceção dos direitos de consulado na saída dos ditos gêneros). Entre outras condições, o proponente também se reservava o direito de aceitar os sócios que lhe parecessem convenientes ao seu negócio²⁰³.

Este projeto foi encaminhado às mãos do Secretário do Ultramar. É importante então destacar que entre as diferentes condições apresentadas, Serafim de Araújo Távora propôs que fossem adquiridos teares para manufaturar o algodão proveniente da América. Para tanto, mandaria vir ao reino “as pessoas que forem necessárias para ensinarem com perfeição a fiar, e tecer, e branquear os ditos Algodões”²⁰⁴.

Mais do que um projeto particular de Pombal, o enlace entre as manufaturas e os gêneros coloniais figurava como uma perspectiva cada vez mais em voga em Portugal. Deve-se perceber, aliás, que a Secretaria do Ultramar, ao mediar a correspondência com governadores e oficiais do império, começava a se constituir como espaço privilegiado para a promoção de incentivos à produção colonial e à exploração das potencialidades naturais da colônia, que tanto viria a marcar o último quarto do século XVIII.

Em uma carta destinada ao Bispo do Pará, Miguel de Bulhões e Sousa, datada de 19 de maio de 1756, o Secretário de Estado do Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, demonstrou algum conhecimento dos entraves e desafios para o estabelecimento de fábricas de tecelagem e de tinturaria, bem como a importância de contar com as “ervas” e gêneros coloniais para a consecução destas atividades. O Bispo lhe havia sugerido, em uma carta anterior, a utilidade de se mandar buscar algumas pessoas na China que soubessem pintar algodão, para o desenvolvimento de indústrias têxteis. Diogo de Mendonça o alertou, no entanto, que na China não se costumava pintar algodão, “e só sim na Costa de Coromandel e Bengala”²⁰⁵. O que tornava essa tarefa ainda mais difícil, já que além da diferença de religião, havia grande dificuldade em convencer os naturais a deixar a Índia. Os únicos lugares que o Secretário do Ultramar considerava possível encontrar pintores disponíveis era em Surrate, Damão ou Balagate, e somente para pintar panos grossos, pois “as chitas finas só vem de Coromandel”²⁰⁶.

Diogo de Mendonça já conhecia bem os dilemas para o estabelecimento de uma estamparia aos moldes indianos. O ministro sabia que não bastava contratar os pintores. Também era “necessário ter a certeza de que neste continente há as ervas de que se

²⁰³ Ibidem.

²⁰⁴ Ibidem.

²⁰⁵ BNP. Coleção Pombalina, nº 620. f. 204-204v.

²⁰⁶ Ibidem.

fazem as tintas, porque os panos de algodão não se pintam com outras cores senão com tintas extraídas de ervas”. Para tanto, recomendou ao Bispo do Pará que “visse se há algum curioso, que achasse ervas, que pudessem dar cores vivas; porque não seria dificultoso achar-se na Europa quem fizesse as chitas havendo as ditas cores”²⁰⁷.

Apesar de Diogo de Mendonça Corte Real ter concentrado os seus primeiros e mais importantes esforços em orientar a exploração aurífera, em virtude da nova lei dos quintos, podemos destacar que este secretário não deixou de despender atenção a outros problemas. A diversificação dos gêneros coloniais é um tema que também começava a emergir, timidamente, em meio à correspondência do secretário Diogo de Mendonça.

O linho cânhamo, os pinhões, o arroz e outros gêneros figuravam como objetos de interesse. Observe-se, por exemplo, que no ofício de 11 de novembro de 1755, o Secretário do Ultramar lamentava a Gomes Freire de Andrade, a falta de cuidado com a cultura do linho cânhamo e, não obstante, dizia-se disposto a enviar algumas barricas com sementes deste gênero, para que fosse incentivado o seu cultivo²⁰⁸. Também em ofício de 4 de julho de 1756, Diogo de Mendonça agradeceu a Gomes Freire pelo envio das amostras da baunilha encontrada no caminho que ia do Rio Grande de São Pedro a Ilha de Santa Catarina, e recomendava ao dito governador do Rio de Janeiro que promovesse o seu cultivo, “em utilidade de termos mais este ramo de comércio”²⁰⁹.

Em outro interessante ofício de Diogo de Mendonça Corte Real, datado de 18 de junho de 1756, orientou-se o governador interino do Rio de Janeiro, José Antônio Freire de Andrade, a organizar uma expedição de reconhecimento das Ilhas de Assunção, Trindade e Martim Vaz. O secretário destacou a importância de se ter todo o cuidado na descrição desta região, recomendando o levantamento de seus recursos naturais²¹⁰.

Além de enviar sementes e estimular novos cultivos, a Secretaria do Ultramar começava a se transformar em um receptáculo de informações sobre a descoberta e a exploração dos novos gêneros. Do Vice-Rei, na Bahia, o secretário recebia informações sobre as tentativas de cultivo do linho e da criação de bichos da seda²¹¹. De Gomes Freire de Andrade, recebia informações sobre os esforços para o cultivo de linho, arroz e pinhões nas partes meridionais do Brasil²¹², fora as descobertas de plantas e ervas²¹³.

²⁰⁷ Ibidem.

²⁰⁸ AHU. CU. 17, Cx. 49, D. 4939.

²⁰⁹ AHU. CU. 17, Cx. 50, D. 5058.

²¹⁰ AHU. CU. 17, Cx. 50, D. 5052.

²¹¹ Cf. AHU. CU. 05-01, Cx. 2, D. 144; Cx. 7, D. 1174-1176; e Cx. 10, D. 1696-1699.

²¹² Cf. AHU. CU. 17-01, Cx. 64, D. 15135; Cx. 67, D. 15659; e Cx. 78, D. 18215.

²¹³ Cf. AHU. CU. 17-01, Cx. 66, D. 15559-15560; Cx. 80, D. 18604 e 18593.

Os incentivos à produção colonial e o levantamento de novos gêneros e recursos era, evidentemente, um processo ainda muito incipiente. Mas já se delineava, todavia, a centralidade da Secretaria do Ultramar, ao articular esse tipo de medida. Na carta de 2 de fevereiro de 1755, Diogo de Mendonça chegou a afirmar a certo destinatário (não identificado) que ainda não havia tido tempo de falar com Sua Majestade acerca das

peçoas de quem me remete Vossa Excelência os nomes que querem passar a América a examina-rem, e trazerem animais, plantas e tudo o mais que pode ser instrutivo para a História Natural e ainda, que o mesmo senhor tem grande dificuldade em permitir o irem estrangeiros ao Brasil, sempre farei toda a diligência por comprazer ao empenho de Vossa Excelência a quem desejo dar gosto [...] ²¹⁴.

Não à toa, a exploração dos gêneros coloniais e o desenvolvimento manufatureiro seriam colocados, gradualmente, sob a égide da Secretaria do Ultramar. Apesar de a proposta para a criação da fábrica de chitas ter partido de um particular, Serafim de Araújo Távora, a Secretaria do Ultramar passava a se apresentar como um dos principais espaços institucionais, junto à Coroa e aos governadores coloniais, para a mediação (e o fomento) das atividades econômicas do império português.

Voltemos então ao projeto da fábrica de chitas. Para melhor aconselhar o Rei nestes assuntos, o secretário Diogo de Mendonça transmitiu ordens ao desembargador e conselheiro da fazenda Antônio da Costa Freire para que fosse elaborado um parecer acerca das condições oferecidas para a criação da fábrica ²¹⁵. Este último assistente se manifestou “persuadido da utilidade de qualquer fábrica”, mas também afirmou que o proponente não havia elaborado um projeto igualmente benéfico à Coroa. Nas margens e no fim do documento apresentado por Serafim de Araújo Távora, Antônio da Costa Freire procurou então indicar algumas mudanças que seriam mais convenientes à Sua Majestade ²¹⁶. Entre as diferentes críticas apresentadas, estava a recusa em aceitar a condição nº 13, que previa que as dívidas com a fábrica das chitas fossem executadas do mesmo modo que as dívidas reais, “para assim se evitarem as perdas que podem suceder com alguns devedores”. Também não aprovava que os oficiais da fábrica estivessem isentos de prisões ou sequestro de bens em razão de dívidas e delitos cíveis. Antônio da Costa Freire não concordava, ainda, com o pedido de Serafim de Araújo Távora para

²¹⁴ Carta de 2 de fevereiro de 1755. AHU. Documentos Avulsos do Reino, Cx. 161, pasta 1.

²¹⁵ Ofício de 11 de janeiro de 1754. Ibidem.

²¹⁶ Ofício de 18 de março de 1754. Ibidem.

que os algodões enviados da América com o propósito de serem tecidos e utilizados na fábrica de chitas ficassem isentos de pagar direitos, tanto na saída da América quanto na chegada para o reino. Logo se percebe porque Antônio da Costa Freire considerava que o suplicante havia disposto “tudo da sua própria conveniência”, sem considerar a Coroa.

Serafim de Araújo Távora preparou uma extensa resposta, datada de 25 de março de 1754, fazendo diversas concessões em relação às objeções apresentadas. O suplicante insistiu, contudo, em certas prerrogativas, como o direito de executar as quantias devidas à fábrica da mesma forma que as dívidas reais, além da isenção aos oficiais da fábrica de serem presos e julgados em causas cíveis. Serafim de Araújo Távora também reclamou que Antônio da Costa Freire havia dado a entender, em suas críticas, que a concessão do privilégio seria de apenas 10 anos, só que em virtude dos “grandes desembolsos” necessários à criação da fábrica, considerava este tempo “mui limitado”. Quanto às objeções colocadas aos privilégios e isenções requeridos para a compra do algodão proveniente da América, o suplicante não se opôs, mas afirmou que sem estes benefícios não teria condições de também estimular a indústria da tecelagem no reino.

A resposta de Serafim Araújo Távora foi novamente encaminhada por Diogo de Mendonça, em 3 de abril de 1754, para a apreciação de Antônio da Costa Freire²¹⁷. A maior parte das condições apresentadas por Serafim de Araújo Távora foi aceita por este último assistente. Algumas propostas, no entanto, foram novamente recusadas²¹⁸. A insistência de Serafim de Araújo Távora em possuir privilégios na execução das dívidas e no tratamento dos oficiais da fábrica, por exemplo, foi mais uma vez negada. Quanto ao prazo de duração do privilégio, Antônio da Costa Freire considerava que o tempo inicial deveria ser mesmo de 10 anos, e caso a fábrica de chitas demonstrasse progresso e utilidade ao reino, essa concessão poderia ser estendida por mais 10 anos.

Somente em outubro de 1754, Antônio da Costa Freire comunicou ao secretário Diogo de Mendonça ter acordo com os termos propostos por Serafim de Araújo Távora, quanto às condições para o estabelecimento da fábrica de chitas²¹⁹. Desconhecemos, contudo, qual teria sido o conteúdo da redação final destas mesmas “condições”.

Enquanto Antônio da Costa Freire analisara os termos do privilégio pedido por Serafim de Araújo Távora, o secretário Diogo de Mendonça tratara de mediar as negociações e prestar todo o apoio necessário. Em agosto de 1754, Diogo de Mendonça

²¹⁷ Ofício de 3 de abril de 1754. Ibidem.

²¹⁸ Ofício de 22 de junho de 1754. Ibidem.

²¹⁹ Ofício de 25 de outubro de 1754. Ibidem.

incumbiu o oficial Dionísio José Collaço de verificar, junto aos homens de negócio de Lisboa, os preços que se costumavam cobrar pelas chitas e “fuliês” vindas da Holanda, Hamburgo e Inglaterra, para que assim servissem de referência à futura fábrica. Afinal, era parte do acordo que os preços praticados pela fábrica de Serafim de Araújo Távora não deveriam superar o que habitualmente já era cobrado nas praças lisboetas²²⁰.

Diogo de Mendonça Corte Real teve as suas ordens prontamente atendidas pelo oficial Dionísio José Collaço, através de um relatório contendo o preço de cada tipo de pano tingido. As chitas grossas de algodão, por exemplo, eram vendidas a 170 até 200 réis cada côvado, enquanto as chitas finas podiam atingir de 450 a 550 réis²²¹.

Apesar de estes esforços terem tomado a atenção de Diogo de Mendonça e de Antônio da Costa Freire por quase um ano, até onde sabemos o estabelecimento da fábrica de chitas não foi levado adiante. Segundo Jorge Pedreira, Lisboa foi o único grande porto ligado ao comércio oriental onde não se formaram fábricas de estampar tecidos de algodão durante a primeira metade do século XVIII e em meados de setecentos, quando essa indústria se instalou em quase todas as capitais europeias²²².

Serafim de Araújo Távora, aliás, já havia tentado estabelecer uma fábrica de chitas no reinado de D. João V, também sem sucesso. Nos registros da chancelaria deste reinado se encontra uma concessão para a criação de uma fábrica de chitas por tempo de 10 anos – apesar de o suplicante Serafim de Araújo Távora ter requerido este privilégio por 20 anos. O documento foi assinado pela rainha, em data de 18 de agosto de 1746²²³.

“Muitas vezes esquecida perante a importância concedida à tecelagem e, sobretudo, à fiação dos algodões”, a indústria de estamparia, segundo Jorge Pedreira, “desempenhou um papel fundamental nas primeiras fases dos processos de industrialização”²²⁴. Assim, em substituição aos tecidos leves e coloridos que eram importados da Índia, passaram a se instalar pela Europa, na segunda metade do século XVII e principalmente a partir do século XVIII, diversas fábricas de estamparia²²⁵.

²²⁰ Ofícios de 23 e 29 de agosto de 1754. Ibidem.

²²¹ Ofícios de 29 de agosto e 7 de setembro de 1754. Ibidem.

²²² PEDREIRA, Jorge M.. “Indústria e negócio: a estamparia da região de Lisboa, 1780-1880”. In: **Análise Social**, vol. XXVI (112-113), 1991. p. 541.

²²³ ANTT. Chancelaria Régia de D. João V. Liv. 112. f. 96v. Em meio a Coleção Pombalina há ainda outro projeto para a criação de uma fábrica de chitas, por parte de Serafim de Araújo Távora, dessa vez com um pedido de 40 anos de exclusividade na produção das chitas e panos pintados. Este documento, contudo, não está datado. Ver: “Minuta do Privilégio e obrigação da Companhia que pretende estabelecer a Fábrica das chitas, fuliês, e panos pintados”. BNP. Coleção Pombalina 693. f. 1-7.

²²⁴ PEDREIRA, Jorge M. “Indústria e negócio: a estamparia da região de Lisboa...”. Op. Cit. pp. 538-539.

²²⁵ Ibidem.

Em Portugal, além da tentativa de Serafim de Araújo Távora, também se há notícia de que o francês Pierre D'Angé teria se oferecido para promover uma fábrica de tecidos em estilo indiano. Tratava-se de um “grandioso projeto”, sob o patrocínio de Sebastião José de Carvalho, para o desenvolvimento da indústria de fiação, tecelagem e estamparia de algodões em Portugal, em que se previa o recrutamento de mestres estrangeiros e a criação de diversos centros de produção pelo reino²²⁶. Essas primeiras tentativas, contudo, “acabaram por não frutificar” e, segundo o pesquisador Jorge Pedreira, “só em 1775 se introduziu de fato a estamparia de algodões em Portugal”²²⁷.

É possível que os auxílios oferecidos pela Coroa não tenham sido suficientes para persuadir os interessados. Era difícil reunir capitais, sócios e obreiros. A estrutura social do reino também os limitava. Mas o motivo do fracasso dessas (e de outras) iniciativas, em oposição à expansão manufatureira da década de 1770, é algo difícil de precisar.

As políticas manufatureiras da Coroa teriam se tornado mais sistemáticas com o passar do tempo? Em grande parte, sim, houve uma mudança de perspectiva. Ao longo do reinado de D. José, a Coroa “amadureceu” uma nova política econômica, na qual “as conquistas seriam distribuidoras de gêneros primários e consumidoras de produtos manufaturados, produzidos ou encaminhados pela metrópole”²²⁸. Estimulou-se o cultivo de novos gêneros e, através da Junta de Comércio, ajudou-se a instalar novas manufaturas. Uma política, em parte idealizada por agentes de D. João V, em parte ampliada por ministros de D. Maria. Martinho de Melo e Castro, Secretário do Ultramar de 1770 a 1795, foi um dos mais notáveis exemplos dessa (contínua) mudança mental. Procurou assegurar que as colônias fornecessem insumos às indústrias do reino e que, ao mesmo tempo, se abastecessem com manufaturas da metrópole. Criticou o comércio “intercolonial” entre o Brasil e a África, sem a mediação do reino, e foi veementemente contrário ao estabelecimento de teares na colônia²²⁹. Prezava, pois, pela ampliação da política manufatureira, de “substituição de importações”, iniciada no reinado de D. José.

Não devemos descartar, é claro, a força das conjunturas. Ainda que a suposta crise do ouro não tenha sido o primeiro motor da política manufatureira da Coroa, o declínio da extração aurífera, que se intensificou bastante nas décadas de 1780 e 1790, parece ter engendrado um quadro cada vez mais favorável a diversificação da produção colonial e,

²²⁶ Ibidem. p. 541.

²²⁷ Ibidem.

²²⁸ MONT SERRATH, Pablo. “Crise geral e política manufatureira...”. Op. Cit. p. 88. Ideia originalmente desenvolvida por: ARRUDA, José J. A. “Decadência ou Crise do Império Luso-brasileiro...”. Op. Cit.

²²⁹ MONT SERRATH, Pablo. “Crise geral e política manufatureira...”. Loc. Cit. pp. 91-95.

a longo prazo, contribuído para a contínua ampliação das manufaturas do reino (em contraste com os duros fracassos de outrora). Além disso, novos fatores conjunturais, como as guerras e bloqueios, também propiciaram uma conjuntura mais favorável ao desenvolvimento da marinha mercante portuguesa. Considere-se, por exemplo, que a Guerra de Independência Americana contribuiu para “impor no mercado internacional o algodão brasileiro e os serviços de transportes portugueses, numa época em que aquela fibra se tornava o motor das inovações da indústria e a Grã-Bretanha se esgotava temporariamente num conflito exigente em recursos navais”²³⁰.

O que é diferente de dizer que os agentes metropolitanos foram meros reféns das oscilações mercantis. Apontar fatores que contribuíram para que certas políticas tenham mantido o seu grau de sucesso é algo bem diferente de procurar pelas suas raízes. Como André Mansuy apontou, “os anos de 1769-1770 não representaram, como é geralmente aceito, o ponto de partida da política ‘industrial’ de Pombal”²³¹. Afirmção corroborada por Nuno Gonçalo Monteiro, para quem “as primeiras iniciativas que tiveram amplo alcance sobre as atividades industriais promovidas durante o reinado são bem anteriores à adoção de uma política mais sistemática de promoção manufatureira”²³².

Apenas procuramos ressaltar que não só as “providências” pombalinas têm as suas raízes fincadas antes de 1760, como o próprio Pombal não foi o único agente a se debruçar sobre as necessidades do império. Sebastião José não esteve sozinho a buscar a vinda de oficiais estrangeiros, a vaticinar reformas, ou a promover novas companhias, fábricas e ramos mercantis. Outros nomes e repartições, como os que aqui procuramos destacar – particularmente Diogo de Mendonça e a Secretaria do Ultramar – compõem um quadro mais amplo. Agentes a serviço do fomento mercantil e fabril de Portugal.

O sucesso de suas empreitadas, claro, é outra história. Diante dos limites mentais e conjunturais, ou dos entraves da estrutura social, os ministros portugueses amargaram muitos fracassos. De todo modo, é interessante notar que antes mesmo de qualquer crise ou reforma sistemática, já despontavam as primeiras evidências de que a Secretaria do Ultramar estava a se tornar um *locus* central para a mediação das atividades econômicas e a promoção de incentivos à exploração de novos ramos da produção colonial²³³. Papel que essa repartição ainda viria a aprofundar, radicalmente, nas décadas seguintes.

²³⁰ COSTA, Leonor Freire. “Relações econômicas com o exterior”. In: LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (orgs.). **História Económica de Portugal 1700-200**. vol. I. Op. Cit. p. 290.

²³¹ SILVA, André Manusy-Diniz. Op. Cit. p. 500.

²³² MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **D José: na sombra de Pombal**. Op. Cit. p. 220.

²³³ Os ofícios relativos à produção colonial serão abordados novamente no capítulo 8, pp. 162-164.

PARTE III

A SECRETARIA DO ULTRAMAR E AS RÉDEAS DO IMPÉRIO

Capítulo 7.

“O conselho fique advertido”

Em razão da publicação da “lei novíssima”, de 3 de dezembro de 1750, em que a Coroa promulgou o novo método de cobrança dos quintos do ouro, ficou-se por fazer o regimento das casas de fundição. Como vimos anteriormente, devido à pressa para a saída das frotas, o Rei ordenara que se observassem temporariamente as resoluções anteriores à introdução da capitação (1735), enquanto o Secretário do Ultramar, Diogo de Mendonça, transmitia instruções para orientar a atuação dos intendentess, até que lhes fosse enviado o novo regimento. O ano de 1751 se iniciou sob esta grande preocupação. Para resolvê-la, D. José ordenou que o Conselho Ultramarino emitisse um parecer sobre uma minuta que havia sido elaborada pelos seus procuradores, da fazenda e da Coroa.

Atendendo ao pedido do Rei, por meio da consulta de 22 de fevereiro de 1751, os conselheiros alegaram que a minuta do regimento, oferecida pelos procuradores, estava conforme o que fora disposto na “lei novíssima” e que somente lhes ocorreram alguns “poucos reparos” a se fazer. Entre estes reparos, o Conselho Ultramarino apontou ao monarca a necessidade de se formar uma casa de fundição nas minas do governo da Bahia, “porque a obrigação de trazerem o ouro à fundição naquela cidade é mui pesada para os que quizerem das ditas minas passar a Pernambuco ou a outras partes diversas e daria estímulo para se multiplicarem os descaminhos”¹.

Outro assunto debatido foi o capítulo 12 do regimento, segundo o qual os provedores dos registros deveriam encaminhar aos intendentess, todos os meses, listas dos comboieiros e comerciantes, com suas respectivas declarações de fazendas, cavalos e escravos, a fim de comparar se a quantidade de ouro que depois fosse levada à fundição correspondia ao que haviam introduzido nas cargas². O Conselho Ultramarino considerava essa medida de pouca utilidade, pois, nos ditos registros, não se fazia mais do que conferir se as mercadorias eram de “secos” ou “molhados”, para pagarem os

¹ “Consulta do Conselho Ultramarino sobre o decreto de 3 de dezembro de 1750 que lhe havia mandado formar a minuta do regimento das casas de fundição e a resolução que Sua Majestade tomou em 4 de março de 1751”. In: FIGUEIREDO, Luciano Raposo; CAMPOS, Maria Verônica (coord.). **Código Costa Matoso: coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis**. 2 vol. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais. p. 583.

² Ibidem. p. 584.

impostos, sem avaliar detalhadamente o conteúdo das cargas. A mesma incerteza poderia ocorrer com os escravos e os cavalos, já que poderiam variar de seis a oito vezes o seu valor. Além disso, “como tudo nas Minas se vende fiado a dois e três anos e ainda depois de [expirado] o termo se vai cobrando as parcelas, nunca se pode cotejar a entrada das coisas com a saída [do preço] delas”³. No mais, o Conselho Ultramarino ponderava que os mercadores e os contrabandistas costumavam transitar por diversas comarcas, sem poder um único intendente fazer a “confrontação” que se pretendia.

Entre os outros “reparos”, vale também destacar a crítica aos capítulos 5º, 6º e 7º, pois parecia ao Conselho Ultramarino inconveniente encarregar aos Intendentes a escolha dos oficiais de fiscalização, “por ser esta disposição em menos decoro da autoridade dos governadores”⁴. Propunha-se, em seu lugar, que as câmaras votassem os oficiais e que ao governador coubesse ratificar os nomes ou mandar propor novos.

Mas o Conselho Ultramarino foi muito além de simplesmente indicar simples reparos. Como o regimento se destinava a execução da lei de 3 de dezembro de 1750, “e nesta se [representam] notáveis inconvenientes”, o Conselho Ultramarino resolveu que “não seria acertado discorrer somente sobre os [meios] da execução”⁵. Assim, terminadas as suas observações sobre o regimento, o Conselho se voltou a criticar alguns elementos da própria lei de 3 de dezembro de 1750, já baixada pelo Rei:

Supondo o Conselho, que ao formar da dita lei não seriam presentes a Vossa Majestade várias circunstâncias, cujo conhecimento procede do país, as quais se tivessem chegado a sua real notícia [dissuadiriam] muitas das disposições da mesma lei, entende ser da sua indispensável obrigação pô-las na real presença de Vossa Majestade, para que em nenhum tempo se lhe possa [dar] em culpa o silêncio em matérias tão graves da sua repartição, nem se lhe argua que passou inadvertidamente pelas prejudiciais consequências que devia prevenir⁶.

O Conselho Ultramarino discernia quatro problemas na “lei novíssima”, relativa à cobrança dos quintos. Em primeiro lugar, entendia que os mineiros seriam os mais prejudicados, pois a cobrança não seria adequadamente repartida com os mercadores (que levariam o ouro para fora das minas para fugir das cobranças). Afinal, depois de

³ Ibidem.

⁴ Ibidem.

⁵ Ibidem. p. 585.

⁶ Ibidem.

pagarem as devidas taxas pelo ouro que encontrassem, os mineiros acabariam sendo sobrecarregados (pela “culpa alheia”) caso houvesse a imposição da derrama.

Esta ainda se fará mais sensível aos mineiros das Gerais quando virem que aos das outras minas não impõe a lei [...] cota certa, nem derrama, donde necessariamente há de resultar grande desconsolação nos das Gerais, que justamente entenderão não serem menos merecedores que os outros dos favores de Vossa Majestade⁷.

O segundo problema da “lei novíssima” dizia respeito a própria arrecadação da fazenda real. A despeito da cota mínima de 100 arrobas para Minas Gerais, o conselho acreditava que o rendimento viria a cair nas demais minas e que, além disso, “sentirá grande [desfalque] nos da Casa da Moeda e no [imposto de] 1 por 100 e, por conseguinte, nos contratos, porque estes perdem da carga das frotas e estas das remessas do ouro”⁸. Isto tudo viria a ocorrer pela maior facilidade de se fraudar os quintos pela cobrança ser feita em espécie (e não por cotas pré-definidas para cada escravo, minerador, oficial e comerciante, como no caso da capitação e maneiio). De acordo com o Conselho, novas trilhas e “descaminhos” haveriam de ser abertos e utilizados para que fosse burlada a tributação de um gênero “tão fácil de transportar e esconder”⁹.

Todo esse problema da arrecadação seria ainda mais grave enquanto não estivessem prontas todas as casas de fundição nas minas. Para o Conselho Ultramarino, era aconselhável que se não extinguisse o sistema da capitação, ao menos até que tudo estivesse pronto e preparado para a introdução do novo método de cobrança. Caso contrário, no seu ínterim os quintos não seriam recolhidos e apenas se multiplicariam as fraudes e descaminhos. Outra questão, ainda sobre os problemas da arrecadação da fazenda real, era uma suposta permissão para a circulação do ouro em pó. De acordo com o Conselho Ultramarino essa permissão daria ensejo para que qualquer um pudesse se esquivar da cobrança dos quintos, que era realizada nas casas de fundição¹⁰.

O terceiro problema da “lei novíssima” respeitava ao comércio. Considerando as facilidades para se fraudar os quintos, o Conselho temia que o ouro extraviado “deixará de vir ao reino, e fará grande falta no comércio dele”¹¹. Além disso, seriam contínuos

⁷ Ibidem. p. 586.

⁸ Ibidem.

⁹ Ibidem. pp. 586-587.

¹⁰ Ibidem. pp. 587-588. Segundo o ofício de 21 de março de 1751, do secretário Diogo de Mendonça ao governador Gomes Freire de Andrade, houve, a princípio, a orientação para que “se funda todo o ouro em pó, que atualmente existe nas minas e fora delas”. AHU. Projeto Resgate. Códice 499, Rolo 232. fl. 5v-6.

¹¹ “Consulta do Conselho Ultramarino sobre o decreto de 3 de dezembro de 1750”. Op. Cit. p. 588.

os enganos dos correspondentes que em [recebendo] o ouro, que [deveriam] mandar a seus constituintes hão de entrar no desejo de lucrar para si o quinto daquele cabedal e lhes hão de dar satisfação com desculpas afetadas de frota a frota, como frequentemente sucedia antes do ano de 1735 e agora sucederá tanto mais frequentemente quanto fica sendo maior a [facilidade] das fraudes e [menor o prejuízo]¹².

O quarto e último tipo de problema era que o “sossego público” da colônia seria afetado pela possibilidade implícita do ouro em pó passar a correr livremente fora das minas, criando desentendimentos a quem devia recair o ônus da tributação, porque

como os que [receberem] nas Minas o ouro em pó têm obrigação de pagar dele a quinta parte antes de o levarem para fora das Minas, segue-se que [se] pelo teor do sentido literal deste capítulo [5º], [forem] obrigados a [recebê-lo] pelo preço do toque (que é o mesmo que recebê-lo como se fora já quintado), necessariamente hão de ressarcir-se deste prejuízo no preço das coisas que venderem, e tanto mais [perderá] o mineiro. E se o ouro se der em pagamento de coisas já vendidas antes da prática deste capítulo, segue-se que o credor perderá sem razão da quinta parte do que se lhe devia. E seja qual for a interpretação que se dê ao dito capítulo, entendeu o Conselho que certamente produzirá grande embaraço no comércio e dará ocasião a muitas injustiças¹³.

No mais, o Conselho também criticava a “ineficácia dos meios” que foram apontados pela lei para se castigar a falsificação das barras. A “lei novíssima” determinava que os intendentess conferissem anualmente os registros da fundição a fim de averiguar a existência de falsificações. Mas como as providências só seriam tomadas muito tempo depois de cometidos os crimes, era “certo que ficarão sendo inúteis, não só para apreender os descaminhos mas ainda para perseguir os réus”¹⁴.

Ao final da consulta, o Conselho Ultramarino reafirmou a importância de se manter o método da capitação, ao menos até que se achassem prontas as casas de fundição, e “se reduza a barra todo o ouro que se achar em tempo de quatro meses, sem se levar por isso quinto nem outra alguma despesa”. Dos sete conselheiros que assinaram a consulta, redigida por Alexandre de Gusmão, apenas o presidente do Conselho, Marquês de Marialva, não propôs que se esperasse mais tempo para a interrupção da capitação, devido à “dureza e iniquidade” desse método de cobrança¹⁵.

¹² Ibidem.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Ibidem. p. 589.

¹⁵ Ibidem. pp. 589-591.

De todo modo, o Conselho Ultramarino foi muito além de simplesmente opinar sobre o regimento das casas de fundição, conforme fora solicitado. Aproveitou a ocasião para manifestar-se contrário a uma série de medidas da nova lei da tributação do ouro, pouco tempo depois da mesma ter sido promulgada. O tom de advertência era claro:

parece também ao Conselho que, mandando Vossa Majestade ponderar todas as [...] consequências que ficam apontadas, se assentem nos mais expedientes [que] convenha tomar em tão importante e delicado negócio para que não venha a resultar da execução da lei muito contrário sucesso do que Vossa Majestade com tanta benignidade para os seus vassallos entendeu determinar em utilidade deles¹⁶.

É verdade que o Conselho Ultramarino, ao elaborar a consulta, procurou sempre se mostrar subserviente ao monarca. As críticas foram antecedidas da ponderação de que provavelmente algumas inconveniências da nova lei não teriam sido apresentadas a D. José e que apenas cabia ao Conselho apresentá-las à Sua Majestade, para que o Rei fosse servido ordenar o que bem entendesse. Toda essa estratégia retórica adotada na consulta não foi suficiente, no entanto, para conter a irritação do Rei D. José.

Na breve resolução de 4 de março de 1751, o Rei aprovou o regimento tal qual ele havia sido elaborado pelos procuradores e, em tom severo, afirmou:

o Conselho fique advertido que as suas mais óbvias e mais indispensáveis obrigações consistem no profundo e sempre inviolável respeito às minhas leis e na sincera e vigilante e exata diligência em promover e zelar a pontual observância do que elas [...] ordenam¹⁷.

O Conselho Ultramarino deve ter se sentido preterido na condução das reformas no sistema de tributação das minas. Por isso aproveitara a oportunidade de avaliar o novo regimento das casas de fundição para avançar algumas críticas sobre como o processo de substituição da capitação havia sido conduzido. O monarca, no entanto, acreditava que o conselho havia ultrapassado todos os limites cabíveis. Não só teriam lhe aconselhado nesta matéria, como passado ao confronto direto às suas medidas.

A análise desta consulta pela pesquisadora Heloísa Liberalli Bellotto incide sobre essas mesmas tensões institucionais. A autora procurou destacar e analisar o que

¹⁶ Ibidem. p. 590.

¹⁷ Ibidem. p. 591.

este documento poderia nos mostrar a respeito do intrincado “funcionamento burocrático do próprio governo”; ou seja, sobre as próprias “relações formais entre o Rei e o Conselho Ultramarino”¹⁸. Neste caso, destacou a “coragem” e a “altivez” com que os conselheiros interpelaram o monarca, ainda que sem romper os preceitos formais de subordinação à Coroa. Heloísa Liberalli Bellotto destacou que os conselheiros, possivelmente ofendidos pelo despacho do monarca, mas seguros de sua atuação na resolução das questões coloniais, ainda procuraram reafirmar as suas posições através de uma segunda consulta, emitida apenas cinco dias após a primeira¹⁹.

Trata-se da consulta de 9 de março, em que os conselheiros manifestaram receber a advertência real com a mais “profunda humildade”, gratos pela clemência do monarca em não ter utilizado alguma “demonstração mais severa”, mas ao mesmo tempo tristes e surpresos por “supor-se que os ministros deste Conselho são capazes de incorrer em tão enorme torpeza”. Sentiam-se desonrados. Para os conselheiros, “verem-se reputados não só por negligentes mas com procedimento menos sincero e com faltas nas suas obrigações parece motivo bastante para a sua mágoa”²⁰.

Os membros do Conselho Ultramarino não se furtaram, então, em justificar as suas posições. Defenderam-se afirmando que bem podiam os tribunais errar nas suas consultas e, assim, não se conformarem com as reais intenções, sempre dirigidas “ao mais justo e mais conveniente”. Mas que nunca fora delito “o desacerto de parecer”²¹.

Os conselheiros afirmavam, em sua defesa, que ao apresentar as suas observações sobre o regimento das casas de fundição e a “lei novíssima”, faziam apenas o que eram obrigados. Não tinham qualquer intenção desagradar ao soberano, mas apenas melhor assessorar as suas decisões, para que, no fim, o Rei pudesse ordenar o que lhe parecesse melhor aos seus súditos. Em suma,

dizendo o Conselho no seu voto tudo o que entende satisfaz ao fim para que é destinado, ainda que não seja aprovado o seu parecer e nem os votos das consultas impedem as resoluções dos monarcas, que são somente as que saem a público, ficando os votos em segredo por muitas razões de Estado bem manifestas²².

¹⁸ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. “Estudo diplomático da Consulta do Conselho Ultramarino de 22 de maio de 1751, relativa ao regimento das Casas de Fundição das Minas”. In: **Varia Historia**. nº 21. Belo Horizonte, julho de 1999. p. 291.

¹⁹ Ibidem. p. 292.

²⁰ “Consulta do mesmo Conselho sobre a advertência que sua majestade lhe fez”. FIGUEIREDO, Luciano Raposo; CAMPOS, Maria Verônica (coord.). **Código Costa Matoso...** Op. Cit. p. 593.

²¹ Ibidem. pp. 593-594.

²² Ibidem. p. 594.

A resposta a esta consulta veio de forma ainda mais severa que a anterior. Com um aviso de 22 de março de 1751, assinado pelo Secretário de Estado do Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, a consulta foi devolvida sem despacho:

Sendo presente a Sua Majestade a consulta de 9 do corrente sobre a benigna advertência que o mesmo senhor se dignou fazer ao Conselho na resolução de 4 do corrente, em consulta de 22 de fevereiro próximo passado, o mesmo senhor foi servido ordenar-me que eu restituia a Vossa Excelência a consulta sem despacho e que à margem do seu registro se lace este aviso, o que Vossa Excelência fará presente no Conselho para que assim se execute sem réplica²³.

A Coroa sequer se dignou a responder a justificativa expedida por seu Conselho. Episódio bastante singular. Para João Lúcio de Azevedo, se tratava da pavimentação do governo pombalino: a subordinação dos conselheiros ao ministério de Sebastião José²⁴. Mas o episódio ainda poderia ser interpretado, de forma mais ampla, como a afirmação da preeminência das Secretarias de Estado, no início de um “despotismo ministerial”²⁵. As respostas, afinal, eram de responsabilidade do próprio monarca. O aviso de 22 de março, por sua vez, foi assinado pelo Secretário do Ultramar, Diogo de Mendonça.

Havia, é certo, uma tensão em torno das prerrogativas de instrução e resolução dos negócios coloniais. Na consulta de 4 de março observamos o Conselho Ultramarino afirmar que havia certos “inconvenientes” na mudança na cobrança dos quintos que não deviam ter chegado aos ouvidos de Sua Majestade Real. Forma sutil de dizer que os conselheiros não haviam sido devidamente apreciados para a resolução desta matéria.

O fim da capitação já vinha sendo amplamente discutida no reinado de D. João V. Porém, desde o início do reinado de D. José a responsabilidade desta reforma havia passado aos secretários. Sebastião José de Carvalho emitiu um parecer favorável ao fim da capitação; Diogo de Mendonça instruiu os intendentessobre o início do novo método de tributação e, além do mais, foi ele quem assinou a minuta da “lei novíssima”. O Conselho só veio a opinar, contra a “lei novíssima”, após a reforma já estar em curso.

Um ponto a ser destacado é o fato de os conselheiros terem criticado a pequena quantidade de casas de fundição previstas pela Coroa. Ora, quem primeiro informou ao Conselho os locais onde se havia de ter as casas de fundição, através do aviso de 5 de

²³ “Aviso do Secretário de Estado para o Marquês de Penalva, presidente do Conselho, que baixou com esta consulta”. Ibidem. p. 595.

²⁴ AZEVEDO, João Lúcio de. Op. Cit. p. 103.

²⁵ Sobre o “despotismo ministerial”, ver o já disposto em nossa “Introdução”, especialmente pp. 10-16.

dezembro de 1750, foi o próprio Secretário do Ultramar. O que nos mostra que, apesar de o Conselho ter sido ouvido neste assunto, ficou este órgão a reboque de medidas que já vinham sendo conduzidas de forma mais expedita pelo monarca e sua secretaria.

Quanto ao regimento das casas de fundição, a consulta de 4 de março aponta que o mesmo seguiu para o Conselho Ultramarino assinado pelo procurador da fazenda e pelo procurador da Coroa. Talvez o Secretário do Ultramar também tenha participado da sua elaboração. Logo no início da consulta é mencionado que o Provedor da Casa da Moeda teria se recusado a oferecer ao Conselho Ultramarino o seu parecer sobre a elaboração do novo regimento, conforme havia sido requisitado pelo monarca,

dizendo que o papel que pelo Conselho se lhe remeteu a respeito do regimento das casas de fundição se achava em poder do secretário de Estado, Diogo de Mendonça, [e entendia] que o dito secretário remeteria ao Conselho o dito papel por haver tomado a si trabalho de fazer o dito regimento²⁶.

Se no fim o ministro do ultramar realmente interviu na redação do regimento é algo mais difícil de precisar, já que o Conselho Ultramarino afirmou que o mesmo foi assinado apenas por dois procuradores. De todo modo, como já observou o historiador Joaquim Romero Magalhães, não é possível perceber nenhuma menção ou crítica a Sebastião José nesta consulta²⁷. A tensão pairava entre o Rei e os conselheiros. Eram as formas (e os espaços) de deliberação da monarquia que estava em causa neste momento.

Não à toa, o reinado de D. José tem sido considerado o principal promotor da ascensão política das Secretarias de Estado. Marcelo Caetano, em seu estudo sobre o Conselho Ultramarino, já havia fixado que a partir de D. José os secretários passaram, cada vez mais, a dispor e despachar negócios que antes seriam tratados no Conselho²⁸.

O antigo órgão de governo, que francamente aconselhava o Rei, e de cujas consultas eram os Secretários de Estado meros intermediários junto ao Soberano, ia assim, transformar-se, por efeito da exaltação da função ministerial, em mero colaborador subalterno da orientação governativa deles²⁹.

²⁶ “Consulta do Conselho Ultramarino sobre o decreto de 3 de dezembro de 1750 que lhe havia mandado formar a minuta do regimento das casas de fundição e a resolução que Sua Majestade tomou em 4 de março de 1751”. Op. Cit.

²⁷ MAGALHÃES, J. R. “Sebastião José de Carvalho e Melo e a economia do Brasil”. Op. Cit. p. 177.

²⁸ CAETANO, Marcello. **O Conselho Ultramarino: Esboço da Sua História**. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar. Lisboa, 1967. pp. 51-54.

²⁹ Ibidem. p. 52.

Ainda que as relações entre o Conselho Ultramarino e a Secretaria de Estado do Ultramar não tenham sido estudadas tão a fundo, essa “sobreposição” se consolidou na historiografia respeitante ao Antigo Regime em Portugal. Segundo Graça Salgado, o Rei D. João IV apoiou sua administração tanto nas Cortes quanto nos conselhos. “O papel dos organismos consultivos assumiu grande importância, sendo o principal destes o Conselho Ultramarino, criado em 1642, como órgão centralizador das relações entre Portugal e as colônias”³⁰. Situação que posteriormente veio a se modificar, “passando as secretarias de Estado a serem os principais órgãos da estrutura administrativa”³¹.

José Subtil, entre os estudos mais recentes, afirma que o Conselho Ultramarino “perdeu parte das suas funções administrativas com a criação da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos”, que progressivamente assumiu as suas funções governativas³². Nuno Gonçalo Monteiro, da mesma forma, considera que só durante o “pombalismo” os secretários passaram a ter uma maior intervenção na nomeação dos governadores coloniais. “Em rigor, é nessa altura que os centros de decisão política da Monarquia parecem transferir-se definitivamente para as secretarias de Estado”³³.

Miguel Dantas da Cruz é quem tece observações mais distintas. Este historiador afirma que desde os anos de 1710 já havia sinais do ocaso das prerrogativas do Conselho. Sobretudo pelo fato de o Vice-Rei Marquês de Angeja e o governador Gomes Freire de Andrade passarem a intervir diretamente no provimento de postos militares na América³⁴. Neste caso, a redução das competências do Conselho Ultramarino teria ocorrido em benefício da administração periférica da Coroa. A Secretaria do Ultramar, para Miguel Dantas da Cruz, não teria se mostrado tão “perniciosa”, pelo menos não de imediato. Mais corrosivas teriam sido as prerrogativas atribuídas aos governadores e a criação do Erário Régio, que centralizou a administração financeira do império³⁵.

No entanto, por tudo que pudemos observar sobre o modo como foi conduzida a reforma no método de cobrança dos quintos (e a insatisfação do Conselho Ultramarino), nos parece que desde o início do reinado de D. José também havia uma margem para a atuação “perniciosa” da Secretaria do Ultramar, à revelia da vontade dos conselheiros.

³⁰ SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 32.

³¹ *Ibidem*;

³² SUBTIL, José. “Governo e administração”. In: MATTOSO, José (dir.). *Op. Cit.* p. 162.

³³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo F.. “Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII”. In: BICALHO, Maria; FERLINI, Vera (orgs.). **Modos de Governar**. *Op. Cit.* p. 102.

³⁴ CRUZ, Miguel Dantas da. **Um Império de conflitos: O Conselho Ultramarino e a defesa do Brasil**. Lisboa: ICS – Imprensa das Ciências Sociais, 2015. pp. 343-386.

³⁵ *Ibidem*. pp. 399-400.

As Secretarias de Estado já davam, afinal, sinais de que estavam a se tornar os principais órgãos governativos da Coroa. Algo que não era bem aceito e compreendido, à época, gerando significativos conflitos de jurisdição. As relações entre a Secretaria do Ultramar e o Conselho Ultramarino, como apontou Nuno Gonçalo Monteiro, foram sempre “complexas e mal conhecidas”³⁶. A delimitação das prerrogativas entre essas duas instâncias não figurava como algo claro sequer aos seus próprios contemporâneos.

No questionário respondido em 27 de janeiro de 1779, no reinado de D. Maria, o oficial maior da Secretaria do Ultramar, João Gomes de Araújo, procurou prestar esclarecimentos sobre algumas dúvidas que poderiam surgir entre os governadores acerca do cumprimento de ordens conflitantes, emitidas pelo Conselho Ultramarino e pela própria Secretaria do Ultramar³⁷. O que só comprova a longevidade do problema.

Neste documento há um total de cinco perguntas elaboradas, pelo que pudemos deduzir, por Luís de Vasconcelos e Sousa, Vice-Rei do Brasil de 1778 a 1790, sobre alguns “embaraços em que se veem os Governadores dos Domínios Ultramarinos quotidianamente” e que, para evitá-los, “em benefício da Justiça, e do Real Serviço”, eram necessárias “instruções claras, e decisivas”. Alguns elementos do documento, como a passagem em que se refere à Sua Majestade que “aqui está”, nos levam a crer que essas questões tenham sido formuladas antes da partida de Luís de Vasconcelos para o Rio de Janeiro. De todo modo, as suas perguntas foram respondidas por João Gomes de Araújo, na margem esquerda das folhas, ao lado de cada uma das dúvidas do Vice-Rei, apenas em 27 de janeiro de 1779, conforme apontado anteriormente.

Na primeira questão, o Vice-Rei menciona os embaraços causados por ordens conflitantes, emitidas pelo Conselho Ultramarino e pela Secretara do Ultramar, relativas ao governo político, militar, civil e fiscal da colônia. Na questão, é ressaltado o fato de que o dito conselho “pelo Regimento da sua criação tem toda a jurisdição para expedir as ditas ordens. O tribunal existe, o Regimento existe, e ainda até agora não foi abolido, nem revogado, nem alterado”. Na resposta fornecida por João Gomes de Araújo, foi recomendado que todas as ordens emitidas pelo Conselho Ultramarino deveriam ser executadas pelos governadores, “quando não houver outras que se lhe oponham”. Pois, se houvessem ordens contrárias, cabia aos governadores “não cumprir as do Conselho, informando-o das que tiverem em contrário e dando parte a Sua Majestade de umas e

³⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo F.. “Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII”. Op. Cit.

³⁷ AHU. CU. 35, Cx. 6, D. 488.

outras pela Secretaria de Estado competente, para a mesma Senhora resolver o que for servida”. Podemos presumir pelo que fica disposto pelo oficial João Gomes de Araújo, que a prerrogativa que o Conselho Ultramarino possuía de enviar ordens para as conquistas não devia se sobrepor às ordens já emitidas pelos Secretários de Estado, que também despachavam ordens em nome (e em companhia) dos monarcas.

Na segunda pergunta, o Vice-Rei insistiu que, “como se tem ordenado aos Governadores que não cumpram ordens do Conselho”, era preciso que a rainha lhe passasse uma carta informando se deveria ou não cumprir as tais ordens. O Vice-Rei alegava estar “firme no Princípio de que os Regimentos Reais, assim como quaisquer ordens de Sua Majestade devem ter execução, enquanto por outras ordens assinadas por Sua Majestade se não alterarem”. A esta pergunta, João Gomes de Araújo respondeu, moderadamente, que não constavam na sua secretaria que se tivessem expedido ordens ao Vice-Rei, ou a outros governadores, para que não fossem cumpridas quaisquer decisões do Conselho. Se por acaso existissem semelhantes ordens, o Vice-Rei deveria “dar parte delas a Sua Majestade para determinar o que melhor lhe parecer”.

A terceira dúvida estava mais para uma afirmação: “Se as ordens do Conselho forem expedidas por virtude de resoluções de consultas feitas a Sua Majestade, creio que é sem dúvida que as devo cumprir, ainda que tenha quaisquer outras em contrário”. Neste caso, o oficial maior afirmou que as ordens expedidas em virtude de consultas régias (que haviam subido à presença da monarca) deveriam ser sempre executadas, mesmo que houvesse outras ordens. Afinal, os governadores não podiam se opor ao que a Coroa já aprovara. Mas havia uma ressalva: O Vice-Rei devia “dar parte de umas e outras pela Secretaria de Estado competente, interpondo o sue parecer a respeito daqueles que julgar mais úteis, para Sua Majestade resolver as que devem subsistir”.

A quarta dúvida refletia os “embaraços” pertencentes à administração da fazenda real. Segundo o Vice-Rei, esse campo da administração podia ser ainda mais intrincado, porque ordens diferentes poderiam ser emitidas pelo Conselho Ultramarino, pela Secretaria do Ultramar e pelo Erário Régio. Essas três repartições “por não terem bem distintos os Limites, ou por se não entenderem entre si”, poderiam levar as suas diferentes contendas à apreciação da monarca. No entanto, maior seria a perturbação no ultramar, caso chegassem ordens distintas, “onde falta este seguro e único recurso”. O oficial João Gomes de Araújo respondeu que não constava que “entre a Secretaria de Estado, o Erário e o Conselho do Ultramar tenha havido as implicâncias sobre a Fazenda que se supõe neste artigo; nem que o Vice-Rei que até agora governou e

governa o Rio de Janeiro tivesse sobre esta matéria alguma perturbação”. De todo modo, caso houvesse algum conflito entre as ordens que fossem remetidas a colônia, o governante deveria comunicar o ocorrido à Sua Majestade e, até que fosse enviada a determinação final da Coroa, executar o que lhe parecesse mais prudente. Neste ponto, João Gomes de Araújo parece ter cedido às observações do Vice-Rei. Talvez a diferença entre esta resposta e a primeira, em que o oficial logo orientou “não cumprir as [ordens] do Conselho”, esteja na presença de uma terceira instância, o Erário Régio. Instituição a qual não se deviam sobrepor as ordens emitidas pela Secretaria do Ultramar.

Na quinta e última questão, relativa à administração militar, o Vice-Rei afirmou que as ordens que se expedirem, para as executarem, “parece que bastam serem do Conselho, que tem essa faculdade no seu Regimento, e que as expede em nome de Sua Majestade”. No entanto, como o Vice-Rei também dizia não ignorar que “até nisto pode haver implicância com a Secretaria de Estado”, pedia instrução, “tirando-se-me por meio dela, o dificultoso arbítrio de desobedecer a um Tribunal que representa a Sua Majestade, ou a uma Secretaria de Estado, da qual se expedem as ordens em nome da mesma Senhora”. O oficial maior João Gomes de Araújo respondeu sem pestanejar. As tropas regulares e auxiliares do Rio de Janeiro deveriam ser mantidas sob o regulamento estabelecido através do alvará de 18 de Fevereiro de 1763, “em tudo o que lhe for aplicável”. João Gomes de Araújo afirmava, igualmente, que as tropas deviam ser mantidas debaixo da “exata e regular disciplina” imposta pelo Marquês do Lavradio:

Todas as ordens do Conselho do Ultramar contrárias ou nocivas ao dito Estabelecimento não as deve cumprir o Vice-Rei, informando ao Conselho das Razões que tem para o não fazer; e dando igualmente parte a Sua Majestade³⁸.

A autoridade do Conselho Ultramarino estava claramente em cheque. O parecer de João Gomes de Araújo nos serve, claro, como testemunho da importância do oficial maior para a gestão da secretaria. Na transição de um ministério ao outro, de um reinado a outro, o oficial maior deve ter figurado como o portador e o transmissor dos diversos saberes dos expedientes da sua repartição. Mas, além disso, o parecer de João Gomes de Araújo é também uma fonte privilegiada para o estudo das tensões que vão surgindo entre o Conselho Ultramarino e a Secretaria do Ultramar, a partir do reinado de D. José.

³⁸ Ibidem.

Em resumo, o Vice-Rei se mostrava receoso em ter que desobedecer a um órgão consultivo da Coroa, que tinha por regimento a prerrogativa de expedir ordens para a colônia. João Gomes de Araújo, por sua vez, mesmo negando que houvesse registro de conflitos entre as duas repartições da Coroa, não se furtou em orientar o governante a desconsiderar as ordens do Conselho, caso houvesse outras emitidas em contrário. A não ser, claro, que se tratasse de ordens expedidas como resultado de consultas régias, já aprovadas pela monarca. Neste caso, dever-se-ia obedecer as ordens emitidas pelo Conselho, pois, em última instância, já havia sido apreciada pela soberana. O oficial não deixava de constatar, de todo modo, que caso houvesse conflitos e sobreposições, o Vice-Rei devia “dar parte de umas e outras pela Secretaria de Estado competente”.

No fim, se não há qualquer menção mais direta sobre uma efetiva subordinação de uma repartição à outra, deve-se frisar que a preocupação do Vice-Rei recaía sobre o declínio das prerrogativas do Conselho Ultramarino; não sobre a Secretaria do Ultramar, que tomava para si a emissão de ordens para a colônia. Uma situação que se dava mais pela proximidade ao trono do que por uma jurisdição clara e bem delimitada.

Os laços entre a Secretaria do Ultramar e o Conselho Ultramarino não podem, afinal, ser facilmente apreendidos pelo estudo das normas. É preciso, pois, abordar os conflitos e as relações destas duas repartições sempre de maneira mais “concreta”.

A primeira forma de interação efetiva entre secretarias e conselhos se dava pela transmissão de consultas ao Rei. Segundo Heloísa Bellotto, “as consultas consideradas as mais importantes eram apresentadas, pelo menos nos primeiros decênios do Conselho, pelo próprio Presidente à consideração do Soberano”. As outras, no entanto, “seguiram para o Secretário de Estado ou das Mercês, que as apresentavam a despacho do Rei”³⁹. Mas a partir de 1736 essa responsabilidade de levar consultas à presença do monarca teria sido atribuída ao Secretário do Ultramar. Este ministro apresentava a consulta ao Rei e, no fim do processo, “a resolução real era comunicada pelo Secretário ao Conselho para este lhe dar cumprimento, expedindo-se os necessários diplomas”⁴⁰.

Outra importante forma de interação entre as duas repartições eram os “avisos”, geralmente despachados pelo Secretário do Ultramar ao presidente do Conselho, de modo a transmitir as ordens e vontades da Coroa. Os avisos enviados pelos secretários costumavam vir com a seguinte enunciação: “Sua Majestade é servida ordenar”. Assim,

³⁹ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. “Estudo diplomático da Consulta do Conselho Ultramarino de 22 de maio de 1751, relativa ao regimento das Casas de Fundição das Minas”. Op. Cit. p. 290; CAETANO, Marcelo. **O Conselho Ultramarino**. Op. Cit. p. 49.

⁴⁰ Ibidem.

é importante frisar que os avisos vinham assinados pelo Secretário do Ultramar, mas eram sempre emitidos em nome do Rei. De acordo com Heloísa Bellotto⁴¹ e José Sintra Martinheira⁴², em termos de análise diplomática, os avisos podem ser considerados documentos informativos e descendentes. Neste caso, comunicavam ordens régias que “desciam”, hierarquicamente, do gabinete real a algum de seus subordinados, fosse ele o presidente de um tribunal ou qualquer outro conselheiro, magistrado, oficial e particular.

Os avisos poderiam versar sobre assuntos muito diversos. Uma grande parte deles ordenava, simplesmente, que o conselho procedesse com suas consultas às cartas e requerimentos dos oficiais e particulares da colônia. Ou seja, o Secretário do Ultramar procurava interceder para que determinadas cartas e requerimentos fossem mais brevemente consultados. Seleccionamos alguns exemplos de Diogo de Mendonça que demonstram essa rotina administrativa: Em 23 de outubro de 1751, o secretário passou ordens para que se consultasse um requerimento de Félix da Fonseca Galvão, que pedia ofício de Provedor da Fazenda do Rio Grande do Norte⁴³. Em 28 de janeiro de 1754, o secretário “avisou” que o monarca era servido ordenar que se reformasse (refizesse) uma consulta sobre a remuneração dos serviços de D. José Mirales, Tenente Coronel da Praça da Bahia, e que a mesma “suba a sua real presença por esta Secretaria”⁴⁴.

As ordens para a realização de consultas também poderiam ser relativas ao conteúdo das cartas e informações remetidas pelos governadores. Em 19 de outubro de 1750, por exemplo, Diogo de Mendonça escreveu um aviso ao presidente do Conselho Ultramarino, o Marquês de Penalva, para ordenar que fosse feita consulta, sobre uma carta do governador de Santa Catarina, Manuel Escudeiro Ferreira⁴⁵. Já no aviso de 20 de maio de 1753, Diogo de Mendonça transmitiu ordens para que o Conselho desse o seu parecer sobre uma carta do governador de Goiás, o Conde dos Arcos⁴⁶.

O Secretário do Ultramar, além disso, exercia certa pressão sobre os expedientes do Conselho Ultramarino. Em 9 de abril de 1752, Diogo de Mendonça escreveu ao Marquês de Penalva, presidente do Conselho, para reclamar que não podia

⁴¹ Idem. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002. pp. 49-50.

⁴² MARTINHEIRA, José J. S. “Os documentos d’El Rei”. **Revista do Arquivo público mineiro**, Ano 41, nº. 2, jul./dez. 2006. p. 143.

⁴³ AHU. CU. 15, Cx. 72, D. 6064.

⁴⁴ AHU. CU. 05, Cx. 118, D. 9200.

⁴⁵ AHU. CU. 21, Cx. 1, D. 65.

⁴⁶ AHU. CU. 03, Cx. 13, D. 1152.

compreender como chegou tão tarde o aviso, quando foi expedido ontem pela manhã e visto este contratempo mande Vossa Excelência expedir as Provisões e mande-as assinar por casa dos Ministros pois que não há lugar para outra coisa e é necessário, que se execute, o que Sua Majestade manda⁴⁷.

A preocupação com a organização das frotas e a diligência das consultas são outros temas que aparecem com frequência nos avisos enviados pelo Secretário do Ultramar. Em aviso de 29 de outubro de 1751, o secretário Diogo de Mendonça informou que a frota de Pernambuco partiria “infalivelmente” no dia 12 de novembro e, assim, ordenou em nome do Rei que o conselho expedisse, com brevidade, todos os negócios pertencentes a esta mesma frota⁴⁸. Em 3 de janeiro de 1754, o mesmo secretário ordenou que o conselho passasse a abrir todos os dias, exceto aos domingos, para tratar dos negócios pertencentes à frota da Bahia⁴⁹. Em 21 de dezembro de 1754, ordenou novamente que o conselho despachasse, com a maior brevidade possível, todos os negócios pertencentes à capitania do Rio de Janeiro, para que estes pudessem seguir na frota que partiria no início do ano seguinte; “e que outrossim se abra o Tribunal todos os dias de manhã e de tarde, exceto somente os domingos e dias santos”⁵⁰.

Ainda em relação aos avisos, muitos destes documentos eram simplesmente destinados a auxiliar e orientar a administração colonial, em seus mais diversos assuntos. Seleccionamos mais alguns exemplos. Pelo aviso de 8 de abril de 1752, Diogo de Mendonça ordenou, em nome do Rei, que o Conselho Ultramarino passasse ordens ao governador da Relação do Rio de Janeiro para que este nomeasse um tesoureiro da chancelaria, conforme era praticado na Relação da Bahia⁵¹. Em 26 de setembro de 1752, Diogo de Mendonça passou ordens para que o Conselho Ultramarino elaborasse uma coleção de leis e ordens antigas referentes às Minas Gerais, para orientar o governador de Pernambuco, que havia lhe dado conta de haver “provas e esperanças” de alguns descobrimentos de ouro na capitania do Ceará⁵². Em 13 de setembro de 1753, o secretário passou ordens para que o Conselho Ultramarino remetesse mais quatro contos de réis em moedas provinciais para Pernambuco, “além dos vinte e oito de que já tinha avisado”⁵³. Em outro aviso, de 21 de outubro de 1754, o Secretário do Ultramar

⁴⁷ AHU. CU. 35, Cx. 3, D. 287.

⁴⁸ AHU. CU. 15, Cx. 72, D. 6068.

⁴⁹ AHU. CU. 05, Cx. 117, D. 9155.

⁵⁰ AHU. CU. 17, Cx. 48, D. 4842.

⁵¹ AHU. CU. 17, Cx. 45, D. 4593.

⁵² AHU. CU. 15, Cx. 73, D. 6147.

⁵³ AHU. CU. 15, Cx. 75, D. 6261.

transmitiu ordens para que o Conselho enviasse seiscentos quintais de pólvora e vinte de chumbo para o Rio de Janeiro, “para se fazer balas de mosquete”⁵⁴.

Através das ordens e avisos passados ao Conselho Ultramarino, a Coroa dispunha de um importante mecanismo de intervenção na administração colonial. O secretário, além de interferir na rotina em que as consultas eram realizadas, também podia se apoiar no Conselho Ultramarino para a execução de remessas e a transmissão de ordens e outros materiais à colônia (moedas, fardamentos, artilharia, etc.). O Secretário do Ultramar operava, neste sentido, de modo a centralizar e direcionar as consultas e demais serviços prestados pelo Conselho Ultramarino, agindo sempre em nome do Rei.

Mas até aqui não há nada de novo entre a atuação dos secretários de D. José e de seus antecessores, como Antônio Guedes Pereira, Secretário do Ultramar de D. João V. Mesmo antes da reforma ministerial de 1736, os secretários régios já desempenhavam essa função de, em nome do Rei, direcionar ordens pontuais ao Conselho Ultramarino.

É preciso observar, portanto, o grau de importância de cada matéria. Para a condução de certas políticas e reformas, como a alteração do sistema de tributação das minas, vimos que a Coroa passou a se apoiar diretamente nas ideias, projetos e despachos de seus ministros mais próximos, secundando a opinião dos conselheiros.

Assim, para entendermos como (e porque) a Secretaria do Ultramar passou a conflitar com as prerrogativas do Conselho Ultramarino, devemos olhar, sobretudo, para os temas da “grande política”, como a nomeação de governadores ou a promoção de reformas na colônia. Não houve, afinal, mudança dos dispositivos institucionais da Coroa, mas sim da forma como eles passaram a ser utilizados ao longo do século XVIII. Gradualmente, o Conselho Ultramarino deixava de ser ouvido em assuntos capitais para o império. Por sua vez, os despachos dos secretários se tornavam, no decorrer dos anos, meios mais expeditos (e centralizados) para a introdução de novas medidas e reformas.

O jurista Antônio Ribeiro dos Santos foi um dos principais teóricos deste fortalecimento político das Secretarias de Estado, na segunda metade do século XVIII. Preocupado com a abundância de medidas que eram promovidas por meio das ordens e avisos emitidos pelos secretários, Antônio Ribeiro dos Santos procurou defender a preeminência das leis e dos despachos firmados diretamente pelo monarca. Para este jurista, os avisos eram “simples mandados, mas não leis”⁵⁵. Podiam transmitir medidas e providências pontuais, mas não bastavam para substituir a autoridade do soberano:

⁵⁴ AHU. CU. 17, Cx. 48, D. 4813.

⁵⁵ SANTOS, Antônio Ribeiro dos. “Discursos vários jurídicos”. BNP/Res., Códice 4677. fl. 240.

Tudo o que não é visto, aprovado, e marcado com a própria assinatura e selo do Príncipe que são só os que anunciam por si mesmos que ele viu e aprovou o que se escreveu no Decreto, Alvará ou Carta não tem o caráter sagrado e sensível da Lei isto é da vontade Real e Publica do soberano⁵⁶.

Tratava-se de criticar a ascendência que alguns poucos ministros passavam a ter sobre a direção do conjunto do império português. Para Antônio Ribeiro dos Santos, a monarquia devia se guiar por suas próprias leis, e não pela vontade de um ou outro secretário. O contrário disto seria “um monstro na ordem política”, porque

1º. da ocasião a que o Ministro com o pretexto de que declara a vontade do Príncipe possa declarar a sua própria [e] possa ainda sem o querer meter palavras que escapem ou a afeição de seu coração ou ao ardor e energia de seu gênio [...]. 2º. dá ocasião a que a legislação perca uma parte da sua autoridade e força, porque posta em Avisos que saem imediatamente da mão do Ministro sem o testemunho autêntico do Príncipe não traz consigo os caracteres sensíveis da Lei e da ordem Legal. Confunde-se nela o soberano e o vassalo, o Legislador e o Ministro, por mais respeitável que ele seja⁵⁷.

Antes simples canais de comunicação com o monarca, os secretários passavam a atuar como dirigentes do império, definindo projetos e transmitindo ordens e instruções aos governos locais, por fora dos conselhos palatinos. É nessa articulação de medidas e reformas que se observa, afinal, o rompimento com as antigas práticas administrativas.

Façamos então uma breve digressão. A constituição de um sistema de conselhos em Lisboa e a retomada da realização das cortes estiveram entre as principais motivações para que os aclamadores de D. João IV defendessem a independência de Portugal em 1640. A legitimidade do novo reinado residia, em grande medida, na garantia dessas formas de representação. Segundo Antônio Manuel Hespanha, a chave para entender o imaginário político da Restauração não está, afinal, no incipiente nacionalismo (ainda que consideremos que este elemento tenha feito a sua parte), mas sim na defesa das instituições tradicionais do reino: na recuperação do “bom governo”. Uma Restauração que acomodasse melhor as insatisfeitas elites portuguesas (e os seus interesses) em maior proximidade à Coroa, à corte e aos prestigiados cargos palatinos⁵⁸.

⁵⁶ Ibidem. fl. 240.

⁵⁷ Ibidem. fl. 240-241.

⁵⁸ No período da União Ibérica, “a nobreza via dificultada a sua imediação ao monarca, era privada dos ofícios palatinos da inexistente corte de Lisboa e, ainda por cima, tinha de suportar a concorrência dos seus pares dos outros reinos da monarquia, sobretudo dos castelhanos, muito mais ricos e decorados com

Nessa perspectiva, ao acomodar os interesses oligárquicos, os conselhos passariam a apresentar um caráter ambíguo no que concerne a extensão das prerrogativas e poderes régios. Ao mesmo tempo em que colaboravam para o alargamento das capacidades da Coroa em gerir o seu império, os conselheiros do Rei se arrogavam de uma posição política privilegiada e passavam a exercer uma grande influência sobre as decisões e o destino do império. Segundo Pedro Cardim, o universo político deste período tinha como elemento estruturante justamente o governo presencial do monarca. Cabia à Coroa observar as consultas às instâncias representativas e colegiadas: os tribunais, conselhos e as cortes. O Rei devia ouvir os seus vassalos, mediar os conflitos e assegurar a justiça. Nisto devia consistir o seu bom governo⁵⁹.

As contradições deste sistema também foram sugeridas, sob outro viés, nos estudos de Raimundo Faoro a respeito da formação do Estado brasileiro. Em “Os Donos do Poder”, Faoro procurou destacar a oposição entre o “poder monocrático do Rei” e a “colegialidade” que se estruturou nos séculos XVI e XVII – sistema que acomodava a fidalguia nos diferentes conselhos palatinos. Segundo Faoro,

a colegialidade é exatamente o modo de evitar que o soberano, apoiado no seu aparelho monocrático, se acoste nos elementos não privilegiados, para estender seus poderes. Ganha a administração menor rapidez nas decisões, fria e muitas vezes dura impessoalidade, afastado o senhor supremo da devoção emotiva do povo, controlado por uma rede de impedimentos e tardanças, capazes de filtrar as pressões do estamento⁶⁰.

Diante do “feixe de conselhos” que se antepõe ao monarca, causa de alguns entraves e “tardanças” às resoluções da Coroa, Raimundo Faoro tratou de ressaltar que a direção régia e ministerial viu sua autoridade “dilacerar-se, com o esfriamento do tempo de ação”. Para Faoro, havia um golpe restritivo da colegialidade que, ao limitar, “em proveito de uma categoria social, a autoridade real e ministerial”, abriu “uma faixa de governo aos particulares e aos distantes e abandonados oficiais da Coroa”⁶¹.

títulos e grandezas por cá desconhecidos”. HESPANHA, Antônio Manuel. “As estruturas políticas em Portugal na época moderna”. In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001. p. 146.

⁵⁹ CARDIM, Pedro. **Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime**. Lisboa: Edições Cosmos, 1998. p. 22.

⁶⁰ FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder. Formação do patronato político brasileiro**. vol. 1. 10ª ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000. p. 202.

⁶¹ Ibidem. p. 205.

Mais recentemente, Pedro Cardim afirmou que a consulta às cortes “revestia-se de certos elementos limitadores do arbítrio e da capacidade de atuação do Rei e dos oficiais que o rodeavam, antes de mais porque a consulta a um grupo alargado fazia que o ritmo de decisão fosse necessariamente lento”⁶². Segundo Cardim, essa lentidão chegava a ser explorada pelos participantes das cortes, como uma forma de resistência ou de recusa a determinadas medidas régias⁶³. Alguns entraves e limitações que também poderiam ser verificados nos tribunais e nos demais órgãos consultivos.

Essas oposições entre a Coroa e os espaços colegiados tem sido um tema muito explorado por uma produção histórica recente, na qual se encontram pesquisadores como Pedro Cardim, José Subtil e Antônio Manuel Hespanha. Esses autores têm destacado as diferenças entre “o governo por conselhos e o governo por estruturas comissariais”, como as secretarias e as juntas *ad hoc*⁶⁴. Nesta perspectiva comparativa, além das cortes, os próprios conselhos e tribunais, “com atribuições determinadas por lei e garantidas por eficazes mecanismos jurídicos contra qualquer usurpação, mesmo por parte do Rei”⁶⁵, teriam atuado como organismos a parte da vontade régia, pautados por uma lógica administrativa bastante diferente da observada nos Estados modernos.

O traço distintivo do Antigo Regime, nesta perspectiva, seria a pluralidade de poderes e jurisdições. A Coroa atuaria, segundo o paradigma “jurisdicionalista”, como uma mediadora, espécie de árbitro responsável por reestabelecer o equilíbrio entre as partes. Ouvir os vassalos e manter o *status quo* constituía “não só um dever do monarca, mas também um direito de todas as entidades que constituíam o reino”. Preservar a justiça “definía em grande parte as expectativas que os vassalos tinham a respeito do Rei e do seu desempenho governativo”⁶⁶. Algo diferente do modelo “comissarial” das juntas e secretarias, identificadas a um paradigma “político” e “estadualista”, que favoreceria, por sua vez, a atuação transformadora e até mesmo autoritária da Coroa.

Essa estrita divisão de paradigmas minimiza, contudo, a capacidade de decisão do monarca. No que toca ao Conselho Ultramarino, é importante frisar que este sempre foi um órgão de apoio às decisões régias. Não se pode considerá-lo um simples poder paralelo, mais um “corpo” em meio a uma pluralidade de jurisdições, e olvidar a sua inegável subordinação ao Rei. As hierarquias são, ao menos neste caso, incontestáveis.

⁶² CARDIM, Pedro. **Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime**. Op. Cit. p. 27.

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ Cf. HESPANHA, Antônio M. “As estruturas políticas em Portugal na época moderna”. Op. Cit. p. 154; SUBTIL, José M. “Governo e administração”. In: MATTOSO, José (dir.). Op. Cit. pp. 141-173.

⁶⁵ HESPANHA, Antônio M. “As estruturas políticas em Portugal na época moderna”. Loc. Cit. p. 155.

⁶⁶ CARDIM, Pedro. Loc. Cit. p. 21.

A consulta não é propriamente um documento diplomático porque é um documento interno, sem fé em juízo, não saindo dos limites da administração. A *actio* que a consulta encerra não é mais do que uma proposição ou conselho, fundamentada nos pareceres. Não engendra direitos, nem obrigações; aporta ao Monarca elementos de juízo para que dele emane uma resolução⁶⁷.

Raimundo Faoro, apesar de ter apontado as oposições entre o monarca e os espaços colegiados, não deixou de enfatizar o precoce processo de centralização. Faoro reconheceu que não havia um Rei absoluto e solitário nas suas decisões, já que “ao seu lado se articula, limitando-lhe o arbítrio, uma armadura ministerial e, o que é mais importante, uma construção colegiada”⁶⁸. Porém, também destacou que o Conselho era um órgão de comando político, “criado para orientar a retomada do mundo colonial”⁶⁹.

Os conselhos régios não corroboravam a descentralização; antes, pelo contrário, dirigiam os interesses metropolitanos. “As conquistas e colônias”, para Faoro, “dão ênfase aos órgãos colegiados, preocupados os soberanos em coordenar e centralizar a administração e os negócios ultramarinos”⁷⁰. Os conselhos palatinos, servindo à Coroa, subordinavam-se, em última instância, “ao comando dos ministros régios”⁷¹.

Diante das limitações colocadas à Coroa pelos órgãos colegiados, a emergência de secretarias, intendências e juntas *ad hoc*, pode até ser compreendida como parte do desenvolvimento de uma administração mais centralizada. Mas a “armadura ministerial” do Conselho Ultramarino nunca esteve contraposta aos objetivos gerais da Coroa.

A Secretaria do Ultramar, claro, aprofundou a centralização e verticalização das tomadas de decisão. O exemplo das demais potências europeias, assim como a renovada percepção da urgência de reformas, alçou essa repartição à posição de *locus* privilegiado para a articulação das principais políticas para o espaço colonial. Políticas e medidas que passaram a ser encaminhadas de forma mais circunscrita, autoritária e expedita, por fora do Conselho Ultramarino. Uma mudança que já se anunciava, nos primeiros anos do reinado de D. José, com a reforma do método de tributação das minas (1750-51).

É preciso ponderar, no entanto, que o protagonismo das Secretarias de Estado, em detrimento dos diferentes conselhos palatinos, embora associado ao auge do poderio monárquico, não elide a prévia autoridade e capacidade de decisão dos monarcas.

⁶⁷ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. “Estudo diplomático da Consulta do Conselho Ultramarino de 22 de maio de 1751, relativa ao regimento das Casas de Fundação das Minas”. Op. Cit. p. 289.

⁶⁸ FAORO, Raimundo. Op. Cit. p. 200.

⁶⁹ Idem. p. 171.

⁷⁰ Idem. p. 203.

⁷¹ Idem.

Capítulo 8.

A correspondência com oficiais e governadores

A correspondência com os oficiais e governadores do império constitui, sem dúvida, a maior (e mais importante) parte da documentação referente à Secretaria do Ultramar ao longo do reinado de D. José. A partir desta correspondência é possível observar, em linhas gerais, as prioridades políticas e econômicas da Coroa em relação ao seu império. O Secretário do Ultramar colhia, por exemplo, informações sobre o estado das capitanias e fornecia, em resposta, ordens e orientações para a administração colonial. Dessa forma, o secretário e os governadores se mantinham conectados, dos dois lados do Atlântico, pela contínua troca de ofícios, avisos e informações.

Nas diferentes capitanias do Brasil, os governadores figuravam normalmente como a maior autoridade dentro da hierarquia política colonial e constituíam o principal elo administrativo da colônia com a metrópole⁷². Além das antigas capitanias da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, a descobertas das minas levaram à criação de governos nas capitanias de Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás. A administração da capitania de São Paulo esteve, desde 1748, vinculada a do Rio de Janeiro, e somente a partir de 1765 voltou a ter um governo próprio. Rio Negro, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro, por sua vez, foram administradas como capitanias subordinadas e, muitas vezes, submetidas à autoridade de governadores das capitanias principais (não necessariamente o Vice-Rei). O Estado do Grão Pará e Maranhão, como entidade autônoma, só veio a ser unificado com o restante do Estado do Brasil em 1774. Um arranjo hierárquico que contribuía, aliás, para a contenção dos poderes e prerrogativas do governador geral (Vice-Rei após 1720), que via a sua autoridade mais restrita ao seu próprio espaço de governo⁷³.

Como podemos notar, a administração das capitanias variava conforme o caso. Os governadores normalmente eram designados para períodos curtos de governo, três

⁷² Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Op. Cit. p. 304; SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. Op. Cit. p. 66; FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro**. Op. Cit. p. 206.

⁷³ ALDEN, Dauril. **Royal Government in Colonial Brasil**. With Special Reference to the Administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1968. pp. 39-42.

ou quatro anos, mas era muito comum que servissem por muito mais tempo. Podemos até encontrar casos de governadores que serviram por mais de uma década na colônia⁷⁴.

Como já apontaram diversos historiadores, a atuação desses governadores era, em grande medida, militar. Os governadores administravam as tropas, tanto as de sua capitania como as das subordinadas, de modo a proteger os portos e as fronteiras do território, debelar os conflitos e as revoltas, e garantir, enfim, a manutenção do patrimônio colonial. “Nesta qualidade de militar”, dizia Caio Prado Júnior, “o governador é grandemente absorvido pelas suas funções, a que deve dedicar o melhor das suas atenções”. Por outro lado, ao que pese o forte caráter militar, os governadores não deixaram de ser reconhecidos como a “cabeça de toda administração em geral”⁷⁵.

No Rio de Janeiro e na Bahia, os governadores presidiam as Relações, o que lhes também permitia intervir e fiscalizar as atividades dos desembargadores⁷⁶. Além disso, acumulavam, via de regra, funções que diziam respeito às esferas da administração econômica e fiscal da colônia. Em primeiro lugar, os governadores desempenhavam uma importante função no combate aos contrabandos e “descaminhos”, compartilhando responsabilidades com outros oficiais no que toca à obrigação de assegurar as rendas e os ganhos fiscais da Coroa. Do mesmo modo, os governadores eram responsáveis por transmitir informações sobre o estado do comércio, da produção e das frotas, além de gerir os gastos com as tropas e as fortificações da colônia. Não era raro, também, que dessem o seu parecer à Coroa sobre a atribuição de mercês aos oficiais locais⁷⁷.

No mais, os governadores passaram a articular verdadeiras políticas de fomento agrícola na América. Dauril Alden destaca que, no século XVIII, os Vice-Reis e os governadores passaram a se envolver ainda mais diretamente com a administração fiscal e os incentivos agrícolas do que os seus antecessores. Isto teria ocorrido, em alguma medida, devido à necessidade prática de levantar recursos para que a Coroa pudesse arcar com os gastos militares e, assim, promover a defesa do território⁷⁸. Não obstante,

⁷⁴ Cf. Ibidem.

⁷⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. “Administração”. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Op. Cit. p. 305.

⁷⁶ SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e meirinhos**. Op. Cit. pp. 77-82.

⁷⁷ “Como seria de esperar, a opinião do governador equivalia a um filtro importante. Não só apreciava a veracidade dos desempenhos, como frequentemente fazia a adequação entre a categoria social do indivíduo e as suas aspirações, passadas a escrito na petição que apresentara”. OLIVAL, Fernanda. “Mercês, serviços e circuitos documentais no Império Português”. In: SANTOS, Maria E. M.; LOBATO, Manuel (coord). **O Domínio da Distância: comunicação e cartografia**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2006. p. 68. Sobre a concessão de honras e mercês, em troca de serviços prestados à Coroa no ultramar, ver também: RICUPERO, Rodrigo. “Honras e Mercês”. **A formação da elite colonial: Brasil c. 1530 – c. 1630**. Op. Cit. pp. 33-89.

⁷⁸ ALDEN, Dauril. Op. Cit. p. 43.

também é possível observar a promoção de novos projetos, incentivados pelas ordens e orientações das Secretarias de Estado. Além da preocupação com a fiscalização dos descaminhos e contrabandos, ampliada pela descoberta das minas de ouro e diamantes, passará a despontar, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII, a preocupação com a qualidade e a diversificação da produção dos gêneros coloniais⁷⁹.

Dessa forma, procuramos centrar a nossa análise na correspondência com os governadores, não só pela relevância dos assuntos abordados em seus ofícios, como também por considerarmos estes oficiais um elo central na mediação e execução das políticas metropolitanas. Como afirmou Marcos Carneiro de Mendonça, o conjunto dos regimentos e instruções que eram remetidos aos governadores, e também os relatórios organizados por estes governantes que aqui estavam, constituem a “espinha mestra, ou se quiserem, a linha mestra do pensamento da Metrópole, em relação ao Brasil”⁸⁰. Esse passava a ser, em suma, o teor dos ofícios trocados entre governadores e secretários.

Há ainda que se considerar, evidentemente, os demais órgãos e autoridades da colônia, que muitas vezes funcionavam como contrapesos à autoridade do governador: bispos, magistrados, militares e vários outros agentes que também figuraram nos ofícios da Secretaria do Ultramar ao longo do século XVIII – especialmente os intendentess.

Segundo Caio Prado Junior, os intendentess prestavam contas diretamente ao governo da metrópole⁸¹. Estabelecidos em cada uma das capitanias mineradoras, cabia aos intendentess executar os regimentos das minas, fiscalizar os descaminhos do ouro, cobrar o quinto, superintender o serviço das casas de fundição e resolver pleitos entre os mineradores. Os intendentess mantinham correspondência com os secretários da Coroa e, pela importância de seus serviços, também serão objeto de análise no presente capítulo.

8.1. Os ofícios do Secretário do Ultramar

Diferentemente de Antônio Guedes Pereira, no estudo de Diogo de Mendonça já dispomos do registro de diversos ofícios firmados pelo próprio ministro, que nos permitem melhor avaliar a sua atuação política e institucional. Só no que diz respeito aos documentos avulsos do Rio de Janeiro (AHU), encontramos mais de 80 cartas deste

⁷⁹ Cf. ARRUDA, José Jobson A. “Decadência ou Crise do Império Luso-brasileiro...”. Op. Cit.

⁸⁰ MENDONÇA, Marcos Carneiro de. “O pensamento da metrópole em relação ao Brasil”. **RIHGB**, vol. CCLVII, outubro-dezembro, 1962. p. 44.

⁸¹ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Op. Cit. pp. 173-174.

secretário. Nos documentos avulsos relativos à Bahia, cerca de 50. No mais, além dos documentos avulsos das outras capitanias, há também que considera os ofícios registrados nas centenas de páginas dos códices do Arquivo Histórico Ultramarino.

É verdade que, no caso de Diogo de Mendonça, a documentação de que dispomos ainda é menor do que aquela que encontramos para os seus sucessores, como Francisco Xavier de Mendonça e Martinho de Melo e Castro. Não obstante, já se trata de material suficiente para analisarmos a atuação diretiva da Secretaria do Ultramar.

Também é verdade que já nos primeiros anos da administração de D. José, Sebastião José de Carvalho remetia ofícios ao ultramar para tratar de assuntos militares e de divisão de fronteiras, entre outras questões. De todo modo, também é certo que o canal regular da correspondência estabelecida entre a Coroa e os governadores coloniais passava por Diogo de Mendonça e a sua repartição dos negócios ultramarinos.

Em linhas gerais, Diogo de Mendonça, enquanto ministro do ultramar, passou a orientar a arrecadação das minas de ouro, a advertir a possível realização da derrama, além de orientar a execução de diligências e vigílias para que fossem evitados os contrabandos – isto apenas para citarmos alguns exemplos de sua atuação, centrada na extração de rendas para a Coroa e na conservação dos liames do sistema colonial.

De fato, na correspondência mantida com os governadores é possível observar uma grande diversidade de ações promovidas pelo ministro. Diogo de Mendonça dirigia os mais diferentes assuntos: apontava a necessidade de remessas de madeiras ao reino, para a construção e reparos das naus⁸²; orientava os governadores a promover e auxiliar diligências para a busca e extração de salitre⁸³; além de instruir uma série de medidas pontuais, tais como o abastecimento de farinha e alimentos na ilha de Santa Catarina⁸⁴.

Em meio a essa grande diversidade de ofícios, é possível identificar, no entanto, algumas das preocupações e medidas centrais para a Coroa. Em primeiro lugar, o Secretário do Ultramar representava os interesses régios em relação à arrecadação dos quintos. Em uma “carta secretíssima” de 21 de março de 1751, Diogo de Mendonça procurava instruir o governador Gomes Freire de Andrade acerca da necessidade de advertir os mineiros de Vila Rica, Sabará, Rio das Mortes e Serro Frio para que estes cumprissem a quota de cem arrobas anuais, sob a ameaça da realização da derrama⁸⁵. Informava-o também que pela “Real Bondade” de Sua Majestade fora permitido, no

⁸² Cf. AHU. CU. 05, Cx. 112, D. 8770; CU. 17, Cx. 47, D. 4751.

⁸³ Cf. AHU. CU. 05, Cx. 123, D. 9581 e Cx. 127, D. 9928.

⁸⁴ Cf. AHU. CU. 17, Cx. 43, D. 4459.

⁸⁵ AHU. CU. 17, Cx. 44, D. 4485.

eventual caso dos mineiros não conseguirem cumprir a sua quota no primeiro ano deste novo sistema de tributação, poderiam satisfazê-la no próximo ano, “em que os trabalhos poderão estar adiantados”. Quanto às outras “partes” onde houvesse mineração, que não as quatro comarcas antes citadas, “se cobrarão os quintos pelo que render”. E só depois do primeiro ano, em vistas do rendimento anterior, passaria o governador,

por pessoas da sua confiança, [a] introduzir práticas, para que peçam os moradores das outras comarcas o encabeçamento na forma (quanto ao método) das quatro já encabeçadas, e com as proposições que eles fizerem, e diligência que V. S.^a fizer, a proporção do rendimento disputará a oferta, a qual dirá V. S.^a que não pode aceitar, mas sim propô-la a Sua Majestade; e dará conta V. S.^a ao mesmo Senhor, por esta secretaria, tomando as informações necessárias e interpondo o seu parecer⁸⁶.

Além disso, o secretário transmitia orientações, por meio desta mesma carta, sobre algumas providências que deveriam ser tomadas para se obter maior controle dos caminhos que levavam às minas, de modo a evitar os contrabandos. Dizia, por exemplo, que o Rei havia ordenado que nas intendências se mantivessem “livros com os nomes das pessoas que vão comerciar nas Minas”⁸⁷, para que assim se fiscalizassem os homens, fazendas e cabedais que circulavam pela capitania. Pedia, ainda, que estas mesmas orientações fossem transmitidas aos governadores de Goiás e Mato Grosso.

Essa e várias outras cartas vieram a complementar as instruções que haviam sido encaminhadas aos intendentess pelo próprio Diogo de Mendonça em dezembro de 1750, por ocasião da publicação da “lei novíssima”, que substituiu o método da capitação pela cota de 100 arrobas⁸⁸. Atesta-se, mais uma vez, portanto, o papel central da Secretaria do Ultramar, ao articular a modificação do sistema de tributação das minas.

Os “descaminhos” também eram observados pelo secretário, que se comunicava com os oficiais da colônia sobre as medidas tomadas para impedir esses delitos. No ofício de 4 de agosto de 1752 (minuta), ao governador interino do Rio de Janeiro, Mathias Coelho, dizia “que pela parte que lhe toca não se há de descuidar em pôr todo o cuidado em que se evitem os descaminhos do ouro, e que há de nomear oficiais de quem faça toda a confiança para as guardas”⁸⁹. Segundo a minuta de 1º de dezembro de 1752, também procurava informar ao intendente-geral do Rio de Janeiro, João Alves Simões,

⁸⁶ Ibidem.

⁸⁷ Ibidem.

⁸⁸ Cf. AHU. Projeto Resgate. Códice 499, Rolo 232. fl.4v e segs.

⁸⁹ AHU. CU. 17, Cx. 45, D. 4600.

que o Rei estava satisfeito com as medidas que haviam sido tomadas para impedir os extravios, reforçando que era preciso manter toda a atenção com as gentes das minas⁹⁰.

A fiscalização se estendia, aliás, a outros gêneros, que não apenas o ouro e os diamantes. De acordo com as minutas de 1º de junho de 1753, o ministro transmitiu ordens ao governador interino, Mathias Coelho, e ao chanceler da Relação do Rio de Janeiro, João Pacheco, para a realização de buscas rigorosas às cargas que chegariam pelos navios da frota⁹¹. “À Sua Majestade foi presente que nesta frota vão muitas fazendas assim de contrabando e sem selo, como das proibidas na pragmática, e pela pressa com que sai se não deu busca neste porto [de Lisboa]”. O ministro afirmava que os gêneros deveriam ser descarregados por guardas de “boa cautela” e levados à alfândega para averiguação. “E que depois de descarregada toda a frota, depute Vossa Excelência duas pessoas de provada confiança e experiência que continuamente assistam com os oficiais da Alfândega ao tempo que se abrirem todas as fazendas”⁹².

Em face dos descaminhos e contrabandos, o Secretário do Ultramar chegou a projetar medidas que integravam o conjunto do império português no Atlântico. É o que se vê no caso do tráfico na Costa da Guiné. Em virtude dos “roubos” e “violências” praticados pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, que obrigavam os navios que saíam dos portos do Brasil a pagar uma “indevida” taxa de dez por cento no Forte de São Jorge da Mina, o secretário elaborou instruções para o Vice-Rei, D. Marcos de Noronha, por meio de um ofício (minuta) de 6 de setembro de 1755, para que este governante reunisse meios para enviar uma fragata de guerra (todos os anos) em direção a costa africana. Forma de protegê-los dos holandeses, mas também de vigiar os contrabandos de ouro e tabaco que eram feitos pelos navios brasileiros⁹³.

Aliás, para além dos cuidados com os “descaminhos”, também despontavam nas cartas de Diogo de Mendonça diversos temas militares, tais como o estabelecimento dos limites com a América espanhola. Apesar de Sebastião José também ter se destacado na supervisão dos trabalhos de demarcação, podemos observar que o ministro do ultramar procurou manter-se informado e, do mesmo modo, tomar parte neste processo.

Diogo de Mendonça trocava muitas cartas com Gomes Freire de Andrade acerca do andamento de suas negociações com jesuítas e espanhóis. O secretário comentava as

⁹⁰ AHU. CU. 17, Cx. 45, D. 4621.

⁹¹ AHU. CU. 17, Cx. 46, D. 4713 e 4714.

⁹² Ibidem.

⁹³ AHU. CU. 05, Cx. 126, D. 9817.

ações do governador e lhe transmitia as novidades da corte. É o que se observa, por exemplo, na carta de 10 de fevereiro de 1756, onde o secretário afirmava que

o fim do dito Tratado [de Madri], na minha opinião era fazerem-se os castelhanos senhores da Colônia dando por equivalente o que sabiam que nunca havíamos de possuir, que são as Aldeias. [...] O meu parecer sobre esta matéria ultimamente foi que Sua Majestade fizesse diligência com sua irmã e cunhado para que se acabasse esta conquista e que cada um ficasse com o que possuía, visto ter-se conseguido o fim mais essencial no Tratado que era a demarcação, e evitar com uma guerra na conquista das Aldeias, as mortes de tantas almas inocentes ⁹⁴.

Diogo de Mendonça ainda afirmava que esta última proposta fora, de fato, a que se encaminhara ao Rei espanhol. Este monarca, entretanto, teria sido dissuadido pelo ministério de Madri, que lhe teria convencido “que não convinha à sua autoridade abandonar aquela conquista”. Para o Secretário do Ultramar, estes acontecimentos apenas provavam, então, “a má fé da corte de Madri e a negociação dos jesuítas para ver se por algum modo ficamos sem a Colônia, e se podem arruinar as nossas forças”⁹⁵.

E não só com Gomes Freire de Andrade o secretário vinha a comunicar-se sobre as políticas para as áreas fronteiriças. No caso do Pará, Diogo de Mendonça mantinha uma rica correspondência com o governador Francisco Xavier de Mendonça. É o próprio Secretário do Ultramar quem assina, junto ao Rei, as instruções de governo para este território, em 31 de maio de 1751⁹⁶. No caso de Mato Grosso, o secretário também se correspondia com Antônio Rolim de Moura e tratava de lembrá-lo, como no ano de 1751, que “uma das conveniências, mais essenciais que esta Coroa pode ter no estabelecimento desse governo é em fazer-se dele uma barreira [com os espanhóis]”⁹⁷.

Há muitas outras intervenções pontuais. Quando havia dificuldades para o pagamento das tropas, por exemplo, o secretário procurava instruir as medidas cabíveis. No ofício de 3 de março de 1755, ao governador do Maranhão, Gonçalo Pereira Lobato, o secretário informou que Sua Majestade ordenava que “do Pará se mande remeter algum dinheiro para o pagamento dessas tropas, do que vai nesta ocasião visto se achar o rendimento dessa Provedoria da Fazenda tão falta de meios”. Diogo de Mendonça

⁹⁴ AHU. CU. 17, Cx. 50, D. 4989.

⁹⁵ Ibidem.

⁹⁶ Cf. MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina. Correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 1751-1759.** Tomo 1. 2ª ed. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005. pp. 67-80.

⁹⁷ AHU. CU. 10, Cx. 6, D. 375.

também orientou o governador a procurar descobrir os motivos que teriam levado àquela falta de recursos e, não obstante, afirmava: “espero que se tenham feito algumas cobranças com que se possam ir satisfazendo [...] as tropas”⁹⁸. Além disso, dizia ainda esperar que o provedor lhe remetesse “um mapa dos rendimentos que hoje tem a Fazenda Real, e das despesas que é obrigada a fazer anualmente, para se poder regular a remessa de cabedal que se há de fazer para inteira satisfação”⁹⁹.

Algo semelhante se observava na administração de Pernambuco. Nas instruções de governo para Luís Diogo Lobo da Silva, de 21 de novembro de 1755, o secretário destacou a necessidade de examinar “os meios que há para pagarem as dívidas” da fazenda real e de recensear “as contas dos tesoureiros e almoxarifes todos os anos”¹⁰⁰. Mesmo antes disso, nos primeiros anos do reinado de D. José, o secretário já havia mostrado grande preocupação com o “lamentável estado a que se tem reduzido esta capitania”, devido a sua falta de recursos. A princípio, o secretário tratou de comunicar o então governador, Luís Correia de Sá, sobre o envio de moedas provinciais, pelas quais esperava que se fizesse o pagamento dos soldos e das madeiras destinadas à ribeira das Naus, que então estavam pendentes¹⁰¹. No entanto, na medida em que os déficits tomaram vulto, outras medidas emergenciais se fizeram necessárias.

No ofício de 4 de dezembro de 1754, Diogo de Mendonça tratou de comentar uma medida circunstancial que havia sido tomada pelo governador de Pernambuco. Luís Correia de Sá havia, afinal, retido “alguma parte do dinheiro que se remetia de Angola das sobras dos contratos que se costumam ir a essa Provedoria para se remeterem ao Conselho Ultramarino”, com o objetivo de solver algumas das dívidas mais urgentes da capitania. Diante do sequestro de tal recurso, o secretário comunicou, em resposta, que

foi o mesmo Senhor [o Rei] servido aprovar por esta vez somente esta aplicação que V. S.^a fez deste dinheiro [...] mas que não fique em exemplo para outras ocasiões porque não é justo que se alterem as combinações sem expressa ordem do mesmo Senhor¹⁰².

Em seguida, o secretário o recordou da devassa que havia sido tirada em relação aos “descaminhos” da provedoria de Pernambuco. Em razão de um visível descontrole,

⁹⁸ AHU. CU. 09, Cx. 35, D. 3513.

⁹⁹ Ibidem.

¹⁰⁰ AHU. Projeto Resgate. Códice 582, Rolo 33. fl. 32-34v.

¹⁰¹ Ofícios para o governador de Pernambuco de 30 de novembro de 1752 e de 12 de setembro de 1753. Cf. AHU. Projeto Resgate. Códice 582, Rolo 33. fl. 1-2 e 4v-5.

¹⁰² AHU. Projeto Resgate. Códice 582, Rolo 33. fl. 23-23v.

orientou que quando o dito governador houvesse de realizar o pagamento das topas, o mandasse “fazer publicamente e com a assistência de pessoas de toda a confiança, que vejam receber os pagamentos que se fazem”, de modo a evitar quaisquer desvios.

Em suma, diante das dificuldades, o governador prestava contas das decisões que havia tomado *in loco*. Em resposta, o secretário comunicava as aprovações ou reprovações do monarca, orientando o governador sobre o que deveria ser feito a seguir.

Mas ainda há mais a ser visto. A preocupação com tropas, recursos e fronteiras era também acompanhada pelos esforços da Secretaria do Ultramar para conhecer e mapear o espaço colonial. Em 13 de junho de 1756, Diogo de Mendonça redigiu um ofício ao Vice-Rei do Brasil, D. Marcos de Noronha, para que se encarregasse os ouvidores das comarcas “desse Estado” de realizar uma relação de todos os lugares e povoações de seu distrito, com os respectivos nomes e as distâncias que existiam de umas as outras¹⁰³. O mesmo foi solicitado em relação aos rios, para os quais se pedia, inclusive, a indicação de seus locais de nascimento e quais eram mais navegáveis. Segundo Diogo de Mendonça, todas essas notícias topográficas eram necessárias “para se poder formar uma carta geral de todo o Brasil”, com individuação das terras estabelecidas nos sertões. Uma diligência que deveria ser cumprida com a maior brevidade possível. Assim, para mapear o espaço colonial, o secretário também encaminhou solicitações semelhantes ao Arcebispo da Bahia e aos Bispos de Mariana, São Paulo e Rio de Janeiro (para contar com a ajuda dos vigários), bem como aos governadores de Goiás e Rio de Janeiro¹⁰⁴.

Os esforços metropolitanos eram muito diversos. Já tivemos a oportunidade de mencionar que a observação das potencialidades naturais da colônia, em uma perspectiva mercantilista para angariar novos ramos de agricultura e comércio, também despontavam nos ofícios de Diogo de Mendonça. Aprofundemo-nos nesta questão.

O linho e o pinhão foram dois dos gêneros mais incentivados pelo secretário. A correspondência com Gomes Freire de Andrade nos revela, de fato, um grande interesse nestes cultivos. Observe-se, por exemplo, o ofício de 1º de dezembro de 1750, em que o secretário, além de comunicar o envio de um engenho de descascar arroz, “para que haja mais este gênero em utilidade dos vassallos de Sua Majestade”, também informa que

Quanto à sementeira do linho cânhamo e pinhões, na presente frota não se podem remeter estas duas sementes, mas farei toda a diligência para que possam ir no segundo

¹⁰³ AHU. CU. 35, Cx. 4, D. 334.

¹⁰⁴ AHU. CU. 03, Cx. 15, D. 1132, 1133, 1134 e 1135; AHU. CU. 17, Cx. 50, D. 5049 e 5050.

comboio, porque será de grande utilidade que se possa conseguir a cultura destas duas plantas, e Vossa Senhoria avisará da progressão das sementeiras já feitas¹⁰⁵.

Posteriormente, em 4 de janeiro de 1753, Diogo de Mendonça recomendou que Gomes Freire de Andrade não prosseguisse com a cultura do linho e afirmou que já tinha avisado ao Vice-Rei do Brasil “que se não continue nesta cultura; porque é melhor que vão as teias deste pano feitas no Reino, e não é tão pequeno este objeto do nosso comércio”¹⁰⁶. Mas os incentivos não se interromperam ao todo e o secretário continuou, adiante, a se comunicar com D. Marcos de Noronha sobre a produção deste gênero.

Diogo de Mendonça dizia, em 22 de março de 1756, que havia “recomendado que se busque sementes de linho cânhamo para remeter a Vossa Excelência”¹⁰⁷. Em troca, o secretário pedia ao Vice-Rei o envio de relatórios e amostras da sua produção. Uma forma de “cobrança” que já se observava no ofício de 26 de janeiro de 1755:

Deu conta por esta Secretaria de Estado o conde de Atouguia, antecessor de Vossa Excelência, em carta de 25 de junho do ano passado, de que tinha mandado semear linho cânhamo por Manoel Álvares de Moraes. É Sua Majestade servida que Vossa Excelência mande procurar o dito Manoel Álvares de Moraes e que se informe dele da produção desta sementeira, de que Vossa Excelência dará conta remetendo as amostras em linho e em erva seca, sem ser beneficiada¹⁰⁸.

Neste mesmo ofício ainda é mencionada a sua preocupação com o cultivo das amoreiras e bichos da seda. O secretário chega até mesmo a utilizar a palavra “projeto”:

É o mesmo Senhor servido que vm. se informe do estado, e produção das amoreiras brancas, e criação dos bichos de seda, por me avisar o antecessor de Vossa Excelência que tinha encarregado esta cultura e criação ao Coronel Lourenço Monteiro, para que na sua roça se estabelecesse este projeto com as amoreiras que eu daqui lhe remeti¹⁰⁹.

A Secretaria do Ultramar, é importante frisar, começava a se destacar como um *locus* privilegiado para a promoção de incentivos à produção colonial, através de sua comunicação direta com os governadores. Devemos reconhecer, evidentemente, que

¹⁰⁵ AHU. Projeto Resgate. Códice 499, Rolo 232. fl. 1-2.

¹⁰⁶ Ibidem. fl. 22v.

¹⁰⁷ AHU. CU. 05, Cx. 127, D. 9928.

¹⁰⁸ AHU. CU. 05, Cx. 123, D. 9582.

¹⁰⁹ Ibidem.

uma atuação mais consistente a favor da diversificação dos gêneros coloniais só passou a se exercida mais adiante, no último quarto do século XVIII, ao longo dos ministérios de Martinho de Melo e Castro e de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Mas o que já podemos vislumbrar a partir do ministério de Diogo de Mendonça, afinal, é o modo como vinha a operar a Secretaria do Ultramar, que então despontava na articulação das políticas régias. Ao que pese uma possível (mas nem sempre provada) influência de Sebastião José de Carvalho sobre as políticas para os domínios ultramarinos, nos primeiros anos do reinado de D. José, a valiosa atuação institucional do Secretário do Ultramar não pode ser ignorada. Deve-se observar, afinal, o papel diretivo que esta repartição, em sua constante comunicação com os governadores e oficiais da colônia, já começava a desempenhar sob o ministério de Diogo de Mendonça Corte Real.

E não só na comunicação com agentes espalhados pelo império que este ministro vinha a representar a Coroa. Além da documentação constante no Arquivo Histórico Ultramarino, há muitas outras fontes a serem consideradas. Entre os chamados “Papéis de Diogo de Mendonça Corte Real”¹¹⁰, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, foi possível identificar alguns exemplos significativos da correspondência que era mantida pelo Secretário do Ultramar com diversos oficiais na própria corte. É o caso, por exemplo, da correspondência com o Duque de Lafões, D. Pedro Henrique de Bragança, que costumava remeter a Diogo de Mendonça diversas informações a respeito dos presos que eram enviados para a Índia; sobre a situação das cadeias no reino; sobre os custos e procedimentos tomados nas obras do sítio da Ajuda e na cadeia nova do Limoeiro; entre muitos outros assuntos relativos ao governo de Sua Majestade¹¹¹.

Diogo de Mendonça, para além da administração ultramarina, também cuidava de “supervisionar” diferentes obras da Coroa, como os reparos no Convento de Nossa Senhora da Esperança e as reformas no Paço Real de Alcântara. Com efeito, o ministro aparece como o interlocutor de diversas cartas do arquiteto Carlos Mardel e de D. Henrique Francisco da Costa, provedor das obras dos paços reais¹¹², bem como dos oficiais empregados nas obras do Aqueduto das Águas Livres. Em meio aos “Papéis de Diogo de Mendonça” encontram-se, por exemplo, os ofícios de João Inácio Dantas Pereira, de 6 de agosto e de 24 de setembro de 1755, dando conta ao secretário dos

¹¹⁰ Trata-se de uma documentação bastante diversa (correspondência com oficiais, autoridades religiosas, diplomatas e outras instâncias). Seria interessante saber o porquê de estes papéis terem sido alocados no fundo do “Conselho de Guerra”. Seria, talvez, porque Diogo de Mendonça fora preso e os seus papéis apreendidos, no ano de 1756, por Luís da Cunha Manuel, Secretário dos Negócios Estrangeiros e Guerra?

¹¹¹ ANTT. Conselho de Guerra. Papéis de Diogo de Mendonça Corte Real, Maço 248. Caixa 925 e 926.

¹¹² Idem. Maço 250. Caixa 930.

procedimentos para a aquisição de um conjunto de cinco casas que deveriam ser demolidas para a construção de um chafariz no sítio das “Portas de Santa Catarina”¹¹³.

Também é possível observar a sua correspondência com o Provedor da Casa da Índia e da Mina, Bernardo de Almada Castro e Noronha, a respeito da manutenção dos armazéns de Lisboa, da chegada de embarcações e do recebimento de produtos (como o salitre e a pimenta)¹¹⁴. Na carta de 12 de março de 1755, por exemplo, o provedor pedia orientações ao Secretário do Ultramar acerca das medidas de fiscalização que deveriam ser tomadas para que se evitassem confusões e descaminhos no descarregamento de uma fragata do Rio de Janeiro. Bernardo de Almada desejava saber quantos guardas deveria empregar nesta diligência e por onde se havia de pagar o trabalho: “o que Vossa Excelência porá na presença de Sua Majestade para ordenar o que devo obrar”¹¹⁵.

8.2. As notícias e ofícios da colônia

O cumprimento dos diferentes desígnios régios dependia, todavia, da colaboração dos agentes alocados na colônia. Para podermos compreender o papel desempenhado por esta via de comunicação entre secretaria e oficiais, nos deparamos então com um problema de difícil solução: a caracterização de governadores e oficiais como cúmplices das elites e interesses locais. As dúbias relações entre centro e periferia são expressas no que Stuart Schwartz chamou de “abrasileiramento da burocracia”. Segundo Schwartz, “burocracia e sociedade, no Brasil, formavam dois sistemas de organização que se entrelaçavam”. Na superfície, a administração metropolitana impunha relações verticais com os seus oficiais e servia “de esqueleto básico para o governo imperial”, procurando atar a administração da colônia à Coroa de Portugal. “Como no desenho de um livro de textos médicos, contudo, a pele da estrutura formal do governo podia ser levantada para revelar um complexo sistema de veias e nervos criado pelos relacionamentos primários interpessoais baseados em parentesco, amizade, apadrinhamento e suborno”¹¹⁶.

Nas últimas décadas, uma nova voga de estudos sobre a administração colonial passou a ressaltar a força política das elites locais e a enfatizar a dimensão “negociada”

¹¹³ Ibidem.

¹¹⁴ Idem. Maço 248. Caixa 925.

¹¹⁵ Ibidem.

¹¹⁶ SCHWARTZ, Stuart. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial. A Suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609-1751**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979. pp. 292-295.

dos impérios coloniais. Um olhar sobre as autonomias e perante as metrópoles. Particularmente os estudos de Jack Greene, segundo os quais os impérios da Época Moderna se caracterizavam por uma estrutura administrativa mais descentralizada e “frouxa”¹¹⁷, tem exercido grande influência em toda uma nova geração de pesquisas.

O problema das autonomias coloniais reverberou, de diferentes maneiras, na historiografia luso-brasileira. Antônio Manuel Hespanha, inclinado a ressaltar o aspecto corporativo e descentralizado da administração portuguesa, procurou também acentuar o caráter “centrífugo” da administração colonial. Segundo Hespanha, a “margem de centralização é ainda mais desajustada quando aplicada ao império ultramarino”¹¹⁸. Isto porque os governadores, segundo o autor, teriam a capacidade de anular, distorcer ou mesmo “fazer seus” os poderes que recebiam de cima. Com base nas doutrinas jurídicas do Antigo Regime, Hespanha afirma que os governadores gozavam de um “poder extraordinário”. Estes oficiais poderiam derrogar as leis e desobedecer aos regimentos que lhes eram outorgados, sempre que uma dada circunstância ou “avaliação pontual” assim o justificasse. “Daí que”, diz Hespanha, “apesar do estilo altamente detalhado das cláusulas regimentais e da obrigação de, para certos casos, consultarem o Rei ou o Conselho Ultramarino, os Vice-Reis e governadores gozavam, de fato, de uma grande autonomia”¹¹⁹. Essa descentralização ainda seria estimulada pelo próprio caráter da administração ultramarina: os governadores atuavam em um “mundo estranho” e não balizado; estavam isolados do poder central por longas viagens e, muitas vezes, deliberavam sobre assuntos prementes sem receber qualquer orientação¹²⁰.

Entre os historiadores brasileiros, essas relações de cumplicidade entre governo e sociedade colonial tem se descortinado em um amplo debate. João Fragoso e Manolo Florentino, na obra “O Arcaísmo como Projeto”, procuraram criticar a ênfase sobre o

¹¹⁷ “Throughout the early modern era, what might be called the centrifugal forces of imperial construction had repeatedly prevented metropolitan states from bringing the many transatlantic polities established in and across the Atlantic under levels of supervision that would enable them to realize what Smith called ‘this Golden dream of empire’. The fragmented and loose character of these polities did not conform to metropolitan visions of imperial organization, and the resulting disparity between structure and theory stimulated periodic demands on the part of metropolitan agents and exponents for redefinition and reconstruction of empire”. GREENE, Jack. “Transatlantic Colonization and the Redefinition of Empire in the Early Modern Era. The British-American Experience”. In: DANIELS, C.; KENNEDY, M. V. (ed.). **Negotiated Empires: Centers and Peripheries in the Americas, 1500-1820**. New York; London: Routledge, 2002. p. 267.

¹¹⁸ HESPANHA, Antônio Manuel. “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”. In: BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos a dinâmica imperial portuguesa: (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. p. 167.

¹¹⁹ Idem. “As estruturas políticas em Portugal na Época Moderna”. In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001. p. 133.

¹²⁰ Ibidem. pp. 133-134.

caráter exógeno da formação colonial e destacar o crescimento do mercado interno¹²¹. Segundo estes autores, os interesses do capital residente acabavam por afrouxar os laços do pacto colonial. Destacaram, como exemplo, que já em meados do século XVII as elites locais do Rio de Janeiro, em consonância com alguns setores metropolitanos, resistiram às tentativas de monopolização do comércio pela criação da Companhia Geral do Brasil (1649), bem como à proibição da produção da cachaça – decretada para incrementar o consumo do vinho português. “Como resultado, o governador do Rio, desobedecendo às determinações metropolitanas, permitiu a partida das naus fora das frotas, além de autorizar a continuidade da produção de aguardente”¹²².

A historiadora Maria de Fátima Gouvêa, em tom semelhante, procurou demonstrar que as políticas imperiais deveriam ser vistas como a conjugação da atuação dos oficiais régios (periféricos) com as decisões e estratégias da Coroa (centro). Assim, a nomeação dos governadores e a execução dos diferentes desígnios régios estaria sempre sujeita ao crivo dos interesses locais e das redes de parentesco e clientela, em uma perspectiva “relacional” do poder. Segundo Maria de Fátima Gouvêa, a “centralidade jurídico-institucional lisboeta não eliminava a importância das dinâmicas observadas nas regiões em que atuaram os oficiais régios no ultramar português”¹²³.

Mas afinal, os governadores do império deveriam ser considerados instrumentos paradigmáticos do centro ou mais um dos “múltiplos planos através dos quais se fazia a contratualização entre o centro e as periferias coloniais”?¹²⁴ Na esteira dos dados levantados pelo projeto *Optima Pars*, Nuno Gonçalo Monteiro e Mafalda Soares da Cunha, colocaram em questão o “enraizamento” dos governadores coloniais e as formas

¹²¹ Esse debate não é exatamente uma novidade. Críticas ao “Antigo Sistema Colonial” e à interpretação de Fernando Novais quanto aos empecilhos à acumulação interna de capitais podem ser observadas nos trabalhos de José Roberto Amaral Lapa e Ciro Flamarion Cardoso, desde as décadas de 1970 e 1980. Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion. “As concepções acerca do ‘sistema econômico mundial’ e do ‘antigo sistema colonial’: a preocupação obsessiva com a ‘extração do excedente’”. In: LAPA, José Roberto Amaral (org.). **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980.

¹²² FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c.1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 72.

¹²³ GOUVÊA, Maria de Fátima S. Conexões Imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola (c. 1680-1730). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). **Modos de Governar: Ideias e Práticas Políticas no Império Português. Séculos XVI a XIX**. São Paulo: Alameda, 2005. p. 197.

¹²⁴ CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII”. In: CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs.). **Optima Pars: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p. 194. Também em: MONTEIRO, Nuno G. “Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII”. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). **Modos de Governar: Ideias e Práticas Políticas no Império Português. Séculos XVI a XIX**. São Paulo: Alameda, 2005. p. 96.

de nomeação e intervenção da Coroa. Mesmo afirmando que os governadores eram selecionados para articular os desígnios políticos e militares da monarquia, em sua feição mais “imperialista”, os autores não deixaram de salientar a coexistência de outras perspectivas “mais difusas, mais plásticas e flexíveis do Império”¹²⁵. Ao estudar as relações entre a Coroa e os governadores do império português, ambos buscaram ponderar a importância das disputas, das resistências e das negociações em torno dos governos e das redes de interesses locais. Mas com uma importante ressalva: a observação da tendência, gradual, a uma maior intervenção da Coroa nos processos de nomeação dos governadores e, conseqüentemente, uma progressiva uniformização dos quadros administrativos¹²⁶. Como afirma Nuno Monteiro, depois da Restauração os governos das capitanias estiveram cada vez menos ao alcance dos naturais da colônia: “A nomeação de governadores reinóis e tão nobres quanto possível visava, aqui como em outras paragens, colocar no comanda de cada capitania quem maior independência se supunha assegurar em relação aos interesses ou facções locais”¹²⁷.

Observações que nos levam a pensar a administração imperial dentro de suas especificidades temporais e espaciais: não só as diferenças entre os séculos XVI, XVII e XVIII, como também as especificidades locais dos diferentes domínios portugueses. Não se deve generalizar, afinal de contas, as políticas imperiais da Coroa com base em situações próprias do governo português no Oriente. Na América portuguesa, os adventícios não só intervieram nas redes mercantis, com o domínio de portos e feitorias, como também se entranharam no continente, com suas minas, gados e plantios.

Uma importante revisão tem partido de Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto. Para estes historiadores, o enfoque sobre as autonomias locais e as “autoridades negociadas” contribuiu para o desenvolvimento de uma abordagem mais crítica do império português, já que, desde o século XIX, historiografias nacionalistas passaram a projetar a imagem de um Estado forte em um “passado imperial imaginário”. Contudo, não se deve ir de um extremo ao outro. Os autores também apontam que “a asserção de um modelo ‘fraco’ de império colonial, em lugar de nos ajudar a compreender melhor o período, introduziu novos erros na perspectiva historiográfica”¹²⁸.

¹²⁵ CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII”. Op. Cit. p. 239.

¹²⁶ Ibidem. pp. 239-242.

¹²⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII”. Op. Cit. p. 112.

¹²⁸ BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. “Introdução”. In: **A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800**. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 12.

Segundo Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, não se deve reduzir o exercício de poder político aos conflitos jurisdicionais ou aos choques de facção. “Este tipo de enfoque enriquece a paisagem historiográfica, mas corre o risco de diluir o impacto da transferência das instituições e das formas de ação política europeias em todo o império”¹²⁹. É preciso “contrabalançar” as perspectivas parciais das autonomias locais com uma “estrutura mais complexa”, na qual também se observam os laços de dominação e resistência entre a metrópole e as populações coloniais. Não se pode negar que, em muitos casos, os portugueses tenham adotado formas de negociação de modo a contornar a falta de meios existentes para impor a sua vontade, como demonstrou uma historiografia recente. No entanto, “as situações trágicas em que a violência, o controle social e a exploração foram utilizados não podem ser minimizadas nem esquecidas”¹³⁰.

Essa busca de equilíbrio, em si, não deveria ser uma novidade. Antônio Manuel Hespanha chegou a afirmar que sua versão de um império “centrífugo”, não balizado, é corroborada pelos estudos basilares da historiografia brasileira. Segundo Hespanha,

os melhores intérpretes da realidade histórica do Brasil colonial não dizem outra coisa. Com raríssimas exceções, todos identificam o “sentido” da colonização portuguesa do Brasil com uma enorme falta de domínio do centro sobre a periferia, lamentando-a uns, como sinal de confusão e irracionalidade, congratulando-se outros com ela, como sinal de vitalidade própria sociedade brasileira¹³¹.

Mas não foi exatamente isto que encontramos nas tradições analíticas brasileiras. Caio Prado Júnior apontou que, acima dos governadores, “vigilante, ativo e estorvante, lá se encontrava o governo central da metrópole”¹³². Segundo Caio Prado, a Coroa estendia a sua ingerência aos mais recônditos aspectos da vida colonial, restringindo os governadores a normas muito rigorosas, “traçadas com minúcias até extravagantes”¹³³. Para além da abundância de ordens régias direcionadas à colônia, este autor destaca o fato de que o governador devia prestar contas pormenorizadas de sua gestão. Neste sistema de correspondência, a regra seria o governador expor os objetos da administração e pedir, em retorno, instruções e orientações aos problemas enunciados.

¹²⁹ Ibidem. p. 13.

¹³⁰ Ibidem. p. 14.

¹³¹ HESPANHA, Antônio Manuel. Depois do Leviathan. **Caleidoscópio do Antigo Regime**. São Paulo: Alameda, 2012. p. 23.

¹³² PRADO JÚNIOR, Caio. “Administração”. In: **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 305.

¹³³ Ibidem. p. 306.

Caio Prado também procurou, é verdade, matizar os fatores centralizadores ao considerar o “espírito de indisciplina” que reinava na colônia, fruto da imensidade do território e da dispersão populacional. A grande distância da metrópole e a morosidade com que manifesta a sua ação, deixariam uma “boa margem para a autonomia e mesmo o arbítrio dos governadores, se não do abuso”¹³⁴. De toda forma, Caio Prado não pode ser tomado unilateralmente como um intérprete da “falta de domínio do centro sobre a periferia”. A despeito das considerações sobre a indisciplina do governo colonial, o objetivo do autor era exatamente o oposto: demonstrar como os desígnios mercantis da metrópole moldaram uma sociedade escravista, orientada para o abastecimento do mercado europeu. Em que pese as distâncias, os governadores, com suas prerrogativas políticas e militares, contribuíram bastante para a manutenção deste “sentido”.

Ainda mais propenso a ressaltar os fatores centralizadores da administração colonial, Raimundo Faoro também ponderou as possibilidades de acomodação junto aos interesses locais. Apesar de enfatizar a criação do Governo Geral enquanto a realização da obra de centralização política da colônia, este autor não deixou de considerar, por outro lado, que “as distâncias grandes e as comunicações difíceis deixavam, nas dobras do manto de governo, muitas energias soltas, que a Coroa, em certos momentos, reprimirá drasticamente, e, em outros, controlará pela contemporização”¹³⁵.

É o que o historiador Jobson Arruda tem destacado como a “plasticidade” do império português. A capacidade de negociar e de se adaptar, de modo a garantir, sob as mais diferentes condições, a extração dos gêneros de interesse à metrópole: “O caráter assistemático, heterogêneo, descentralizado e anti-hierárquico do aparato institucional das colônias, sua multiplicidade e pluralismo, não expressariam a adequação necessária à diversidade espacial dos povos sob domínio português”¹³⁶? Deve-se considerar, aliás, que essa mesma “plasticidade” está assente sobre a garantia de alguns objetivos inegociáveis, como a defesa do exclusivo colonial. As autonomias não prescreveram, afinal, os principais traços do sistema colonial, como o monopólio das transações com os domínios ultramarinos; algo que a metrópole não queria, nem podia abrir mão.

¹³⁴ Caio Prado Júnior emprega termos um tanto contraditórios: se em um primeiro momento alude a um governo central “vigilante, ativo e estorvante”, ao desenvolver a análise da administração colonial não pôde deixar de ressaltar a “autonomia” adquirida pelos governadores. Ibidem. pp. 307-308.

¹³⁵ FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro**. Op. Cit. p. 206; Sobre o problema da centralização a partir do Governo Geral, ver também: PUNTONI, Pedro. “O Governo Geral e o Estado do Brasil: poderes intermédios e administração (1549-1720)”. **O Estado do Brasil. Poder e política na Bahia colonial – 1548-1700**. São Paulo: Alameda, 2013. pp. 35-82.

¹³⁶ ARRUDA, José Jobson de A. **Historiografia: Teoria e Prática**. “O império tripolar: história e historiografia”. São Paulo: Alameda, 2014. p. 415.

A forma pela qual esse universo heterogêneo poderia ser amalgamado nos procedimentos legitimadores da gestão pública, que exigia procedimentos adequados à diferenciada estratificação social ultramarina, não elide a natureza essencialmente diferente da condição colonial, isto é, a de ser um espaço de extração de riquezas para usufruto da metrópole, condição essa que nenhum dilucidamento das formas jurídicas de exercício do poder seria capaz de escamotear, e que somente faz sentido no cenário da desconstrução historiográfica atualmente em voga¹³⁷.

Em vistas dessa “plasticidade”, pode-se dizer que o colono é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto do processo de colonização. Dualidade que a Coroa Portuguesa soube muito bem aproveitar na consecução de seus desígnios. Nas palavras de Florestan Fernandes, “uma Coroa pobre, mas ambiciosa em seus empreendimentos”, procurou o apoio de seus vassalos, “vinculando-os aos seus objetivos e enquadrando-os às malhas das estruturas de poder [...]”¹³⁸. Sem essa associação não haveria um império colonial.

No mais, apesar das distâncias, devemos lembrar que os governadores deviam prestar contas de suas escolhas. Não estavam imunes aos julgamentos e às reprimendas da Coroa. Suas ações podiam gerar críticas dos moradores e dos oficiais das áreas administradas. Eram avaliados e recompensados, conforme seus sucessos ou fracassos.

Ao analisarmos a correspondência entre a Secretaria do Ultramar e os oficiais e governadores coloniais, no início do reinado de D. José, procuramos então identificar, além das linhas gerais da política régia, os mecanismos de controle exercidos sobre os poderes periféricos. Mecanismos nem sempre eficazes, mas incessantemente presentes.

Essa “supervisão” já existia antes mesmo da criação da Secretaria do Ultramar, pois os oficiais prestavam contas de suas ações ao Conselho Ultramarino e ao próprio monarca. Mas é no reinado de D. José que podemos notar um estreitar de laços entre os governadores e os novos secretários. Observe-se, por exemplo, que o número de ofícios dirigidos ao Secretário do Ultramar aumentou sensivelmente em comparação ao reinado de D. João V. Os gráficos 1 e 2, a seguir, oferecem uma noção geral deste processo¹³⁹.

¹³⁷ Ibidem.

¹³⁸ FERNANDES, Florestan. “A sociedade escravista no Brasil”. **Circuito Fechado**. Op. Cit. p. 33. Sobre a associação entre a Coroa e os Colonos no processo de conquista e de formação da sociedade colonial, ver também: RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial: Brasil c. 1530 – c. 1630**. Op. Cit.

¹³⁹ Segundo José Sintra Martinheira, é “visível na documentação avulsa que a correspondência recebida do ultramar é, até à primeira metade do século XVIII, constituída por cartas e requerimentos dirigidos ao Rei, e depois por ofícios ao Secretário de Estado. São, pois, dois momentos distintos em que o expediente corre primeiro pelo Conselho Ultramarino, e depois pela Secretaria de Estado”. MARTINHEIRA, José Sintra. **Catálogo dos Códices do Fundo do Conselho Ultramarino relativos ao Brasil existentes no Arquivo Histórico Ultramarino**. Rio de Janeiro: Real Gabinete de Leitura; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. p. 27. Procuramos contabilizar, com base nos catálogos disponíveis, as cartas enviadas

Gráfico 1. Cartas enviadas pelos capitães-mores e governadores coloniais à metrópole, segundo os "Documentos Avulsos" do AHU (junho de 1736 a julho de 1750)

Gráfico 2. Cartas enviadas pelos capitães-mores e governadores coloniais à metrópole, segundo os "Documentos Avulsos" do AHU (agosto de 1750 a agosto de 1756)

pelos governadores e capitães coloniais à metrópole, incluindo aquelas que seguem anexas nos documentos avulsos (sobretudo as cartas de informação dos governadores que estão anexas às consultas do Conselho Ultramarino). Embora permaneça alguma margem de erro, a amostragem sugere uma clara “inflexão” na correspondência entre a metrópole e a colônia, tal como afirmou José Sintra Martinheira.

A Secretaria do Ultramar, durante os primeiros anos do reinado de D. José, logo se torna a principal interlocutora das notícias e informações provenientes do Brasil colonial. Por exemplo: O Vice-Rei Conde de Atouguia, D. Luís Peregrino de Ataíde, escreveu um ofício em 25 de abril de 1752 para informar a Coroa sobre as perspectivas encontradas para a cultura do linho na Bahia. Relatava a Diogo de Mendonça que, ainda que a terra fosse propícia ao seu cultivo, este gênero, depois de tecido, teria dificuldade em competir com os preços do Reino, em razão dos custos e “jornais” serem maiores¹⁴⁰. Algo importante a se observar, neste caso, é o fato de o Vice-Rei ter redigido uma resposta a um ofício que fora enviado pelo secretário, em 24 de março de 1751, recomendando a cultura do linho. Assim, vemos novamente operar uma importante via de comunicação entre a Secretaria do Ultramar e o governo colonial. Da metrópole, através dos secretários, partiam orientações, instruções e, no limite, projetos de governo. Da colônia, os governadores e oficiais enviavam notícias de suas capitanias, relatavam os problemas enfrentados e prestavam conta dos serviços que conseguiam realizar.

À frente de incessantes redes de correspondência, a Secretaria do Ultramar operava como um importante receptáculo de informações. Pelo ofício de 29 de julho de 1754, por exemplo, o Vice-Rei Conde de Atouguia tratou de manter o secretário Diogo de Mendonça informado acerca dos motivos que haviam causado o atraso da frota – como as secas e a decorrente falta de bois para fazer o transporte das mercadorias¹⁴¹. O mesmo Vice-Rei, além disso, tratou de informar a realização de pagamentos e despesas com os oficiais da colônia; o trânsito de embarcações pelo porto de Salvador; as remessas de madeiras para o reino; entre outros assuntos de interesse à metrópole¹⁴².

As informações vinham de todas as partes. De Pernambuco, o governador Luís José Correia de Sá enviava diversas notícias, tanto para prestar contas quanto para pedir auxílio e apetrechos militares, por meio do secretário Diogo de Mendonça¹⁴³. Do Rio de Janeiro, por sua vez, seguiam para a Secretaria do Ultramar diversas informações sobre a administração do centro-sul da colônia. Gomes Freire de Andrade, que governava extensas áreas meridionais, mantinha uma assídua correspondência com o secretário Diogo de Mendonça. Em 24 de maio de 1751, por exemplo, Gomes Freire de Andrade procurou informar o secretário sobre os procedimentos para a instalação do Tribunal da

¹⁴⁰ AHU. CU. 05-01, Cx. 2, D. 226-229.

¹⁴¹ AHU. CU. 05-01, Cx. 8, D. 1236-1249.

¹⁴² Ver: AHU. CU. 05, Cx. 115, D. 9019; AHU. CU. 05-01, Cx. 1, D. 69-70; AHU. CU. 05-01, Cx. 1, D. 96; AHU. CU. 05-01, Cx. 2, D. 124-125; AHU. CU. 05-01, Cx. 5, D. 691-692.

¹⁴³ Ver: AHU. CU. 15, Cx. 75, D. 6310 e AHU. CU. 15, Cx. 80, D. 6687.

Relação do Rio de Janeiro¹⁴⁴. Em 30 de janeiro de 1753, após partir em uma missão para a demarcação das fronteiras com a América espanhola, Gomes Freire procurou manter o secretário informado sobre a Praça de Colônia do Sacramento – as difíceis condições para a sua defesa e os trabalhos realizados para a demarcação de limites¹⁴⁵.

O mesmo envio de informações ocorria, em Minas Gerais, com o governador interino José Antônio Freire de Andrade. Em ofício de 8 abril de 1754, este governador procurava informar ao Secretário do Ultramar que “as Casas de Fundição continuam a laborar, e se achavam hoje em numero de oitenta e quatro arrobas”¹⁴⁶. Em outro ofício de 6 de janeiro de 1756, também alertava Diogo de Mendonça acerca das pessoas que vinham abrindo picadas pelos matos, acarretando “descaminhos” e prejuízos a Fazenda Real¹⁴⁷. De modo semelhante ao que fazia o governador das minas, José Antônio Freire de Andrade, o Intendente-Geral do Ouro João Alves Simões também procurava manter o Secretário do Ultramar informado sobre a arrecadação dos quintos e os problemas com os descaminhos e contrabandos. Assim, em 10 de novembro de 1753, o intendente traçou um “Mapa geral do que renderam as reais casas de fundição das quatro comarcas da Capitania das Minas Gerais”, que foi remetido à Secretaria do Ultramar junto a outras importantes informações sobre as minas e a cobrança dos quintos¹⁴⁸.

Na capitania de Goiás também era grande a preocupação em informar o desenvolvimento da arrecadação real. Em 13 de abril de 1751, o governador D. Marcos de Noronha aconselhou o ministro do ultramar sobre a necessidade de se estabelecer ao menos duas Casas de Fundição na comarca de Goiás, em vez de uma só, em virtude da sua extensão territorial¹⁴⁹. Em outro ofício, de 29 de julho de 1752, remeteu um mapa com o rendimento do ouro que fora quintado na Casa de Fundição naquele ano¹⁵⁰. Isto se tornou norma constante. Muitos outros mapas com rendimentos dos quintos do ouro continuaram a ser remetidos, com grande regularidade, pelo governador de Goiás¹⁵¹.

Algo que ocorria em todas as demais partes do Brasil. Diversas informações sobre a administração e a defesa do território eram dirigidas ao “Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Diogo de Mendonça Corte Real”. Da Paraíba, por exemplo, o governador Luís Antônio de Lemos remetia, com regularidade, a relação das munições existentes nos

¹⁴⁴ AHU. CU. 17-01, Cx. 64, D. 15153.

¹⁴⁵ AHU. CU. 17-01, Cx. 69, D. 16074.

¹⁴⁶ AHU. CU. 11, Cx. 64, D. 36.

¹⁴⁷ AHU. CU. 11, Cx. 69, D. 3.

¹⁴⁸ AHU. CU. 17-01, Cx. 70, D. 16355-16363.

¹⁴⁹ AHU. CU. 08, Cx. 6, D. 475.

¹⁵⁰ AHU. CU. 08, Cx. 7, D. 543.

¹⁵¹ Cf. AHU. CU. 08, Cx. 8, D. 558; AHU. CU. 08, Cx. 9, D. 612; AHU. CU. 08, Cx. 10, D. 647.

armazéns e dos materiais que seguiam em falta, além de também informar a situação das fortificações desta capitania – como se pode observar pelos sucessivos ofícios de 24 de abril de 1754¹⁵²; 13 de maio de 1755¹⁵³; e 12 de maio de 1756¹⁵⁴.

Da capitania do Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, apesar de os laços estabelecidos com o seu irmão, Sebastião José de Carvalho, também procurou manter a Secretaria do Ultramar informada sobre as suas ações. Como afirmou o historiador Joaquim Romero Magalhães, “se Francisco Xavier durante o seu governo se reporta frequentemente ao ‘querido mano do seu coração’, não menos deixa de informar a quem devia”¹⁵⁵. Em ofício de 28 de janeiro de 1754, por exemplo, o governador procurou informar o Secretário do Ultramar sobre a construção de fortificações na região dos rios Negro e Branco, assim como em sítios limítrofes com os domínios franceses¹⁵⁶.

Este quadro geral das informações que eram enviadas para o Diogo de Mendonça também nos serve de parâmetro para a identificação dos assuntos de maior interesse ao governo metropolitano e às administrações locais: as frotas; a defesa do território; a delimitação das fronteiras; as despesas com soldos e fortificações; os rendimentos dos quintos do ouro. De modo geral, vemos que o comércio, a proteção dos domínios e a extração de recursos se destacam entre os principais assuntos da correspondência estabelecida com os governadores e os demais oficiais. A documentação dirigida a Secretaria do Ultramar se tornava o principal espelho da administração régia.

Vale dizer ainda que muitos agentes coloniais também aproveitavam a posição privilegiada do secretário, em proximidade ao monarca e ao Conselho Ultramarino, para pedir apoio aos seus próprios requerimentos e causas pessoais. Em 10 de maio de 1755, por exemplo, Antônio Rolim de Moura Tavares, governador da capitania de Mato Grosso, solicitou ao Secretário do Ultramar, em virtude dos trabalhos que já havia realizado em Vila Bela, que o mesmo intercedesse junto ao monarca para que lhe fosse enviado um sucessor¹⁵⁷. Em 6 de novembro de 1754, José Bernardo Galvão escreveu ao secretário manifestando o desejo de vir a ser no futuro nomeado governador ou do Maranhão, ou da Paraíba, ou da Praça de Santos; “e quanto por minha inutilidade não alcance esses empregos”, faria conta de um posto de Sargento Mor ou, ao menos, “se

¹⁵² AHU. CU. 14, Cx. 17, D. 1388.

¹⁵³ AHU. CU. 14, Cx. 18, D. 1440.

¹⁵⁴ AHU. CU. 14, Cx. 19, D. 1484.

¹⁵⁵ MAGALHÃES, Joaquim Romero. Op. Cit. p. 178.

¹⁵⁶ AHU. CU. 13, Cx. 36, D. 3318. Várias outras cartas do governador Francisco Xavier de Mendonça para o secretário Diogo de Mendonça Corte Real encontram-se compiladas em: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina**. Op. Cit.

¹⁵⁷ AHU. CU. 10, Cx. 8, D. 489.

nada disto poder ser”, de Capitão de Guarnição da Praça do Rio de Janeiro¹⁵⁸. Já o governador Luís Antônio de Lemos de Brito escreveu a Diogo de Mendonça Corte Real, em 10 de maio de 1756, para “implorar” que ao fim de seu governo na Paraíba o Secretário do Ultramar o “favorecesse” na sua causa, para que pudesse retornar para casa; ou então, caso Sua Majestade ainda desejasse servir-se dele ainda no Brasil, que ao menos lhe fosse concedida a mesma mercê que fora feita a seus antecessores, já “que todos passaram a Governos Gerais”¹⁵⁹. Também é interessante observar que um grupo de oficiais da Paraíba decidiu recorrer justamente ao Secretário do Ultramar para que o mesmo intercedesse junto ao monarca contra a extinção do governo local, em 1756, e a consequente sujeição desta capitania ao governo de Pernambuco¹⁶⁰.

Essas solicitações não eram sempre atendidas, mas já evidenciam a privilegiada posição do Secretário do Ultramar junto à Coroa. Neste sentido, também devem ser destacadas as cartas que foram escritas a Diogo de Mendonça em agradecimento. Em 27 de janeiro de 1752, por exemplo, Mathias Coelho de Sousa, que recebera patente de brigadeiro, agradeceu ao secretário por sua “proteção” e favorecimento para a obtenção desta mercê¹⁶¹. Na carta de 15 de setembro de 1753, dirigida ao Secretário do Ultramar, José Antônio Freire de Andrade agradeceu à Sua Majestade pela ordem recebida para permanecer como governador interino das capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, até o regresso de Gomes Freire de Andrade¹⁶². Em 22 de abril de 1754, o Vice-Rei Conde de Atouguia rogou ao Secretário do Ultramar que em seu nome beijasse as mãos do monarca, por lhe ter nomeado um sucessor conforme havia pedido¹⁶³. Em 16 de janeiro de 1756, João Tavares de Abreu, ouvidor da Comarca do Sabará, além de manifestar sua expectativa com a vinda de um sucessor para o seu lugar, agradeceu também ao secretário “a fortuna e felicidade que toda consiste no favor e honra que Vossa Excelência me fez do decreto expedido para poder ajustar o meu casamento”¹⁶⁴.

Todos estes ofícios para Diogo de Mendonça nos dão apenas algumas mostras da importância adquirida por sua repartição. Estreitavam-se, então, os laços com a colônia. Os governadores, na outra ponta do Atlântico, passaram a ser acompanhados, cada vez mais, pelos “olhares” e orientações de uma Secretaria do Ultramar em expansão.

¹⁵⁸ AHU. CU. 21, Cx. 2, D. 103.

¹⁵⁹ AHU. CU. 14, Cx. 19, D. 1481.

¹⁶⁰ AHU. CU. 14, Cx. 19, D. 1494.

¹⁶¹ AHU. CU. 17-01, Cx. 67, D. 15660.

¹⁶² AHU. CU. 11, Cx. 63, D. 6.

¹⁶³ AHU. CU. 05-01, Cx. 7, D. 1125.

¹⁶⁴ AHU. CU. 11, Cx. 69, D. 16.

Capítulo 9.

O Declínio de Diogo de Mendonça Corte Real

[...] farei muito por dar resposta a tudo, sem embargo da justa aflição em que nos achamos pelo fatal sucesso que aconteceu, não só em Lisboa, mas em todo o Reino, com o Terremoto nunca visto pela intenção e extensão dele no dia 1º deste mês às 9 horas e meia da manhã, de que resultou muita mortandade de gente em Lisboa, por terem caído a maior parte das Igrejas, e arruinado todos os edifícios: a que se seguiu imediatamente o fogo, que pegou em várias partes, sendo uma delas a Patriarcal, por onde se comunicou ao Paço, Casa da Índia, Ribeira das Naus e Alfândega, e em todos estes sítios ficou tudo reduzido a cinzas, por se lhe não poder acudir de modo algum, por ter fugido toda a gente de Lisboa, e não ser possível arriscarem-se aos perigos iminentes das ruínas, e do fogo, e este continuou o estrago em infinitas casas e Palácios: de forma que toda a gente se tem posto em arraes [sic] por fora de Lisboa. A estes dois elementos de terra e fogo se seguiu o da água; porque passado pouco tempo depois do Terremoto, entrou o mar pela Barra dentro, como uma montanha, e fez sair este Rio tão rapidamente fora do seu limite, ainda em águas vivas, que cobriu a ponte da Junqueira, de que V. Ex.^a se há de lembrar da distância que fica até a praia¹⁶⁵.

Com estas palavras, Diogo de Mendonça descreveu as terríveis consequências do terremoto de 1º de novembro de 1755. O ofício, destinado a Gomes Freire de Andrade, é datado de 11 de novembro do mesmo ano e foi assinado em Belém, ao largo da cidade de Lisboa. O Secretário do Ultramar devia estar, ao menos nesse momento, em companhia da família real, refugiada e instalada em barracões neste local¹⁶⁶.

Mal sabia Diogo de Mendonça que este mesmo terremoto, além de derrubar construções e abalar as estruturas da cidade, ainda viria a enfraquecer as bases do seu próprio ministério. Afinal, os historiadores são unânimes em afirmar que Pombal teria se destacado, entre os demais ministros da Coroa, ao tomar as providências necessárias àquele estado de calamidade. Mesmo que não tenha sido o único a agir, Sebastião José passou a estar intimamente associado às medidas para remediar a fome e os feridos; à ajuda aos desabrigados; aos castigos para os ladrões e à manutenção da ordem pública; além, é claro, das diversas providências para a reconstrução da cidade. Deve-se

¹⁶⁵ AHU. CU. 17, Cx. 49, D. 4937.

¹⁶⁶ Ibidem.

reconhecer, além do mais, que as urgências do desastre justificavam ações mais rígidas e centralizadas por parte da Coroa e daqueles que se mantiveram ao seu lado¹⁶⁷.

Enquanto Pombal tomava providências, outros ministros teriam permanecido atônitos, perdendo as boas graças do Rei. Imagem que diversas fontes vêm a corroborar. Segundo Jácome Ratton, o secretário Diogo de Mendonça, “assustado com o terremoto não apareceu a El Rei por algum tempo, o que diminuiu o seu valimento”. Algo ainda pior teria ocorrido com Antônio da Costa Freire que, tendo fugido para Santarém e abandonado o monarca, “foi mandado ali ficar até morrer, para não ter mais sustos”¹⁶⁸.

Só mesmo passados os primeiros baques, com a ordem já restabelecida – em grande parte graças à atuação de Sebastião José de Carvalho – é que o Secretário do Ultramar teria retomado as suas obrigações. Mas a atuação de Diogo de Mendonça, de volta ao ofício, não parece ter sido assim tão desprezível. A historiadora Carla Maria Carvalho de Almeida¹⁶⁹ notou, por exemplo, que quatro meses após o terremoto, o ministro do ultramar escreveu um ofício ao provedor da Fazenda de Minas Gerais, Domingos Pinheiro, para ordenar que fosse examinado, “secreta e particularmente”, o número de homens de negócio e mineiros abastados existentes nesta capitania, assim como as “cargas de fazenda que entram nessas minas dentro de um ano”¹⁷⁰. Como aponta a autora, o Secretário do Ultramar visava levantar os homens e os recursos disponíveis que poderiam vir a contribuir para os esforços de reconstrução do reino.

Domingos Pinheiro, junto ao intendente da comarca de Sabará, Domingos Nunes Vieira, atendeu ao pedido de Diogo de Mendonça. Assim, em 25 de julho de 1756, o provedor da Fazenda, Domingo Pinheiro, tratou de remeter a Secretaria do Ultramar uma extensa relação, na qual discriminava as cargas que entravam em Minas Gerais no período de um ano, assim como os homens de negócio, mineiros e roceiros que viviam nas minas¹⁷¹. Para este mesmo fim, Domingos Nunes Vieira enviou ao secretário Diogo de Mendonça, em 24 de julho de 1756, uma detalhada relação das fazendas que entravam nas minas, junto a uma listagem dos homens abastados desta capitania¹⁷².

¹⁶⁷ Cf. MAXWELL, Kenneth. Op. Cit. p. 21-35; MONTEIRO, Nuno G. F. **D. José: na sombra de Pombal**. Op. Cit. pp. 102-118. SUBTIL, José. **O terramoto político**. Op. Cit. p.

¹⁶⁸ RATTON, Jácome. **Recordações de Jácome Ratton sobre ocorrências do seu tempo**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920. pp. 138-139. Entre outras fontes, ver também: **História política econômica do reinado de S. Rei D. José I**. Op. Cit.. fl. 9v-10.

¹⁶⁹ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. “Homens ricos em Minas colonial”. In: BICALHO, Maria F.; FERLINI, Vera L. A. (orgs.). **Modos de Governar: ideias e práticas políticas no império português. séculos XVI a XIX**. São Paulo: Alameda, 2005. pp. 361-362.

¹⁷⁰ AHU. CU. 11, Cx. 70, D. 41.

¹⁷¹ Ibidem.

¹⁷² AHU. CU. 11, Cx. 70, D. 40.

Outras ações relevantes foram articuladas a partir da Secretaria do Ultramar. Em 9 de março de 1756, por exemplo, Diogo de Mendonça procurou instruir o “Chanceler do Rio de Janeiro” sobre as providências que deveriam ser tomadas no caso das fazendas que seguiram pela frota “sem selo”, visto que a alfândega de Lisboa se encontrava arruinada. O secretário recomendava que “nessa Relação se não admitam processos de denúncias das fazendas que nesta frota forem”, sem o devido selo, pelas razões acima apontadas¹⁷³. Já em 11 de fevereiro de 1756, enviou a Gomes Freire de Andrade a cópia de uma carta régia, relativa ao terremoto, solicitando a sua ajuda na arrecadação de donativos¹⁷⁴. Também nos primeiros meses de 1756, o secretário passou a orientar o Vice-Rei e os demais governadores coloniais acerca da urgente necessidade dessa arrecadação voluntária¹⁷⁵. A Secretaria do Ultramar logo passaria, então, a receber ofícios dos governadores, como Luís Diogo Lobo da Silva (Pernambuco), Luís Antônio de Lemos de Brito (Paraíba) e o Conde dos Arcos (Vice-Rei do Brasil)¹⁷⁶, acerca dos seus respectivos procedimentos para a obtenção de donativos junto às elites locais.

Quando comparadas a todo o conjunto das reformas iniciadas por Sebastião José de Carvalho, essas medidas articuladas através da Secretaria do Ultramar se mostraram, evidentemente, muito mais limitadas. Deve-se reconhecer que se tratava de medidas mais circunscritas, passados os maiores sustos e abalos com os efeitos do cataclismo. Diogo de Mendonça, no limite de suas obrigações como secretário, teve uma atuação muito mais discreta no sentido de orientar a arrecadação de donativos e auxiliar a reorganização das frotas. A situação, no entanto, pedia ações mais drásticas e imediatas, algo que entre os ministros, só Sebastião José de Carvalho teria demonstrado.

Conforme Pombal conduzia grandes reformas na cidade e se firmava como o principal ministro de D. José, Diogo de Mendonça, de alguma forma, parece ter perdido com o terremoto o prestígio que ainda possuía junto ao monarca. Claro que não devemos atribuir exclusivamente ao incidente de novembro de 1755 a responsabilidade pela ascensão política de Sebastião José, em detrimento de seu colega de gabinete. Mas, como afirmou Tiago Miranda, é inegável a “coincidência do terremoto com uma série de circunstâncias que ‘desarrumaram’ o equilíbrio das facções representadas na corte”, abrindo espaço para o estabelecimento de uma “ordem” mais favorável à Pombal¹⁷⁷.

¹⁷³ AHU. CU. 17, Cx. 50, D. 5025.

¹⁷⁴ AHU. CU. 17, Cx. 50, D. 4992.

¹⁷⁵ AHU. Projeto Resgate. Códice 602, Rolo 31. fl. 101-102v; Códice 582, Rolo 33. fl. 43-44v.

¹⁷⁶ AHU. CU. 05-01, Cx. 12, D. 2079-2086; CU. 14, Cx. 19, D. 1483; CU. 15, Cx. 81, D. 6701.

¹⁷⁷ MIRANDA, Tiago C. P. dos R. “O Governo Português e a Companhia de Jesus no quadro da aliança

As mudanças que em pouco tempo se sucederam no gabinete régio podem ser vistas como sinais dos novos tempos, em que muitos foram pegos de surpresa. Entre os coevos, chegou a causar espanto o repentino declínio do ministro do ultramar. Ao findar o mês de agosto de 1756, Diogo de Mendonça foi preso e condenado ao degredo:

Sendo-me presente a grande desordem, e inquietação, em que tem movido com bárbaros, e infiéis pretextos do desagrado do Meu Real Serviço Diogo de Mendonça Corte Real, Secretário d'Estado da Marinha e Ultramar, excitando com bárbaros, e infiéis pretextos a paz, Religião, Civilidade, e obrigação de guardar segredo; Atendendo a relevantes considerações de demonstração; Sou servido ordenar, que D. Luiz da Cunha Manoel Meu Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, e da Guerra, vá logo em execução intimar este Decreto com as ordens que lhe tenho determinado, para que dentro em três horas saia da Corte e Cidade de Lisboa o dito Diogo de Mendonça Corte Real, para distância dela quarenta léguas donde não entrará mais, e apresentará certidão como tem cumprido no dito degredo, no termo de quinze dias da data deste, sob pena de que fazendo o contrário, além do grande desagrado em que tem incorrido, se dará outra maior demonstração de providência, com que satisfará o bem público dos Meus fiéis Vassalos. Belém 30 de Agosto de 1756 – Com a Rubrica de Sua Majestade¹⁷⁸.

Diogo de Mendonça foi primeiro enviado para Salréu, no norte de Portugal, e de lá passou para Mazagão, depois Berlengas e por último Peniche, aonde veio a terminar a sua vida, em 1771¹⁷⁹. Morreu na austeridade do exílio, sem qualquer glória ou perdão.

O motivo do seu degredo nunca foi muito bem explicado. Entre os Manuscritos da Livraria, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, há um registro desse alvará em que está omitida a significativa passagem quanto à “obrigação de guardar segredo”¹⁸⁰.

com a Inglaterra: desarranjos e acomodações (1755-1757)”. *Lusitania Sacra*, 2ª série, 5, 1993. p. 285.

¹⁷⁸ Decreto de 30 de agosto de 1756. In: SILVA, Antônio Delgado da (org). **Collecção da Legislação Portuguesa** desde a última Compilação das Ordenações. Suplemento à Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Typografia Maigrense, 1842. pp. 409-410.

¹⁷⁹ Cf. LAMAS, Arthur. **A Quinta de Diogo de Mendonça no Sítio da Junqueira (extra-muros da antiga Lisboa)**. Lisboa: Tipografia do Comércio, 1924. p. 32; GRAMOZA, José Pedro Ferrás. **Sucessos de Portugal. Memórias Políticas e Cíveis em que se descrevem os mais importantes sucessos ocorridos em Portugal desde 1742 até o anno de 1804**. Extrahida fielmente do original do autor por Francisco Maria dos Santos. Lisboa: Typographia do Diário da Manhã, 1882. p. 17; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. “O Governo Português e a Companhia de Jesus...”. Loc. Cit. p. 290.

¹⁸⁰ “Decreto do Rei D. José ordenando o degredo do Secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real”. ANTT. Manuscritos da Livraria, nº 1140. Também há uma cópia deste alvará no Arquivo Histórico da Misericórdia de Lisboa, em meio aos papéis de testamento de Diogo de Mendonça Corte Real, maço nº 9. Alguns de seus documentos e cartas pessoais se encontram neste arquivo porque, algum tempo após o degredo, Diogo de Mendonça resolveu doar a sua quinta no sítio da Junqueira ao Hospital Real de Todos os Santos, administrado pela Misericórdia. Essa quinta segue preservada, até hoje, na Calçada da Boa Hora, nº 29, Lisboa. Cf. LAMAS, Arthur. **A Quinta de Diogo de Mendonça no Sítio da Junqueira (extra-muros da antiga Lisboa)**. Lisboa: Tipografia do Comércio, 1924.

De toda forma, mesmo com as diferenças entre um registro e outro, não há como depreender, com toda a clareza necessária, as reais motivações para este castigo.

Diversos cronistas e historiadores tentaram, desde o século XVIII, sem grande êxito, traçar justificativas para o declínio de Diogo de Mendonça. Uma primeira explicação para o ocorrido se baseia na suposta orientação “castelhana” deste ministro. Em suas “Recordações”, Jácome Ratton alegou que a “desgraça inesperada” de Diogo de Mendonça teria sido motivada por sua colaboração com a rainha, D. Mariana Vitória, para a realização de uma “entrevista” entre um infante espanhol, D. Luís, e a princesa e futura rainha de Portugal, D. Maria. O problema é que Diogo de Mendonça teria sido o defensor de uma aliança com a Espanha, apesar de esta ação, segundo Ratton, ter sido contrária “à constituição, e interesses do Estado, e vontade d’El Rei”¹⁸¹. Vale ressaltar a gravidade desse (suposto) ato, já que as alianças matrimoniais podiam (re)definir toda a política externa da monarquia. Tratava-se de uma questão de primeira grandeza.

Essa mesma justificativa para o castigo de Diogo de Mendonça nos é sugerida por uma carta do próprio Marquês de Pombal ao seu filho, em 4 de março de 1778¹⁸². Segundo Pombal, muitos de seus opositores teriam defendido que o infante D. Pedro, irmão do Rei D. José, seria “inábil” para o casamento com a princesa D. Maria.

De que sobre a mesma crença se fundou a intriga, e esperança, que trouxeram a Lisboa o Embaixador de Castela Dom José Torrero a pedir a Sereníssima Senhora, então Princesa do Brasil, para Esposa do Infante Dom Luís, propondo vantagens que já desde o Ministério Castelhana de Diogo de Mendonça Corte Real se tinham sugerido sobre a mesma suposição daquela indevida inabilidade: De que encheu o larguíssimo coração do dito Monarca aquela Embaixada de Dom José Torrero: Eu fui o que apresentei ao dito Senhor Rey Dom José o discurso; que desterrou aquela inventada inabilidade, com a crença, que nela se fundava; e Eu fui o que com aquele discurso servi, e ajudei o dito Monarca na Resolução, com que mandou imediatamente celebrar os desposórios de Sua Sereníssima Filha, com Seu Sereníssimo Irmão¹⁸³.

Mas há ainda outras versões a serem consideradas. O jesuíta Francesco Gusta afirmava, por exemplo, que Diogo de Mendonça teria se envolvido em uma disputa com Pombal acerca da criação da Companhia do Grão Pará e Maranhão, pela qual teria

¹⁸¹ RATTON, Jácome. Op. Cit. p. 136.

¹⁸² NORONHA, D. José Manoel de (org.). **Cartas do Marquês de Pombal (1777-1780)**. Com um prefácio e notas de D. José Manoel de Noronha. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1916. pp. 42-50.

¹⁸³ Ibidem. pp. 43-46.

perdido as graças do Rei. Nesta ocasião, valendo-se de falsas acusações, Pombal teria supostamente conseguido jogar o monarca contra o seu próprio ministro do ultramar¹⁸⁴.

Essa oposição de Diogo de Mendonça à Companhia do Grão-Pará e Maranhão, como principal explicação para o degredo deste ministro, fora primeiro anunciada pelo periódico espanhol “Mercurio Historico y Politico”, em novembro de 1756. Com as notícias provenientes do “acampamento perto das ruínas de Lisboa”, afirmava-se que

Aquí [nas cercanías de Lisboa] se prosigue en discurrir con mucha variedad sobre los motivos que han ocasionado la desgracia de Don Diego de Mendoza, Secretario de Estado: y los que pretenden saberlos mejor, dicen, que es por haber querido oponerse al designio, en que está el Rey, de establecer por su cuenta una Compañía de Comercio en la Provincia del Marañón. Como quiera que sea, la Compañía Asiática pierde en el su principal apoyo. La miraba como obra suya; y para hacerla florecer, había tomado emprestada del Tesoro Real una cantidad considerable. Después de la desgracia de este Ministro se ha fijado en nuestras Plazas públicas una Declaración del Rey, en la cual promete S. M. el premio de 2 mil Cruzados a cualquiera que acuse, y convenza a alguno de haber hablado mal de la forma actual de Gobierno, o de haber intentado perjudicar a las personas empleadas en el Ministerio¹⁸⁵.

Vale frisar que o periódico corrobora a percepção de que a Companhia Asiática (1753) fora idealizada e promovida pelo Secretário do Ultramar, Diogo de Mendonça. Mas teria sido a oposição à Companhia do Grão-Pará o motivo de seu castigo?

Houve quem afirmasse que sobre a repentina demissão de Diogo de Mendonça pairavam, na verdade, as graves suspeitas de uma conspiração para assassinar o seu colega de gabinete, Sebastião José de Carvalho. Neste último caso, Frei João de São José Queirós, contemporâneo aos acontecimentos em causa, nos oferece uma explicação um tanto quanto curiosa para a punição do Secretário do Ultramar:

Aconteceu o caso assim: Tinha Diogo um compadre em Alentejo homem riquíssimo chamado o Toscano que convidou um caçador, que fora de Diogo de Mendonça, para que em sua companhia fossem ambos uma noite esperar ao secretário de Estado Sebastião José de Carvalho, para lhe tirar a vida, prometendo ao caçador dois mil cruzados. Deu

¹⁸⁴ GUSTA, Francesco. *Memóires de Sebastién-Joseph de Carvalho et Mélo. Comte d’Oeyras, Marquis du Pombal, secrétaire d’Etat & Premier Ministre du Roi de Portugal Joseph I.* Lyon, 1784. p. 58-65; Cf. MONTEIRO, Nuno G. F. *D. José: na sombra de Pombal.* O p. Cit. p. 115.

¹⁸⁵ *Mercurio Historico y Politico*, que contiene el estado presente de la Europa, lo sucedido en todas las Cortes, los intereses de los Principes, y generalmente todo lo más curioso, perteneciente al mes de noviembre de 1756. Tomo CXLII. En Madrid: En la imprenta de Antonio Marin. p. 9.

este parte; e Pedro Gonçalves Cordeiro mandou fazer a prisão pelo juiz de fora, que foi de Elvas, e hoje é ouvidor em Pernambuco com beca: Vestiu-se à castelhana o ministro, e montado em bom cavalo com um só criado capaz, foi ajustar uma compra de porcos com o Toscano; em não se fazendo o ajuste entre ambos, mandou cercar a casa, e o segurou, havendo tiros sem mortes. Foi o Toscano para a bastilha da Junqueira, onde negou tudo, ainda mesmo acareado com o caçador. Nunca mais saiu. Teve o juiz de fora o descuido de não lançar mão dos papéis, de sorte que já não estavam lá quando os mandaram buscar. Soube-se isto pelo paqueboteiro de Pedro Gonçalves Cordeiro, chamado Manuel Gonçalves, que o contou ao desembargador Feliciano Ramos Nobre Mourão¹⁸⁶.

Os papéis que poderiam incriminar Diogo de Mendonça Corte Real não teriam sido coletados. Mas a denúncia contra o ministro já teria sido o suficiente para que ele caísse em desconfianças perante o Rei. Essa terceira explicação, que carece de maiores comprovações, pode ser corroborada por um decreto de 17 de agosto de 1756, pouco anterior à expulsão do secretário. Neste documento, vemos que o Rei ordenou a instauração de uma averiguação (devassa), porque “houve pessoas tais, e tão bárbaras, que se atreveram a proferir que poderia haver quem atentasse contra a vida de alguns dos Ministros, que comigo despacham, e executam as Minhas Reais Determinações”¹⁸⁷.

O historiador João Lúcio de Azevedo também supôs que essa trama contra a vida do Marquês de Pombal poderia ser a explicação, em última instância, para a demissão do Secretário do Ultramar: “Diogo de Mendonça despedido, morto já Pedro da Mota, D. Luís da Cunha ministro de véspera, Tomé Corte Real do dia seguinte; quem, senão Carvalho, podia ser o ameaçado? E era Diogo de Mendonça que o decreto visava”¹⁸⁸.

A desconfiança em relação ao secretário teria despertado, no entanto, através de outros meios. Conta João Lúcio de Azevedo, com base nos relatos posteriores coletados no interrogatório instituído contra o Marquês de Pombal, já nos tempos do reinado de D. Maria, que o Rei passou a desconfiar do ministro do ultramar, que adotara “a praxe de ir ao despacho a horas desacostumadas, evitando a presença dos colegas”¹⁸⁹. O Rei passou a suspeitar que Diogo de Mendonça estivesse tramando algo junto a um grupo de conspiradores contrários às políticas promovidas por Sebastião José de Carvalho. Após serem interceptadas algumas cartas no Gabinete Real e encontradas “falsidades”,

¹⁸⁶ QUEIROZ, João de S. J. “**Memórias**” de Fr. João de S. Joseph. Com uma extensa introdução e notas ilustrativas por Camilo Castelo Branco. Porto: Typographia da Livraria Nacional, 1868. pp. 125-127.

¹⁸⁷ Decreto de 17 de agosto de 1756. In: SILVA, Antônio Delgado da (org.). **Collecção da Legislação Portuguesa**. Legislação de 1750 a 1762. Org: Lisboa: Typografia Maigrense, 1830. pp. 425-426.

¹⁸⁸ AZEVEDO, João Lúcio de. Op. Cit. pp. 150-154.

¹⁸⁹ Ibidem. p. 378.

o “infel” secretário Diogo de Mendonça Corte Real foi preso e desterrado¹⁹⁰. “Assim em termos vagos o interrogado [Pombal] explica a desgraça do companheiro, obra sua com certeza. A razão verdadeira ficou, como d’antes impenetrável”¹⁹¹.

Quanto à conspiração em que se envolvera Diogo de Mendonça, o historiador João Lúcio de Azevedo acredita se tratar da chamada “Junta da Providência”. De acordo com João Lúcio, o desembargador Antônio da Costa Freire teria organizado um plano de governo em que haviam de tomar parte os duques de Lafões e Aveiro, os marqueses de Angeja, Marialva e o conde de São Lourenço: “o escol da nobreza do reino”¹⁹². Martinho Velho Oldemberg, filho de Feliciano Oldemberg, também teria participado do conchavo, tendo supostamente se dirigido ao Rei com graves queixas contra Sebastião José de Carvalho. Já o secretário Diogo de Mendonça Corte Real, “estomagado por lhe fazer sombra o colega”, também devia ter contribuído com o conluio. “Pelo menos dava-lhe indireto apoio, no esforço constante de minar a influência de Carvalho”¹⁹³.

As disputas ministeriais se tornaram ainda mais agudas com a morte de Pedro da Mota, logo após o terremoto. A escolha do novo Secretário de Estado do Reino poderia, afinal, redefinir os alinhamentos do governo. Antônio Freire de Andrade Encerrabodes, entre os opositores de Pombal, era então um dos homens mais cotados a assumir essa secretaria. A premência do momento “e a certeza de ele ser decisivo para a definição do grupo mais influente junto a Sua Majestade”, como apontou Tiago Miranda, também veio a desencadear diversas manifestações contrárias a Sebastião José¹⁹⁴. A maior expressão da grande tensão que se instala na corte neste momento é o documento intitulado “Carta que se escreveu de Portugal a um grande de Espanha”, datado de 25 de fevereiro de 1756, e cuja autoria foi atribuída a Francisco Xavier Teixeira de Mendonça.

Nesta espécie de panfleto difamatório, foram apresentadas severas críticas a Pombal. Desde a má procedência de seus familiares, à apropriação indevida de bens e rendimentos do Estado. “São inúmeros os roubos que se lhe atribuem”. Não menores os insultos que lhe definem: “Orgulhoso”; “soberbo”; “ambicioso”; “simulado”; “fingido”; um “fraquíssimo político”; “sem fundamentos, nem alicerces, por ser de muita baixa e ordinária qualidade”. São estes alguns dos diversos adjetivos que se empregam para descrever a figura de Sebastião José de Carvalho. Destaquem-se, além do mais, as

¹⁹⁰ Ibidem. pp. 150-154 e 378.

¹⁹¹ Ibidem. p. 378.

¹⁹² Ibidem. pp. 147-158.

¹⁹³ Ibidem.

¹⁹⁴ MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. “O Governo Português e a Companhia de Jesus no quadro da aliança com a Inglaterra: desarranjos e acomodações (1755-1757)”. Op. Cit. pp. 285-286.

passagens em que é criticada a sua atuação no sentido de “enganar” e “persuadir” o monarca, para que passasse a controlar a maior parte dos negócios da Coroa¹⁹⁵.

Segundo a “Carta que se escreveu de Portugal a um grande de Espanha”, a culpa desses desmandos não era, obviamente, do Rei D. José, que fora isento das tramoias e maquinações de seu secretário. Chega-se mesmo a afirmar que “todo o empenho deste grande Rei se termina a obrar tudo com acerto, sendo para a administração da justiça mais inflexível dissipador de todos os afetos e de todas as paixões humanas”¹⁹⁶.

Sebastião José de Carvalho, no entanto, teria sido um ministro ardiloso. “A sua intenção é e foi sempre senhoriar-se de todos os negócios, introduzindo-se nos das outras secretarias, para que todos lhe digam dependência”¹⁹⁷. Uma das estratégias utilizadas pelo ministro teria sido convencer o monarca a reunir “juntas sobre a maior parte dos negócios”. Sebastião José teria então se utilizado de algumas artimanhas para controlar o resultado das suas conferências; por vezes tomando voluntariamente ao seu arbítrio a resolução dos negócios; e “prevenindo de antemão, outras vezes, os ministros para saber na propalação dos seus votos, os que devem ou não ser chamados”¹⁹⁸.

Quanto a Diogo de Mendonça, sugere-se que este ministro procurou manter-se “independente” e alheio a qualquer disputa com Sebastião José de Carvalho. Evitava os conflitos, pois devia temer pela conservação de seu posto. Postura que também lhe rendeu algumas críticas. O ministro do ultramar foi instado, no documento, a não faltar com a verdade sobre as mazelas do governo, “fazendo da sua parte o que deve para que não suceda chegar o desengano quando não tiver remédio a destruição do povo”¹⁹⁹.

Uma “destruição” que se avizinhava com a possível nomeação de Sebastião José para a Secretaria do Reino, a mais cobiçada da Coroa. Em primeira instância, era isto o que mais se desejava impedir, com críticas e difamações. Mas no fim, de nada adiantou. Pombal assumiu a Secretaria do Reino em 5 de maio de 1756. Para a pasta dos negócios estrangeiros foi nomeado Luís da Cunha Manuel, sobrinho do finado D. Luís da Cunha.

Nem todos se conformaram. Após as nomeações, o “Real Gabinete de Abertura” teria passado a interceptar “uma série de cartas em que os novos colaboradores do governo eram criticados nos mais diversos aspectos”²⁰⁰. A punição aos opositores e

¹⁹⁵ “Cópia de hua carta que se escreveu de Portugal a hum grande de Hespanha em resposta de outra sua”. **Miscelânea**. BNP. Res. Códice 852. fl. 28v. e segs.

¹⁹⁶ Ibidem. fl. 28v.

¹⁹⁷ Ibidem. fl. 41.

¹⁹⁸ Ibidem. fl. 28v -29.

¹⁹⁹ Ibidem. fl. 51.

²⁰⁰ MIRANDA, Tiago C. dos Reis. “O Governo Português e a Companhia de Jesus no quadro da aliança

difamadores de Sebastião José não tardaram a sair logo depois. “No dia 20 de junho, saiu a público um decreto que ordenava a detenção e o julgamento de todos os que espalhavam ‘imposturas’ contra o governo de Sua Majestade”²⁰¹. Martinho Oldemberg e Francisco Xavier Teixeira foram presos e enviados para Angola. Dois meses depois da publicação do decreto de 20 de junho, Diogo de Mendonça também foi detido.

Segundo relatos posteriores de José Pedro Ferrás Gramoza, o secretário Diogo de Mendonça também fora punido por ter entregado ao Rei D. José “uns grandes capítulos contra Sebastião José de Carvalho e Melo Secretário de Estado dos Negócios do Reino, nos quais, segundo se dizia, se alegavam, e provavam fatos bem criminosos contra o dito Sebastião José”²⁰². Para José Gramoza, o delito do ministro não tinha algo a ver, necessariamente, com a política matrimonial de aliança com a Espanha:

Alguns políticos, que presumiram investigar os mais recônditos segredos do Gabinete, disseram que este procedimento havido contra Diogo de Mendonça nascera do grande esforço, que ele com os seus partidistas fizeram para que El-Rei houvesse de casar a Senhora D. Maria sua filha primogênita, e presuntiva sucessora da Coroa com um Infante de Espanha: porem eu não sigo esta opinião, e me inclino à razão sobredita²⁰³.

Teriam estes “grandes capítulos” algo a ver com o panfleto redigido por Francisco Teixeira? Estaria Diogo de Mendonça tramando contra a vida de Sebastião José de Carvalho? Arthur Lamas, um século mais tarde, inclinou-se à primeira explicação de que o degredo de Diogo de Mendonça Corte Real se deveu aos planos de promover o casamento da princesa D. Maria com o infante espanhol, contra os interesses do Rei.

Lamas não crê que a informação do Fr. João de São José estivesse correta, pois se o ministro Diogo de Mendonça tivesse mesmo implicado em uma trama contra a vida de Pombal, ter-lhe-ia sucedido um castigo bem mais severo. Segundo Arthur Lamas, a relativa moderação da pena indicaria que o crime cometido pelo ministro não devia ter sido assim tão grave. “Demais, passado algum tempo, El-Rei D. José, condoendo-se da situação do desterrado em Mazagão, mandou-lhe dar 5.000 cruzados por ano”²⁰⁴.

Vemos assim os pesquisadores e estudiosos a toda hora se oporem e contradizer. Para Simão José da Luz Soriano, apesar de Diogo de Mendonça Corte Real ter sido um

com a Inglaterra: desarranjos e acomodações (1755-1757)”. Op. Cit. p. 288.

²⁰¹ Ibidem. p. 289.

²⁰² GRAMOZA, José Pedro Ferrás. **Sucessos de Portugal**. Op. Cit. p. 18.

²⁰³ Ibidem.

²⁰⁴ LAMAS, Arthur. Op. Cit. p. 21.

ministro grosseiro e de “pouca habilidade”, este não teria sido o último motivo de sua desgraça²⁰⁵. Mas o que fora então? Soriano pondera as explicações que atribuem o degrado de Diogo de Mendonça ao seu “gênio indócil e recalcitrante às máximas governativas do seu colega do reino, Sebastião José de Carvalho”, e as explicações que atribuem a queda do ministro por ter abrigado em sua casa, disfarçado, o infante espanhol D. Luís, com planos de promover o seu casamento com a princesa D. Maria – algo contrário, como já apontamos, aos interesses de Pombal e do próprio monarca. “O certo”, no final das contas, “é que Diogo de Mendonça foi acusado e sentenciado sem ser ouvido, e para maior arbítrio condenado, sem se lhe permitir defesa”²⁰⁶.

O castigo do ministro Diogo de Mendonça Corte Real nunca foi plenamente explicado. Do que se tratava, afinal? Punição para os planos de casamento de D. Maria com um infante espanhol? Resposta a uma conspiração contra Pombal? Teria o Secretário do Ultramar tramado o assassinato de seu colega de gabinete? Ao fim e ao cabo, só podemos mesmo especular se o decreto de 17 de agosto de 1756 se refere, ou não, às graves suspeitas de conspiração em que teria se afundado Diogo de Mendonça.

A grande diferença entre estas versões nos sugerem que mito e realidade acabam por se cruzar nas diversas reconstruções dos motivos que podem ter causado o degrado deste ministro. Mesmo entre os contemporâneos, a demissão do Secretário do Ultramar parece ter causado certo espanto e incompreensão, pois “como são impenetráveis os degradedos dos Reis que se ocultam a percepção dos homens, tão somente ficou lugar a todos para presumirem em Diogo de Mendonça deméritos para tanto castigo”²⁰⁷.

Talvez nunca possamos chegar a uma resolução plena. Mas podemos aventar, ao menos, que foi a sua alternativa, ou mesmo a sua oposição a Pombal, que lhe resultou, em última instância, no infortuno golpe do degrado. As diferentes versões convergem neste único ponto. Seja pela sustentação de queixas contra Pombal; seja pela tentativa de promover uma aliança matrimonial entre a princesa D. Maria e um infante espanhol; seja por uma mirabolante (mas não impossível) conspiração para assassinar Sebastião José de Carvalho. O ministro do ultramar sempre aparece nestas diferentes explicações em oposição à figura de Pombal. Somente as suas diferenças têm sido capaz de explicar, aos coevos e aos vindouros, o severo castigo que foi imposto a Diogo de Mendonça.

²⁰⁵ SORIANO, Simão José da Luz. Op. Cit. p. 284.

²⁰⁶ Ibidem. p. 285.

²⁰⁷ SÃO BENTO, Luís de. **Cathalogo Alfabetico dos Ministros de letras...** Op. Cit. fl. 134, verso.

Mesmo o historiador João Lúcio de Azevedo, inclinado a considerar o ministro do ultramar como mero subordinado, notabilizou Diogo de Mendonça por não se deixar tão facilmente dominar pelo colega. Como vimos, João Lúcio de Azevedo afirmou que Diogo de Mendonça também buscou se insinuar no ânimo do Rei para minar a influência de Sebastião José. Contrariando sempre que havia modo os alvitres de Pombal, “ia sozinho ao despacho, para evitar que lhe impugnasse os seus, e nessas ocasiões não perdia ponto de, por algum dito insidioso, precator dele o soberano”²⁰⁸.

A expulsão de Diogo de Mendonça, para além de qualquer juízo, contribuiu, de fato, para o domínio político de Sebastião José, que muito bem soube como se sobrepor aos colegas e superar os obstáculos. Pombal se consolidava como o principal ministro do monarca. O único que viria a acompanhá-lo até o final de seu reinado.

* * *

Com Diogo de Mendonça conduzido para fora da corte, o gabinete foi refeito. Teria Sebastião José de Carvalho alargado a sua influência sobre os novos ministros? Vimos que pra o seu antigo lugar na Secretaria dos Negócios Estrangeiros e Guerra havia entrado Luís da Cunha Manuel, ministro a quem Carvalho teria se mostrado relativamente próximo²⁰⁹. Mas o mesmo ainda não pode afirmado, com toda a certeza, para o sucessor da Secretaria do Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Ministro vindo do Conselho Ultramarino e que, segundo Joaquim Romero Magalhães, não poderia ser tomado simplesmente “como homem de mão de Sebastião José”²¹⁰.

Tomé Joaquim é o secretário de que menos dispomos de informações biográficas. De acordo com os registros de mercês, sabemos que esse ministro já havia sido provido cavaleiro da Ordem de Cristo e fidalgo cavaleiro da casa real, por D. João V²¹¹. Do mesmo modo, sabemos que Tomé Joaquim era membro do Conselho Ultramarino desde 1743, tendo sido nomeado a este conselho em virtude dos serviços prestados por seu pai, João Álvares da Costa, enquanto desembargador do paço e provedor da Coroa²¹².

²⁰⁸ AZEVEDO, João Lúcio de. Op. Cit. p. 151.

²⁰⁹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Dom José: na sombra de Pombal**. Op. Cit. p. 265; SILVA, Abílio Diniz. “Introdução”. In: CUNHA, Luís da. **Instruções Políticas**. Op. Cit. p. 146.

²¹⁰ MAGALHÃES, Joaquim Romero. **Labirintos Brasileiros**. Op. Cit. p. 179. João Lúcio de Azevedo oferece uma versão diferente. Cita relatos do ministro francês Choiseul em que afirma serem Luís da Cunha Manuel e Tomé Joaquim Corte Real “subordinados servis” de Sebastião José de Carvalho. Cf. AZEVEDO, João Lúcio de. Op. Cit. p. 123.

²¹¹ ANTT. Registro Geral de Mercês do reinado de D. João V. livro 17. f. 201; Idem. livro 29. f. 374.

²¹² “Decreto de 18 de setembro de 1743”. AHU. CU. 35. Cx. 3, D. 215.

Nomeado secretário em 1756, Tomé Joaquim seguiu executando os despachos regulares desta repartição, tais como os avisos ao Conselho Ultramarino e os diversos ofícios trocados com os governadores coloniais. Mas devemos logo mensurar as medidas de maior impacto sobre a colônia, promovidas durante o seu ministério. Figura neste período, entre 1756 e 1760, a criação da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, a publicação do Diretório dos Índios, além de todo o processo de enfrentamento e expulsão dos jesuítas. Tomé Joaquim teria, sem dúvida, trabalhado na execução dessas medidas. Mas nenhuma delas teria sido planejada ou idealizada no âmbito da Secretaria do Ultramar. Desconhecemos algo que se assemelhe à companhia asiática de Feliciano Velho Oldemberg. Com Tomé Joaquim, a secretaria teria mantido, claro, a sua centralidade institucional na comunicação cotidiana com os governadores e oficiais do império, ao promover e articular as políticas coloniais. Não obstante, são claramente os projetos de Sebastião José de Carvalho que se promovem neste momento.

Pouco se sabe dos motivos que levaram à nomeação de Tomé Joaquim para a Secretaria do Ultramar, ou mesmo de sua relação com Pombal. Há o relato de que antes de sua nomeação, Sebastião José se servia dele como “espia” no Conselho Ultramarino e para o trato dos “negócios da América”. Contudo, no mesmo documento também se afirma que Tomé Joaquim, após ser nomeado, “não se sujeitou muito” a Pombal²¹³.

Ainda mais difícil do que analisar o ministério de Tomé Joaquim da Costa é descobrir os motivos de sua demissão, em 1760. De acordo com José Gramoza, o ministro apenas se encontrava doente, “inabilitando-se por moléstia”²¹⁴. Mas também há o relato (ou o boato) de que a sua demissão fora causada, na verdade, por uma carta comprometedora, descoberta em posse de um jesuíta prisioneiro da Coroa²¹⁵.

Assim como Diogo de Mendonça, Tomé Joaquim deveria receber um estudo mais aprofundado. Forma de analisar mais detidamente as suas relações com Pombal e a atuação da Secretaria do Ultramar durante o seu ministério. A repartição parece, pois, manter as suas prerrogativas, mas é certo que, a esta altura, não deviam ser favoráveis as condições para quem quisesse se contrapor às políticas de Sebastião José de Carvalho.

Para o lugar de Tomé Joaquim da Costa na Secretaria do Ultramar veio depois a ser nomeado, em 1760, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. A partir daí não há

²¹³ **História política econômica do reinado de S. Rei D. José I.** Op. Cit. fl. 26.

²¹⁴ GRAMOZA, José F. Op. Cit. p. 13.

²¹⁵ **História política econômica do reinado de S. Rei D. José I.** Loc. Cit. fl. 26v.

mais espaço para quaisquer dúvidas. O governo pombalino, que se estende do reino à direção dos domínios ultramarinos, se torna, enfim, algo inequívoco e inquestionável.

De dois irmãos que teve o Marquês de Pombal, um era chamado Francisco Xavier de Mendonça, empregado oficial do corpo da Marinha, e que depois veio a ser ministro daquela repartição, quando voltou do seu governo da Capitania do Grão-Pará, em cujo governo executou as ordens d'El Rei a respeito dos Jesuítas Portugueses, no Uruguai, e fundou a Vila de Mazagão, para ser habitada pelo povo português que saíra da praça de mesmo nome, no Reino de Marrocos [...] ²¹⁶.

Jácome Ratton, o francês que vivia na corte de Lisboa durante o ministério de Sebastião José de Carvalho, dizia que o irmão de Pombal fora um “ministro muito ativo na sua repartição: mui poucos eram os dias que faltava na Ribeira das naus; e no seu tempo se construíram muitas embarcações de guerra, tanto em Lisboa, como no Brasil” ²¹⁷. Segundo Ratton, Francisco Xavier de Mendonça e Sebastião José habitavam o mesmo “barracão” em Belém. Compartilhavam ideias e dividiam os negócios entre si.

Para o historiador Joaquim Romero Magalhães foi, de fato, a partir de 1760, com a nomeação de Francisco Xavier de Mendonça, que pode começar a “falar-se com rigor de administração e de política ‘pombalina’ para o ultramar” ²¹⁸. Algumas medidas importantes, como a criação das companhias de comércio, na qual Sebastião José teve parte vital no processo, já vinham de anos antes; mas Joaquim Romero Magalhães também tem razão ao apontar, por outro lado, que no período posterior a 1760, Pombal parece ter interferido mais diretamente na nomeação de governadores para o ultramar, “conseguindo enviar gente sua” ²¹⁹. Seria o caso não só de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador de Angola (1764-1772), e do Marquês de Lavradio, enviado para o governo da Bahia em 1767, mas também de Antônio Álvares da Cunha, o Conde da Cunha, Vice-Rei do Brasil (1763-1767), e de Luís Antônio de Sousa, o Morgado de Mateus, nomeado governador da capitania de São Paulo (1765-1775).

Governadores que teriam mantido uma importante (e constante) correspondência com Sebastião José, sendo o próprio Pombal o responsável direto por algumas das mais elaboradas instruções de governo que passaram a ser remetidas aos oficiais do império. É o caso, por exemplo, das instruções de 26 de janeiro de 1765, para o Vice-Rei

²¹⁶ RATTON, Jácome. Op. Cit. p. 152.

²¹⁷ Ibidem. p. 156.

²¹⁸ MAGALHÃES, J. R. “Sebastião José de Carvalho e Melo e a economia do Brasil”. Op. Cit. p. 180.

²¹⁹ Ibidem. p. 180.

Antônio Álvares da Cunha e o recém-nomeado governador de São Paulo, Luís Antônio de Sousa²²⁰; ou então das instruções de 5 de agosto de 1769 ao governo de Angola, que se seguem ao documento intitulado “Demonstração da ruína em que ainda se acha o Reino de Angola; e os outros da sua dependência; das causas da mesma ruína; e dos remédios que a ela se devem aplicar”²²¹. Todas estas baixadas diretamente por Pombal.

Podendo se apoiar sobre ministros de sua confiança, principalmente o irmão Francisco Xavier de Mendonça, Pombal firmou, sem maiores entraves, a sua posição central no gabinete. Os relatos do cotidiano do Rei vêm a corroborar essa imagem. Para o período de 1762 a 1774, Nuno Gonçalo Monteiro descreve as animadas atividades de campo, jogos de cartas, espetáculos de ópera e outros divertimentos de D. José, “o Rei quase oculto”, enquanto Pombal se cercava dos aspectos administrativos²²². Relata-se que em face das constantes viagens da família real, “Carvalho raramente acompanhava o Rei nestas deslocações, permanecendo em Lisboa, e servindo-se dos outros secretários de Estado [...] para fazer chegar os despachos ao Rei”²²³. Os idos de 1760 constituem, ademais, o período mais estável do gabinete de D. José – uma década ininterrupta, sem modificações nas secretarias. Somente com a morte de Francisco Xavier²²⁴, em 1769, surgiria um novo nome para a repartição do ultramar: Martinho de Melo e Castro.

Com a ascensão de D. Maria ao trono, em 1777, os secretários permaneceriam no comando das “engrenagens administrativas” do império. Como apontamos em nossa “Introdução”, os estudos sobre Martinho de Melo e Castro e D. Rodrigo de Sousa Coutinho apenas o comprovam: consolidar-se-ia o tempo do “despotismo ministerial”.

Mas devemos frisar, afinal, que nos primeiros anos do reinado de D. José, para além de um domínio absoluto e incontestado de Pombal, as Secretarias de Estado já vinham assumindo um papel central na articulação das políticas e reformas da Coroa. O processo de centralização das políticas e deliberações da monarquia, sob a primazia formal das Secretarias de Estado, caminhava a passos largos. Com ele, a direção dos domínios ultramarinos passaria, cada vez mais, para a alçada dos gabinetes ministeriais.

²²⁰ Mesmo nestas instruções é preciso reconhecer, no entanto, que se sobressaem assuntos e preocupações de ordem militar, como a proteção de fronteiras. Heloísa Liberalli Bellotto apresenta e discute estas duas instruções em seu livro: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus (1765-1775)**. 2ª ed. revisada. São Paulo: Alameda, 2007. pp. 59-73.

²²¹ AHU, Documentos Avulsos de Angola, caixa 53, documento 90.

²²² MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. **Dom José: na sombra de Pombal**. Op. Cit. p. 264.

²²³ Ibidem. p. 265.

²²⁴ Segundo Jácome Ratton, Francisco Xavier de Mendonça faleceu repentinamente em Vila Viçosa, “por ocasião de ter acompanhado a Corte a uma jornada que ali fizera”. RATTON, Jácome. Op. Cit. p. 155.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos fora criada através do alvará de 28 de julho de 1736, no reinado de D. João V, em vista das dificuldades com a organização dos expedientes e despachos da Coroa. Mas foi a partir de 1750, com o reinado de D. José, que as Secretarias de Estado vieram, de fato, a se assentar como espaços privilegiados para a articulação de políticas e projetos para o império português.

Antônio Guedes Pereira, o primeiro Secretário do Ultramar, havia assistido o rei D. João V na difícil organização dos papéis da Coroa, mas não chegou a desempenhar um papel central na promoção de políticas e reformas para o espaço colonial. Era ainda restrita a sua correspondência com os oficiais do império e, embora este secretário tivesse a prerrogativa de “avisar” as ordens do Rei ao Conselho Ultramarino, não deixou qualquer traço de uma atuação “diretiva” no trato dos negócios coloniais. Imagem que os demais estudos sobre a história institucional deste reinado vieram a corroborar.

Para além das ordens e consultas emitidas pelo Conselho Ultramarino, D. João V articulava as principais políticas para o império português com o apoio de assistentes particulares (sem cargos oficiais). É o caso de Alexandre de Gusmão, a quem coube instruir as negociações com a Espanha acerca da definição das fronteiras na América (culminando no Tratado de Madrid, em 1750) e, antes disso, os procedimentos para a introdução de um novo método de tributação nas minas (a capitação, a partir de 1735).

A atuação das Secretarias de Estado só veio a mudar após a morte de D. João V. Relatos coevos apontam que os principais assistentes do falecido monarca, Frei Gaspar da Encarnação e Alexandre de Gusmão, foram prontamente afastados dos ambientes de despacho. As críticas e atenções logo se voltaram para os novos ministros de D. José, nomeados para ocupar as secretarias vacantes. Diogo de Mendonça Corte Real e Sebastião José de Carvalho, mais do que valiosos canais de comunicação, passaram então a dispor de suas repartições para dirigir uma série de políticas, projetos e reformas.

Como já havia apontado o historiador Joaquim Romero Magalhães, o secretário Diogo de Mendonça não fora, nestes primeiros anos, um simples ministro “decorativo”. Pelo contrário, desempenhou um importante papel institucional na condução da reforma do método de tributação das minas (1750-1751) e, a despeito do Conselho Ultramarino, passou a instruir os governadores e os intendentos das áreas governadas acerca dos procedimentos necessários para a introdução do novo regime de cobrança dos quintos.

Em termos de políticas e projetos para o ultramar, também se deve destacar a sua importante participação na criação da Companhia de Comércio Asiática, em 1753.

Pela correspondência com governadores e oficiais, observamos este secretário a orientar a arrecadação nas minas, a administração das tropas e a execução de diligências para que se evitassem os contrabandos – sempre centrado na extração de rendas e na conservação dos liames do sistema colonial. Ações diretivas também percebidas nos incentivos à cultura de alguns gêneros, como o linho e o pinhão. Afinal, ao comunicar-se diretamente com os governadores e oficiais do império, a Secretaria do Ultramar já começava a se apresentar como um *locus* privilegiado para a regulação das atividades econômicas e a promoção de incentivos à diversificação da produção colonial – medidas que depois viriam a ser aprofundadas, radicalmente, no último quarto do século XVIII.

O início do reinado de D. José abaliza, portanto, algumas mudanças e inflexões na administração do império português, visto que os Secretários de Estado, Sebastião José de Carvalho e Diogo de Mendonça Corte Real, assumiram um papel central na direção e articulação das políticas régias. Com estes novos protagonistas, o governo observou uma paulatina centralização dos espaços de decisão, em torno dos gabinetes ministeriais, concomitante a uma crescente “verticalização” na transmissão de ordens e instruções. Embora fosse criticada, a Coroa se viu fortalecida e com uma administração “agilizada”.

Procuramos demonstrar, contudo, que o protagonismo assumido pelas Secretarias de Estado não foi de encontro a outras mudanças que já vinham sendo gestadas décadas antes, sob o reinado de D. João V. Este protagonismo, pelo contrário, veio a reforçar um longo processo de centralização administrativa e de fortalecimento do poder régio.

Autores como Luís Ferrand de Almeida, Maria Fernanda Bicalho e Nuno Gonçalo Monteiro já haviam destacado, por exemplo, importantes mutações na administração de D. João V. Espaços tradicionais de deliberação, como as Cortes e o Conselho de Estado, já vinham sendo “deslocados” pela atuação de juntas *ad hoc* e assistentes privados, mais diligentes e circunscritos ao próprio monarca. A palavra “inflexão” nos parece então pertinente, pois anuncia uma transformação das práticas administrativas; expressa um novo caminho que então se abria para o governo, à margem dos espaços colegiados.

Ao estudarmos a trajetória da Secretaria do Ultramar ao longo dos primeiros anos do reinado de D. José, em contraste com o período de 1736 a 1750, identificamos uma inflexão semelhante (senão complementar), visto que essa repartição veio a assumir um papel central na correspondência com os governadores coloniais, passando então a aconselhar, instruir e articular novas políticas para o império português. Muitas destas

práticas institucionais vieram, depois, a se aprofundar no decorrer da segunda metade do século XVIII. Um novo trajeto administrativo, de todo modo, já estava se delineando.

O papel que coube à Secretaria do Ultramar nestas transformações institucionais também nos leva a refletir sobre a influência da administração colonial sobre algumas das mutações ocorridas na metrópole. As inflexões na administração central não podem ser vistas apenas como o resultado de um jogo de forças entre o Rei e a corte. Afinal, os impérios também delinearão aqueles que os possuíram. O exemplo, a concorrência e a constante ameaça das demais potências imperiais, bem como a busca por um despacho diligente, em face das crescentes (e complexas) demandas da administração colonial, concorreram, ao seu próprio modo, para a formação de novas práticas de governo.

No que toca a esfera dos agentes, como procuramos demonstrar ao longo deste trabalho, Diogo de Mendonça dispôs de uma margem de ação considerável. Teve espaço para aconselhar o monarca, propor políticas e mediar reformas. Se nem sempre soube bem aproveitar as oportunidades, de modo a angariar a confiança do rei, também não chegou a comprometer o caráter “diretivo” assumido por sua repartição. Mesmo quando prevaleceram as ideias e projetos de Sebastião José de Carvalho, foi por meio da Secretaria do Ultramar que se articularam as ordens, instruções e medidas necessárias.

Quanto à ascensão política de Sebastião José de Carvalho, é mesmo possível associar as suas prerrogativas e ações governativas ao seu posto de Secretário de Estado. Mas o Marquês de Pombal ainda permanece como uma dessas figuras difíceis de precisar. Valeu-se formalmente do posto de secretário, que lhe concedia uma ampla margem para a condução de reformas (sempre em nome do Rei), mas também de seus laços pessoais – seja a influência exercida sobre alguns de seus colegas de gabinete, oficiais e governadores, seja a sua proximidade ao monarca. Pombal, como quase tudo na história, está a meio caminho entre os termos. Um passo atrás, e o enxergamos como a continuação das tradições de valimento do século XVII, que o conectam a homens do porte de Richelieu e Olivares. Um passo à frente, e o notabilizamos como parte da centralização dos espaços de decisão sob a primazia formal das Secretarias de Estado.

Com Diogo de Mendonça subitamente expulso da corte em 1756, o fato é que o ministro Sebastião José de Carvalho foi quem melhor soube aproveitar as oportunidades oferecidas no decorrer do reinado. Despontou como Secretário de Estado, mas também soube estreitar os laços estabelecidos com o Rei D. José mediante a superação das mais diferentes crises e abalos. A misteriosa expulsão de Diogo de Mendonça pode, enfim, ser vista como um obstáculo a menos nessa vertiginosa escalada de Pombal.

FONTES

a) Arquivo Distrital de Braga

Memórias Políticas do Marquês de Alorna. Arquivo Distrital de Braga. Fundo da Família Araújo de Azevedo, subfundo Antônio de Araújo de Azevedo – Conde da Barca. Seção “Homem de Letras”. Doc. 4492 e 4493.

b) Arquivo Nacional Torre do Tombo

Chancelaria Régia de D. João V. Livro 112. fl. 96v.

_____. Perdões e Legitimações. Livro 132. fl. 82v-83.

Decreto respectivo a Diogo de Mendonça Corte Real. ANTT. Manuscritos da Livraria, nº 1140. pp. 217-218.

Informacoens de limpeza de sangue e geração de Diogo de Mendonça Corte Real Thezoureiro mor da colegiada de Barcelos filho do Secretario de Estado Diogo de Mendonça. ANTT. Tribunal do Santo Ofício. Habilitações. Maço 8, doc. 197.

Livro de registro das cartas que se escreveram para Londres. ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Maço 48, fl. 30. Carta de 19 de Julho de 1738.

Negociações de Diogo de Mendonça Corte Real, tesoureiro-mor da insigne colegiada da Vila de Barcelos e enviado extraordinário de sua majestade portuguesa aos Estados Gerais das sete Províncias Unidas. Ano de 1726. 2 tomos. ANTT. Manuscritos da Livraria, nº 943-944.

Papéis de Diogo de Mendonça Corte Real. ANTT. Conselho de Guerra. Maços 244-260.

Registro Geral de Mercês das Ordens Militares. liv. 6. fl. 412.

Registro Geral de Mercês de D. Pedro II. Livro 7. fl. 61-61v; 183v.

_____. Livro 16. fl. 178-178v.

Registro Geral de Mercês de D. João V. Livro 3 208.

_____. Livro 4. fl. 285; 524-525.

_____. Livro 17. fl. 201-201v.

_____. Livro 18. fl. 502-503v.

_____. Livro 20. fl. 45.

_____. Livro 25. fl. 24-24v.

_____. Livro 29. fl. 374.

_____. Livro 34. fl. 256.

Registro Geral de Mercês de D. José I. Livro 3. fl. 119-119v.

_____. Livro 6. fl. 401-403.

_____. Livro 13. fl. 411.

c) Arquivo Histórico da Misericórdia de Lisboa

Diogo de Mendonça Corte Real. Testamentos. Maço 9.

d) Arquivo Histórico Ultramarino

Documentos Avulsos do Brasil (Geral).

AHU. CU. 03, Cx. 13, D. 1152.

AHU. CU. 03, Cx. 15, D. 1132.

AHU. CU. 03, Cx. 15, D. 1133.

AHU. CU. 03, Cx. 15, D. 1134.

AHU. CU. 03, Cx. 15, D. 1135.

Documentos Avulsos da Bahia.

AHU. CU. 05, Cx. 67, D. 5715.

AHU. CU. 05, Cx. 80, D. 6632.

AHU. CU. 05, Cx. 86, D. 7033.

AHU. CU. 05, Cx. 112, D. 8770.

AHU. CU. 05, Cx. 115, D. 9019.

AHU. CU. 05, Cx. 117, D. 9155.

AHU. CU. 05, Cx. 118, D. 9200.

AHU. CU. 05, Cx. 123, D. 9581.

AHU. CU. 05, Cx. 123, D. 9582.

AHU. CU. 05, Cx. 126, D. 9817.

AHU. CU. 05, Cx. 127, D. 9928.
AHU. CU. 05, Cx. 172, D. 13009.
AHU. CU. 05, Cx. 173, D. 13068.
AHU. CU. 05, Cx. 190, D. 13971.
AHU. CU. 05, Cx. 190, D. 13972.
AHU. CU. 05, Cx. 190, D. 13978.

Documentos Avulsos da Bahia – Eduardo de Castro e Almeida.

AHU. CU. 05-01, Cx. 1, D. 69-70.
AHU. CU. 05-01, Cx. 1, D. 96.
AHU. CU. 05-01, Cx. 2, D. 124-125.
AHU. CU. 05-01, Cx. 2, D. 144.
AHU. CU. 05-01, Cx. 2, D. 226-229.
AHU. CU. 05-01, Cx. 5, D. 691-692.
AHU. CU. 05-01, Cx. 7, D. 1174-1176.
AHU. CU. 05-01, Cx. 7, D. 1125.
AHU. CU. 05-01, Cx. 8, D. 1236-1249.
AHU. CU. 05-01, Cx. 10, D. 1696-1699.
AHU. CU. 05-01, Cx. 12, D. 2079-2086.

Documentos Avulsos de Goiás.

AHU. CU. 08, Cx. 6, D. 475.
AHU. CU. 08, Cx. 7, D. 543.
AHU. CU. 08, Cx. 8, D. 558.
AHU. CU. 08, Cx. 9, D. 612.
AHU. CU. 08, Cx. 10, D. 647.

Documentos Avulsos do Maranhão.

AHU. CU. 09, Cx. 35, D. 3513.

Documentos Avulsos de Mato Grosso.

AHU. CU. 10, Cx. 6, D. 375.
AHU. CU. 10, Cx. 8, D. 489.

Documentos Avulsos de Minas Gerais.

AHU. CU. 11, Cx. 55, D. 48.

AHU. CU. 11, Cx. 57, D. 22.

AHU. CU. 11, Cx. 57, D. 39.

AHU. CU. 11, Cx. 57, D. 40.

AHU. CU. 11, Cx. 57, D. 44.

AHU. CU. 11, Cx. 63, D. 6.

AHU. CU. 11, Cx. 64, D. 36.

AHU. CU. 11, Cx. 69, D. 3.

AHU. CU. 11, Cx. 69, D. 16.

AHU. CU. 11, Cx. 70, D. 40.

AHU. CU. 11, Cx. 70, D. 41.

Documentos Avulsos do Pará.

AHU. CU. 13, Cx. 36, D. 3318.

AHU. CU. 13, Cx. 48, D. 4424.

Documentos Avulsos da Paraíba.

AHU. CU. 14, Cx. 17, D. 1388.

AHU. CU. 14, Cx. 18, D. 1440.

AHU. CU. 14, Cx. 19, D. 1481.

AHU. CU. 14, Cx. 19, D. 1483.

AHU. CU. 14, Cx. 19, D. 1484.

AHU. CU. 14, Cx. 19, D. 1494.

Documentos Avulsos de Pernambuco.

AHU. CU. 15, Cx. 72, D. 6064.

AHU. CU. 15, Cx. 72, D. 6068.

AHU. CU. 15, Cx. 73, D. 6147.

AHU. CU. 15, Cx. 75, D. 6261.

AHU. CU. 15, Cx. 75, D. 6310.

AHU. CU. 15, Cx. 80, D. 6687.

AHU. CU. 15, Cx. 81, D. 6701.

Documentos Avulsos do Rio de Janeiro.

AHU. CU. 17, Cx. 30, D. 3145.

AHU. CU. 17, Cx. 37, D. 3198.

AHU. CU. 17, Cx. 43, D. 4459.

AHU. CU. 17, Cx. 44, D. 4485.

AHU. CU. 17, Cx. 45, D. 4593.

AHU. CU. 17, Cx. 45, D. 4600.

AHU. CU. 17, Cx. 45, D. 4621.

AHU. CU. 17, Cx. 46, D. 4713.

AHU. CU. 17, Cx. 46, D. 4714.

AHU. CU. 17, Cx. 47, D. 4751.

AHU. CU. 17, Cx. 48, D. 4813.

AHU. CU. 17, Cx. 48, D. 4842.

AHU. CU. 17, Cx. 49, D. 4937.

AHU. CU. 17, Cx. 49, D. 4939.

AHU. CU. 17, Cx. 50, D. 4989.

AHU. CU. 17, Cx. 50, D. 4992.

AHU. CU. 17, Cx. 50, D. 5025.

AHU. CU. 17, Cx. 50, D. 5049.

AHU. CU. 17, Cx. 50, D. 5050.

AHU. CU. 17, Cx. 50, D. 5052.

AHU. CU. 17, Cx. 50, D. 5058.

AHU. CU. 17, Cx. 105, D. 8839.

Documentos Avulsos do Rio de Janeiro – Eduardo de Castro e Almeida.

AHU. CU. 17-01, Cx. 64, D. 15135.

AHU. CU. 17-01, Cx. 64, D. 15153.

AHU. CU. 17-01, Cx. 66, D. 15559-15560.

AHU. CU. 17-01, Cx. 67, D. 15659.

AHU. CU. 17-01, Cx. 67, D. 15660.

AHU. CU. 17-01, Cx. 69, D. 16074.

AHU. CU. 17-01, Cx. 70, D. 16355-16363.

AHU. CU. 17-01, Cx. 78, D. 18215.

AHU. CU. 17-01, Cx. 80, D. 18604 e 18593.

Documentos Avulsos de Santa Catarina.

AHU. CU. 21, Cx. 1, D. 65.

AHU. CU. 21, Cx. 2, D. 103.

Documentos Avulsos do Ultramar.

AHU. CU. 35. Cx. 3, D. 215.

AHU. CU. 35, Cx. 3, D. 287.

AHU. CU. 35, Cx. 4, D. 334.

AHU. CU. 35, Cx. 6, D. 455.

AHU. CU. 35, Cx. 6, D. 488.

Documentos Avulsos de Angola.

Cx. 53, documento 90.

Documentos Avulsos do Reino.

Cx. 157, pasta 2.

Cx. 161, pasta 1.

Cx. 170, pasta 10.

Cx. 170, pasta 11.

Cx. 297, pasta 16.

Códices do Projeto Resgate

AHU. Projeto Resgate. Códice 2, Rolo 91. fl. 182v-184v.

AHU. Projeto Resgate. Códice 499, Rolo 232.

AHU. Projeto Resgate. Códice 602, Rolo 30-31.

AHU. Projeto Resgate. Códice 582, Rolo 33.

e) Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

História política econômica do reinado de S. Rei D. José I. s.n; s.l, s.d. fonte manuscrita anônima da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, USP.

f) Biblioteca Nacional de Portugal

Autos do processo instituído contra o Marquez de Pombal em execução do decreto de 26 de Setembro de 1779. Com a cópia do outro decreto de 16 de Agosto de 1781. 2 vol. BNP. Res. Códices 9102 e 9103.

Carta de Diogo de Mendonça Corte Real ao Bispo do Pará. 19 de maio de 1756. **Miscellanea.** BNP. Coleção Pombalina, 620. fl. 204-204v.

Carta do Cardeal D. João da Mota ao Rei D. João V. 22 de maio de 1736. **Miscellanea histórico, política e litteraria. Registro de Papeis Curiozos concernentes a Historia antiga e moderna.** BNP. Res. Códice 8058. fl. 240-243.

“Cópia de hua carta que se escreveo de Portugal a hum grande de Hespanha em resposta de outra sua”. **Miscelânea.** BNP. Res. Códice 852. fl. 26-53v.

“Decretos e condições da negociação de todos os portos da Índia e China por tempo de 10 anos, concedida por S. M. a Feliciano Velho Oldemberg”. **Miscellanea.** BNP. Coleção Pombalina, 651. fl. 416 e segs.

Minas do Brasil – Restauração das Minas Geraes, Espirito da Ley de 3 de Dezembro de 1750, que fez cessar o flagello da capitação. Tomo I. BNP. Res. Códice 6979.

“Minuta do Privilegio e obrigação da companhia que pretende estabelecer a fabrica das chitas, fuliés, e pannos pintados. Com várias notas”. **Miscellanea.** BNP. Coleção Pombalina, 693. fl. 1-7.

SANTOS, Antônio Ribeiro dos. “Se os Reais Avisos das Secretarias têm força de Lei”. **Discursos Varios Juridicos.** BNP. Res. Códice 4677. fl. 240.

_____. “Se os Avisos tem força de derogar as Leis e Constituições”. **Discursos Varios Juridicos.** BNP. Res. Códice 4677. fl. 242-243v.

SÃO BENTO, Luís de. **Memorial de Ministros.** Cathalogo Alfabético dos Ministros de Letras que servirão nestes Reynos de Portugal e Algarve, seus Dominios e Conquistas Ultramarinas, Relações e Tribunais, como nelle se adverte. Dos mais antigos athé o prezente de que se descobrio a noticia mais exacta (1723-1763). 3 vols. 200 x 204. Saec. XVIII. BNP. Res. Códices 1077- 1079.

_____. **Apontamentos diversos de Fr. Luís de São Bento, com vista à organização e preparação de um catálogo de todos os ministros do Reino.** 4 vols. 308 x 198. Saec. XVIII. BNP. Res. Códices 1073 a 1076.

g) Coleções da legislação portuguesa

ALMEIDA, Cândido Mendes de (org.). **Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado d'El Rey D. Philippe I.** 14^a ed. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Filomático, 1870. pp. 1336-1340.

Boletim do Conselho Ultramarino: Legislação Antiga. Volume I: 1446 a 1754. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

FREITAS, Joaquim Inácio de (ed.). **Collecção Chronologica de Leis Extravagantes, Posteriores à nova compilação das ordenações do Reino, publicadas em 1603.** Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1819.

SILVA, Antônio Delgado da (org.). **Collecção da Legislação Portuguesa: Legislação de 1750 a 1762.** Org: Lisboa: Typografia Maigrense, 1830.

_____. **Collecção da Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações: Suplemento à Legislação de 1750 a 1762.** Lisboa: Typografia Maigrense, 1842.

SILVA, José Justino de Andrade (ed.). **Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa.** Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1856.

SOUSA, José Roberto M. C. C. **Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes. Tomo IV.** Lisboa: Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1785.

h) Fontes Impressas

BARBOZA, D. José. **Elogio fúnebre de Diogo de Mendoça Corte-Real. Do Conselho de Sua Magestade, e seu Secretario de Estado Etc.** Lisboa Occidental: na officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1737.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez & Latino.** Tomo 5 (K-N). Lisboa: Na officina de Pascoal da Sylva, 1716.

_____. **Vocabulario Portuguez & Latino.** Tomo 7 (Q-S). Lisboa: Na officina de Pascoal da Sylva, 1720.

BRAZÃO, Eduardo. **D. João V: subsídios para a história de seu reinado.** Porto: Portucalense Editora, 1945.

Collecçam dos Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portuguesa. Tomos 9, 10 e 11. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1729-1731.

CORTE REAL, Diogo de Mendonça. **Examen, et Response a um Ecrit publié par la Compagnie des Indes Occidentales sous le Tître de *Refutation des Arguments & Raisons alleguées par Mr. Diogo de Mendonça Corte-Real Envoié Extraordinaire de Portugal à la Haye, dans son Memoire & l'Ecrit annexe présenté à Leurs Hautes Puissances le 15. Septembre 1727. Etc.*** s.l.: s.n., 1727.

CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri.** Parte II. Tomo II. Documentos Biográficos. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1950.

CUNHA, Luís da. **Instruções Políticas.** Introdução, estudo e edição crítica de Abílio Diniz Silva. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

_____. **Testamento Político** ou Carta de conselhos ao Senhor D. José sendo Príncipe. Introdução, estudo e edição crítica de Abílio Diniz Silva. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2013.

Elogio Funebre de Diogo de Mendoça Corte-Real, Secretario de Estado, recitado no Paço pelo Marquez de Valença, Censor da Academia Real, Em 17 de Mayo de 1736. s.l.: s.n., 1736.

FARIA, Manuel Severim de. **Notícias de Portugal.** Lisboa Occidental: na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1740.

FIGUEIREDO, Fr. Manoel de. **Oração fúnebre nas solemnes exéquias, que na Igreja de Santa Justa desta Corte fez a Irmandade de Santa Cecilia em 11 de Dezembro de 1736 ao seu perpetuo Provedor o excellentissimo Senhor Diogo de Mendoça Corte-Real do Conselho de S. Magestade, e seu Secretario de Estado Etc.** Lisboa Occidental: na officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1737.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo; CAMPOS, Maria Verônica (coord.). **Código Costa Matoso: coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis.** 2 vol. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999.

GUSTA, Francesco. **Memóires de Sebastién-Joseph de Carvalho et Mélo. Comte d'Oeyras, Marquis du Pombal, secrétaire d'Etat & Premier Ministre du Roi de Portugal Joseph I.** Lyon, 1784.

GRAMOZA, José Pedro Ferrás. **Sucessos de Portugal. Memórias Históricas, Políticas e Cívicas.** Extraída do original por Francisco Maria dos Santos. Lisboa: Typographia do Diário do Amanhã, 1882.

MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca Lusitana [...].** t. 1. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741.

MARQUÊS DE ALORNA. **Memórias Políticas.** Apresentação de José Norton. Lisboa: Tribuna da História, 2008.

MELO, Sebastião José de Carvalho e. **Escritos econômicos de Londres (1741-1742).** Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina. Correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 1751-1759.** 3 tomos. 2ª ed. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.

MERCURIO HISTORICO Y POLITICO, que contiene el estado presente de la Europa, lo sucedido en todas las Cortes, los intereses de los Principes, y generalmente todo lo más curioso, perteneciente al mes de noviembre de 1756. Tomo CXLII. En Madrid: En la imprenta de Antonio Marin.

NORONHA, D. José Manoel de (org.). **Cartas do Marquês de Pombal (1777-1780).** Com um prefácio e notas de D. José Manoel de Noronha. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1916.

O PATRIOTA. Jornal literário, político, mercantil, etc. do Rio de Janeiro. nº 1. Rio de Janeiro na impressão régia, 1813.

QUEIROZ, João de S. Joseph. **“Memórias” de Fr. João de S. Joseph.** Com uma extensa introdução e notas ilustrativas por Camilo Castelo Branco. Porto: Typographia da Livraria Nacional, 1868.

RATTON, Jácome. **Recordações de Jácome Ratton sobre ocorrências do seu tempo.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920.

REVISTA LITTERÁRIA. Periódico de Literatura, Philosophia, Viagens, Sciencias, e Belas Artes. Tomo 10º, 6º ano. Porto, Tipografia da Revista, 1843.

SILVEIRA, Luís. “Algumas memórias do governo da Côrte de Lisboa, nos últimos meses de vida de El-Rei D. João V, e dos princípios do reinado de D. José”

(Documentos da Biblioteca Estadual de Hamburgo). **Congresso do Mundo Português**. Vol. VIII. Publicações, 1940. pp. 73-91.

TAROUCA, Carlos da Silva. “Correspondência entre o Duque Manuel Teles da Silva e Sebastião José de Carvalho e Melo, 1º Marquês de Pombal”. **Anais da Academia da História Portuguesa**. II série, vol. 6. Lisboa, 1955.

i) Hemeroteca Municipal de Lisboa

Gazeta de Lisboa Occidental. nº 20. Quinta-feira, 17 de maio de 1736. Lisboa: na Officina de Antonio Correa Lemos.

_____. nº 34. Quinta-feira, 23 de agosto de 1736. Lisboa: na Officina de Antonio Correa Lemos.

_____. nº 37. Terça-feira, 15 de setembro de 1750. Lisboa: na Officina de Luiz José Correa Lemos.

j) Websites e bases de dados

Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>>.

Ius Lusitaniae – Fontes Históricas do Direito Português.

Disponível em: <<http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/index.php>>.

Legislação Régia. Assembleia da República.

Disponível em: <<http://legislacaoregia.parlamento.pt/Pesquisa/Default.aspx?ts=1>>.

O Governo dos Outros. Imaginários Políticos no Império Português (1496-1961).

Disponível em: <<http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/>>.

***Optima Pars*, Elites Portuguesas do Antigo Regime.**

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (pesquisador responsável). Banco de dados elaborado em Microsoft Access, versão de outubro de 2006.

BIBLIOGRAFIA

a) Artigos

ALMEIDA, Joana Estorninho de. “Os empregados de secretaria na transição para uma administração moderna do Estado (1640-1834)”. **Cadernos do Arquivo Municipal**, 2ª série, nº 2. Lisboa, julho – dezembro de 2014. pp. 145-165.

ALMEIDA, Luís Ferrand de. “A fábrica das sedas de Lisboa no tempo de D. João V”. **Revista Portuguesa de História**. Tomo XXV. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1989-1990. pp. 1-48.

ARRUDA, José Jobson de A. “Decadência ou Crise do Império Luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII”. **Revista USP**. São Paulo, nº. 46. junho/agosto 2000. pp. 66-78.

AZEVEDO, Pedro A. de. “A nomeação do pessoal superior da imprensa da Academia Rial de História”. **O Archeologo Português**. vol. XIX, 1914. pp. 31-40.

BARRETO, José. “O Discurso Político falsamente atribuído ao Marquês de Pombal”. **Revista de História das Ideias**. Vol. 4, tomo I. Coimbra, 1982. pp. 385-422.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. “Estudo diplomático da Consulta do Conselho Ultramarino de 22 de maio de 1751, relativa ao Regimento das Casas de Fundação das Minas”. **Vária História: Revista do Departamento de História**. nº. 21. Belo Horizonte, julho de 1999. pp. 274-294.

BICALHO, Maria Fernanda. “Inflexões na política imperial no reinado de D. João V”. **Anais de História de além-mar**. vol. VIII, 2007. pp. 37-56.

BRAZÃO, Eduardo. “A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, criação de D. João V”. **Revista Portuguesa de História**, Tomo XVI. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 1976.

CARDOSO, José L.; CUNHA, Alexandre M. “Discurso Económico e Política Colonial no Império Luso-Brasileiro (1750-1808)”. **Revista Tempo**. nº 31. Niterói, dezembro de 2011. pp. 65-88.

CARVALHO, Rômulo de. “O Recurso a pessoal estrangeiro no tempo de Pombal”. **Revista de História das Ideias**. Vol. 4, tomo I. Coimbra, 1982. pp. 91-117.

ESCUADERO, José Antonio. “Privados, validos y primeros ministros en la monarquía española del antiguo régimen (viejas y nuevas reflexiones)”. **Revista Chilena de Historia del Derecho**. v. 22, tomo I. Santiago, 2010. pp. 321-331.

MACEDO, Jorge Borges de. “Estrangeirados: um conceito a rever”. **Bracara Augusta – Revista cultural da Câmara Municipal de Braga**. vol. XXVIII, n.º 65-66 (77-88). Braga, 1974. pp. 179-20.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. “A cobrança do ouro do rei nas Minas Gerais: o fim da capitação – 1741-1750”. **Tempo**, v. 14, n. 27. Niterói, 2009. pp. 118-132.

MARTINHEIRA, José J. S. “Os documentos d’El Rei”. **Revista do Arquivo público mineiro**. Ano 41, n.º. 2. Belo Horizonte, jul./dez. 2006. pp. 130-145.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. “O pensamento da metrópole em relação ao Brasil”. **RIHGB**, vol. CCLVII, outubro-dezembro, 1962.

MENZ, Maximiliano M. “Reflexões sobre duas crises econômicas no Império Português (1688 e 1770)”. **Varia História**, vol. 29, n.49, 2013. pp. 35-54.

MERÊA, Manuel Paulo. “Da minha gaveta: Os secretários de Estado no Antigo Regimen”. **Separata do Boletim da Faculdade de Direito**. v. 40. Lisboa, 1965.

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. “Antônio Freire de Andrade Encerrabodes (1699-1783): No espelho de Pombal”. **Penélope**. n. 30/31, 2004. pp. 93-134.

_____. “‘Estrangeirados’: A questão do isolacionismo português nos séculos XVII e XVIII”. **Revista de História**. n. 123-124. São Paulo: ago/jul. 1990/1991. pp. 35-70.

_____. “O Governo Português e a Companhia de Jesus no quadro da aliança com a Inglaterra: desarranjos e acomodações (1755-1757)”. **Lusitania Sacra**, 2ª série, 5, 1993. pp. 251-297.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Identificação da Política setecentista. Notas sobre Portugal no início do período joanino”. **Análise Social**. vol. XXXV (157), 2001. pp. 961-987.

MUNTEAL Filho, Oswaldo. “O Príncipe D. João e o Mundo de Queluz: Despotismo ministerial, tensões estamentais e sacralização do Estado na crise do Antigo Regime Português”. **Anais do Museu Histórico Nacional**. vol. 31. Rio de Janeiro, 1999. pp. 9-34.

NOVAIS, Fernando A. “O Reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos”. **Revista Brasileira de História**. n. 7. São Paulo, 1984. pp. 105-118.

PEDREIRA, Jorge M. “Indústria e negócio: a estampania na região de Lisboa, 1780-1880”. In: **Análise Social**. Vol. XXVI (112-113), 1991 (3º - 4º). pp. 537-559.

MONT SERRATH, Pablo Oller. “Crise geral e política manufatureira em Portugal na segunda metade do século XVIII: novos indícios e questionamentos”. In: **Saeculum**. n.º 29. jul/dez, 2013. pp. 75-96.

SUBTIL, José M. “Pombal e o Rei: valimento ou governamentalização?”. **Ler História**. n.º 60, 2011. Acesso disponível em: <<http://lerhistoria.revues.org/1472>>.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. “Trajetória do homem e do estadista Melo e Castro”. **Cadernos de História**. vol. 3, n. 4. Belo Horizonte, outubro de 1998. pp. 36-46.

b) Dissertações e teses

ALMEIDA, Joana Estorninho de. **A cultura burocrática ministerial: Repartições, empregados e quotidiano das Secretarias de Estado na primeira metade do século XIX**. Tese de doutorado. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2002.

COSTA, André. **Os secretários e o Estado do rei: Luta de Corte e poder político, secs. XVI-XVII**. Dissertação de mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008.

_____. **Sistemas Fiscais no Império: o caso do ouro do Brasil, 1725-1777**. Tese de doutorado. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2013.

KOROBTCHENKO, Júlia P. **A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra: A instituição, os instrumentos e os homens (1736-1756)**. Dissertação de mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2011.

MOITA, Susana da Nóbrega B. **O Conselho Ultramarino e o Brasil: 1750-1777. Contributo para o estudo do sistema administrativo no Brasil Colonial**. Dissertação de mestrado. Texto policopiado. Lisboa: [s.n.], 2002.

MONT SERRATH, Pablo Oller. **O Império Português no Atlântico: Poderio, Ajuste e Exploração (1640-1808)**. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2013.

RAMOS, Marília Cecília Costa Veiga de Albuquerque. **O Secretário dos despachos e coisas da Índia Pero d’Alcaçova Carneiro**. Dissertação de mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2009.

REIS, Pedro Pinto dos. **Conselheiros e Secretários de Estado de Portugal, de D. João IV a D. José I (Subsídios para o seu estudo sócio-jurídico)**. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1987.

c) Livros e obras de referência

ALDEN, Dauril. **Royal Government in colonial Brazil: with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, viceroy, 1769-1779**. Berkeley: University of California Press, 1968.

ALMEIDA, Luís Ferrand de. **Páginas dispersas: Estudos de História Moderna de Portugal**. Coimbra: Faculdade de Letras, 1995.

ALMEIDA, Suely C. Cordeiro de; SILVA, Gian C. de Almeida e; SILVA, Kalina V.; SOUZA, George F. Cabral de. **Políticas e estratégias administrativas no mundo atlântico**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

ARAÚJO, Ana Cristina; CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalves; ROSSA, Walter; SERRÃO, José Vicente (orgs.). **O Terramoto de 1755: Impactos Históricos**. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

ARRUDA, José Jobson de A. **Historiografia: Teoria e Prática**. São Paulo: Alameda, 2014.

_____. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Ática, 1980.

AZEVEDO, João Lúcio de. **O Marquês de Pombal e a sua época**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil; Lisboa: Nova Seara; Porto: Renascença Portuguesa, 1922.

BAIÃO, Antônio; CIDADE, Hernani; MURIAS, Manuel (dir). **História da Expansão Portuguesa no mundo**. Lisboa: Editorial Ática, 1942.

BARBICHE, Bernard. **Les institutions de la monarchie française à l'époque moderne (XVI-XVIII siècle)**. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

BEBIANO, Rui. **D. João V: poder e espetáculo**. Aveiro: Livraria Estante Editora, 1987.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)**. São Paulo: Alameda, 2007.

BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. América Latina Colonial. 2 vols. Trad: Maria Cara Cescato; Mary Amazonas Leite de Barros; Magda Lopes. São Paulo: EDUSP; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008 e 2012.

BETHENCOURT, Francisco; CHAUDURI, Kirti. **História da expansão portuguesa**. 4 vols. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (dir.). **A expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). **Modos de Governar: Ideias e Práticas Políticas no Império Português. Séculos XVI a XIX**. São Paulo: Alameda, 2005.

BICALHO, Maria Fernanda Bicalho; FURTADO, Júnia Ferreira; SOUZA, Laura de Melo e (orgs.). **O Governo dos Povos**. São Paulo: Alameda, 2009.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: por uma teoria geral da política**. Trad: Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)**. Trad: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BOSCHI, Caio C. **O Brasil-Colônia nos arquivos históricos de Portugal: Roteiro Sumário**. São Paulo: Alameda, 2011.

BOXER, Charles R. **A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial (1695-1750)**. 3ª. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

_____. **O Império Marítimo Português: 1415-1825**. Trad: Duarte, Inês Silva. Lisboa: Edições 70, 2011.

CAETANO, Marcello. **O Conselho Ultramarino: Esboço da Sua História**. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar. Lisboa, 1967.

CARRARA, Ângelo. **Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVII**. Juiz de Fora, MG: Editora da UFJF, 2009.

_____. **Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807**. Juiz de Fora, MG: Editora da UFJF, 2007,

CARDIM, Pedro. **Cortes e Cultura política no Portugal do antigo regime**. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs.). **Optima Pars: Elites Ibero-Americanas do antigo regime**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

CASTELLANO, J. L.; CORTEZO, M. V. L.; DEDIEU, J. P. (ed.) **La Pluma, La Mitra y La Espada: Estudios de Historia Institucional en la Edad Moderna**. Madrid; Barcelona: Universidad de Burdeos, Marcial Pons, 2000.

CASTRO, Armando. **As Doutrinas econômicas em Portugal na expansão e na decadência (Séculos XVI a XVIII)**. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

CHABOD, Federico. **Escritos sobre el Renacimiento**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1990.

CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri**. 2 tomos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

COSTA, Leonor Freire; ROCHA, Maria Manuela; SOUSA, Rita Martins de. **O ouro do Brasil**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2013.

CRUZ, Miguel Dantas da. **Um Império de conflitos: O Conselho Ultramarino e a defesa do Brasil**. Lisboa: ICS – Imprensa das Ciências Sociais, 2015.

CURTO, Diogo Ramada. **Cultura Imperial e Projetos Coloniais (séculos XV a XVIII)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

DANIELS, Christine; KENNEDY, Michael (orgs.). **Negotiated Empires: centers and peripheries in the America, 1500-1820**. New York; London: Routledge, 2002.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

DOBB, Maurice Herbert. **A evolução do capitalismo**. 7ª ed. São Paulo, Guanabara, 1987.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELLIOTT, John H. **España, Europa y el Mundo del Ultramar (1500-1800)**. Madrid: Taurus, 2010.

_____. **Imperial Spain. 1469-1716**. London: Penguin Books, 1990.

ESCUDERO, José A. **Administración y Estado en la España Moderna**. Valladolid: Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura, 2002.

FALCON, Francisco José C. **A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**. São Paulo: Editora Ática, 1982.

FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia (orgs.). **A “Época Pombalina” no mundo Luso-Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder. Formação do patronato político brasileiro**. Vol. 1. 10ª ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

FERNANDES, Florestan. **Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o "poder institucional"**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1977.

FONTANA, Josep; VILLARES, Ramón (dir.) **História de Espanha**. Vol. 5. Barcelona: Crítica; Marcial Pons, 2008.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos a dinâmica imperial portuguesa: (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c.1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Brasil Colonial**. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Um Reino e suas Repúblicas no Atlântico. Comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FRANÇA, Eduardo D' Oliveira. **O Poder Real em Portugal e as origens do absolutismo**. Bauru: Edusc, 2013.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Júnia (org.). **Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

HESPANHA, Antônio Manuel. **Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político**. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

_____. **Caleidoscópio do Antigo Regime**. São Paulo: Alameda, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil.** 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

_____. (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira: A Época Colonial.** 2 vols. São Paulo: DIFEL, 1976.

KANTOR, Iris. **Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759).** São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos, UFBA, 2004.

LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (orgs.). **História Econômica de Portugal 1700-200.** Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

LAMAS, Arthur. **A Quinta de Diogo de Mendonça no Sítio da Junqueira (extra-muros da antiga Lisboa).** Lisboa: Tipografia do Comércio, 1924.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Modos de produção e realidade brasileira.** Petrópolis: Vozes, 1980.

LUZ, Francisco Paulo Mendes da Luz. **O Conselho da Índia. Contributo ao Estudo da História da Administração e do Comércio do Ultramar Português nos Princípios do Século XVII.** Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952.

MACEDO, Jorge Borges de. **A situação Econômica no tempo de Pombal: alguns aspectos.** Lisboa: Gradiva, 1989.

_____. **Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII.** 2ª ed. Lisboa: Querco, 1982.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. **Labirintos brasileiros.** São Paulo: Alameda, 2001.

MARCOS, Rui Manuel de Figueiredo. **As Companhias Pombalinas. Contributo para a história das sociedades por ações em Portugal.** Coimbra: Livraria Almedina, 1997.

MARION, Marcel. **Dictionnaire des institutions de la France aux XVII et XVIII siècles.** Paris: Éditions A. & J. Picard, 1968.

MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal. Quarto Volume. O Antigo Regime.** Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MERÊA, Manuel Paulo. **O poder real e as cortes.** Coimbra: Coimbra Editora, 1923.

MIRANDA, Susana Münch; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. **D. Maria Ana de Áustria (1683-1754): a rainha arquiduquesa**. Coleção “Rainhas de Portugal” (dir. Ana Maria A. S. Rodrigues; Manuel Santos Silva e Isabel dos Guimarães Sá). Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2014.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. **Dom José: na sombra de Pombal**. Lisboa: Temas & Debates, 2008.

MOUSNIER, Roland. **Les institutions de la France sous la monarchie absolue**. Tome II. Paris: Presses Universitaires de France, 1980.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogerio F (orgs.). **Nova História em perspectiva. 2 vols**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

PEDREIRA, Jorge M. **Estrutura Industrial e Mercado Colonial: Portugal e Brasil (1780-1830)**. Lisboa: Difel, 1994.

PINTO, Virgilio Noya. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

POMBO, Nívia. **D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Pensamento e ação político-administrativa no Império Português (1778-1812)**. São Paulo: Hucitec, 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Evolução política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil: Poder e política na Bahia colonial (1548-1700)**. São Paulo: Alameda, 2013.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo a distância**. São Paulo: Alameda, 2008.

RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial: Brasil c. 1530 – c. 1630**. São Paulo: Alameda, 2009.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **The Portuguese Empire, 1415-1808**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1998.

SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTOS, Maria Emília Madeira; LOBATO, Manuel (coord.). **O Domínio da Distância: comunicação e cartografia**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2006.

SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (org.). **Pombal Revisitado**. 2 v. Lisboa: Editora Estampa, 1984.

SCAMMEL, Geoffrey V. **A primeira era imperial: A expansão ultramarina europeia c.1400-1715**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2000.

SCHWARZ, Stuart. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SERRÃO, Joel (org.). **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Editora Figueirinhas, 1985.

SÉRGIO, Antônio. **Ensaio**. Lisboa: Sá da Costa, 1971-1975.

SIDERI, Sandro. **Comércio e Poder: colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas**. Lisboa: Cosmos, 1970.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). **Nova História da expansão portuguesa: O império luso-brasileiro (1750-1822)**. Lisboa: Estampa, 1986.

SILVA, Andrée Mansuy Diniz. **Portrait d'un homme d'État. D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte. de Linhares, 1755-1812**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

SORIANO, Simão José da Luz. **História do reinado de El-Rei D. José e da administração do Marquez de Pombal**. Lisboa: Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1867.

SOUSA, Rita Martins. **Moeda e metais preciosos no Portugal setecentista, 1688-1797**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006.

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SUBTIL, José M. **O Desembargo do Paço (1750-1833)**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1996.

_____. **O Terramoto Político (1755-1759). Memória e Poder**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2007.

TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. **A Sombra do Poder: Martinho de Melo e Castro e a administração da capitania de Minas Gerais (1770-1795)**. São Paulo: Hucitec, 2006.